

Vol.: 5

RELATÓRIO CULTURAL

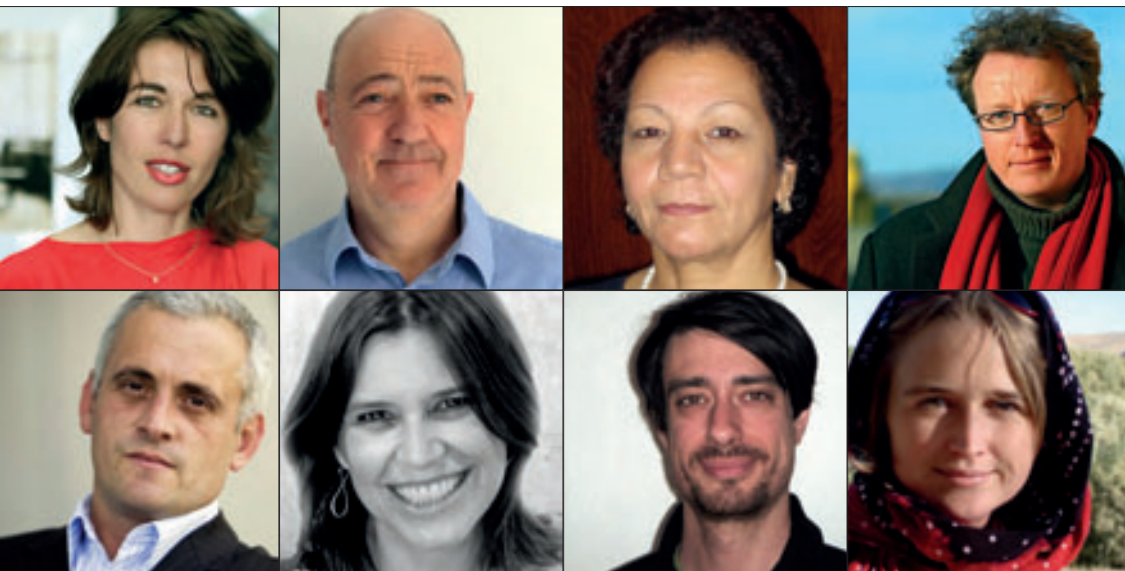
ANUÁRIO DA EUNIC 2012/2013

Cultura e Conflito

Desafios da política externa da Europa

RELATÓRIO CULTURAL
ANUÁRIO DA EUNIC
2012/2013

RELATÓRIO CULTURAL ANUÁRIO DA EUNIC 2012/2013



Um quadro nunca pode travar uma bala, mas um quadro pode impedir que uma bala seja disparada. A cultura ocupa um lugar central na resolução de conflitos entre os diferentes grupos e etnias envolvidos. Não fará todo o sentido recorrer à cultura como reguladora de conflitos? Após séculos de guerras, a Europa adquiriu experiências específicas na coexistência cooperativa e pacífica. De que política cultural externa precisa a Europa, para que a arte, a educação e o diálogo intercultural possam abrir portas e construir a confiança entre as comunidades – contribuindo assim para evitar conflitos no mundo?

Prefácio

Levantar o véu *De Sebastian Körber*

4

1º CAPÍTULO: O POTENCIAL DA CULTURA

Além da neblina cultural *De Jochen Hippler*

10

Mais cultura na política local *De Damien Helly*

23

Entre espiral de sentido e imaginação moral *De Gudrun Kramer, Thomas Ernstbrunner e Wilfried Graf*

28

A mensagem na garrafa *De Moukhtar Kocache*

36

As oportunidades da cultura *De Katrin Mader*

50

Uma questão de segurança *De Mike Hardy e Aurélie Bröckerhoff*

55

Advogados criativos dos cidadãos *De Mary Ann DeVlieg, Victoria Ivanova, Rosario Pavese, Sidd Joag e Ole Reitov*

63

2º CAPÍTULO: CRIAR A LIBERDADE. APRENDER COM AS EXPERIÊNCIAS NO LOCAL

A cura que vem de dentro <i>De Michael Gleich</i>	72
Contra o trauma e o tabu <i>De Martina Fischer</i>	77
Afganistão e para além dele <i>De Jemima Montagu</i>	86
A guerra começa nas cabeças <i>De Raphael Vergin</i>	92
Uma voz para quem não tem voz <i>De Bernd Reiter</i>	98
Libertar a liberdade <i>De Peter Jenkinson</i>	107

3º CAPÍTULO: O PODER DO ARTISTA – EM BUSCA DA PLATAFORMA COMUM

Da política na poesia <i>De Yang Lian</i>	118
Não só teatro da reconciliação <i>De Slavenka Drakulić</i>	129
Zona problemática da Europa <i>De Beqë Cufaj</i>	139
Ver com os dois olhos <i>De Salwa Bakr</i>	149
Do alto do camarote <i>De Andrea Grill</i>	157
Com a linguagem da música <i>De Vladimir Ivanoff</i>	163
O contexto da arte no conflito <i>De Christian Schoen</i>	170

3º CAPÍTULO: O PAPEL DA EUNIC NAS REGIÕES EM CRISE

Amortecedor para a pacificação da população <i>De Delphine Borione</i>	180
Longe do tom do exequível <i>De Gottfried Wagner</i>	186
Alcançar a lua <i>De Yudhishthir Raj Isar</i>	192
Manter as portas abertas em tempos difíceis <i>De Robin Davies</i>	201
Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura <i>De Martin Eichtinger</i>	206
Campo da paz <i>De Luciano Rispoli</i>	211
Alimento para a alma <i>Entrevista de Ruth Ur a Jok Madut Jok</i>	215
Relatório Anual da EUNIC	224
Ficha Técnica	236

Levantar o véu

De Sebastian Körber

A cultura desempenha um papel vital em regiões de conflito. Ela pode construir pontes, mas também aprofundar valas. Onde estão as oportunidades e os desafios e quais são os riscos e as limitações do engajamento cultural nas áreas de conflito ou em crise? Essa questão está, de facto, há mais de 20 anos entre os principais temas debatidos nas relações internacionais, mas ainda não foi esclarecida. O ex-Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, trouxe-a já em 1992 para a agenda das Nações Unidas. A tese de Samuel P. Huntington sobre o choque de civilizações (“Clash of Civilizations”), publicada em 1993, desencadeou uma longa discussão sobre a importância geopolítica da cultura. E, o mais tardar após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, ficou claro para todos que o papel da cultura nas relações internacionais não é apenas um problema para estetas. Paralelamente, perante o êxito limitado da intervenção militar na Somália, no Afeganistão e no Iraque, a questão que se levanta é se instrumentos mais suaves poderiam ter sido mais eficazes. A ajuda e cooperação internacional para o desenvolvimento económico (que se encontra numa crise existencial, como Damien Helly afirma neste volume) está em busca de abordagens inovadoras, alternativas, em Estados frágeis. Por isso é lógico que a Rede de Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia (EUNIC) também se indague quanto ao papel que o engajamento cultural pode desempenhar na resolução de conflitos.

Primeiro a boa nova: o número de conflitos violentos diminuiu em 40 por cento desde 1992, como o jornalista Michael Gleich constata nesta publicação. Ele acredita que o facto de este dado ser uma surpresa para muitos é um resultado típico da distorção da realidade nos *media*: não foi a violência que aumentou, mas sim as reportagens sobre a mesma. A prevenção bem-sucedida de crises e a ausência de conflitos não são atraentes para os *media*. Será que esta cegueira se aplica igualmente às ciências? Na verdade, não deveria haver tema mais urgente para a pesquisa, diz Gleich. Mas o trabalho silencioso da cultura, em comparação com o “rugido do conflito”, também encontra dificuldades em garantir o seu espaço nas revistas e nas conferências, segundo afirma o escritor chinês Yang Lian.

Muitas vezes, os representantes das instituições culturais também se perdem em termos vagos quando precisam de provar o sucesso do trabalho cultural como meio de resolução de conflitos. O ex-diretor da Fundação Cultural Europeia em Amsterdão, Gottfried Wagner, adverte contra uma retórica de conflito cultural demasiado simples. “Aquele que leciona sobre o poder da cultura não pode nem deve calar-se sobre a sua capacidade de difundir propagandas e ideologias”, postula a escritora Slavenka Drakulić, lembrando os autores, jornalistas e linguistas que foram engrenagens da propaganda nacionalista durante a Guerra Civil da Jugoslávia. Conforme resume o cientista político Jochen

Hippler, se os conflitos pudessem ser interpretados como uma disputa de valores culturais, um conflito de interesses tornar-se-ia um conflito pela identidade, muito mais difícil de solucionar. Essa culturalização dos conflitos seria a responsável por uma neblina que encobre os interesses mais sóbrios, tais como o fornecimento de energia ou matérias-primas. Segundo Hippler, a tarefa do diálogo cultural não poderia, portanto, ser a de resolver conflitos, mas sim a de libertar a visão para o que verdadeiramente os causa.

“As pessoas querem trazer sentido à vida. Até a violência precisa de estrutura narrativa”, explica Gudrun Kramer, especialista em conflitos que reside em Jerusalém. O ponto seria interromper a dinâmica que contribui para a escalada dos conflitos à base de mitos emotivos e ideologias empedernidas. Um “processo de desaprendizagem”, diz o curador Moukhtar Kozache, exortando-nos a superar os “pensamentos catastróficos em torno do choque de civilizações para, no lugar deles, aceitar a história entrelaçada e a mutabilidade das culturas”. Robin Davies, que saiu da OTAN para o British Council, admite que, embora tenha subestimado o poder transformador da cultura durante anos, apela agora ainda mais enfaticamente para que, nas relações internacionais, não mais separemos a cultura da política convencional.

E a EUNIC? Apesar de dar uma elevada importância ao potencial da arte como vetor e instrumento na resolução de conflitos, Raj Isar (docente em Sydney e Paris) recomenda que a Rede forneça apoio moral mas deixe a complexa tarefa de solucionar embates para especialistas, tais como as ONG da “Concord” (a confederação europeia de ONG de ajuda e desenvolvimento): elas reúnem pessoas com pontos de vista contrários, comuns nas sociedades divididas, a fim de iniciar um

diálogo ou fornecer treinamento para a gestão de conflitos.

Entre as vozes incentivadoras deste volume, o diplomata austríaco Martin Eichtinger fala da “nobre tarefa” dos institutos culturais que, mediante vozes que transmitam coragem e levem à reflexão, devem preparar o terreno para a quebra de estereótipos e preconceitos: Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura. Referindo-se a Winston Churchill, ele ainda elogia a cultura do ouvir: “Num conflito, é necessário não só coragem para se levantar e falar, mas também calma para se sentar e ouvir.” A presidente da EUNIC, Delphine Borione, salientou que as instituições culturais europeias podem destacar a contribuição da cultura para o desenvolvimento económico, social e humano de uma maneira autêntica, pois representam países que, em parte, têm uma trajetória secular de conflitos.

Esta quinta edição do Relatório Cultural sobre os progressos e deficiências das relações culturais europeias é o segundo volume a ser publicado como Anuário da EUNIC. Agradeço aos autores, tradutores, editores e a todos os membros da EUNIC. O meu agradecimento especial à Fundação Robert Bosch, que financia o Relatório Cultural desde o seu início. Mais uma vez, o apoio do *British Council*, da Fundação Gulbenkian e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França permitiu que esta obra fosse veiculada noutros idiomas.



Sebastian Körber é vice-secretário geral e diretor do departamento de “Media” do Instituto de Relações Internacionais (ifa).

O potencial da cultura

Não há dúvida: A cultura pode ajudar a resolver conflitos (e também pode ser utilizada de forma abusiva, para os avivar). Mas o trabalho cultural não pode substituir as iniciativas políticas (e económicas) para a solução de conflitos. Que contributo pode dar a cultura na regulação de conflitos? Como podemos utilizar o papel positivo desempenhado pela cultura? Que iniciativas políticas culturais externas deverão ser desenvolvidas pela Europa nas regiões em crise?





Além da neblina cultural Enquanto um conflito for predominantemente determinado por diferenças de interesses, haverá compromissos pragmáticos: quotas na função pública, divisão de terras ou de recursos. Mas se as linhas de conflito forem interpretadas como parte de um conflito entre valores culturais diferentes, o conflito de interesses passa a ser de identidades. Não fará todo o sentido recorrer à cultura para resolver esse conflito? *Jochen Hippler*



Pelo menos desde os anos noventa do século passado, e especialmente desde os ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001, a ligação entre a cultura e os fatores culturais e os potenciais ou reais conflitos obteve maior atenção por parte do mundo da política e da ciência. Porém, esta discussão é já muito mais antiga, mesmo que não tenha sido tão frequentemente debatida com a mesma intensidade. Quando, em 1993, Samuel Huntington publicou o seu aclamado ensaio sobre o “choque entre as culturas” (seguido de um livro com o mesmo nome), eclodiu uma discussão acesa e global, contribuindo, por fim, para que as Nações Unidas, por sugestão do antigo presidente iraniano, Mohammad Khatami, declarassem o ano 2001 como o “ano do diálogo entre as

civilizações”. E foi precisamente nesse ano que se realizaram os ataques terroristas da al Qaeda, no dia 11 de setembro.

As relações islâmico-ocidentais estão gravemente sobrecarregadas por este crime e pela subsequente “guerra contra o terrorismo” dos EUA (incluindo Guantánamo e Abu Ghraib), bem como pelas guerras no Afeganistão e no Iraque. Muitos governos e numerosos atores privados tentaram, simultaneamente, reforçar o diálogo islâmico-ocidental, através do qual se pretendia conseguir abafar os conflitos daquela altura e estabelecer uma forma de prevenção de futuros conflitos. Esse diálogo, porém, passou para segundo plano quando as imagens dramáticas do 11 de setembro começaram a desvanecer-se.

Pouco depois, um outro aspeto da ligação entre cultura e conflito captou a atenção pública. O problema dos estados frágeis e falidos e a experiência de que a criação de uma estabilidade bem-sucedida é limitada – apesar do grande investimento de pessoal e meios no Afeganistão (e durante alguns anos no Iraque) – levantam uma questão: se os meios políticos em matéria de segurança (especialmente militar) em semelhantes situações de conflito não estarão a ser sobrestimados

e se outros meios, mais “suaves”, não seriam um instrumento aplicável e mais promissor. Isto é especialmente verdade devido à estreita ligação entre as dinâmicas de conflito e as questões étnicas e religiosas – ou seja, culturais – que são muito pouco influenciáveis por via militar. É, por isso, importante que, em casos como estes, seja feito uso de uma política cultural – com a qual a política europeia externa, no domínio da cultura e da educação (AKBP), ganharia importância, tendo ela sido, e podendo continuar a ser, patrocinadora do “diálogo entre as culturas”.

Os conflitos dentro das sociedades e entre elas surgem normalmente devido a interesses divergentes. Quando atores ou grupos têm os mesmos interesses, ou interesses similares, o surgimento de conflitos é menos provável e raro. Se ainda assim estes surgem, devido a mal-entendidos ou fatores psicológicos, são normalmente curtos e as soluções são bastante acessíveis, por exemplo, através de compromissos. Os conflitos tendem a assumir formas mais graves e a ser de solução mais difícil quanto mais forte for a oposição de interesses dos respetivos atores. Os conflitos de interesse na forma de um jogo de soma nula (o que um lado ganha, o outro perde) são obviamente e estruturalmente muito problemáticos – e, quando se referem a matérias existencialmente importantes, são particularmente obstinados, dolorosos e difíceis de ultrapassar.

A referência a “interesses” diferentes, contraditórios ou mutuamente exclusivos pode, porém, sugerir prematuramente que os conflitos daí resultantes teriam um caráter algo “objetivo”. Pode ser esse o caso nalgumas situações extremas – quando, por exemplo, uma parte necessita de um recurso para a sua sobrevivência que não

se possa partilhar – mas, regra geral, os “interesses” não são “objetivos”, e sim socialmente transmitidos.

O que são os meus interesses não pode ser determinado com a máquina calculadora ou com a fita métrica, mas depende das minhas próprias necessidades, intenções, características e outros fatores, ou seja, de quem eu sou e do que considero ser mais ou menos importante na vida. Se considero o álcool, as artes, a sociabilidade, o silêncio, o prestígio, os carros desportivos, ou outras coisas, como elementos centrais ou menos importantes, e em que medida, isso depende também da pessoa que sou e do modo como quero viver a minha vida.

O mesmo se aplica aos grupos menores ou maiores ou a estados inteiros: O “espaço vital a Leste” foi claramente, no contexto político-social da Alemanha dos anos trinta e da primeira metade dos anos quarenta do século passado, um “interesse nacional” decisivo – nos anos sessenta já não era assunto, como não o é até aos dias de hoje.

Concorrência de culturas políticas específicas

Dito de outra forma: os “interesses”, que desempenham um papel importante na criação e desenvolvimento de conflitos, são, em primeiro lugar, também sociais, subjetivos e “culturais” e, em segundo lugar, variáveis. Pode dizer-se que os interesses representam a articulação social e, consequentemente, cultural, de objetivos sociais e comuns, de intenções e necessidades, e surgem devido aos conflitos dentro da sociedade. São, portanto, um produto

da “política cultural” de um grupo ou sociedade, que se desenvolve no âmbito da concorrência de culturas políticas específicas de subgrupos.

Aqui entram em jogo dimensões de interesses “objetivos” (necessidades de exportação, pastagem e diminuição da pressão demográfica, etc.). Finalmente, os “interesses” representam, sobretudo, as articulações da percepção da necessidade objetiva de reprodução que conduz à ação, e não o próprio interesse. Este raras vezes é imediato e absoluto, geralmente dependente do trilho (se criarmos uma economia mais virada para o mercado interno, diminui a dependência da exportação; uma transposição da indústria pecuária extensiva para a agricultura diminui a necessidade de pastagem) e é culturalmente definido. É assim que a cultura política de uma sociedade ou de um grupo se torna um fator relevante na gênese de um conflito – e simultaneamente na potencial transformação do conflito.

Há um segundo aspeto no que diz respeito à articulação cultural das necessidades de reprodução „objetivas”: frequentemente, numa gênese de conflito não se articulam somente os próprios interesses, mas faz-se a ligação desses interesses com a própria identidade ou com a identidade percebida de um outro, ou de uma contraparte. Não só aquilo que eu quero, mas também quem eu sou (ou quem a contraparte é ou aparenta ser) torna-se parte do conflito. Os preconceitos ou as imagens distorcidas sobre um grupo estranho podem desempenhar um papel importante nesta questão.

Por outras palavras: as pessoas e os grupos não vêm os concorrentes do poder ou

dos recursos apenas enquanto tal, mas, sobretudo, em sociedades heterogêneas, também como culturalmente e etnicamente “diferentes”. Frequentemente, essa diferença é usada como justificação para um conflito, embora se trate talvez de interesses concretos, como, por exemplo, terras, empregos ou influência. É assim que os conflitos podem ser “culturalizados” – o que os torna mais dificilmente solucionáveis.

Enquanto um conflito for predominantemente determinado por diferenças de interesses, haverá também, frequentemente, compromissos pragmáticos: quotas na função pública, divisão de terras ou de recursos. Se as mesmas linhas de conflito, porém, são interpretadas como parte de um conflito de valores culturais diferentes, o conflito de interesses passa a ser um conflito de identidades. E, nesse caso, dificilmente se encontra um compromisso: os grupos conseguem resolver interesses divergentes por via do compromisso – mas quando se trata da própria identidade, é raro haver compromissos. Quem eu sou não é negociável; quando muito, o que eu quero. E quem está disposto a debater sobre uma delimitação de esferas de interesses que atenua o conflito, também não vai sacrificar a sua própria identidade.

Há um terceiro aspeto das influências culturais sobre as dinâmicas de conflitos

“É assim que a cultura política de uma sociedade ou de um grupo se torna um fator relevante na gênese de um conflito – e simultaneamente na potencial transformação do conflito.”

no contexto da delimitação para o exterior e mobilização para o interior. A cultura política, e sobretudo as identidades políticas, podem vir a ser recursos de atores políticos e, no entanto, ganhar alguma vida própria, que, em casos pouco favoráveis, pode descontrolar-se. As identidades políticas, entre elas também a etnicidade no sentido mais lato (ou seja, incluindo elementos nacionais, religiosos e tribais) são, em regra, menos claramente determinadas e menos facilmente determináveis do que muitos atores afirmam e muitos observadores julgam.

Precisamente a sua indeterminação permite utilizar essas identidades políticas como meio para a delimitação de fronteiras e para a definição do *ingroup* e do *outgroup*. Podem ser aplicadas de maneira integrativa (por exemplo: todos os muçulmanos são iguais e constituem uma sociedade, mesmo que pertençam a nações ou grupos linguísticos diferentes), mas também de forma fragmentada (ou seja: xiitas não são verdadeiros muçulmanos, mas sim hereges). Este tipo de delimitação atinge uma realidade social que está sempre marcada por um grande número de identidades sobrepostas.

Assim, é possível ser simultaneamente iraquiano, muçulmano, sunita, curdo, secular e igualmente intelectual, homem, membro de um determinado partido, músico e pai de família, para mencionar apenas algumas possibilidades. A capacidade de criar uma identidade pessoal consiste, numa situação normal, no facto de todas estas propriedades e subpropriedades unirem, esclarecerem prioridades, resolverem ou apaziguarem potenciais contradições e, se possível, integrarem. Trata-se

de uma tarefa “cultural” criativa, que os indivíduos e os grupos desempenham diferentemente bem.

No contexto de conflitos político-sociais que estão no início ou em escalada, sobretudo quando tendem a ser violentos, determinados aspetos da identidade podem ser colocados sob pressão, em particular os que têm potenciais ou reais implicações políticas. Quando, por exemplo, membros de um grupo religioso, nacional ou étnico estão a ser sistematicamente perseguidos, a pertença (ou não-pertença) a esse grupo, mais precisamente, a respetiva parte da própria identidade, torna-se mais importante. Num caso extremo pode vir a ser uma questão de vida ou morte, pertencer a um determinado grupo ou não (hutu/tutsi, judeus/“arianos”).

A redefinição ou reavaliação da pertença a um grupo altera fundamentalmente a cultura política de um país e é um elemento frequente das dinâmicas de conflitos. Na antiga Jugoslávia, no Iraque ou na Síria observava-se claramente a importância de tais fatores para a escalada da violência política. Quando, num tal contexto, um certo grau de violência é ultrapassado, aceleram e aprofundam-se as delimitações das fronteiras e a questão de identidade étnica torna-se uma questão de segurança pessoal: a ameaça vem, de forma objetiva ou subjetiva, de um outro grupo étnico; apenas a milícia ou outras unidades do “próprio grupo” podem oferecer proteção.

A sensação legítima ou injustificada da ameaça por um grupo “estranho” e as possibilidades de proteção através de organizações do “próprio” grupo são pontos de partida para a mobilização de apoio político, ativação e recrutamento através dos atores da violência étnicos. É nesta fase que há uma divisão na sociedade em grupos

inimigos que se ameaçam uns aos outros, por um lado e, por outro lado, há a crescente pressão de homogeneidade e disciplina dentro desses grupos. As respectivas elites políticas podem fazer uso da delimitação e confrontação do exterior, para, no interior, legitimar o próprio poder, fortalecer, gerar e instrumentalizar a mobilização social.

Deve mencionar-se que todos os aspectos da “cultura política” até agora referidos se encontram no nível da identidade individual e coletiva, ou seja, que se baseiam numa noção de cultura no sentido mais lato. Estas questões estão inteiramente associadas às questões de cultura no sentido mais restrito. Assim, os músicos, historiadores, arqueólogos, linguistas e outros criadores de cultura podem desempenhar um papel fundamental no apuramento ou até na criação de identidades etnonacionais, etnorreligiosas ou outras identidades políticas – por exemplo através da criação ou harmonização de uma língua nacional, da constituição retrospectiva de uma “história nacional” ou através da postulação de uma literatura e/ou música nacionais, ou da cultura de um modo geral.

É assim que as artes e a cultura são colocadas ao serviço da formação da identidade, e criam ou fortalecem pontos de partida ou possibilidades de identificação emocional com um outro grupo social, que anteriormente não existia ou existia apenas de forma limitada. A ciência da história, dependendo do contexto, necessidade e ponto de partida, consegue trabalhar afinidades históricas reais e sistematizá-las ideologicamente, colocando-as num novo enquadramento de sentido, ou então projetar o suposto presente nacional para o passado e reviver velhos mitos ou criar novos. A visão de ter uma nação alemã sem interrupções e na continuação da história dos germanos,

e de idolatrar o “Hermann” da Batalha de Varus enquanto herói alemão da liberdade pode servir como exemplo. A poesia, a ciência da história, a pintura, a música e a arquitetura (“monumento de Hermann”) desempenharam papéis importantes para tornar numerosas identidades alemãs numa só identidade homogênea que, simultaneamente, deveria unir-se contra os suíços franceses (romanos, franceses).

A segunda metade do século XIX foi, sobretudo na Europa central, a este e sudeste, um tempo de formação da identidade cultural e nacional com uma base cultural. Processos comparáveis aconteceram, e acontecem, também ao nível dos grupos étnicos, movimentos religiosos ou ao nível de unidades tribais maiores – mas, aparentemente, são apenas uma opção política e histórica paralelamente a outras, visto que muitas “nações” ou grupos étnicos, ao longo da sua história, se dissolvem noutros grupos totalmente diferentes. No contexto do fortalecimento ou enfraquecimento de novas identidades de grupo, as artes e a cultura podem também vir a desempenhar um papel importante no sentido mais estrito – e influenciar dinâmicas de conflitos. Também a política cultural estatal e não-estatal se torna relevante no contexto desse conflito.

Até agora, falava-se explicitamente ou implicitamente de conflitos de grupos dentro de sociedades. Porém, também pode haver conflitos de carga cultural entre estados – basta lembrar a antiga “inimizade franco-alemã”, que alegadamente e fundamentalmente provinha de mentalidades e sistemas de cultura e valores diferentes.

Acima de estados nacionais individuais, ou transversalmente a eles, há também conflitos de cariz cultural. Este pode ser o caso no patamar regional quando, por exemplo, determinados grupos de identidades culturais, étnicas, ou outras, vivem espalhados em diversos países vizinhos (os curdos na Turquia, no Irão, no Iraque e na Síria) e os respetivos conflitos estão diretamente ou indiretamente ligados ou se influenciam uns aos outros.

O potencial de conflito nos casos de grupos que vivem em outras comunidades da diáspora, mais distantes (migrantes turcos e curdos na Alemanha, migrantes norte-africanos na França) é ligeiramente diferente. Quando a comunidade da diáspora existe no contexto de meios culturais e sistemas jurídicos diferentes e tem contacto limitado com a sua sociedade de origem, há fatores adicionais para a dinâmica de conflito que provêm do grau de integração ou não integração nos países de acolhimento. Esses, porém, têm de ficar fora deste artigo.

Há um caso particular de uma ligação entre cultura e conflito, a nível muito geral, que já tinha mencionado no início deste artigo, nomeadamente as relações islâmico-ocidentais. Em primeiro lugar, trata-se de um caso excecional, visto que o termo

“ocidental” não tem conotação positiva e, por isso, o grupo populacional referido fica indefinido. Para além disso, são aqui confrontadas duas categorias que dificilmente se comparam: “os muçulmanos” são definidos como religiosos e culturais, no entanto não são comparados com os cristãos (nem com outros grupos religiosos, nem com os ateístas), mas sim com um grupo alargado que não é determinado de forma religiosa (ou antirreligiosa) mas é determinado culturalmente, de forma indefinida. O cristianismo é frequentemente atribuído ao “Ocidente”, mas isso juntaria os cop-tas, maronitas e outros cristãos do Médio Oriente e muitos cristãos na Ásia, África e América Latina, por causa da sua pertença a um grupo religioso, ao “Ocidente”, o que não faz sentido. Inversamente, a pertença ao Ocidente também não pode ser caracterizada por atitudes agnósticas, seculares, antirreligiosas ou ateístas, visto que, assim, muitos cidadãos norte-americanos ou europeus ficariam excluídos.

Nessa comparação, fica também por esclarecer se os muitos milhões de muçulmanos que vivem na Europa ou na América do Norte são atribuídos ao lado “muçulmano” ou ao “ocidental”, neste par de opostos.

Rejeição pelo Ocidente

Mesmo que estes grupos de referência da “oposição islâmico-ocidental” sejam indefinidos e pouco claros, também não se pode negar que há potencial de conflito neles. Contudo, tal como a política ocidental e as intervenções militares no

“No contexto do fortalecimento ou enfraquecimento de novas identidades de grupo, as artes e a cultura podem também vir a desempenhar um papel importante no sentido mais estrito – e influenciar dinâmicas de conflitos.”

Próximo e Médio Oriente não são contra “o Islão” (facto que lhes é, frequentemente, imputado nessa região), mas têm o objetivo de salvaguardar interesses concretos, as sociedades muçulmanas também não rejeitam, de um modo geral, “o Ocidente”, ou a cultura ocidental. A relutância e a resistência são frequentemente contra os Estados Unidos e o seu governo, mais precisamente, contra uma política americana caracterizada como sendo imperial e arrogante, um ponto de vista que muitos europeus (“ocidentais”) partilham, mas que é articulada de modo cultural diferente. Na Europa, o antiamericanismo não é mascarado com fórmulas religiosas.

Ora, o núcleo do conflito islâmico-ocidental parece estar na conjunção de vários fatores:

- o óbvio desequilíbrio de poderes entre os países norte-americanos e europeus ocidentais em comparação com os países do Próximo e Médio Oriente;
- a coocorrência de crises económicas, políticas e culturais em numerosos países do Próximo e Médio Oriente;
- a contradição entre a admiração das “conquistas” ocidentais (técnicas, económicas, políticas e culturais) e a necessidade simultânea de igualdade e conservação da autonomia cultural e identidade;
- a experiência de que muitos ditadores e regimes repressivos na região são apoiados por governos ocidentais (EUA, França, e outros) e que servem mais para perseguir os seus próprios interesses do que os interesses da população;
- o apoio direto ou indireto da ocupação israelita de territórios palestinianos por parte de governos ocidentais;

- e uma política externa e militar dos países ocidentais caracterizada como sendo imperial e arrogante (de novo, sobretudo os EUA) no Próximo e Médio Oriente, que durante algum tempo foi simbolizada pela ocupação do Iraque.

O núcleo do conflito islâmico-ocidental é, portanto, político, mesmo tendo a sua base em crises de desenvolvimento dentro das sociedades e em défices no Próximo e Médio Oriente (corrupção, ditadura, estagnação, etc.) e, simultaneamente, tem componentes culturais (ambição por independência cultural e identidade, que frequentemente é articulada de forma religiosa e não apenas através de categorias nacionais).

Por fim, provêm de razões seculares e políticas e diferenças de interesses: as relações islâmico-ocidentais (mais precisamente: as relações dos países ocidentais mais importantes com o Próximo e Médio Oriente) concentram-se sobretudo em torno de questões como o fornecimento de energia, a estabilidade e a segurança, a segurança de Israel, o impedimento de migrações para a Europa e a otimização de poderes ocidentais na região. Muitas elites e governantes da região cooperaram estreitamente com a política ocidental, enquanto grandes partes da população o rejeitavam – o que aponta novamente para o facto de que a linha de divisão entre “o Ocidente” e “o Islão” (ou os muçulmanos) não é fácil.

Tal como em muitos conflitos de interesse, também o interesse islâmico-ocidental é frequentemente cultural e, deste

modo, ideológico – e elevado a “conflito entre culturas”. De repente, sociedades “islâmicas” e “ocidentais” confrontam-se numa suposta ação de defesa, na qual já não se trata dos próprios interesses, mas sim, ou sobretudo, dos seus “valores” e da sua identidade política cultural. Isso dificulta a solução de um conflito e leva a um endurecimento político e ideológico, o que, por outro lado, é apresentado como um sinal da própria assertividade cultural.

Quando experiências violentas dramáticas parecem comprovar isso (o 11 de setembro e outros ataques terroristas em países ocidentais, as guerras no Afeganistão e no Iraque, a ocupação da Palestina), o “clash of civilizations” torna-se mais plausível. Os conflitos de interesses e/ou o poder político parecem ser conflitos de valores e identidades – o que faz com que essas dimensões do conflito cultural se tornem mais importantes também na realidade. Por isso, a religião islâmica é, sob determinadas condições, utilizada como código linguístico e cultural para a articulação da resistência antiocidental.

E é aqui que começa, e deve começar, o “diálogo entre as culturas”. Esse diálogo, se não se limitar apenas a fórmu-

“Um diálogo intercultural, por si só, não resolve os conflitos, visto que não provém primariamente das diferenças ou práticas culturais. Mas podia e pode, em princípio, desempenhar um papel de apoio nos casos em que os conflitos políticos têm de ser também politicamente resolvidos.”

las retóricas de evocação, tem de ser um diálogo que confronta a culturalização e ideologização do conflito e que as remete para a sua real estrutura de interesse e dimensões políticas. Neste sentido, um diálogo intercultural, por si só, não resolve os conflitos, visto que não estes provêm primariamente das diferenças ou práticas culturais. Mas podia e pode, em princípio, desempenhar um papel de apoio nos casos em que os conflitos políticos têm de ser também politicamente resolvidos.

Sem isso, há o perigo que o conflito se torne numa neblina cultural, por forma a esconder a política “dura” – ao praticar uma violenta política de interesses, falando ao mesmo tempo de religião, “valores culturais” e “coisas em comum”. Quando são levados a cabo diálogos interculturais para a resolução política de conflitos, de forma sincrónica, e com base em medidas de política de desenvolvimento e cooperação económica, estes podem ser absolutamente valiosos e representar uma contribuição importante. A sua possibilidade de impacto, porém, depende do facto de não serem um substituto para a política, mas simplesmente um elemento geral de solução de conflitos a par de outros.

No contexto das outras relações entre conflitos e cultura, brevemente mencionadas, coloca-se a questão se a política europeia externa desempenha ou deve desempenhar um papel, e qual seria esse papel. A União Europeia, enquanto potência civilizada e vizinha de uma região de crises estável, desempenha aqui, precisamente, um papel exigente. Não na concorrência, mas enquanto complemento coordenador da política cultural externa nacional, e de-

veria intensificar aqui a sua ação – e o jovem serviço externo da União deveria ser concebido de forma a conseguir executar esta tarefa.

Ao fazer isso, a política cultural externa não deveria desempenhar um papel importante na política europeia externa, mas sim, no sentido lato de uma noção de cultura, devia ser feita à medida da prevenção e do tratamento de conflitos. Devem encorajar-se e reforçar-se as abordagens, que até agora foram ainda muito tímidas.

Deve lembrar-se também que, frequentemente, estas medidas têm de ser executadas em meios difíceis ou até em “terrenos minados”, sobretudo em regiões de crises e conflitos. Nesses casos, são executadas sob condições difíceis, que limitam a sua possibilidade de sucesso. Os potenciais ou prementes conflitos violentos numa sociedade têm grande influência sobre o trabalho cultural externo e determinam em grande parte as suas possibilidades e fronteiras. Uma vez desencadeado o conflito violento, a política cultural externa torna-se impossível, visto que o perigo para o pessoal seria demasiado elevado e que o efeito preventivo esperado, a médio ou longo prazo, já viria, de qualquer forma, tarde de mais. Também o enquadramento político dominante é, muitas vezes, um obstáculo. Em casos desses, seria um grande problema prestar pouca atenção ao contexto marcado pelo conflito ou ter expectativas pouco realistas quanto aos efeitos – consequentemente, a cultura política externa tem de levar a sério e ter em consideração todos estes aspetos.

Mas seria insuficiente tentar entender apenas de modo negativo a ligação entre a política cultural externa e os conflitos. Em

muitos dos casos, ela pode ser concebida de forma a contribuir para a prevenção ou atenuamento de conflitos. Essa hipótese, porém, pressupõe uma conceção correspondente e um nível de conflito que não seja demasiado elevado – e não pode ser sobrecarregada por expectativas exageradas.

Então a política cultural externa, europeia e nacional, pode representar uma hipótese e ganhar importância. Por natureza, as identidades etnoculturais não são abordáveis pela diplomacia clássica, mas uma política cultural perspicaz pode procurar, pelo menos, ajudar a refletir sobre o caráter da própria identidade, treinar padrões de perceção pluralistas e contrariar uma “culturalização” de conflitos.

Abordar emoções

É certo que a ação cultural não deve ser sobrestimada neste campo, mas, em conjunto com outras ferramentas de processamento de conflitos, pode contribuir com aspetos valiosos. Através de filmes, teatros, processos de diálogo e atividades artísticas conjuntas de representantes de grupos de identidade diferentes consegue-se, pelo menos em certa medida, não só apelar aos próprios interesses das pessoas, mas tam-

“Ao fazer isso, a política cultural externa não deveria desempenhar um papel importante na política europeia externa, mas sim, no sentido lato de uma noção de cultura, devia ser feita à medida da prevenção e do tratamento de conflitos.”

bém aos seus sentimentos e identidades e refletir sobre a ligação entre as duas coisas. Filmes sobre contextos dos conflitos Palestina/Israel e Índia/Paquistão são disso bons exemplos: o filme “O coração de Jenin” conta a história de um palestino que doa os órgãos do filho assassinado a crianças israelitas, a curta-metragem “Wagah” retrata o regime fronteiriço entre a Índia e o Paquistão de forma humorística. Neste e noutros casos, as políticas externas culturais europeia e alemã têm desempenhado um papel promotor.

Depois de 2001, na sequência da reação da política externa aos atos de terrorismo do dia 11 de setembro, atribuiu-se um papel mais forte e concreto à política externa da cultura e da educação na prevenção e tratamento de conflitos. Foi sintomático que na Alemanha tenham sido atribuídas somas mais elevadas para a política cultural externa, nomeadamente, em programas de diálogo das organizações intermediárias, do que para as “medidas antiterrorismo”.

Esta tendência de integrar de forma mais intensa a política cultural em conceitos de paz e segurança política ficou mais uma vez patente na publicação de 2004, intitulada “Plano de ação para a prevenção de crises civis, resolução de conflitos e consolidação da paz” do Governo Federal alemão. Nesse documento, apura-se que a prevenção de crises dispõe de uma dimensão cultural importante e que o entendimento intercultural e o respeito pelas outras culturas é uma condição prévia decisiva para a prevenção de crises. Desta forma, a política externa para a cultura e a educação abriu um campo de ação importante. O diálogo e o intercâmbio fazem parte destas medidas, mas tam-

bém a “transmissão de valores sensíveis à cultura e ferramentas para a prevenção de crises”, bem como o “apoio dos sistemas educativos que promovem o trato não violento de conflitos e perspectivas diferentes, sobretudo no que diz respeito a conteúdos contemporâneos em sala de aula.”

O documento menciona, entre outras coisas, o diálogo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a participação no ano do diálogo entre as culturas, atividades do Goethe-Institut e do Instituto de Relações Internacionais (ifa). É igualmente apurado que: “medidas de *capacity-building* de organizações locais são parte integrante da política externa de cultura e educação. O Serviço Alemão de Intercâmbio Académico (DAAD), a Fundação Alexander von Humboldt e a Conferência de Reitores do Ensino Superior participam na manutenção da paz e na prevenção de crises, por exemplo, no âmbito das tentativas de estabilização internacionais no sudeste da Europa e no Afeganistão.

Entretanto, parece que também neste campo se instalou um certo desencanto. Nem sempre é claro se as afirmações fundamentais e conceptuais são mesmo inteiramente levadas a sério e postas em prática.

Por isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão afirma no novo documento, intitulado “Política externa para a cultura e a educação no contexto da globalização”, de setembro de 2011, que quer atribuir uma importância especial à política cultural externa e que tem grandes exigências. Garantir a paz faz parte dos três objetivos predominantes. Diz-se que isso “contribui para a solução de conflitos regionais e locais, sobretudo onde o conflito tem as suas origens em antagonismos culturais, religiosos e ideológicos”. Noutra





passagem do documento, pode ler-se: “o diálogo cultural e a oferta de ensino podem ser elementos essenciais para a estabilidade política e social. Em estados com perigo de conflitos, queremos prevenir crises agudas, mais precocemente do que no passado, com programas de cultura e educação.”

Todos estes objetivos políticos são, sem dúvida, sensatos e importantes. É notável que tenham sido integrados no campo de ação da política cultural externa – pelo menos, a nível de exigência. Se essa exigência é efetivamente levada a cabo, isso já é menos claro. É este o caso, sobretudo no que diz respeito ao diálogo com o Islão, o qual já não é feito por um enviado especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas está integrado no plano normal de negociações do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nos últimos anos, a insistência com a qual a política cultural externa e os esforços de diálogo para o tratamento de conflitos são especificamente aplicados está a diminuir. E isso é lamentável. As iniciativas europeias seriam, portanto, desejáveis e úteis.

As possibilidades, mas também as fronteiras da política cultural externa, enquanto ferramenta de prevenção e tratamento de conflitos, estão a ficar mais claras na sua totalidade. É evidente que não terão chance, por si só, de ultrapassar conflitos mais profundos dentro de estados, ou entre estados e sociedades – como no Médio Oriente, no Afeganistão ou entre a Índia e o Paquistão. Para isso são necessárias soluções políticas, e também pressão e influências políticas – através de esforços coordenados europeus e nacionais. Se tal abordagem política for ativamente levada a cabo, a política cultural externa pode contribuir com elementos úteis, e até significativos, para flanquear o conflito – se tais soluções políticas faltarem ou os atores não as levarem a sério, a política

cultural externa também não pode ser um substituto. Para a política cultural externa, enquanto ferramenta europeia da prevenção e tratamento de crises, há, sobretudo, dois campos: intensificar e redirecionar os diálogos com o mundo islâmico, no âmbito das relações internacionais, de modo a ir contra as imagens ainda algo populares de um “clash of civilizations”; para tal, na sequência da Primavera Árabe, surgiram novas possibilidades, mas não só, surgiram também necessidades adicionais. A Europa devia, conseqüentemente, promover de modo mais intensivo o fortalecimento de procedimentos pluralistas nas sociedades heterogêneas e procurar atenuar a culturalização de conflitos. Nesses campos, seria desejável que a Alemanha e a Europa tentassem efetivamente, com novo ímpeto, dar vida às próprias exigências.

Jochen Hippler é politólogo e investigador sobre a paz no Instituto pelo Desenvolvimento e pela Paz (INEF) da Universität Duisburg-Essen. Um dos seus focos principais é a ligação entre violência política, governança e identidades políticas e intervenções militares de países ocidentais. A ênfase das suas investigações está nas regiões do Próximo e Médio Oriente, bem como no Afeganistão e Paquistão.

Mais cultura na política global A Europa deveria investir nas relações culturais ao nível mundial, para fazer uso da sua experiência no que diz respeito à coexistência pacífica, ao diálogo cultural e multilingue e à prática da construção da confiança na UE. Também no domínio da liberdade intelectual se realizaram experiências, neste continente, das quais outros povos podem beneficiar. Tudo isto são receitas para lidar com os conflitos, e, sobretudo, evitá-los. *Damien Helly*



O debate sobre as componentes culturais das relações externas alarga-se. Ainda há menos de um século se questionou a relevância das relações culturais para a diplomacia da UE, e no entanto, hoje em dia, essa importância é evidente. Atualmente, os diplomatas reconhecem que a Europa tem de desenvolver uma sólida diplomacia cultural que vá além da *nation branding*, para formar um bloco num mundo cada vez mais multipolar, senão mesmo interpolar. O Exército, dramaticamente exposto no Afeganistão, Paquistão, no Líbano e em África, deve reconhecer, na gestão da crise, o valor das abordagens que têm em conta as sensibilidades culturais. A Associação para o Desenvolvimento Solidário de Cooperação (*Gemeinschaft*

für Entwicklungshilfe), que se encontra numa crise existencial, procura, na cooperação internacional, abordagens alternativas. A diplomacia cultural nacional corre o perigo de se diluir num mundo globalizado, em que as comunidades transnacionais tenham, entretanto, aprendido a desenvolver as suas próprias iniciativas culturais.

As redes que compreenderam que os seus ideais de igualdade e partilha de uma humanidade e imaginação através da cultura podem conduzir a diálogos e debates multidimensionais e multilingues reconhecem finalmente que as relações culturais neste contexto desempenham um papel central.

Nas ONG, nos *lobbies* das redes de trabalho, nas organizações supranacionais, nos institutos culturais e também no Parlamento Europeu, os especialistas em relações internacionais perceberam que a cultura é importante e reclamam mais cultura na política global.

Finalmente, alguns decisores, políticos e financiadores convenceram-se de que as relações culturais alicerçadas no interesse de todos os europeus requerem estratégias políticas inteligentes e ambiciosas no mundo inteiro. A estruturação da política é um exercício perigoso, uma faca de dois gumes: o excesso de estratégia,

conceitos e burocracia dificultam a ação. Os artistas, curadores, ativistas culturais, cidadãos, jornalistas e os fanáticos da informática não ficaram à espera dos Estados nem da UE para fazer aquilo que os outros agora lhes querem pregar: fazer cultura em todos os azimutes, *tutti frutti* e a todos os níveis da globalização. Eles sabem do que precisam para desenvolver os seus projetos e realizar as suas ideias: vamos primeiro ouvi-los.

A prevenção da violência é um dos muitos instrumentos utilizados pela UE na sua ação atual. A prevenção é o exemplo de um domínio no qual muito se pode fazer. A prevenção compreende um vasto leque de ações ao longo de um ciclo bem conhecido – prevenção da crise, gestão da crise, reconstrução após um conflito e construção da paz até à coexistência pacífica. Gostaria de definir da seguinte maneira as relações culturais como instrumento de prevenção:

As relações culturais procuram construir, partilhar e apresentar metáforas para os conflitos, como instrumento de prevenção. Isso implica colocar as coisas em questão, até certo ponto, identificar as tensões e a violência que devem ser evitadas, e um esforço de reformulação, interpretação e intercâmbio que tenha como objetivo apresentar um tipo de produção cultural caracterizada pela sua força estética e significado multidimensional. Não tem de estar obrigatoriamente ligada à arte para surtir um forte efeito estético: aprender uma língua ou adquirir determinadas competências tem a sua própria beleza (pode consultar-se uma outra definição em Helmut Anheier e Yudhishtir Raj Isar: “Conflicts and Tensions”, *The Cultures and Globalization Series*, página 281).

Alerta precoce, ação antecipada

Alerta precoce, do ponto de vista cultural, significa encenar o conflito e a violência antes que estes se transformem em realidade. Isso pode assumir várias formas. O conceito de grupos de trabalho culturais de reação rápida, como foi proposto pelo músico Ferdinand Richter, baseado na sua experiência de trabalho em Marselha com jovens profissionais do Hip-Hop, logrou motivar a formação de grupos culturais europeus de alerta precoce e de reação – segundo o modelo dos já existentes CRT (Crisis Response Teams).

A mobilização de especialistas culturais em áreas suscetíveis ao conflito, para avaliar a necessidade de prevenção cultural poderá ser um passo em frente. Poder-se-ia começar por instalar projetos-piloto que seriam desenvolvidos em ambientes urbanos, onde já tenha sido demonstrado, através de estudos prospetivos, que no futuro se poderão concentrar tensões sociais e políticas, assim como tensões ambientais e relacionadas com a segurança.

Identificar antecipadamente os riscos de violência e de crise é um trabalho que se designa por alerta precoce. Quem, na sociedade, sente melhor que os artistas e os trabalhadores da cultura quando algo não vai bem? Quem estabelece as ligações entre a produção cultural e as emergências sociais? E quem está mais em posição de lidar com as situações que os rodeiam do que aqueles que têm uma sensibilidade especial relativamente às identidades plúrais, às falsas percepções, às incompreensões e às tensões multiculturais? Um dos mais recentes exemplos de prevenção cultural da violência na Europa encontra-

-se na ação desenvolvida no âmbito do festival Transeuropa 2011, “Arte como Ativismo-LGBT” (Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero): da Grã-Bretanha à Bielorrússia”, a campanha-performance que examinava a visibilidade lésbica e homossexual por toda a Europa e apontava temas candentes de violência homofóbica em Belgrado, no Zagreb e em Minsk.

Quando tudo vai bem, os meios de comunicação não falam disso. Também não reconhecem que há pessoas a trabalhar para que tudo corra bem. As relações culturais e sociais são um jardim que é preciso cuidar e regar. As relações culturais são o meio que nos ajuda a viver juntos, apesar das circunstâncias económicas mais duras. Logo que se quebrem, começam a desaparecer.

Quando se destroem os símbolos, crescem os ódios. Por exemplo, o papel de uma série televisiva, desenvolvida pela ONG Search for Common Ground, que retratava a convivência pacífica das comunidades na Macedónia e em Serra Leoa, ilustra muito bem, neste sentido, como é possível fazer trabalho de prevenção através dos meios de comunicação tradicionais. Encontramos outros exemplos em todo o mundo, como no Sri Lanka, onde se tematizou a violência entre comunidades por intermédio do teatro. (Para mais informação leia-se “Conflicts and Tensions” de

“Identificar antecipadamente os riscos de violência e de crise é um trabalho que se designa por alerta precoce. Quem, na sociedade, sente melhor que os artistas e os trabalhadores da cultura quando algo não vai bem?”

Helmut Anheier e Yudhishtir Raj Isar, pp. 296-305. O mesmo livro tem um capítulo sobre as emissoras de rádio na Colômbia e sobre o afro-reggae no Brasil.)

A cultura é a esperança que pode voltar a crescer, tal como as flores e as árvores que medram de sementes plantadas em cima das ruínas. Assim como aguaceiros e oxigénio são suficientes para fazer ressuscitar ecossistemas humanos frescos e férteis, da mesma maneira, também a cultura pode fazer reacender a esperança em mentes e comunidades perturbadas e ajudar a ultrapassar pesadelos, preocupações e raiva. A cultura não é a justiça, mas ergue a sua voz nesse sentido e aponta novas possibilidades para o futuro.

O ativismo cultural em áreas onde existiu um conflito é um investimento que vale a pena: pode ir desde performances *clown* dos militares após uma batalha (como fizeram as tropas brasileiras em 2007, no bairro de lata Cité du Soleil, no Haiti), passando pela revitalização de infraestruturas culturais após um conflito, até ao reavivar de iniciativas culturais que tiveram de ser suspensas em alturas de conflito. Outras iniciativas que se prendem com a justiça da transição e da reconciliação podem igualmente envolver fortes componentes culturais, como o Gacaca no Ruanda. (Para mais informação, leia-se Helmut Anheier e Yudhishtir Raj Isar “Conflicts and Tensions”, pp. 306-312.)

E quando se deixa de acreditar nas já obsoletas ambições dos mais velhos e do passado, é altura das novas gerações e daqueles artistas que ficaram crianças reinventarem a sua herança para lá do horizonte demasiadamente conhecido. Se a Europa sofre o seu declínio político, se aqueles que representam as nossas de-

mocracias já não lutam por elas, então é tempo de as relações culturais conquistarem as ruas, mudarem os rostos, escreverem novas peças de teatro.

Como se pode assegurar uma coexistência pacífica sem nos tornarmos um império nem voltarmos a cair no nacionalismo dos anos 30? O renascimento europeu é um cenário cujos primeiros contornos já são descritos em blogs, partituras e filmes transeuropeus, longos ou breves. É a espuma fresca e fragrante de novas ondas que – impulsionadas pelo movimento de uma nova Europa, montada no seu touro mitológico – beija as costas hospitaleiras da Ásia, África e América.

Os filmes de Fatih Akin (como “Gegen die Wand”) são metáforas da Alemanha atual e da Turquia, onde a língua, a migração e o nomadismo mental contemporâneo incorporam a complexidade da cultura europeia e ensaiam experiências com ela, como indivíduos. Ela liga as pessoas à nossa sociedade e às nossas preocupações coletivas em relação à paz. Abrir espaço para as relações culturais não deve ser um fim em si mesmo, se este passo não for apoiado por um forte consenso coletivo quanto aos métodos e aos valores. Este consenso tem de ser encontrado pelos europeus, entre eles, através de debates exaustivos sobre temas controversos.

Há um dilema respeitante à convivência entre as relações culturais e o uso da violência: terá o aparelho militar legitimidade para realizar trabalho cultural ou para estar ligado a qualquer tipo de iniciativas culturais preventivas? Não existirá uma contradição intrínseca entre “o aparelho militar” e a “prevenção cultural”? Ou deveríamos ponderar sobre as

formas de tornar aceitável que o exército desempenhe um papel no domínio das relações culturais?

Força preventiva ou instrumento de hegemonia?

O segundo tema que deve ser debatido pelos europeus é a ligação entre as relações culturais e a supremacia política internacional. Por outras palavras: em que condições é que o *soft power* europeu representa mais uma força preventiva do que um instrumento da hegemonia, do neocolonialismo ou do neoimperialismo? Poderão os hegemónicos alegar que a sua diplomacia cultural se baseia no princípio de uma parceria igualitária?

O terceiro desafio para as medidas de prevenção culturais externas da Europa consiste em harmonizar as relações culturais e as diferenças de classes. Este dilema não é novo na política cultural, mas coloca-se relativamente à diplomacia cultural: estarão as relações culturais reservadas às elites? Como deverão as relações culturais lidar com as desigualdades sociais e a luta de classes?

Por fim, e isto diz respeito ao já dito anteriormente, é preciso chegar a um consenso quanto a determinados valores relativos à proteção dos direitos humanos, e esses valores terão de ser estabelecidos antes de cada nova iniciativa.

“A cultura pode fazer reacender a esperança em mentes e comunidades perturbadas e ajudar a ultrapassar pesadelos, preocupações e raiva.”

As relações culturais não podem permitir-se estar associadas a violações dos direitos humanos e os compromissos não são aceitáveis. Mas em que medida é isto verdadeiramente possível em todos os contextos, quando se diluem as fronteiras entre eficácia, interesses e valores e quando a cultura é usada na mediação, como instrumento padronizado e limitado no tempo, para promover a mudança (legal)?

Não resta sombra de dúvida: os europeus têm de investir mais nas relações culturais à escala mundial, para tirarem proveito da sua atual experiência de coexistência pacífica, das fontes de inspiração cultural para iniciativas governamentais, do diálogo cultural e multilingue, da prática de construção da confiança, e também da liberdade intelectual como multiplicadora de projetos utópicos. Esta é uma receita para lidar com os conflitos mas, sobretudo, para os evitar. O relatório de 2011 do Parlamento Europeu com recomendações sobre as componentes culturais das medidas para a política externa da UE tornou útil a maior parte daquilo que tem de ser feito relativamente à política: trabalho de casa e de secretária feito de forma inteligente, diligente e conscienciosa, como as nossas instituições sabem fazer. É altura de pegar nestas recomendações e pô-las em prática, em ação conciliada e coordenada com as instituições e organizações para as relações culturais de todo o mundo que representam atualmente a Europa e que ainda carecem fortemente de apoio daqueles que – democraticamente – têm poder e dinheiro.

A Europa não deve continuar a ser um objetivo *per se*, com o pressuposto de que, como disse uma vez Javier Solana, o “espírito” dos tratados seja inteiramente cumprido. O nosso objetivo foi, por assim

dizer, atingido com os últimos tratados e com a criação da União.

Chegou a altura de a Europa se tornar mais criativa na sua forma de expressão. O templo foi construído. Agora precisa apenas de ideias e cerimónias. Precisa das suas próprias metáforas. Precisa da sua própria mitologia, dos seus próprios sacrifícios, dos seus próprios símbolos.

Espalhar estes templos de livre acesso por todo o globo, nos quais se criam e se apoiam espaços para as relações culturais (como museus, teatros, casas de criatividade, onde as relações culturais se possam desenvolver), constituirá a base para se poderem estabelecer espaços culturais de prevenção.

Damien Helly trabalha desde 2008 para o Think-Tank da UE, EUISS (European Union Institute for Strategic Studies). Ocupa-se da África Subsaariana, das relações euro-africanas e da Política de Defesa e Segurança Comum (CSDP). As prioridades de investigação são a prevenção de conflitos e a gestão da crise. Antes de trabalhar no EUISS, Damien Helly foi chefe de gabinete da ONG International Crisis Group. Em 2005-2006, Helly abriu e chefiou uma dependência UE da ONG Saferworld britânica em Bruxelas.

Entre espiral de sentido e imaginação moral A cultura pode ser o elo de ligação entre os adversários da estrutura e do poder de ação. Representa uma parte importante das práticas sociais, que se encontram, afinal de contas, sempre culturalmente matizadas. É o potencial que é preciso aproveitar na resolução de conflitos. *Gudrun Kramer, Thomas Ernstbrunner e Wilfried Graf*



The *Moral Imagination* é uma obra importante sobre o tema da transformação de conflitos. O autor americano John Paul Lederach, investigador de conflitos, não se poupa a esforços para chamar a atenção para um espaço vazio lamentável na atual transformação de conflitos violentos em motores de uma mudança social pacífica. O nosso discernimento, a nossa percepção e sensibilidade racional parecem encontrar-se vazios e desfocados, quando pensamos em arranjar soluções para conflitos mortíferos internos e internacionais. Lederach apela a que preenchamos este espaço vazio com a nossa imaginação e capacidade criativa. Isto requer coincidências bem-sucedidas – espaço para momentos de revelação

e para descoberta dessas coincidências. Ele deseja que o comportamento moral seja acionador e a inovação uma ferramenta, mas, sobretudo, que seja criatividade.

Lederach deseja, com isto, que pessoas e sociedades trilhem novos caminhos quando são desafiadas, contribuindo com características humanas que não são, geralmente, consideradas como partes integrantes fundamentais, necessárias ou mesmo desejáveis, de iniciativas para a transformação de conflitos. Lederach insere a dimensão artística, cultural e criativa dos homens neste processo. Coloca-se, no entanto, a questão de como ele o faz. Como se pode, na prática, converter este apelo inspirador em mais imaginação na transformação dos conflitos? O que significa, neste contexto, entregar-se à cultura? Neste mundo complexo e caótico, inúmeros acontecimentos, ações, fenómenos, causalidades e interdependências enredam-se num caos absorvente e pantanoso. Parece inexplicável que as pessoas se orientem e sejam capazes de agir nesta confusão, em vez de se encontrarem permanentemente oprimidas e paralisadas. Para além de outros fatores, a cultura oferece também uma ajuda na

orientação. Ela apetrecha as pessoas com ferramentas que lhes possibilitam coisas, mas que também as limitam e assim reduzem o caráter de acaso e de complexidade da existência. Estas ferramentas são suposições, normas, valores e hábitos. Com a finalidade da interação, distanciamos-nos, contudo, da base de valores e normas comuns e criamos assim expectativas.

A cultura é, aliás, um quadro orientador, normativamente carregado e profundamente integrado. Deste modo sabemos, ou melhor, sentimos tacitamente, o que é bom e belo ou como agir corretamente. E também sabemos, de modo igualmente tácito, o que é mau e feio ou como agimos de modo errado. A cultura oferece um quadro normativo, que se encontra profundamente interiorizado, um conjunto de regras comuns que nos foi dado para o caminho. Segundo esta ideia, a cultura representa um determinado modo de vida, inseparavelmente ligado a uma avaliação (moral). Mostra-nos, em certa medida, um estilo de vida digno de ser almejado, que deve ser válido para todos os membros da sociedade. Não há espaço para culturas no plural. O conceito é sobretudo utilizado no singular e afeta uma aceitação geral da opinião. A base normativa e violência simbólica ou poder desta ideia são, contudo, na maior parte das vezes, contestadas. Ela toca na nossa compreensão interiorizada comum, de como o mundo deverá ser ou não ser, para depois transferir de forma completamente “natural” normas e valores para todos os membros da sociedade e desenhar assim fronteiras, estabelecer critérios de diferenciação e constituir, por fim, um “nós”, que vive “corretamente”. Esta ideia de cultura é um argumento final, que é inabalável, monolítico no seu efeito e, para além

disso, muito fortemente marginalizador, degradante e desvalorizador.

Desde as teses de Samuel Huntington acerca da “luta de culturas” que se vem verificando uma dedicação crescente a aspetos culturais. Trata-se de um exemplo conhecido de como as ciências sociais se apoiam numa cultura imutável, que se destina finalmente a atrair indivíduos para a sua órbita, numa luta do bem contra o mal. Thilo Sarrazin provocou um debate idêntico na Alemanha. Ele argumenta que a Alemanha tem um problema de integração devido às diferenças culturais. Segundo Sarrazin, imigrantes turcos e árabes não estariam dispostos a integrar-se, por razões culturais. Os seus pontos de vista relativos à integração evidenciaram uma cultura de mal-entendidos e sustentaram uma afirmação mais profunda, de que os imigrantes seriam impossíveis de moldar e de transformar. Sarrazin reduziu, com isto, os problemas e défices sociais, políticos e económicos a diferenças culturais.

Culturalização de conflitos

Pelo facto de se fazer sentir esta tendência para a simplificação, para o reducionismo e finalmente para o “culturalismo” relativamente ao tema da cultura, as ciências sociais e a investigação de conflitos ignoraram até agora este nível da realidade social ou retiraram-se do confronto com esta temática. Nunca é demais insistir que esta ideia da cultura tem de ser rejeitada. A cultura é apenas uma di-

menção da realidade social, que é, apesar de tudo, extremamente valiosa em si. Ao pensarmos sobre cultura e conflito temos de relacioná-los com a estrutura social, que se evidencia na sociedade e na ação individual.

Com efeito, podem ver-se estes polos como vértices de um triângulo. O primeiro vértice são as estruturas – as tais relações institucionalizadas dentro de uma sociedade e entre as diversas sociedades que permitem aos atores agir. Elas influenciam também o comportamento destes atores – representando assim o mundo “externo”.

O segundo vértice é a cultura como mundo comum à sociedade e à coletividade. Aqui trata-se do padrão comum de suposições, pontos de vista e significados e da psicologia coletiva de grupos. Este vértice representa o mundo conjunto “interno”.

O terceiro vértice é a (inter)ação humana. Trata-se, antes de mais, dos atores, como indivíduos e em grupos, que agem em reação aos conflitos num mundo social e que se encontram munidos de algum poder de ação. Aqui se estabelecem os tipos de comportamento destes atores. Aqui se defrontam o mundo interno e o externo, formando e influenciando o comportamento dos atores – tanto individualmente como em grupo.

Nesta altura, já podemos antever os efeitos para a transformação de conflitos. Defendemos a tese de que a cultura só deve ser compreendida como uma das dimensões da realidade social. A cultura que nos envolve flui assim para os modos de comportamento individuais, constitui e estrutura-os. Esta perspetiva não se aplica, contudo, a todo e cada indivíduo e à estrutura social. As pessoas não são simples “tolos da

cultura”. Elas dispõem de potencial criativo, independentemente dos efeitos socio-culturais. Assim, a interação social pode, por vezes, ser criativa e transformativa. As estruturas sociais encontram-se carregadas de cultura e dão-nos uma impressão de como as formas de dominação se fazem sentir e são simbolizadas. Mas isso não chega para mostrar de forma estruturada como a dominação ou o poder são, regra geral (em matéria de propriedade ou exclusão), implementados. A dimensão social e a estrutura social têm assim obrigatoriamente de ser incluídas – especialmente na transformação de conflitos. Sem rodeios: é contraproducente encetar iniciativas que visam a introdução de uma mudança cultural sem repensar ou apontar um desequilíbrio de poder estrutural eventualmente existente. Tal transformação teria, como consequência, uma “pacificação” de determinados grupos sem trazer justiça social.

Neste contexto de relações e devido ao seu potencial, a cultura tem muito para oferecer. Esta oportunidade não deverá ser desperdiçada com a rejeição do “culturalismo”. A nossa compreensão da cultura define-a como a soma de todas as normas e valores interiorizados, do saber e das práticas, necessários a uma significativa pertença a grupos e ações intersubjetivas.

A cultura pode ser o *missing link*, o elo de ligação entre os adversários da estrutura e o poder de ação. É uma dimensão da realidade social que nos permite perceber questões sobre o “porquê” e o “como” do comportamento humano. Neste sentido, ela representa uma parte importante

das práticas sociais, que se encontram, no final de contas, sempre culturalmente matizadas. As práticas e os significados comuns interiorizados têm efeito sobre o nosso comportamento – inspiram e encorajam determinadas formas de comportamento, mas, igualmente, também inibem e desencorajam outros tipos de comportamento. A tácita e pessoal tomada de conhecimento destas estruturas normativas integra-nos em grupos e comunidades e faz-nos pertencer a elas. Estas estruturas representam fronteiras geográficas e emocionais. A cultura cria, assim, um sentimento de “nós”, uma identidade cultural e social que nos coloca em relação com a nossa comunidade e a sua história. A cultura é responsável pela interiorização “vívida” e pela identificação com acontecimentos históricos carregados de emoção através de símbolos comuns, rituais ou outras características culturais. Quase nunca, ou só muito raramente, questionamos os pensamentos básicos ou as linhas diretrizes da nossa cultura – para não falar dos seus elementos destrutivos, maus ou mesmo violentos. Como estes fundamentos se encontram tão profundamente ancorados em nós e muitas das vezes nem estamos conscientes deles, estas linhas diretrizes da cultura, cunhadas pelos sentidos, são continuamente canalizadas e instrumentalizadas. Destes elementos constitui-se uma dinâmica que

“Neste mundo complexo e caótico, acontecimentos, ações, fenómenos, causalidades e interdependências enredam-se num caos absorvente e pantanoso.”

leva à escalada de conflitos, à polarização e por fim a uma desumanização do outro. Uma política populista e fundamentalista agudiza ainda mais esta tendência. Especialmente em tempos de crise, quando um grupo se vê confrontado com uma situação complexa e tem, ao mesmo tempo, de manter um consenso para poder reagir com eficácia, os significados culturais são dirigidos de modo a que se constitua uma coesão social emocional, que já não permite perspetivas plurais.

Quem não pertence ao grupo é automaticamente sentido como adversário do grupo e, deste modo, como ameaça. Os significados culturais são alienados, para deixar que se constituam imagens de inimigos e para que o outro seja representado como não humano. A desumanização é, com efeito, um quadro sociocultural de perceção que, de um lado, deixa que se constituam imagens de pessoas que lastimamos e, do outro lado, mostra pessoas que não são de lastimar, uma vez que a sua existência como entidade humana lhes é negada à partida.

Quando os indivíduos ou grupos são incluídos num ciclo demoníaco do conflito violento, através de uma dinâmica pessoal ou condicionada pela situação, podem chegar a um ponto em que o outro já não é encarado como humano. A violência torna-se, neste contexto, um meio legítimo e dirige-se diretamente contra o humano, destruindo laços sociais e privando indivíduos e grupos da sua humanidade. A desumanização é, contudo, apenas uma forma de exclusão moral.

A “distância psicológica” (a percepção de outros como objetos, como não existentes), a “transigência” (a tutela dos outros como inferiores ou irracionais) e outros tipos de comportamento impedem relações inter-humanas autênticas.

Já quase se tornou um lugar-comum dizer que a violência de massas tem os mesmos efeitos tanto na coletividade como individualmente. No entanto, apesar de todas as semelhanças, temos de pensar nos efeitos de modo muito diferenciado. Não podemos pôr o trauma individual e o ‘trauma coletivo’ ao mesmo nível. O trauma individual reage a terapias. Mas não podemos simplesmente deitar grupos, comunidades ou sociedades no sofá do analista e submetê-las a uma “terapia verbal” (*talking cure*), porque tal não se adequa ao âmbito coletivo. As comunidades tentam tratar os traumas coletivos de outra maneira e a cultura é aqui um dos mecanismos de superação dos mesmos.

Em situações de desespero é difícil, para o ser humano, reconhecer o seu sentido. As pessoas querem sempre atribuir um sentido às situações e precisam desse sentido. A falta de sentido é o inimigo mortal da natureza humana. Trata-se de um medo existencial, que dá origem a uma fuga para um esquema de sentido, que nos apetrecha com um projeto de vida e com valores. Os valores dizem-nos não só porque vivemos, mas também como devemos viver.

A violência contínua também exige um quadro narrativo e um esquema de sentido. Indivíduos e sociedades têm de

reconhecer, na violência, um sentido que responda também ao porquê e ao como deverão lidar com a violência contínua e as suas repercussões. Na sequência disto, os grupos e as comunidades desenvolvem determinadas convicções que lhes possibilitam superar essa violência e que dão um sentido ao sofrimento aparentemente sem sentido.

A história da nossa origem, da nossa situação atual e futura, encontra-se, assim, negativamente influenciada pelo facto de se ter assistido à violência de massas e se ter sofrido um trauma coletivo. Esta história com um cunho negativo é transmitida de uma geração a outra por normas, valores, símbolos, mitos, canções, poemas, monumentos, nomes de ruas, etc... A história do sacrifício encontra-se tingida pela sede de vingança e a história do alzo pela vontade de alcançar vitórias e honra. As histórias são lembradas por diversos atores – por exemplo, pelos órgãos de comunicação social ou por representantes da coletividade, que as modificam através de uma “espiral de sentido”. Deste modo, o mecanismo de superação dos traumas coletivos do passado legitima a violência no presente.

A cultura não só pode impedir, em grande medida, os esforços no sentido da transformação de um conflito, como

“É contraproducente encetar iniciativas que visam a introdução de uma mudança cultural sem repensar ou apontar um desequilíbrio de poder estrutural eventualmente existente.”

pode, inversamente, ser um recurso central quando as convicções, histórias e valores de uma sociedade se tornam indicadores benéficos para a navegação em cada âmbito cultural.

Assim, têm de ser fomentadas normas e valores que possibilitem um meio capaz de reagir, ou melhor, uma cultura capaz de reagir. Para alcançar este objetivo, temos de nos confrontar com os ajustamentos culturais “patológicos” e convertê-los. A mudança e a transformação não têm de ser exclusivamente provocadas ou agregadas do exterior. Pode dizer-se que a cultura local coloca tantos obstáculos no caminho, como apresenta soluções. Por isso, é preciso descobrir, fomentar e fortalecer conjuntamente recursos culturais que possam superar obstáculos resistentes, tais como a desumanização.

A transformação de conflitos pode, assim, tornar-se ativa no âmbito cultural, propondo uma nova orientação ou uma renegociação destes quadros de perceção. Re-humanizar significa, neste contexto, a inversão dos efeitos de uma dinâmica de conflito destrutiva e da violência em valores e atitudes face aos outros. Para a transformação de conflitos reveste-se, assim, de um significado central o implemento de uma cultura de re-humanização e o fomento da capacidade de reacção. A par destes pensamentos relacionais de nova estruturação e desmontagem de imagens de inimigos, re-humanizar implica-nos relativamente ao nosso papel como vítima ou agressor. Em conflitos violentos podemos perder a nossa ligação interior ao ser-humano. Em particular,

a violência sexualizada significa, em sociedades patriarcais, um golpe profundo na estrutura social e deixa para trás vítimas estigmatizadas. Estas vítimas, e as vítimas em geral, são muitas vezes proscritas e marginalizadas, e neste caso mais fortemente ainda pela perda da honra, da fertilidade e pelo medo da “mácula”. Os agressores que se encontram constantemente presentes em conflitos prolongados perdem na névoa da crueldade também uma parte da sua natureza humana. Desenvolvem assim a necessidade psíquica de reparar a sua imagem de si mesmos como pessoa moral. Os sentimentos de culpa decorrentes das infrações de valores e normas comuns colocam os agressores fora da comunidade cultural, e, dependendo das circunstâncias, são também excluídos, marginalizados ou reprimidos.

Neste contexto, a experiência completamente diferente de vítimas e agressores em conflitos violentos tem de ser prioritariamente integrada. Independentemente daquilo por que os agressores passaram, isso teve origem nas ações destrutivas e nas estratégias que usaram contra as vítimas. Esforços de modo geral precipitados para integrar agressores devem ser rejeitados. Eles surgem sobretudo quando as estruturas sociais não foram transformadas e quando continuam a existir, como anteriormente, relações de poder assimétricas.

Neste enquadramento ganhou peso, nas últimas décadas, uma cultura capaz de reagir, enquanto se evidenciou cada vez mais o efeito fortalecedor ou facultativamente enfraquecedor do meio político e sociocultural das vítimas traumatizadas. Entretanto, é ponto assente que um apoio social e coletivo ajuda o indivíduo

a viver com os acontecimentos potencialmente traumatizantes.

Reconhecer o sofrimento

Os cientistas e peritos da justiça de transição realçam, neste contexto, o efeito positivo do reconhecimento, das indemnizações de reparação, das comissões para apurar a verdade e de tribunais para julgar os crimes de guerra. Implementar uma cultura capaz de reagir é, assim, parte integrante essencial da transformação dos conflitos. Também se incluem aqui a renegociação das imagens de inimigos, que prepara o caminho para uma cultura capaz de reagir (pelo reconhecimento do sofrimento, que foi infringido às vítimas) e a reinserção de vítimas e de agressores na comunidade moral através do reprocessamento do passado.

As atividades culturais e os eventos podem oferecer o espaço de reflexão social imprescindível e necessário para a transformação de normas e valores. Um exemplo neste enquadramento foi a fundação de um centro cultural no campo de refugiados palestinos de Talbīyeh, na Jordânia, que é apoiado pela Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), sob a alçada do BMZ (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung – Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento). O centro cultural organiza *workshops* de arte sobre fotografia, filme, animação e

media sociais, palestras públicas e projeções de vídeos. Através destes *workshops* de arte, os jovens participantes podem não só dar expressão à sua criatividade, mas também questionar de forma criativa normas e valores que se encontram congelados na diáspora e não se ajustam à sociedade de hoje. Instalações públicas convidam a comunidade no campo de Talbīyeh a discutir publicamente sobre a sua identidade atual. Entrevistando e filmando, os adolescentes sobreviventes da Nakba (expulsão dos palestinos após a declaração de independência israelita no ano de 1948) confrontam-se com o trauma coletivo. Estes arquivos históricos serão possivelmente, no futuro, uma fonte de cura para a história “danificada” da Palestina. Simultaneamente a vida cultural no campo de refugiados, que se encontrava reduzida a puro folclore, será de novo reanimada através das atividades de cultura e arte palestina contemporânea.

O centro cultural apoia, assim, a transformação de normas, valores e práticas sociais (cultura). Também trabalha na transformação das relações institucionalizadas (estrutura social). O centro é gerido por mulheres, e raparigas e rapazes aprenderam pela primeira vez em conjunto.

“Mas não podemos simplesmente deitar grupos, comunidades ou sociedades no sofá do analista e submetê-las a uma “terapia verbal” (*talking cure*), porque tal não se adequa ao âmbito coletivo.”

A instalação do centro cultural em Tal-biyeh mostra que a cooperação no âmbito do desenvolvimento não tem de se cingir à satisfação das necessidades básicas materiais, podendo dedicar-se a necessidades básicas imateriais como a identidade. O fortalecimento do meio sociocultural implementa a criatividade e apoia aquilo a que John Paul Lederach chama “imaginação moral” – o tal fator decisivo para a transformação dos conflitos.

Gudrun Kramer dirige o Fundo Regional Social e Cultural para refugiados palestinos e para a população de Gaza da GlZ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – Sociedade para a Cooperação Internacional) em Jerusalém. O objetivo é contribuir para que a população da Faixa de Gaza e os refugiados palestinos superem melhor do que até à data a situação de conflito contínuo na região e desenvolvam perspetivas de vida para si e para a comunidade. **Thomas Ernstbrunner** é colaborador científico independente no Instituto Herbert C. Kelman para Transformação Interativa de Conflitos (IICP) em Viena. **Wilfried Graf** trabalha como investigador, conselheiro e formador nas regiões de conflitos e sociedades pós-guerra (Sri Lanka, Ásia Central, de momento sobretudo em Israel/Palestina). É cofundador do Instituto Herbert C. Kelman para Transformação Interativa de Conflitos (IICP), em Viena de Áustria.

A mensagem na garrafa O Mediterrâneo é um lugar de fusão cultural, que muitos quiseram ao longo da história reclamar, possuir e controlar. Serão as premissas básicas da diplomacia ainda atuais? Ou deverão as estratégias obsoletas do “soft-power” ser substituídas por abordagens com mais cambiantes, mais horizontais e retas? Em caso nenhum deve haver uma abordagem unicamente concentrada na gestão do conflito. *Moukhtar Kocache*



Há cerca de quinze anos que os intercâmbios, a interação e os apoios no setor cultural entre a Europa e os estados vizinhos ao sul do Mediterrâneo ocupam um lugar central nos programas, recursos e reuniões relevantes. Por um lado, isso forneceu muito material de debate e margem para crítica. Por outro lado, proporcionou a milhares de cidadãos de ambos os lados do Mediterrâneo a possibilidade de aprender coisas novas e aproveitar oportunidades.

No entanto, as linhas políticas e os programas de apoio ao desenvolvimento, bem como o diálogo e a promoção de parcerias no âmbito da cultura continuam a ser muito complexos e são sempre unidirecionais, do Norte para o Sul. A fragilidade dos setores político, público

e da sociedade civil nos países a sul do Mediterrâneo também contribuiu, sem dúvida, para esta dinâmica. Apesar do grande número de iniciativas, parece haver consenso, pelo menos, no Sul, quanto ao facto de poucos programas terem conseguido estabelecer a confiança que existe no seio de algumas disciplinas e comunidades e que nasce da curiosidade genuína e do intercâmbio cultural. A maioria das iniciativas é dominada pelo grande número de programas e projetos oficiais, institucionais e públicos, que, regra geral, trazem consigo e reforçam, evidentemente, tropos ideológicos e políticos de cunho europeu.

Desde o ano 2000, a cultura tem aparecido repetidamente como parte integrante das relações diplomáticas entre a Europa e os países vizinhos do sul do Mediterrâneo. Nos últimos anos, a Comissão Europeia atestou o papel chave da cultura e o seu papel essencial na definição das relações internacionais e externas.

Além disso, uma série de estados sublinhou a cultura, oficial e não oficial, como parte importante do seu trabalho diplomático. Muitas instituições culturais

nacionais alargaram as suas atividades e procuram organizar programas e ofertas significativas nos seus centros do Sul. A questão que se coloca agora é quais são os objetivos que pretendiam alcançar e se atingiram os seus objetivos. Qual é o grau de sucesso, nos dias de hoje, de uma diplomacia tradicional de cunho modernista? Serão as condições e premissas básicas que servem de ponto de partida para a diplomacia ainda atuais e aptas para o futuro? Aparentemente, as repetidas estratégias de “soft-power” e uma dialética binária deveriam ser substituídas por uma estratégia com mais cambiantes, mais horizontal e reta, que, em vez de se concentrar na resolução de conflitos, estivesse mais orientada para as necessidades e valores, baseada na reciprocidade, no intercâmbio e nos interesses comuns.

É de referir aqui a iniciativa “Mais Europa” – uma nova iniciativa cultural da sociedade civil, posta em marcha em 2011, que pretende realçar e fortalecer a cultura nas relações externas da UE. Esta iniciativa promove a cooperação entre os Estados-membros, a sociedade civil e as instituições da UE, no sentido de procurarem uma visão comum, de unirem recursos e coordenarem atividades. Contudo, “Mais Europa” está pensada apenas como plataforma temporária e este tipo de trabalho exige empenho e esforços continuados e a longo prazo.

Psicogeografia do Mediterrâneo

A psicogeografia do Mediterrâneo tendeu ao longo do tempo para uma separação e depois novamente para uma união. Para uns, era uma ponte de ligação e para outros, um fosso. Ao longo da história, foi

sempre um lugar que despertou desejos e fascínio, um lugar que se temia ou contra o qual era preciso lutar.

Apesar disso, o Mediterrâneo foi e será um espaço delimitador, um lugar de fusão cultural, que muitos quiseram reclamar, possuir e controlar. Sem dúvida que para muitas culturas o controlo do Mediterrâneo constituiu um interesse fulcral. Talvez não seja por acaso que um dos primeiros impérios nacionalistas da Europa se tenha apropriado do Mediterrâneo e lhe tenha chamado “Mare Nostrum” – o nosso mar. E não é de surpreender que o termo “Mediterrâneo” tenha surgido com a chegada do colonialismo à Europa e com a consolidação da ideia de Estado-nação.

O discurso marcado pelo Norte, que formatou a integração política, geográfica e histórica parece ser demasiadamente estreito para as culturas e povos do Mediterrâneo e parece ter, desde então, impedido a emergência de historiografias, identidades, narrativas e possibilidades que se sobrepõem e se completam entre si. O desenvolvimento orgânico, tão rico como enriquecedor, ao nível linguístico, literário, musical, culinário e intelectual, e o entusiasmo criativo do passado parecem ter sido descartados com a consolidação de formas de governação nacionalistas e modernistas marcadas pelo totalitarismo e ideologias hegemónicas do estado. Os atuais habitantes do Mediterrâneo merecem melhores possibilidades e mais criatividade para realçar a sua herança cultural conjunta, para explorar a possibilidade de fusões culturais e criar

novas plataformas mediterrânicas e mecanismos de pertença que lhes permitam uma melhor representação no mundo.

As investigações históricas, filosóficas e teóricas sobre os povos e a cultura do Mediterrâneo devem, na minha perspectiva, acompanhar o nosso estudo, análise e desenvolvimento de sistemas e estruturas de intercâmbio, parceria e diálogo, com o objetivo de promover o bem-estar dos diferentes grupos populacionais na Europa e na região sul do Mediterrâneo. Na minha opinião, o setor cultural, dirigido por artistas, intelectuais, críticos da cultura, teóricos e filósofos, parece-me o mais adequado para nos apoiar nesta viagem de redescoberta do nosso passado comum. Trata-se aqui simultaneamente de um processo de desconstrução, de um pensar novo e da transformação do enquadramento político, ideológico, institucional e orientador do estado, que vai determinar as relações entre a Europa e o Mediterrâneo. Será uma viagem cheia de dificuldades, complicada e pouco encorajadora, pois um processo sério e generoso de contacto com o “outro” também exige repensar e reescrever as próprias narrativas, construídas, na maior parte dos casos, nos antípodas desse “outro”.

O intercâmbio entre a Europa e o Sul do Mediterrâneo tem para trás de si uma história rica, mas também caótica. Existem inúmeras iniciativas oficiais que podem ser analisadas atentamente e com as quais podemos aprender. Entre outras, podemos aqui referir a parceria euro-mediterrânica e a sua estratégia cultural euro-mediterrânica, o Programa EUROMED de proteção do património cultural (EUROMED Heritage) e o setor do apoio ao cinema e indústria visual (EUROMED Audiovisual), a Fundação Anna Lindh

para o diálogo entre culturas no Mediterrâneo, a Política Europeia de Vizinhança, os esforços da União Mediterrânica e do Conselho da Europa, bem como de um núcleo de programas da sociedade civil e não estatais. Neste contexto, é de salientar, especialmente, o inteligente trabalho da Fundação Cultural Europeia.

Com esta extensão de programas, que muitas vezes decorrem em direções contrárias, houve até agora muito pouca coordenação entre as iniciativas da sociedade civil, privada e pública, e muita confusão nos setores culturais locais a que, na verdade, se dirigem estes programas. Apesar de muito se ter feito e haver, atualmente, um intercâmbio claramente mais vivo entre o Norte e o Sul, muito continua por fazer. Os “parceiros” do Sul sentem-se frequentemente frustrados e excluídos do processo criativo e analítico.

Há várias possibilidades para atenuar e equilibrar esta situação. Parte-se frequentemente do princípio que há um “processo de aprendizagem” que os parceiros e sociedades do Sul devem iniciar. Em muitos aspetos, isto é no mínimo duvidoso, se não mesmo falso. No entanto, penso que é importante as estruturas e sociedades europeias avaliarem se um processo de “desaprendizagem” não as ajudaria mais a compreender as divergências de perspectivas, a questionarem o seu *modus operandi* e a enriquecerem os seus processos com uma criatividade radical. Sem esta disponibilidade, talvez os parceiros do Norte fiquem com uma imagem reduzida, limitada e até mesmo falsa dos seus reais e potenciais parceiros, que vêm tendencial-

mente das bases, e que chegam aos setores da política e da cultura sem condições constrangedoras ou enredados por uma árvore genealógica ou pelos apoios recebidos no seu trabalho. Juntamente com todas as nossas conquistas alcançadas no passado e as aprendizagens já adquiridas, são necessárias, no futuro, profundas reflexões, sínteses, vontade de aprender, humildade, retidão e uma criatividade radical na autorreflexão e no planeamento de um melhor futuro comum.

Em outubro de 2011, o Young Arab Theatre Fund (www.yatfund.org) organizou o quarto encontro de espaços culturais no mundo árabe. Esta reunião recente foi organizada em conjunto com Marseilha como Cidade Europeia da Cultura, em 2013. Um dos objetivos do encontro era envolver os cerca de cinquenta representantes de instituições culturais independentes do mundo árabe num processo informal de reflexão sobre as relações culturais entre a Europa e o mundo árabe e recolher as suas impressões. A apresentação seguinte (ver o texto no fim deste artigo) é um excerto – embora não seja uma declaração oficial – dos principais temas e ideias debatidos pelo grupo. Esta partilha pode servir de orientação, estí-

mulo e revelação da essência desta relação complexa, sob o ponto de vista dos países a sul do Mediterrâneo e permitir que a mensagem na garrafa chegue finalmente à costa norte do Mediterrâneo.

Celebração da história entretecida

O enquadramento atual que contribuiu para a definição e gestão das relações entre a Europa e os países ao sul do Mediterrâneo tem contornos modernistas e não compreende os reais anseios e necessidades das pessoas e das culturas dessas regiões.

Em vez da “lógica geometricamente induzida” das fronteiras, das barreiras e das diferenças, urge um quadro que reconheça e celebre as intersecções na metodologia e as histórias entretecidas destas regiões. Isso conduziria provavelmente a uma menor impassibilidade e, ao invés, a uma compreensão mais intuitiva e pragmática, bem como ao respeito pela multiplicidade e complexidade das relações e das dinâmicas.

Todos os esforços realizados, desde o século dezanove, para separar intelectualmente, ideologicamente e pela lei, e para regulamentar os povos da Europa e do sul do Mediterrâneo conduziram, na minha opinião, a ideias deprimentes, catastróficas e nada criativas de “luta de culturas”. Norte e Sul, nomeadamente Oriente e Ocidente precisam urgentemente que a capacidade de transformação, a multidimensionalidade e a fusão das culturas

“Os atuais habitantes do Mediterrâneo merecem melhores possibilidades e mais criatividade para realçar a sua herança cultural conjunta, para explorar a possibilidade de fusões culturais e criar novas plataformas mediterrânicas e mecanismos de pertença.”





W
SOLJA
JIMMY

2A

NORMAN

BURNEY

SOLJA
JIMMY

no espaço alargado do Mediterrâneo sejam reconhecidas, encorajadas e percebidas de forma positiva. Só assim poderão surgir à luz do dia as narrativas encoberidas, as identidades reprimidas e as historiografias alternativas. Desta forma, a desconstrução das diferenças entre povos desta região, apesar de complicada, seria ao mesmo tempo apoiada.

Pois uma coisa é certa: o paradigma modernista, que se define no mundo atual como um direito universal à liberdade de movimento, de viajar e das migrações representa uma tremenda falta de liberdade e igualdade no que se refere às possibilidades de acesso e oportunidades. Estranhamente, a força do mercado e a política económica, que se escondem sob uma capa de liberdade, não esbarram com os mesmos obstáculos e restrições, mas colocam à Europa e aos países ao sul do Mediterrâneo cada vez mais desafios que põem em perigo direitos fundamentais e o poder de escolha nas áreas da saúde, educação e alimentação.

O nacionalismo ensinou-nos, nos séculos XIX e XX, que a definição de um “outro” diferente é fundamental para encontrar, ou dar a impressão de ter encontrado, similaridades dentro de certas fronteiras específicas – políticas, culturais e da sociedade civil. Nas últimas décadas, estes princípios estiveram em ação em novas formas de consolidação social, nomeadamente, na União Europeia. Nunca a inclusão e a exclusão tinham assumido tão grande significado nas relações entre a Europa e os países do sul do Mediterrâneo. Isto é particularmente visível no facto de os europeus poderem viajar livremente nos países do sul do Mediterrâneo, sem autorização prévia, enquanto os cidadãos desses estados têm

não só de passar por um processo complicado, humilhante e caro para conseguir uma autorização para viajar até à Europa, como também têm de se submeter a este processo mesmo quando estão apenas de passagem pela Europa em direção a outros destinos, como a Ásia ou a América. A presença do “outro” não é sequer tolerada, premissa reforçada entre dois portões de embarque dos aeroportos internacionais na Europa.

Correndo o perigo de soar polémico, considero forçosamente necessário que os europeus trabalhem o seu passado consciente e inconsciente o mais depressa possível – um passado que no domínio mundial e colonial contribuiu para cristalizar ideias sobre identidade, cultura, raça e progresso. A atual crise europeia, que não é, evidentemente, apenas uma crise económica, dá aos europeus a possibilidade de desconstruírem uma historiografia que fantasiaram e adaptaram a si. Podem descobrir alternativas ao nacionalismo e racionalismo cartesiano. Podem modificar as suas ideias sobre a alteridade, de forma a não se definirem a partir do antagonismo em relação ao outro; é daí que vem a sua valorização e que os faz defenderem-se desse outro.

A causa da atual crise na Europa, em vários aspetos, deve-se a um desequilíbrio entre política, filosofia e cultura. O projeto da União Europeia, que requer mais federalismo, ameaça agora a ideia de um Estado-nação, que por outro lado contribuiu fortemente para criar identidades europeias. O federalismo, em últi-

ma análise, significaria descentralização e governo local, o que põe em perigo o Estado-nação – não só porque retira os processos de tomada de decisão a um sistema centralista, mas também porque celebra identidades locais, etnias, línguas e modos de atuar. O regionalismo será incontornável, uma vez que a Europa avança na direção de uma forte estrutura federal. Hesitar demasiado, neste estado intermédio, seria perigoso e destrutivo.

Imagino que uma Europa verdadeiramente federal iria incentivar um ressurgimento de narrativas e associações locais, que permitem às comunidades cultivar intercâmbios mais honestos e formar alianças.

Até aqui, a Europa foi um bastião do pensamento radical, criativo, discursivo, político, filosófico e teórico, e este novo tempo exige uma liderança não convencional e a coragem de propor novas ideias, novas estruturas e novas formas de governação para comunidades e culturas que possibilitem uma coexistência bem-sucedida. Não seria só uma crítica salutar aos abusos do colonialismo e à culpa, remorso ou vergonha dos europeus em relação ao seu século XIX, que foi marcado por ideologias, sistemas e convicções expansionistas, racistas e redutivas. Atualmente, tem um significado fundamental e talvez seja oportuno explorar e modificar a forma como as estruturas históricas, culturais e políticas continuam a definir

“Nunca a inclusão e a exclusão tinham assumido tão grande significado nas relações entre a Europa e os países do sul do Mediterrâneo.”

e difundir a desigualdade, a injustiça e o poder institucional, ao mesmo tempo que propagandeiam conceitos de democracia, direitos humanos, liberdade e livre circulação, cunhados por ideais de civilização.

Não quero com isto pôr em causa a riqueza do património cultural e dos princípios fundamentais que advêm do iluminismo e desembocam no modernismo ocidental. Faço antes um apelo a que se erradiquem e se exponham as ambiguidades, incompatibilidades e a lógica implacável desta herança que se faz sentir numa visão europeia do mundo, numa altura em que o padrão ocidental é cada vez mais questionado. Poderá isto acontecer sem um sentimento de medo e ameaça, sem conflito e sem a sensação de que estas novas realidades são impostas? Reconhecer abertamente este processo e determinar as suas modalidades parece ser indubitavelmente a forma mais inteligente de lidar com estas paisagens em transformação e com um novo mundo, para o qual é necessária a inclusão de valores, perspetivas e paradigmas múltiplos, multifacetados e divergentes.

O uso de padrões de conhecimento existentes e de sistemas analíticos de referência já decadentes podem limitar o pensamento e as propostas de solução. São necessárias novas geografias de ação conjunta e de representação, para que no futuro possam surgir novas constelações e sistemas exequíveis. Mas como se pode por tudo isto em prática?

A seguir, deveríamos ocupar-nos da quase completa falta de filantropia na Europa, para promover a diversidade de

projetos mais criativos e sustentáveis e arancar mais poder de ação das colaborações pessoais formadas nas comunidades. Há a necessidade urgente de encarar de forma mais diferenciada os atores que estão envolvidos e apoiam as relações entre os países do sul do Mediterrâneo e a Europa. Isso não só ajuda a reduzir a carga e as expectativas das instituições e estruturas oficiais europeias, como também fomenta uma diversidade de projetos que são de natureza mais pessoal e se ancoram mais em colaborações e apoios com base na comunidade e nas afinidades.

Na Europa, julga-se que a cooperação com as comunidades e organizações a sul do Mediterrâneo pode proporcionar um melhor acesso às comunidades de imigrantes ou pode ajudar a resolver determinados problemas sociais na Europa, mas, com frequência, isso não é necessariamente verdade. Por vezes, essa premissa poderá fazer sentido; mas é necessário compreender que se trata principalmente de iniciativas e preocupações que, na sua maioria, não correspondem às preocupações das pessoas da margem sul do Mediterrâneo – mesmo que daí provenha, há mais de 100 anos, a maior parte dos migrantes. Em muitos casos, os migrantes na Europa pertencem à classe trabalhadora e possivelmente abandonaram a sua pátria no sul há muitos anos atrás ou até em gerações anteriores. Talvez sejam influenciados pela tradição ou por uma certa nostalgia nas suas preferências e valores morais, e provavelmente a atual cultura do sul do Mediterrâneo não lhes diz nada, ou não é valorizada por eles.

A Europa tem de compreender melhor estas diferenças e realidades.

Os parceiros do Norte devem também reconhecer que as parcerias e projetos que eles iniciam no Norte entram em contradição, em certas circunstâncias, com as necessidades, responsabilidades e deveres que os seus parceiros do Sul têm, devido ao seu próprio desenvolvimento institucional, aos seus objetivos e apoiantes.

Muito deve ainda ser feito, para que os parceiros do Norte adquiram um conhecimento mais aprofundado das organizações, dos indivíduos, da infraestrutura e do contexto atual em que atuam os parceiros do Sul.

Falta de coesão

Além disso, os parceiros do Norte devem tomar em consideração a falta de coesão na paisagem cultural dos países ao sul do Mediterrâneo, em que há um fosso significativo entre estruturas culturais oficiais e independentes. Em certo sentido, isto deve-se à prevalência de abordagens culturais e políticas díspares.

“Até aqui, a Europa foi um bastião do pensamento radical, criativo, discursivo, político, filosófico e teórico, e este novo tempo exige uma liderança não convencional e a coragem de propor novas ideias, novas estruturas e novas formas de governação para comunidades e culturas.”

E continuará a ser assim, até os governos do sul serem verdadeiras representações democráticas dos seus cidadãos e os ministérios e aparelhos culturais se colocarem ao serviço desses cidadãos.

Os parceiros do Norte deveriam estar conscientes disto, quando idealizam programas com diferentes atores no Sul ou na mesma paisagem cultural e nação.

As instituições europeias, apesar das restrições administrativas, financeiras e políticas, deveriam esforçar-se por desenvolver programas e orientações políticas flexíveis e especificamente adaptados a cada contexto, que não sejam concebidos para cobrir indiferenciadamente toda a região do Sul.

Quanto mais diferenciação e contextualização houver, mais matizadas, profundas e sustentáveis serão as parcerias, isso é evidente. Apesar dos diversos programas de mobilidade entre a Europa e os países ao Sul do Mediterrâneo na última década, a mobilidade das pessoas que trabalham no setor cultural continua a ser escassa, e as instituições que as apoiam continuam a lutar por um financiamento de base e pela sustentabilidade. Não há desculpa possível para a falta de plataformas de mobilidade fortes, contínuas e bem financiadas. Aqui, os patrocinadores e doadores europeus têm de estabelecer as suas prioridades. É estranho, mas é um facto: apoiar a mobilidade é relativamente barato! A mobilidade para os atores culturais profissionais e independentes e grupos deve conjugar-se com a necessidade de alargar redes profissionais entre o Norte e o Sul e de criar condições

para um alargamento, aprofundamento e partilha do conhecimento a longo prazo, bem como de possibilitar afinidades interpessoais.

Da mesma forma, os atores culturais profissionais dos países ao sul do Mediterrâneo devem promover uma informação mais acurada, melhor formação e uma diferenciação mais clara das oportunidades de financiamento, prestação de serviços e parcerias por parte dos estados do Norte, para estarem mais bem preparados, poderem proceder mais seletivamente e alimentarem expectativas adequadas quanto às suas parcerias com a Europa.

Todos aqueles que estão interessados na cooperação com a região do Mediterrâneo deviam aprender com as iniciativas e modelos exemplares iniciados pelos institutos culturais europeus no Sul: há muito tempo que se deveria ter elaborado um compêndio com estudos de caso; ajudaria a identificar “best practices” e a fornecer uma visão geral dos programas necessários no futuro.

Tenho uma visão de um secretariado permanente e independente – uma nova instituição na Europa – que ajudaria a coordenar, informar e analisar, assim como a mobilizar atores e ativistas políticos em redor da cooperação cultural e intelectual. É necessário criar uma organização independente que, nas iniciativas existentes ou em fase de criação para a gestão das relações culturais entre a Europa e os países do sul do Mediterrâneo, monitorize, apoie e ofereça serviços de interpretação e tradução e implemente a clareza e a qualidade. Isto seria possível com iniciativas públicas, internacionais, privadas e civis, para preencher o vácuo entre estas várias esferas e ajudar a formar uma perspetiva mais global. Tal institui-

ção pode ser mais sustentável e produzir pesquisas mais aprofundadas e continuadas, e conseguir uma apresentação dos dados mais fácil de compreender, para os tornar acessíveis a um maior número de atores diversos.

Não restam dúvidas: neste momento existem muitas ideias, programas, orientações políticas, considerações e experiências que nos ajudam a compreender e a desenvolver melhor futuras iniciativas de apoio a colaborações, parcerias e atividades conjuntas entre a Europa e a região ao Sul do Mediterrâneo.

O que deveria definir ou, pelo menos, servir como um dos objetivos a atingir na atual direção do processo é a análise dos temas, das ocorrências e oportunidades que afetam igualmente os povos do Norte como os do Sul. Só então conseguimos distanciar-nos de uma interação puramente binária e aproximar-nos de um sentimento comum para as nossas decisões.

Devemos esforçar-nos no sentido de ir além das formas tradicionais de diálogo, de entendimento mútuo, de cooperação e apoio. A conceção de um processo pautado por interesses comuns, responsabilidade partilhada e participação reveste-se de fundamental importância, não só a nível institucional, mas também e, especialmente, para as comunidades e pessoas que coabitam nessa região. Ao mesmo tempo que aspiramos a um futuro com mais partilha, criatividade, respeito, harmonia e igualdade para povos muito diversificados, parece que neste momento tentamos atingir este objetivo com ins-

trumentos e instituições já ultrapassados e possivelmente até contraprodutivos. Precisamos de um pensamento visionário e coragem para reformar as nossas estruturas, sistemas e conceções do mundo. Especialmente se considerarmos que o nosso futuro está firmado nos instrumentos e fundamentos políticos, culturais e sociais do presente.

Moukhtar Kocache é curador e gestor cultural. Até 2012, trabalhou no gabinete da Ford Foundation do Cairo e dedicou-se ao desenvolvimento e sustentabilidade, bem como ao estabelecimento de redes e infraestruturas da arte e dos espaços culturais. Anteriormente, foi diretor de Programas no Lower Manhattan Cultural Council (LMCC), organizou e concebeu exposições e foi Conselheiro e Docente Universitário.

“Autoconfiança com base na consideração recíproca”

De que forma podem as organizações culturais de um e do outro lado do Mediterrâneo cooperar melhor? O que está aqui em causa? Para o Norte seria melhor apoiar as artes com a finalidade da produção cultural, em vez de as utilizar como instrumento sociopolítico – essa é uma das ideias do IV Encontro de Espaços Culturais no Mundo Árabe, realizado pelo *Young Arab Theatre Fund*.

Os laços mútuos entre a Europa e o mundo árabe prendem-se a fatores geográficos, geopolíticos, históricos e pós-coloniais, constataram os participantes do IV Encontro de Espaços Culturais no Mundo Árabe, que o *Young Arab Theatre Fund* organizou em outubro de 2011. Salientaram também que uma Europa pós-colonial pode ter dificuldades em estabelecer novas relações com as antigas colônias – ou até mesmo em desenvolver as já existentes, numa base produtiva de respeito mútuo. Foi assinalada a importância e o funcionamento dos condicionalismos políticos e económicos, que nada têm a ver com a cultura. O populismo de direita e o racismo antiárabe que se tem feito sentir veio evidenciar a importância da cooperação cultural como projeto para a Europa. Conseguiu-se um considerável potencial de financiamento da arte através das possibilidades económicas da Europa, mas esta situação pode alterar-se devido ao atual ambiente económico negativo. Os Estados do Golfo também estão em situação financeira de apoiar organizações não-governamentais e mercados culturais – na Europa, assim como no mundo árabe. Mas a realidade política desses países fá-los parecer inadequados para desempenhar esse papel, por motivos morais, ideológicos e éticos. A Europa é um espaço de discurso cultural intensivo, e é também um mercado de escoamento para uma

distribuição lucrativa de obras de arte, sublinharam os participantes da conferência. Os operadores culturais e artistas árabes gostariam de estar mais envolvidos, já que isso os ajudaria a abrir caminho para uma carreira global, que de outra forma não estaria tão alcançável. As condições, desiguais mas apesar de tudo promissoras, para uma cooperação em pé de igualdade, foram dificultadas, pois no trabalho em conjunto os artistas árabes encontram-se em desvantagem relativamente aos seus parceiros europeus no que diz respeito ao discurso, à cooperação, à autoria, à remuneração e à mobilidade. A relação entre o mundo árabe e a Europa limita-se atualmente à perceção binária de dois espaços homogéneos, criticaram os conferencistas. Em ambos os lados, segundo o teor da reunião, faltavam capacidades que possibilitassem o desenvolvimento de relações culturais mais confiantes na interação, a todos os níveis.

O caráter dos eventos para a UE em destaque

Até agora, a experiência das organizações culturais árabes em iniciativas culturais de eventos financiados pela UE, foi fundamentalmente a de ver destacadas, em primeiro plano, estratégias políticas ou de orientação

para objetivos definidos, em vez de contextos e expressão artística. Como tal, os artistas e agências culturais árabes sentem-se instrumentalizados, especialmente em relação aos objetivos da UE, tais como o desenvolvimento, o encorajamento da democracia ou até o impedimento da emigração para a Europa. Estes tópicos são, para o verdadeiro trabalho artístico no local, artificiais e marginais. Para o Norte, seria melhor apoiar as artes com a finalidade da produção cultural, em vez de as usar como instrumento sociopolítico. Os processos de avaliação e controlo da UE parecem igualmente projetar um estímulo limitado e positivista, exigindo, ao mesmo tempo, “resultados” irrealistas e a curto prazo, segundo a opinião dos participantes. Considera-se importante que os parceiros europeus reconheçam que a expressão cultural é um fim em si mesmo, a longo prazo, e muitas vezes não quantificável, em vez de representar um prestador de serviços imediatamente disponível. Criticou-se, também, que as condições das parcerias sejam frequentemente ditadas de cima, em vez de se desenvolverem a partir do diálogo. Isto também sucede, em alguns casos, nas iniciativas culturais dos estados membros da Europa. Os grupos do sul desejam parcerias que cresçam do reconhecimento mútuo, em vez de visões Top-down. As organizações no Sul com menos capacidade acham o processo de candidatura aos apoios da UE desnecessariamente difícil – “quase” como se tivesse a finalidade de os filtrar. Os parceiros do Sul notam uma burocratização consciente por parte das instituições europeias, cuja orientação as faz trabalhar mais para obter o mesmo reconhecimento, ou semelhante. Impera uma falta de confiança a vários níveis. Além disso, as organizações árabes que

concorrem a certos apoios da UE sentem-se agredidas por terem de declarar nas suas candidaturas que não têm qualquer ligação com o “Terrorismo” e acham isso uma hipocrisia, quando as mesmas políticas europeias e recursos financeiros apoiam, direta ou indiretamente, regimes corruptos e organizações e grupos radicais no local.

Também se criticou que o financiamento europeu seja, regra geral, canalizado para os “suspeitos do costume” – os parceiros árabes considerados de confiança – enquanto a UE desconfia de novas organizações. A consequência disto é a falta de disponibilidade para correr riscos, falta de investimentos e oportunidades de inovação, bem como imobilismo no desenvolvimento de uma nova liderança. Vários grupos no sul apelaram para uma atitude de confiança, respeito e apetência pelo risco em parcerias novas e já existentes.

Faltam aos inexperientes atores europeus, bem como às organizações e aos diplomatas culturais dos Estados-membros, os conhecimentos necessários para aquilo que é credível em contextos específicos árabes. Isto pode levar a que sejam apoiados projetos considerados irrelevantes a nível local, não contribuindo, desta forma, para o discurso artístico. Ainda mais grave é a eventualidade de alguns artistas árabes menos determinados poderem ver um “mercado ideológico” e, incorretamente, orientarem a sua criação artística para as possibilidades de financiamento.

Exigem-se mensagens claras

Os participantes da conferência desejariam que houvesse, entre os atores árabes e os europeus, uma

aproximação com mensagens claras e autoconfiança profissional baseadas no apreço mútuo e nos objetivos comuns. Idealmente, esse apreço seria fomentado através de um contacto a longo prazo, assim como o interesse e o reconhecimento pessoais, e não impulsionado pelas possibilidades de financiamento.

Isto viria contribuir para que as produções culturais nascidas destas parcerias fossem percebidas pelo público como apropriadas, credíveis e relevantes.

Para as organizações culturais e da sociedade civil na Europa é importante aspirar ao estabelecimento de atividades de investigação a longo prazo e de relações com organizações e artistas do Sul do Mediterrâneo que mostrem uma clara afinidade com os seus objetivos, em vez de responderem à atribuição de financiamentos de forma oportunista, padronizada e a curto prazo. As parcerias deveriam colocar a sua prioridade na qualidade e excelência cultural e artística.

As organizações culturais europeias têm dificuldade em considerar o impacto da distribuição desigual da carga de trabalho, dos riscos e dos custos, assim como a atribuição de vistos às organizações e aos artistas árabes. Frequentemente, nas cooperações, os fundos para os objetivos assumidos são distribuídos equitativamente, quando isto representa para os parceiros árabes encargos desproporcionados. Neste contexto há que ter em conta também a diferença de moeda, que se pode tornar desmesuradamente onerosa para os parceiros árabes através das viagens para a Europa.

As colaborações só estariam realmente em pé de igualdade se fossem tidos em conta os encargos práticos dos desequilíbrios infraestruturais com que se debatem as organizações e artistas árabes.

A assembleia pronunciou-se a favor da atribuição de financiamentos para o reforço de capacidades dos profissionais da arte no mundo árabe. Isto conduziria a um nivelamento mais realista entre instituições, a um maior respeito e reduziria a necessidade de profissionais europeus (como, por exemplo, coreógrafos, operadores de cinema, diretores de cena e cenógrafos), que têm de ser enviados de avião com altos custos. Para reforçar as capacidades específicas de artistas e gestores dever-se-iam ampliar as ideias atuais sobre treino e formação profissional contínua, tanto na duração como no conteúdo, e não atuar apenas a curto prazo.

Vantagens de um “visto cultural”

É necessário um apoio administrativo e financeiro, assim como uma calendarização especificamente concebida com base nas restrições em matéria de vistos. Esta carga não deve ser considerada um “assunto privado” dos que são afetados, mas deve ser suportada em conjunto. A responsabilidade da calendarização, a orçamentação, o desenvolvimento de um plano alternativo e o apoio administrativo ao requerimento de vistos para artistas árabes devem ser partilhados por ambas as partes. Deveríamos considerar a hipótese de atribuição de um “visto cultural” em vez de um visto Schengen – ou dever-se-ia urgentemente introduzir um sistema administrativo paralelo para os vistos requeridos por artistas e agentes culturais.

Fundamentalmente, as instituições europeias deviam atribuir mais feedback e poder de decisão aos países da outra margem do Mediterrâneo. Por exemplo, os adidos culturais deveriam ter mais margem de manobra, pesquisar diretamente no local novas organizações e a

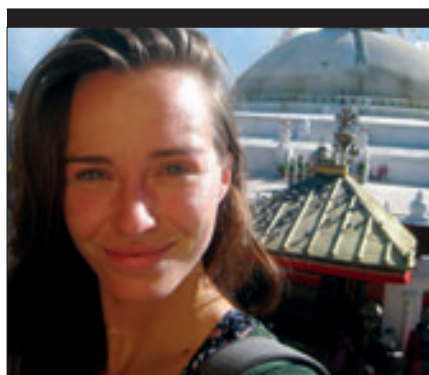
própria sociedade civil, e avaliar a paisagem cultural. Os colaboradores europeus no local poderiam ser dotados de maior autonomia para designarem e desenharem programas e colaborações eficientes. Isto poderia gerar maior entendimento, acordo, transparência e capacidade de resposta em relação aos processos, nos quais muitos agentes nos países ao Sul do Mediterrâneo não sentem que tenha havido desenvolvimento na relação de "doador" para "parceiro". As oportunidades para aprender com a região árabe ainda estão muito pouco exploradas. As organizações culturais árabes poderiam desenvolver uma enorme capacidade de trabalhar os seus temas no contexto local e poderiam atuar como "pontes" para o seu parceiro europeu. Os participantes sublinharam que os membros da diáspora árabe na Europa e noutros locais dispõem de uma singular riqueza de experiência, que não só nos desvenda ensinamentos sobre uma experiência cultural diversificada, como também inverte a lógica de um "sistema binário" cultural, ampliando assim a nossa percepção das identidades locais, em contraponto com as identidades "estrangeiras". Por este motivo poderão constituir fontes muito importantes para a construção de relações. As embaixadas e os governos europeus poderiam entrar em contacto com os membros qualificados equivalentes dessas comunidades e colocarem-nos em funções intermediárias como adidos culturais, programadores, curadores, etc. Os parceiros europeus deveriam direcionar uma atenção crescente ao financiamento e apoio à criação de uma melhor infra-estrutura e reforçar as condições gerais da arte e do setor cultural árabe. Foi feita uma forte crítica aos atores

europeus no que se refere à primavera árabe: na sua abordagem seguiram, regra geral, o padrão tradicional da "arte ao serviço da democracia", em vez de arte ao serviço da sua própria liberdade de expressão. As organizações árabes foram da opinião que é demasiado cedo para tirar conclusões generalizadas dos acontecimentos recentes. Mas também que as constantes transformações e o carácter flutuante da primavera árabe não encontra expressão adequada na maioria das formas de representação artística. Por um lado, abrem-se agora enormes possibilidades de renovação do trabalho com artistas árabes, mas, por outro, os artistas receiam que as expectativas discursivas e os velhos clichés sejam substituídos por novos. O teor do encontro foi que a arte deve fazer-se valer por si mesma como espaço revolucionário, em vez de ser um veículo de conteúdo objetivo para a temática da revolução. Neste contexto, é importante considerar esta realidade em transformação, e a fase seguinte, como mudança paradigmática imprevisível das relações, em vez de a classificar como um previsível "passo em frente" e endereçar antecipadamente as esperanças ou medos ocidentais. Isto aplica-se também às ideias de governação democrática que se distinguem eventualmente do Norte para o Sul em relação à sua estrutura e implementação. A conferência aconselhou as organizações a sul do Mediterrâneo a continuar a fortalecer alianças culturais independentes para consolidar o papel da cultura nos seus próprios contextos e a desenvolver recomendações político-culturais para poderem aproveitar oportunidades futuras – que devem ser transmitidas a uma maior fatia da população. Isto ajudaria a que, dentro destas fronteiras consideráveis,

as organizações trabalhassem no sentido de alcançar uma posição de força para poderem atuar com outras organizações europeias não-governamentais, como parceiras, em pé de igualdade, e não como pedintes. O setor cultural da sociedade civil foi aconselhado a procurar novas oportunidades de financiamento independente da UE e dos Estados-membros da UE e a abrir-se, para que as decisões de cooperação não tenham uma motivação puramente financeira, mas nasçam dos objetivos e interesses de cada organização. As organizações locais deveriam permanecer fiéis às próprias estratégias e resistir à tentação de responder a ofertas de financiamento. Devem preservar a sua integridade artística e autenticidade, quando são confrontadas com valores implícitos, estruturas e expectativas de cooperações e oportunidades mal informadas. As ONG e organizações árabes devem, através da sua programação e posicionamento institucional, habituar as suas comunidades ao "contemporâneo" e serem capazes de gerar confiança para que estas se abram a ideias, não só de fora como de toda a região, e reduzir a resistência contra elas. Por último, o setor cultural do sul deve estabelecer alianças bilaterais com grupos da sociedade civil e grupos de interesses na Europa e nos países a Sul do Mediterrâneo, para levar a cabo, em ambos os lados, macroestratégias políticas numa base de lobbying.

Mia Jankowicz, *diretora cultural do "Contemporary Image Collective" no Cairo, é responsável pela compilação e edição das apresentações e contributos do Encontro.*

As oportunidades da cultura Lá onde os conflitos separam, a cultura pode criar um espaço para o encontro, o diálogo e o entendimento mútuo. Desde a organização de um teatro de marionetas no Afeganistão até ao apoio a jovens ativistas no Egito – os membros da rede de Institutos Europeus de Cultura (EUNIC) trabalham cada vez mais em regiões pós-conflito e em países em transição. *Katrin Mader*



A política de paz e segurança tem-se concentrado, nos últimos anos, cada vez mais nos processos da sociedade civil e no seu significado para a estabilização política em regiões de crise. Contudo, até ao momento presente, tem sido rara a colaboração e a cooperação entre institutos de apoio à cultura e a gestão política de conflitos. Será que tal se deve ao facto de a cultura não ser ainda reconhecida enquanto componente valiosa no âmbito da política de paz e segurança e de se confiar de menos no trabalho dos institutos culturais neste contexto?

Uma coisa é certa: para tornar o trabalho da cultura e da educação aplicável e eficaz no tratamento de conflitos, os institutos culturais e as redes culturais, tais como a EUNIC, devem conferir uma maior

transparência ao seu trabalho. Deveriam também provar o efeito positivo do trabalho da cultura na superação de conflitos. Só assim é possível promover o trabalho conjunto de todos os grupos, cujo objetivo é a resolução de conflitos culturais, sociais e políticos, bem como a manutenção da paz.

Em março de 2011, o Parlamento Europeu publicou um relatório, no qual sublinha o trabalho cultural enquanto componente importante e integral das relações externas europeias. O relatório contribuiu para um maior reconhecimento do papel e da eficácia das iniciativas culturais e sua organização relativamente à prevenção de conflitos, à consolidação da paz e às transformações democráticas no interior da UE. Neste relatório, é feito um apelo a um maior posicionamento da cultura na abordagem dos conflitos civis. Esta circunstância implica, por seu turno, uma maior atenção sobre um possível papel da EUNIC neste âmbito.

A rede EUNIC tem-se empenhado, entre outras coisas, com o desenvolvimento e o fomento de recursos para iniciativas culturais em países em mudança e instáveis. Através do trabalho cultural, esta rede pretende atuar mais na promoção da paz. No entanto, continua a confrontar-se com um reconhecimento insuficiente e com a necessidade de comprovar a influência do trabalho cultural e educativo na intervenção

em conflitos. Neste ponto, urge reunir e publicar provas e argumentos, de modo a convencer os políticos nacionais e da UE da necessidade e eficácia do trabalho cultural na resolução de conflitos.

Formulações vagas

Quando se trata de comprovar os efeitos positivos do trabalho cultural e educativo enquanto meio de resolução de conflitos, os institutos culturais perdem-se muitas vezes em formulações vagas. Reiner Nolte, ex-diretor do departamento para o diálogo do Instituto de Relações Internacionais (ifa), resume desta forma a situação, num artigo da revista “Politik und Kultur” (Política e Cultura, 2011): “O papel que a produção estética pode assumir, enquanto objetivo dos programas de trabalho cultural num contexto sistemático de ação e abordagem de conflitos, não foi, até agora, confirmado com nenhum exemplo.”

O que falta é uma estratégia de demonstração da eficiência do trabalho cultural em processos de paz e uma resposta às seguintes questões: até que ponto é uma ilusão falar da influência positiva de organizações culturais ou será que tem efeitos reais no tratamento de conflitos? O setor cultural age com base em saber concreto ou apenas em função de convicções ou suposições de longa data?

Já é tempo de ultrapassar a divisão entre teoria e prática. Para tal, é necessário desenvolver uma abordagem mais forte, mais baseada na evidência, do significado das iniciativas culturais em países mais frágeis. O tratamento dos conflitos civis conheceu progressos nos últimos anos, no que diz respeito à comprovação dos seus sucessos. Uma primeira abordagem poderia

ser um intercâmbio de conhecimentos, com a finalidade de medir os resultados das iniciativas culturais na promoção da paz.

As causas dos conflitos globais mudaram nos últimos anos – do confronto bipolar de ideologias diversas, durante a Guerra Fria, até à multiplicidade de pequenos conflitos entre estados e no interior dos próprios estados atualmente, com origem em diferenças culturais, religiosas étnicas.

O trabalho pela paz, enquanto tal, era, antes de mais, um empreendimento político, económico e de política de segurança. No entanto, desde os anos 90 do século passado que a atenção se tem voltado cada vez mais para a prevenção de crises e a consolidação da paz como oportunidade de evitar guerras e o escalar da violência. Assim, pretende-se controlar as causas e as consequências dos conflitos de forma duradoura. O trabalho em torno de crises e conflitos concentra-se cada vez mais em projetos de longa duração que conduzam a processos de paz duradouros.

Atualmente, a maior parte das medidas da UE continuam a restringir-se à melhoria dos órgãos do estado, tais como a polícia ou a infraestrutura burocrática. Contudo, nos últimos anos, a UE tem prestado cada vez mais atenção à prevenção de conflitos e ao assegurar da paz. Em 2007, a UE criou o Instrumento para a Estabilidade (IfS) – um fundo que presta apoio a iniciativas ou serviços relevantes que contribuam para a prevenção e desescalada de conflitos em regiões de crise. É aqui que começa o reconhecido conceito de “soft power”, isto é, o poder de conseguir, através da influência, da persuasão e do consenso, mudanças noutros países e intervir também na resolução de conflitos. Os institutos europeus de cultura deveriam desenvolver mais a sua abordagem neste âmbito. Na

Alemanha, este processo começou já há algum tempo. O documento de estratégia que o governo publicou há doze anos, “Konzeption 2000” (Conceção 2000), sublinha a política cultural externa como componente integral da política externa. A política cultural externa representa os objetivos gerais e os interesses da política externa alemã e deve orientar-se para a estabilização da paz, a resolução de conflitos e uma influência positiva no respeito pelos direitos humanos. Tal pode suceder tanto através do apoio a instituições culturais locais como através do trabalho de relações públicas e de informação.

Um relatório recentemente publicado pelo Foreign Commonwealth Office, “Building Stability Overseas” (Construir a estabilidade em países estrangeiros, 2011), constata que o “soft power” desempenha um papel significativo no apoio aos esforços de promoção da estabilidade. Neste contexto, ganha relevo o trabalho do British Council, cujo objetivo é conseguir a transparência e a aceitação de sistemas de valores culturais diferentes e, com isso, construir o entendimento mútuo. O pacto de estabilidade para o Afeganistão, que define como um dos seus objetivos a construção da identidade através de atividades culturais, oferece também uma plataforma para a participação de institutos culturais estrangeiros. As novas tarefas da política cultural externa foram explicitadas por Hans-Georg Knopp, secretário-geral do Goethe-Institut, numa conferência realizada em dezembro de 2009, em Tóquio. “A cultura (...) ajuda a superar as consequências traumáticas dos conflitos e a gerar novas ideias para a promoção da cooperação social e uma vida em paz e segurança.”

A rede EUNIC pode desempenhar um

papel fundamental no desenvolvimento de um quadro comum de ação para a participação dos institutos culturais na prevenção de conflitos e na promoção da paz. Alguns institutos culturais estão já a trabalhar em diversos programas em regiões de conflito. Por isso, só uma ação coordenada e a congregação de saber e experiência de projetos anteriores podem garantir uma utilização eficiente de recursos e competências. As políticas culturais nacionais, fragmentadas, deveriam ser integradas numa estratégia europeia, definindo linhas de orientação e responsabilidades concretas, claras. Os projetos individuais podem ser, desta forma, melhorados e tornar-se mais eficientes.

Uma medida possível seria o desenvolvimento de um plano de ação, a nível europeu, segundo o modelo do documento “Konzeption 2000”. Outra abordagem possível seria fazer um inventário e uma compilação de projetos de boas práticas que tenham contribuído para lidar com conflitos, de forma bem-sucedida, através da cultura. As experiências acumuladas e colocadas, deste modo, à disposição por todos os atores poderiam beneficiar projetos futuros.

O mais importante é a coordenação. A multiplicidade de atores, estatais e não estatais, que lidam com conflitos civis e concorrem entre si pelos recursos financeiros, cooperando pouco uns com os outros, constitui mais um obstáculo para os agentes do trabalho cultural. É necessário que as instituições culturais criem um quadro comum, nacional e europeu, que defina uma posição clara com vista à sua integração num sistema coerente de trabalho em torno de conflitos

civis. Os projetos devem ser conceitualmente adequados e indicar os objetivos concretos que pretendem atingir – este é um passo importante para se ser um parceiro credível.

É imprescindível fixar parâmetros e padrões que permitam salientar o sucesso e a influência positiva das instituições culturais na abordagem de conflitos, ainda que as mudanças visíveis possam ocorrer apenas algumas gerações mais tarde.

Com efeito: como é possível provar se um teatro de marionetas no Afeganistão, que promove a tolerância e a aceitação mútua, irá impedir no futuro uma criança de pegar em armas? Tal como Jochen Hippler, especialista em assuntos de conflito e paz, sublinhou recentemente numa conferência do Instituto de Relações Internacionais (ifa): “Quando a segurança e a cooperação para o desenvolvimento não conseguem fazer prevalecer a paz, deveríamos ser suficientemente realistas e reconhecer que os artistas não têm de ser capazes de o fazer.” Ou, como Fareed C. Majari, diretor do Goethe-Institut em Ramallah, afirmou na conferência de Tóquio, em 2009: “Convidaria um assaltante, que entra em sua casa e lhe aponta uma arma enquanto lhe rouba os seus bens, para cantar uma canção consigo?”

Uma coisa é certa: não é possível solucionar crises com cultura. Mas a cultura pode contribuir positivamente para os processos de paz. Jochen Hippler refere a circunstân-

“As políticas culturais nacionais, fragmentadas, deveriam ser integradas numa estratégia europeia, definindo linhas de orientação e responsabilidades concretas, claras”

cia de que o diálogo cultural e a congregação de pessoas nem sempre é algo positivo. Por exemplo, após a conferência sobre o Irão promovida pela Fundação Heinrich Böll em 2000, muitos participantes iranianos foram condenados a penas de vários anos de prisão. Um processo de diálogo deveria, pois, ocorrer num momento oportuno e ser cuidadosamente planeado e monitorizado. Seria importante vincar bem aquilo que os programas pretendem alcançar e qual a sua eficácia. Só assim os artistas e o intercâmbio cultural poderão dar um contributo válido.

Outro problema é o financiamento de projetos. Os orçamentos escassos e a necessidade de lidar com potenciais financiadores são sentidos como fatores inibidores pelas instituições culturais. No entanto, esta situação obriga a formular metas a longo prazo e a desenvolver procedimentos de avaliação que permitam aferir a qualidade do trabalho.

As organizações promotoras da paz encontram-se perante desafios semelhantes. “Como podemos saber se um projeto de promoção da paz é mesmo eficaz? Que indicadores o exprimem? Que instrumentos de avaliação são úteis para aferir até que ponto um projeto é capaz de promover a paz?” Eis as perguntas que Ken Menkhous coloca na sua publicação “Impact Assessment in Post-Conflict Peace Building” (Avaliação do impacto na construção da paz pós-conflito, 2004), concebida para a organização suíça Interpeace. As organizações de construção da paz têm investido ultimamente muito mais tempo e esforço na análise e avaliação do seu trabalho e na procura de respostas a estas questões decisivas. Raj Isar, um perito em cultura e investigador independente, argumenta que os instrumentos de avaliação já estabelecidos no âmbito do trabalho cultural em situações de conflito

podem ser muito úteis. O seu ensaio “Artistic activism in situations of extrem conflict – the challenge of evaluation” (Ativismo artístico em situações de conflito extremo – o desafio da avaliação) torna claro que os métodos empregues no campo da ajuda humanitária podem ser extrapolados para a eficácia dos projetos culturais. Os conceitos reconhecidos de avaliação do impacto de intervenções de paz (“Peace Impact Assessment”), não causar dano (“Do No Harm”) ou a abordagem sensível ao risco de conflito (“Conflict Sensitivity Approach”) deveriam ser tidos em conta para um desenvolvimento equilibrado de critérios e indicadores de análise da eficácia e na conceção de projetos. A organização americana “Search for Common Ground” (Procurar bases comuns), por exemplo, criou um manual de treino “Participatory Theatre” (Teatro participativo) e concebeu uma série de linhas orientadoras claras acerca do efeito que o teatro pode ter numa situação de conflito.

Face à complexidade em lidar com o conflito, é necessário haver um maior intercâmbio de saberes entre disciplinas, de modo a aumentar as capacidades, superar os pontos fracos e utilizar os pontos fortes. A conferência do ifa e da EUNIC realizada em Bruxelas, em dezembro de 2011, sobre o tema “Cultura e conflito” juntou especialistas de relações culturais, gestão de conflitos, bem como políticos da UE responsáveis pelas relações externas e segurança, teve como objetivo a troca de saberes e experiências de todos no sentido de chegar a novas conclusões. A iniciativa de acompanhamento e monitorização de grupos de trabalho cultural e de tratamento de conflitos, dirigida pelo “zivik”, um programa do ifa para a promoção e a abordagem civil de conflitos, pode ser outro impulso.

Para terminar, retirem-se algumas con-

clusões: o surgimento da prevenção civil de conflitos e da consolidação da paz abriu novas oportunidades aos institutos europeus de cultura. Eles podem influenciar processos de paz em regiões de crise. Para isso, contudo, é necessário desenvolver uma estratégia concertada e os institutos devem poder avaliar quais os objetivos realizáveis e quais os riscos que os seus projetos podem implicar. O intercâmbio com organizações já estabelecidas de tratamento de conflitos em matéria de avaliação de efeitos, sucesso e eficácia podem simplificar este processo. Uma compilação de estudos de caso de boas práticas de programas bem-sucedidos, bem como conclusões acerca de possíveis métodos de avaliação da eficácia do trabalho cultural poderiam ser um bom ponto de partida.

E, com efeito, a rede EUNIC pode desempenhar um papel importante neste processo. Enquanto organização que funciona em rede, oferece uma plataforma de intercâmbio de experiências e a possibilidade de construir parcerias estratégicas com peritos fora do setor cultural.

Katrin Mader foi bolsista do programa de investigação “Cultura e política externa” do Instituto de Relações Internacionais, entre julho e dezembro de 2011. Anteriormente, tinha exercido atividade no âmbito do tema Cultura e Conflito, entre outras, nas delegações da UNESCO, em Katmandu (Nepal), e Hanói (Vietnam). Trabalha atualmente no projeto “Culture and conflict”, sediado em Londres.

Uma questão de segurança A cultura é porta-voz e sismógrafo do estado da sociedade. Os valores culturais permitem antecipar a percepção dos riscos no espaço público. Dar prioridade ao diálogo cultural na agenda internacional é de importância significativa para a segurança humana.

Mike Hardy e Aurélie Bröckerhoff



A cultura encontra-se hoje, mais do que nunca, perante desafios. Há a sensação que os povos são aglomerados por motivos políticos, económicos e meramente funcionais. As relações no seio dessas coloridas amálgamas de vizinhanças são, por vezes, inquietas e tensas. Muita coisa parece depender, a nível global, da competição entre a natureza e a velocidade das mudanças, assim como dos comportamentos no local que dela resultam, ou seja, o modo como as pessoas se adaptam às mudanças.

A diversidade cultural e as questões ligadas a ela, que se colocam em relação à identidade e às nossas relações sociais imediatas, exercem atualmente uma enorme influência sobre nós,

enquanto indivíduos, e sobre as nossas comunidades. Por isso, para muitos, a diversidade cultural é uma das missões mais importantes dos nossos tempos, a par do combate à pobreza e da tentativa de redução de danos e das adaptações relativamente às mudanças climáticas. Estes são possivelmente os três grandes tópicos em torno dos quais “deveríamos estar todos unidos”.

O nosso mundo – com as suas comunidades – é caracterizado pela mudança contínua e pela constante diversidade, e o desafio é que o encontro entre as pessoas e o seu empenho dentro dessas comunidades diversificadas pode enriquecer e trazer vantagens ou oferecer uma insegurança sustentável. Como disse o grande Mahatma Gandhi: “Diferenças honestas são geralmente um saudável sinal de progresso.” Mas quando essas diferenças se manifestam por meio da violência, o delicado equilíbrio social das comunidades e da evolução humana é colocado em risco.

As revoltas sociais e agitações nas nossas cidades que, tal como em Londres, em 2011, dominavam tanto as notícias

nacionais como as internacionais, mostraram claramente que as difíceis relações sociais no nosso mundo multipolar e multilateral são o resultado de uma atuação em conjunto, complicada, e que vai além das comunidades locais, das estruturas e dos atores dentro das próprias sociedades e entre elas.

Para além disso, existem hoje comunidades cada vez mais efémeras. Os movimentos que surgiram na última década dentro de populações globais e regionais produziram novas formas de interação, das quais algumas são mais dinâmicas e outras mais efémeras. Vivemos agora num mundo em que, durante uma festa de aniversário, podem aparecer dezenas de pessoas inesperadas, ou no qual a revolução de uma comunidade significa um ato de terrorismo para uma outra comunidade – instigada, apoiada ou difundida pelo mundo inteiro pelos *media*.

O maior desafio dos nossos tempos é a ideia tradicional de confiança ser posta em causa. A confiança que ajuda as pessoas a lidar com a diversidade nas suas relações sociais.

Não dormir à sombra dos louros

Enquanto as relações sociais, no meio de processos globais e de mudanças, são constantemente renegociadas, aprendemos que não podemos descansar sobre os nossos louros interculturais. Desastres naturais, populismo político generalizado, recessão económica,

escassez de alimentos, desemprego, pobreza: tudo isto sobrecarrega as relações dentro das comunidades e entre elas.

O modo como reagimos aos desafios não só varia de pessoa para pessoa, mas também como resultado dos respetivos valores culturais. Um projeto de investigação na Faculdade de Direito de Yale analisou o modo como os valores culturais definem os riscos de que nos apercebemos na esfera pública em que estamos inseridos e como tais esferas afetam a nossa crença nas medidas políticas “certas”. Os investigadores descobriram que, mais do que qualquer outra característica individual, são os valores culturais que permitem antecipar a perceção dos riscos no espaço público, o que aponta para o facto de que a cultura e os temas culturais talvez constituam o núcleo da nossa noção de segurança humana.

No meio de todos os debates e divergências de opinião desconcertantes – sobre se o multiculturalismo é bom, mau ou indiferente, se as abordagens interculturais para as comunidades seriam melhores ou mais úteis, sobre políticas centrais ou locais para a integração ou para a assimilação – subsistem essencialmente relações sociais inevitáveis e importantes, que têm de garantir segurança numa sociedade em que há um compromisso com diretivas e direitos universais.

Coexistência e colaboração não são a mesma coisa; a vida com pessoas semelhantes e a integração abrangente em sociedades não são a mesma coisa; mas nada disto é, por si só, verdadeiramente um

problema – partindo do pressuposto de que a segurança humana tem prioridade.

A segurança humana é um conceito que se centra nos riscos mais decisivos e divulgados da sobrevivência, da base de subsistência e da dignidade das pessoas. Entre estas ameaças encontram-se as catástrofes naturais e de origem humana – conflitos e violência nas famílias ou nas sociedades – evacuações em massa, riscos de saúde, tráfico humano e guerra, assim como os choques económicos e financeiros súbitos, que caracterizam o capitalismo dos nossos tempos. Todos estes riscos e ameaças são ainda mais graves neste século XXI, que assiste a mais mudanças do que nunca. Um século XXI, no qual as relações bem-sucedidas e pacíficas dependem, mais do que nunca, da capacidade de os povos partilharem espaço e recursos e de se compreenderem uns aos outros; no qual as relações sociais são marcadas por múltiplas influências, identidades complexas, crescentes desigualdades e uma interdependência total.

Se transpusermos tudo isto para o projeto europeu, o verdadeiro paradoxo consiste, provavelmente, no facto de a política, no seu trajeto europeu, ter encorajado e estimulado tanto as identidades nacionais como as uniões económicas – e tudo isso simultaneamente. Entre umas e outras existe, porém, uma contradição fundamental e muito significativa.

Talvez pensemos sobre quão britânicos ou franceses somos ou sobre a nossa herança lituana ou neerlandesa; estimamos a nossa história, cultura e língua. Preocupamo-nos, eventualmente, com a assimilação e com os nossos direitos e procuramos os melhores modos de procedimento e a experiência adquirida no contexto da

integração – tanto para os migrantes, que se mudam para a vizinhança, como para os anfitriões que recebem novos vizinhos.

Porque refletimos sobre os novos imigrantes e sobre as consequentes exigências das novas relações sociais, podemos decidir se as medidas de imigração e conceitos de exclusão através de “comunidades fechadas” para residentes de longa data são levadas a cabo ou não.

O facto é que as novas vizinhanças nas cidades europeias já não são previsíveis; uma população potencialmente móvel de cerca de 270 mil milhões de “europeus” em idade de trabalhar pode redefinir os planos de migração dos políticos dos Estados-membros da UE ou a sua aspiração a manifestos. Se o plano corresponde às exigências políticas e à vontade dos eleitores de toda a Europa de limitar ou abrandar a criação ou consolidação do ambiente multicultural, tal não é reconhecido como facto na União Europeia. Há, portanto, uma discrepância significativa entre o que dizem as ditas vozes democráticas e aquilo que realmente e inevitavelmente acontece.

Novos interfaces culturais

Seja como for, nas novas vizinhanças das cidades do mundo do séc. XXI, apoiam-se e criam-se comunidades com diferenças. Nascem vizinhanças com novas relações sociais, novos interfaces culturais, expectativas e consequências.

Com efeito, os historiadores e sociólogos do domínio da Teoria do Contacto

ensinam-nos que o desafio constituído pelo contacto com as diferenças diminui com o tempo e o mal-estar transforma-se na sensação de que a diversidade fortalece a vizinhança. Não passa um dia sem que sejamos lembrados da nossa responsabilidade de “lidar” com diferenças culturais e de termos de “criar condições”, de modo a possibilitar relações pacíficas.

É por este motivo que a cultura é tão importante quando se trata de fazer frente aos atuais desafios. Muitos são de opinião que as sociedades complexas, diversas e em constante mudança criam relações sociais, na atual Europa, que não surgem de forma natural e que têm de ser trabalhadas. A análise habitual coloca, portanto, a inevitabilidade económica da mobilidade profissional na união económica do projeto europeu a par da inevitabilidade social da ameaça e dos riscos que nascem das identidades desconcertantes das novas vizinhanças.

A maioria dos nossos estudos aponta para o facto de as pessoas preferirem coabitar com pessoas semelhantes; temos de trabalhar as relações com os “outros”. Embora tenhamos consciência disso, no séc. XXI dominam as relações sociais com os outros, em parte devido à nova e futura mobilidade, e em parte na sequência de decisões que agora podemos tomar mais facilmente – e que é mais provável que tomemos.

A necessidade de nos concentrarmos nos nossos valores culturais quando nos debruçamos sobre as relações sociais é a mesma quando se trata destas novas vizinhanças. Não apenas porque refletimos

sobre a forma como coabitamos com as diferenças, mas também devido ao papel saliente da cultura no que toca à construção de comunidades com futuro.

Mas, para termos êxito na execução desse plano, teremos de nos pôr continuamente em questão. No mito de Ícaro, o pai constrói asas que permitem ao seu filho escapar ao exílio em Creta. O que causou a queda não foi a incapacidade de voar de Ícaro, nem a construção das asas em si, mas sim o desejo de voar cada vez mais alto, ainda que o material das asas não fosse resistente ao calor do sol.

Nos últimos anos, nasceu o conceito de “segurança humana” como nova abordagem ao modo como avaliamos a evolução humana. Dentro desse paradigma, o indivíduo e o seu meio – e não os sistemas e as comunidades – tornam-se os protagonistas quando se trata de apreciar os efeitos da globalização. A dinâmica das comunidades, nas quais há potencial para o caos, para a ameaça da paz e da estabilidade, bem como para medos crescentes, serve de ponto de partida. As nossas relações sociais transformam-se, de seguida, no termóstato dos nossos riscos e vulnerabilidades. E incarnam igualmente as nossas capacidades e possibilidades de construirmos comunidades estáveis.

Uma parte do desafio consiste em reconhecer e levar a sério o mundo no qual vivemos. Como é evidente, vivemos num mundo de diferenças – um mundo no qual

“Os atuais líderes têm de colaborar uns com os outros, de modo a esboçarem um novo contrato de sociedade para a diversidade.”

sistemas de comunicação e transporte cada vez mais inteligentes criam novos vizinhos e vizinhanças estimulantes.

As novas vizinhanças podem, aparentemente, criar novos desafios e riscos inteiramente novos e estamos inclinados a acreditar que esse novo contexto é demasiado duro, difícil, e que é muito mais provável que acabe em lágrimas, em vez de ser útil, no bom sentido. Estas circunstâncias requerem uma liderança nova e mais inteligente, que se empenha em juntar a família global, ao invés de a separar.

Os atuais líderes têm de colaborar uns com os outros, de modo a esboçarem um novo contrato de sociedade para a diversidade. E temos de fazer tudo isso com convicção e dedicação e tentar encontrar um consenso entre os interesses opostos.

Colocar a diversidade cultural, a pobreza e as mudanças climáticas no topo da agenda, como temas atuais sérios e predominantes, seria a condição para o tal contrato de sociedade novo e contemporâneo. John Stuart Mill diz, no seu famoso ensaio “Sobre a liberdade”: “Os homens e os governos têm de agir do melhor modo que lhes é possível. Não existe uma certeza absoluta, mas há uma garantia que é suficiente para as finalidades da vida humana. Em cada assunto passível de despertar uma divergência de opiniões, a verdade depende do equilíbrio que é estabelecido entre os argumentos opostos.

Ou seja, embora não nos sintamos capazes de construir asas que não sejam amolecidas pelo mar ou derretidas pelo sol, podemos aproximar-nos um pouco

da satisfação de necessidades e da concretização de objetivos da vida humana através da união de esforços.

O contrato de sociedade para a diversidade não provém da perspectiva de Hobbes da condição natural, nem da de Locke, que acreditava que as pessoas que vivem neste séc. XXI se reúnem de modo voluntário. Uma boa liderança não consiste em conhecer todas as respostas corretas, mas sim em saber colocar as perguntas certas. Como entendemos os efeitos dos riscos e ameaças em relação às vulnerabilidades das pessoas? De que modo planeamos, desenvolvemos, mobilizamos as capacidades das pessoas para reagirem de modo eficaz, eficiente e sustentável aos riscos e às ameaças? Como contribui tudo isto para a estabilidade? De que modo podemos apoiar a aplicação e o desenvolvimento de capacidades, fazendo uso de novas possibilidades que surgem na sequência da inovação e do desenvolvimento? De que modo podemos minorar a vulnerabilidade das pessoas ao ativarmos as suas capacidades? Na busca de respostas pode surgir a “grande liderança”, que Rousseau considerava significativa para o sucesso de cada contrato de sociedade.

O diálogo entre culturas e no seio das culturas é essencial para enfrentarmos estes desafios. Ajuda a reconhecer que existem diferenças e tematiza a necessidade de criar confiança e entendimento entre pessoas diferentes. O ambiente no qual se constrói um diálogo deste género é caracterizado pela diferença, proximidade e interligação.

Dar prioridade à diversidade cultural





...et Maria M...
...ake. Indian legend tells of
...the end, one god dropped
...ation of his victory. The
...struggle so it w...
...water

e ao diálogo intercultural na agenda internacional é de importância significativa para a segurança humana e uma tarefa essencial dos nossos tempos, visto que fomenta o entendimento dos riscos mais importantes e mais divulgados, que ameaçam seriamente a sobrevivência, o fundamento da vida e a dignidade dos indivíduos.

Quando o poeta anglo-americano W. H. Auden visitou o *Musée des Beaux Arts*, em Bruxelas, ficou tão comovido com a pintura “Paisagem com a queda de Ícaro”, que escreveu um poema sobre essa experiência. A obra, frequentemente atribuída a Pieter Bruegel, o Velho, mostra uma imagem do cotidiano no campo. Enquanto, em primeiro plano, o mundo segue o seu curso, vê-se, ao fundo, o jovem Ícaro caído no mar, sem ser visto pelas pessoas que o rodeiam. No seu poema, Auden expressa quão frequentemente não nos apercebemos dos grandes momentos dos tempos: ‘The expensive delicate ship that must have seen something amazing, a boy falling out of the sky, had somewhere to get to and sailed calmly on’. (o grácil e valioso navio, que terá visto algo espantoso, um rapaz caindo do céu, tinha um destino e continuou deslizando calmamente).

Em resumo, é importante que não nos afastemos “calmamente” da catástrofe, como as pessoas na pintura de Bruegel, mas que tenhamos a coragem de enfrentar conjuntamente os nossos desafios, seguindo em frente, com força e vigor.

Mike Hardy é professor catedrático de Relações Internacionais e diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade de Coventry. **Aurélie Bröckerhoff** é cientista e está a realizar um Doutoramento em Segurança Humana e Relações Sociais e Interculturais na Universidade de Coventry.

Advogados criativos dos cidadãos Quando o estado de direito se afunda, quando faltam serviços sociais e não há uma imprensa livre, muitas vezes é o artista que assume o papel de crítico do regime, advogado dos cidadãos, organizador da comunidade, defensor dos direitos humanos ou até de líder de um movimento. E sobretudo pode criar espaços de encontro. *Mary Ann DeVlieg, Victoria Ivanova, Rosario Pavese, Sidd Joag e Ole Reitov*



Pode ser um truísmo dizer que um conflito é um fenómeno complexo e multifacetado. Mas há a tendência de definir um conflito contemporâneo de forma redutora, segundo uma lógica binária – seja enquanto combates “modernos” por recursos, como inimizades antigas “entre tribos”, seja como confronto entre os “civilizados” e os “não civilizados”. A política apoia-se também, vezes de mais, em assunções simplificadoras, reforçadas pela amnésia histórica e pela incapacidade de lidar com matizes contextuais do conflito.

Estes erros de perceção conduzem a situações “penosas” (dito de forma suave), em que estados europeus dão apoio a regimes repressivos, trocam ajuda financeira por influência política e protegem, dentro da sua própria

jurisprudência, atores que, direta ou indiretamente, exercem violência noutros lugares, impedindo que sejam chamados à responsabilidade.

De modo semelhante, a ação penal internacional, obviamente correta, deve ser vista com olhar crítico: retirar seletivamente determinados atos de violência dos seus contextos e julgá-los no tribunal penal de Haia só demoniza superficialmente os culpados e deixa às vítimas pouco mais do que o seu papel de vítima. Ao mesmo tempo, uma ação judicial destas só pode lidar de forma insuficiente com a violência institucionalizada. Isto não quer dizer que a conceção legal de justiça não seja relevante; mas ela não pode consistir apenas de um mecanismo de processamento de acontecimentos que ocorrem em resultado de situações de conflito. A justiça legal segue sempre uma abordagem de cima para baixo na regulação de relações sociais e, se ela pode ser encarada como um substituto mais humano para a vingança sangrenta, como diz o historiador francês René Girard, as pessoas que deixa para trás raramente se sentem mais sábias do que antes.

A palavra “cultura” tanto deixa os europeus orgulhosos como nervosos. Por um lado, é um motivo de orgulho o significado que a Europa atribui a uma infraestrutura cultural estável, à sua relevância histórica,

bem como à sua conservação e desenvolvimento. Por outro lado, há o tema delicado da utilização, por parte dos estados membros da União Europeia em tempos de subjugação colonial, da cultura como precursora da hierarquia (e suplemento da invasão violenta). Estes dois “carimbos” continuam a exercer, até hoje em dia, alguma pressão sobre posturas e ações europeias. Isto implica que uma política cultural internacional exigente e perspicaz deve de ter em conta, necessariamente, uma perceção equilibrada de ambos os contextos temporais.

Apesar destas complexidades incómodas, uma coisa é inegável: as abordagens ao desenvolvimento social e à concessão de poder a um indivíduo ou grupo, que funcionam de baixo para cima, são essenciais para a resolução sustentável de conflitos; os projetos socialmente empenhados e baseados na arte e na cultura são, além do mais, um recurso eficaz – senão mesmo o mais eficaz – para tornar possíveis essas abordagens.

Por esta razão, é necessário refletir seriamente sobre o desenvolvimento de movimentos culturais, espaços e equipamentos autónomos e independentes. Estes criam lugar para o pensamento e o diálogo livres e podem servir de refúgio em contextos político-sociais difíceis. Um dos desafios globais mais difundidos consiste atualmente no combate à injustiça social e à violência omnipresentes, resultantes da incapacidade ou da cumplicidade dos respetivos governos. Os indivíduos são, antes de mais, cidadãos, mas o reconhecimento formal enquanto membros de uma unidade política, com direitos iguais, é o primeiro passo para o exercício efetivo dos seus direitos políticos.

As grandes divergências a nível da igualdade de direitos sociais, as diferenças

culturais e linguísticas, bem como as fronteiras políticas impedem, no entanto, o reconhecimento mútuo de membros de uma unidade político-social ampla. É neste âmbito que a arte pode dar um contributo significativo para reduzir tensões entre diversidade e homogeneidade, isto é, através da criação de espaços em que a prática criativa se cruza com as agendas dos direitos humanos – com vista a uma compreensão mais abrangente de justiça social, em particular na defesa de comunidades mais vulneráveis.

O primeiro passo consiste na identificação de violações dos direitos humanos que provocam sofrimento às comunidades. Num segundo passo, as diferentes formas de expressão artística poderão proporcionar a plataforma necessária para reclamar de novo estes direitos. Uma dinâmica semelhante é observável em zonas pós-guerra, onde as cicatrizes do conflito permanecem visíveis e vulneráveis.

Tomemos como exemplo o centro cultural Rex, em Belgrado, que desempenhou um papel fulcral na reflexão acerca do trauma de guerra na Sérvia. O Rex era um local seguro para atividades psicoterapêuticas socialmente empenhadas – com debates abertos a todos como pano de fundo de uma exposição recém-inaugurada. Era também um laboratório para colaborações coletivas, que pretendiam introduzir melhorias na cidade e nas condições sociais do país. O rápido desaparecimento de espaços públicos, em todo o mundo, significa, porém, que os “ambientes abertos” muitas vezes são difíceis de encontrar ou são de difícil acesso, o que, por seu turno, conduz a uma atomização social acrescida e a uma alienação psicossocial. Neste sentido, os espaços culturais servem de ponto de

encontro para pessoas cujos caminhos provavelmente não se cruzariam de outro modo, promovendo assim uma abordagem mais abrangente da cidadania social.

Os artistas também podem desempenhar um papel fundamental no processo de construção da paz, especialmente em sociedades divididas por um conflito armado ou nas quais o conflito aberto é limitado por uma repressão omnipresente.

Quando o estado de direito é destruído, quando faltam os serviços sociais e a liberdade de imprensa, o artista assume muitas vezes o papel de crítico do regime, advogado dos cidadãos, organizador da comunidade, defensor dos direitos humanos ou até de líder de um movimento. Os indivíduos que usam a criatividade para combater a injustiça são frequentemente perseguidos, de forma direta ou indireta. Mesmo havendo já as condições básicas para o apoio a defensores dos direitos humanos, estes mecanismos não têm em linha de conta as formas mais latentes de ativismo e negligenciam os riscos específicos, aos quais os artistas e os trabalhadores da área da cultura estão sujeitos quando fazem um trabalho normalmente associado ao ativismo.

Hoje em dia, é habitual para os trabalhadores da área da cultura, que são atores

“A improvisação no teatro permite às pessoas explorarem as raízes de situações sociais, políticas e económicas difíceis, os seus sentimentos, e de se ligarem à vivência emocional de outras pessoas, através da narração de histórias.”

da sociedade civil, exercerem a sua atividade em diversos meios de comunicação, e a cultura faz normalmente parte de projetos que lutam pela justiça social e pela igualdade de direitos. As relações de colaboração entre organizações, bem como entre redes de direitos humanos e artes têm, por isso, um grande potencial de desenvolvimento de estruturas de apoio aos defensores dos direitos humanos, empregando recursos (até agora) pouco utilizados, que muitas vezes têm origem no mundo da arte e que ocupam o seu lugar nas grandes agendas em prol da justiça.

O meio artístico provavelmente mais estudado na intervenção em situações de conflito é a utilização do teatro junto de indivíduos e comunidades vulneráveis. O célebre método do teatro-fórum, de Augusto Boal, e o trabalho que este visionário criativo iniciou em diversos países da América do Sul e do Rio de Janeiro, a sua cidade natal, são um extraordinário exemplo das virtudes das atividades culturais participativas, baseadas nos princípios da participação direta, da expressão criativa e do diálogo.

A improvisação no teatro permite às pessoas explorarem as raízes de situações sociais, políticas e económicas difíceis, os seus sentimentos e de se ligarem à vivência de outras pessoas e ações, através da narração de histórias e da ação espontânea. Simultaneamente, é celebrada a força da própria voz e do intercâmbio entre pessoas. Na medida em que o teatro cria um espaço alternativo para o desenvolvimento e para o empenhamento social, educa, dá poder e até cura. Numerosas iniciativas deste género têm tido lugar um pouco por todo o mundo: o teatro dos Amani, no Quênia, dos Zwakwane, no Zimbabué e o Berlin Fountainhead Tanz Theatre, na

Alemanha.

Independentemente das vantagens óbvias para os participantes, o saber e a compreensão gerados no âmbito dos projetos são extremamente valiosos. Pessoas que designamos muitas vezes “vítimas do conflito” raramente têm a oportunidade de contar a sua própria história em primeira mão. As suas histórias são muitas vezes contadas por mediadores, que interpretam as suas necessidades de forma unilateral e ditam soluções. No entanto, quando os atores em prol dos direitos humanos e do desenvolvimento trabalham ativamente em colaboração, é possível articular diretamente as necessidades específicas de grupos específicos com soluções e recursos adequados, em conjunto com os utentes. Isto não só torna o trabalho mais eficaz como possibilita que os discursos marginalizados cheguem a um contexto mais alargado.

Do mesmo modo, é possível encontrar pontos de partida nas atuais infraestruturas de direitos humanos. Por exemplo, a Transparency International criou 45 centros de aconselhamento jurídico, os chamados ALACs (Advocacy and Legal Advice Centres), em 40 países com tradições históricas, culturais, jurídicas e sociais diferentes. Estes centros dedicam-se à tarefa de encorajar os cidadãos a participar no combate à corrupção e na defesa de direitos. Os cidadãos podem dirigir-se a estes centros para denunciar violações da lei e apresentar queixas. Ligar estes centros, ou organizações de direitos humanos semelhantes, a redes culturais ou artísticas poderia contribuir para criar um espaço para ambos os atores trabalharem em conjunto, pondo em prática diversas formas de justiça social. Iniciativas dinâmicas deste tipo podem intervir a tempo nas condições glo-

bais atuais, onde flexibilidade, criatividade e inovação são decisivas, a fim de ultrapassar o forte desencanto e a passividade que resulta muitas vezes do facto de as pessoas estarem demasiado expostas a conflitos.

Muitas vezes, as culturas institucionais que dominam as diferentes disciplinas (arte e cultura / direitos humanos / desenvolvimento), bem como o planeamento temporal, os critérios de avaliação, a gestão financeira, as ideias sobre resultados consistentes ou prioridades, criam obstáculos a experiências colaborativas.

A linguagem é encarada de formas diferentes – as atividades de “desenvolvimento”, por exemplo, não são a mesma coisa para aqueles que lidam apenas com o desenvolvimento económico e para os que valorizam o desenvolvimento humano acima de tudo. Do mesmo modo, os defensores da liberdade de opinião não se submetem a questões de gosto, sensibilidades locais ou a uma controvérsia: um direito humano é um direito humano. E os artistas trabalham muitas vezes nos planos menos visíveis, ou até algo imateriais, da consciência e da autoconfiança. Apesar de existirem, já há muito anos, projetos interdisciplinares e intersetoriais, frequentemente as ONG continuam comprometidas com os seus próprios métodos.

Neste contexto, instituições como a rede EUNIC e as principais representações e fundações para o desenvolvimento humano poderiam funcionar como catalisadores do fortalecimento do diálogo e do entendimento mútuo entre setores. Salientar bons exemplos, encomendar análises conjuntas e juntar os atores principais pode contribuir para abrir perspetivas mais abrangentes, demonstrando assim o valor e as limitações

de determinadas abordagens, bem como as sinergias geradas pelo trabalho colaborativo, por muito experimentais que sejam.

É também necessário apresentar uma perspectiva dos perigos e recursos que os trabalhadores do setor cultural (e que não são ativistas profissionais) têm à sua disposição. Em 2011 houve, em todo o mundo, mais repressão e ataques contra artistas e trabalhadores da área da cultura, especialmente no Médio Oriente, no Norte de África, na China, no Sudeste Asiático, bem como na América Central. A repressão continuada e alargada contra artistas e trabalhadores da área cultural demonstra que faltam mecanismos, globais e locais, para apoiar a livre expressão artística.

A Coligação Internacional das Artes, Direitos Humanos e Justiça Social (www.artsrightsjustice.net) tem potencial para se tornar uma plataforma útil e contemporânea para redes locais, regionais e internacionais de defesa de um ativismo criativo.

A proposta recentemente apresentada pelo Freemuse, o fórum mundial sobre música e censura (www.freemuse.org), e outros, tais como o sistema de controlo global para a livre expressão artística (www.artsex.org), são seguramente passos certos na mesma direção – para além do novo grupo de trabalho “ARJ” (Arte-Direitos-Justiça), no âmbito da plataforma da sociedade civil “Acesso à Cultura” (da União Europeia), que teve em princípios de 2012 a sua reunião fundadora, em Bruxelas.

Recomendamos a concretização das seguintes iniciativas: registo das organizações existentes que apoiam artistas e atores culturais cujos direitos são violados ou estão em risco. Estudos sobre ações de curto, médio e longo prazo, com vista à melhoria da proteção de artistas e iniciativas cultu-

rais em risco. Inclusão de trabalhos já existentes sobre indicadores de desenvolvimento de teor sobretudo cultural e humano. Criação de uma central de informação que permita um intercâmbio de análises e casos, de modo a encaminhar cada caso para os recursos adequados. Desenvolvimento de um sistema global de controlo contra a limitação da livre expressão artística. Realização de projetos de formação avançada, dirigidos aos setores artístico e dos direitos humanos, bem como a atores políticos.

Mary Ann DeVlieg trabalha há mais de 30 anos no setor cultural. É secretária-geral, desde 1994, da Rede Internacional de Artes Performativas (IETM). Em 2010, foi uma das fundadoras da Coligação Internacional das Artes, Direitos Humanos e Justiça Social, www.artsrightsjustice.net, à qual pertencem também os coautores Victoria Ivanova, Sidd Joag, Rosario Pavese e Ole Reitov.

Victoria Ivanova é gestora de estratégia num centro artístico em Donetsk, Ucrânia, e membro da plataforma cultural Trans Europe Halles (TEH). **Sidd Joag** é artista e realizador de filmes experimentais. É cofundador da Zero Capital Arts, uma organização promotora de exposições e projetos criativos económicos, social e politicamente empenhados. É igualmente membro da FreeDimensional, uma iniciativa de defesa da liberdade artística em todo o mundo. **Rosario Pavese** é membro da iniciativa Latin American Net Art for Social Transformation, que combate pela justiça social. **Ole Reitov** é diretor de programação da Freemuse, uma organização dinamarquesa de apoio a músicos oprimidos, a nível mundial.

Criar a liberdade: Aprender com as experiências no local

Que experiências práticas positivas foram feitas com iniciativas culturais externas em zonas de conflito? Quais deram provas de bons resultados e quais as condições necessárias? As medidas que foram bem-sucedidas num sítio poderão ter um efeito positivo noutros locais? Especialistas em conflitos e no estabelecimento da paz partilham as suas experiências, apresentam as melhores práticas e expressam os seus desejos.





A cura que vem de dentro Onde a visão e a vontade se encontram, muita coisa se torna possível. Até a paz. Em regiões de conflito, trabalham pessoas destemidas, com força de vontade, que não se resignam a um cotidiano de violência e se empenham a nível da sociedade civil. Combinam estratégias profissionais de resolução de conflitos com empatia cultural. E mostram, com isso, que as diferenças culturais podem ser vividas de forma construtiva. *Michael Gleich*



De todos os ativistas pela paz, foram aqueles dois homicidas que mais me tocaram. Joe combatera, na juventude, no exército católico clandestino, abatera a tiro um oficial britânico e cumpria uma pena de 22 anos de prisão. Peter há muito que era terrorista de carreira, do lado protestante, e tinha ainda mais culpas no cartório. Enquanto membros de duas culturas em luta pelo poder na Irlanda do Norte, combatiam numa guerra civil em que todos só perdiam. A certa altura, deu-se uma viragem neles. O que Joe viu ao sair da cadeia deprimiu-o: jovens frustrados, sem hipóteses de arranjar emprego, que, por puro tédio, instigavam guerrinhas nos bairros pobres de Belfast. A rutura biográfica de Peter foi mais espetacular. Abandonou a atividade terrorista quando teve de matar

um paramilitar do seu grupo, caído em desgraça. Nesse momento, na floresta, não foi capaz de premir o gatilho e perguntou-se, desesperado: “O que fez de mim esta guerra?” Independentemente um do outro, Joe e Peter tomaram uma decisão. Queriam continuar a lutar, mas pacificamente. Foi, para ambos, longo o caminho de saída do ambiente dos antigos companheiros de combate. Em risco permanente de serem denunciados como traidores. Hoje são assistentes sociais e acompanham jovens, convencendo-os a manterem-se afastados de grupos paramilitares. Trabalham arduamente por uma resolução política do conflito. O que me impressiona neles não é a alegada história de-Saulo-para-Paulo. É a forma imperturbável como seguem a sua visão de que católicos e protestantes podem viver juntos, com os mesmos direitos. E a força de vontade com que, a meio dos quarenta, se prestam a começar tudo de novo. Onde a visão e a vontade se encontram, muita coisa se torna possível. Até a paz.

E acontece mais frequentemente do que pensamos. Desde o início dos anos 90 do século passado, terminaram mais de 80 conflitos violentos. Mali, Moçambique, Haiti, Timor-Leste, Kosovo, para citar apenas alguns. A situação nesses países vai desde a fragilidade à estabilidade. Ainda há mais razões para ter confiança: desde 1992, os conflitos violentos diminuíram

mais de 40%, desde 1950 o número de vítimas mortais desceu 98%. Sem esquecer os acontecimentos revoltantes como os que tiveram lugar na África do Sul, um país que fez a transição de um regime de terror, racista, para uma democracia, praticamente sem derramamento de sangue. Ninguém ousaria esperar tanto. No entanto, dois líderes carismáticos, como Nelson Mandela e Frederik Willem de Klerk, possuíam ambas as coisas, imaginação e iniciativa.

Portanto, por que razão não se festeja? Por que razão é que o Dia Mundial da Paz não é feriado? E por que razão ficamos com a sensação de que a guerra, a morte e a miséria dominam cada vez mais o mundo quando vemos o telejornal? A razão é simples e complexa. Simples porque se trata de uma distorção da realidade típica dos *media*: não é a violência que aumenta no mundo, é a quantidade de reportagens sobre o tema. Complexa porque não são apenas os jornalistas sensacionalistas, que querem aumentar *shares* e tiragens, os responsáveis pela situação. O público também tem uma fixação unilateral. Os dramas de vida e morte fascinam-nos, e a guerra oferece-nos tudo isso gratuitamente, todos os dias, em nossas casas. As notícias sobre campos de morte assemelham-se a relatos de futebol. Alguns “*embedded journalists*”, repórteres que se infiltram no meio dos exércitos, relatavam os acontecimentos da última guerra do Golfo como se fossem comentadores desportivos enlouquecidos. A guerra enquanto evento. A paz, pelo contrário, é silenciosa, lenta, prolongada. Os repórteres enfurecidos perdem depressa a paciência.

E não só eles. A ciência também tem algumas lacunas. Para a ciência, supostamente não há nada mais importante do que perceber quando e onde é possível alcançar a paz. Infelizmente, só muito

poucos investigadores ousam pisar o território novo da pesquisa das causas da paz. A guerra vende melhor, tanto em revistas da especialidade como em congressos. Deste modo, algumas mudanças fascinantes passam despercebidas. No passado, as guerras eram declaradas por chefes de estado, e eram travadas por generais e exércitos, e mais tarde eram cessadas pelo presidente, por tratado. Entretanto, estas guerras entre estados, que noutros tempos tinham muitas vítimas mortais, tornaram-se absolutas exceções. Um avanço civilizacional.

No entanto, há novos desafios. A comunidade dos povos é confrontada com conflitos violentos que nascem no seio das sociedades. São o seu enfarte do coração, a sua falha dos órgãos vitais. Na maioria das vezes, dois ou mais grupos da população, pertencentes a culturas diferentes, lutam pelo acesso ao poder. É isso que aparenta ser. No entanto, se aprofundarmos a nossa análise, vemos que se trata do reconhecimento e respeito mútuos, diria até mais: do desejo de ser respeitado e amado por outros. Cada um de nós quer ser amado, com as comunidades passa-se a mesma coisa.

A cura para estas sociedades, destroçadas e marcadas pelo ódio, tem de vir também de dentro, do seu interior. “Com os perigos crescem também os salvadores”, dizia o poeta Hölderlin. E, com efeito, há uma nova geração de promotores da paz a surgir. Não fazem manifestações, não deixam os acontecimentos nas mãos dos políticos e dos militares, envolvem-se diretamente. Médicas e peritos em direitos humanos, sindicalistas e donas de casa organizadas entre si, desportistas e auxiliares do desenvolvimento, padres e pedagogos. Muitos deles arriscam a própria vida para se empenharem em soluções pacíficas. Possuem criatividade e técnicas profissionais, têm coragem e, sobretudo,

sucesso. Assinalam como progresso quando os rebeldes entregam as armas, como em 1995, no Mali; quando os campos minados são limpos e os camponeses podem voltar aos seus campos, como no norte do Sri Lanka; quando o exército israelita retira barricadas das ruas; quando as crianças católicas de Belfast podem voltar a passar por um bairro protestante; quando as crianças-soldado do Uganda podem aprender um ofício civil. Com cada passo, a paz reconquista um pequeno pedaço de território. Atrás de cada passo, há inventores sociais, pessoas empáticas que aperfeiçoam as técnicas da mediação, da escuta ativa e do trabalho de reconciliação. A arte da paz vem do saber.

Juntos constituem a sociedade civil. Assim até soa a uma amena tertúlia de café. Na realidade, é um superpoder que cresce clandestinamente. A par dos governos nacionais, das organizações multinacionais e dos grandes grupos económicos internacionais, é uma força que deixa cada vez mais a sua marca no cenário da globalização. Sejam pequenos círculos de ativistas ou representações de interesses com muitos membros, os grupos são extremamente flexíveis, por isso são difíceis de controlar e ainda mais difíceis de parar. A sua força são as redes globais. Comunicam e trocam informações, através da internet e do correio eletrónico, acerca do que funciona e do que não funciona. Impercetivelmente, a campanha de sucesso de cá torna-se pedagógica lá. Em associação flexível, os promotores privados da paz fazem progredir o projeto da civilização em todo o mundo.

Uma boa ideia não precisa, hoje em dia, de muito tempo para viajar do Cabo da Boa Esperança e dar a volta ao mundo. Após o final do regime do *apartheid*, que desrespeitava os direitos humanos, a África do Sul ficou

perante a seguinte questão: concedemos a liberdade a antigos torturadores e carrascos para manter a tranquilidade no país? Ou levamo-los a tribunal e arriscamos novos surtos de ódio de grupos inteiros da população? Um dilema típico das sociedades no dia seguinte. A resposta dada pela África do Sul foi a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação. Os principais culpados foram punidos, os pequenos infratores e as vítimas foram convidados para diálogos de reconciliação. Este exercício de equilíbrio resultou, as feridas sararam, a democracia resistiu.

Entretanto, há outros países que experimentam os mesmos instrumentos, por exemplo no Ruanda. Os tribunais organizados pelas próprias comunidades rurais chamam-se Gacaca, “sentar na erva”. A céu aberto, um juiz leigo e os mais velhos julgaram os principais culpados pelo genocídio dos tutsis. Foi uma tentativa desesperada, coletiva, para curar o choque profundo do genocídio. Este movimento, literalmente de bases, é um modelo de sucesso. E uma prova de que a paz parte do povo. De outra forma, não funciona. As guerras civis destroçam as sociedades. Deixam crianças traumatizadas, aldeias destruídas, grupos inimigos que, apesar do cessar-fogo, desconfiam uns dos outros e planeiam a vingança. Muitas vezes, os grupos étnicos vivem em territórios separados, os fios da comunicação estão cortados.

Nesta situação, afirmam-se os mediadores da paz não estatais. Ao contrário dos diplomatas oficiais, podem percorrer caminhos não convencionais de forma a reunir grupos inimigos a uma mesma mesa. Quando o abade beneditino alemão Lindemann abre o seu mosteiro, em Jerusalém, a conversas discretas, israelitas e palestinos podem encontrar-se sem medo de espionagem mútua. Muros sagrados enquanto espaço

protegido. Um monge enquanto mediador. Não pergunta aos políticos se pode imiscuir-se. Fá-lo. É inspirado por uma imagem que, apesar de todas as contrariedades, nunca perdeu de vista: judeus, cristãos e árabes coexistindo pacificamente, na Terra Santa.

Os mediadores da paz bem-sucedidos têm esse fogo dentro deles. São impelidos por uma visão de como o seu país pode mudar para melhor. São “irrealistas” no melhor sentido da palavra. Não aceitam as circunstâncias tais como são. A importância desta atitude é visível no Sri Lanka, que há 20 anos sofre com uma guerra civil sangrenta. Um jovem colega do norte do país, totalmente destruído, dizia-me: “A guerra já dura há tanto tempo quanto eu tenho de vida. Envenenou por completo os nossos pensamentos e corações. Não conseguimos sequer imaginar como seria viver sem atentados e ataques à bomba.” O mais diabólico é que quem não conhece outra coisa senão a violência, em caso de dúvida vai optar sempre pela violência. É um risco, mas é um risco conhecido. A paz, pelo contrário, é o caminho para o desconhecido, uma aventura com um final imprevisível. Por isso a imaginação é tão importante. Desencadeia energias que podem

“Comunicam e trocam informações, através da internet e o correio eletrónico, acerca do que funciona e do que não funciona. Impercetivelmente, a campanha de sucesso de cá torna-se pedagógica lá. Em associação flexível, os promotores privados da paz fazem progredir o projeto da civilização em todo o mundo.”

catapultar as pessoas em todas as direções, como dizia Einstein. Quando Singham, o tamil que viveu uma vida despreocupada, durante 15 anos, em Berlim, regressou ao Sri Lanka abalado pela guerra, os amigos acharam que estava louco. Mas ele ousa sonhar: “Um dia esta ilha voltará a chamar-se, com razão, o Lanka Feliz.” Mas não se fica por aí; constrói casas para refugiados, com dinheiros de contribuições, dirige uma escola para órfãos de guerra surdos, cuida de crianças de rua. Na sua organização trabalham, juntos, indivíduos do povo tamil e cingaleses, os alegados inimigos. Singham é um desses construtores de pontes não assalariados que ajudam a reconciliar e, com isso, arriscam muito.

Os melhores de entre eles são uma mistura carismática de Mahatma Gandhi e Bill Gates. Possuem a rara capacidade de pensar em grande e de agir com determinação – e de fazer uma boa gestão. Estes ativistas da paz de novo perfil perceberam que a segurança e a estabilidade têm também a ver com dinheiro. Com empregos, crescimento económico, desenvolvimento.

Vale a pena investir no sonho número um da humanidade. Investigadores da Universidade de Oxford observaram que uma guerra civil tem uma duração média de sete anos. Cada ano e cada vítima são de lamentar. Mas a boa notícia é que as guerras também acabam! Mais cedo ou mais tarde. O melhor é que seja mais cedo. Quando uma guerra não pode ser evitada, a comunidade de estados pode pelo menos tentar encurtá-la. As intervenções das NU são melhores do que a sua fama. Segundo um estudo da fábrica de pensamento americana RAND, as missões de manutenção da paz resultam em dois de três casos. E são mais baratas do que as querelas no conselho de segurança deixam supor. Todas as 16 missões dos Capacetes Azuis do ano passa-

do, no total, foram realizadas com um orçamento de escassos 5 mil milhões de dólares. Comparativamente, os EUA gastam todos os meses, só na guerra do Iraque, muito mais. E sofrem um desastre atrás do outro no papel de automeado xerife do mundo.

Organizações multinacionais, como as NU e a UE, são – do lado estatal – o equivalente a uma sociedade civil ligada em rede de múltiplas formas. As NU e a UE fizeram muito, nas últimas décadas, para combater a pobreza, melhorar a saúde e implementar os direitos humanos, contribuindo decisivamente para estabelecer a chamada “paz positiva”, que é mais do que a mera ausência de guerra. É uma cultura que já não é definida pela violência e pelo medo, mas pelo respeito e o amor. E é disso que se trata.

E de dinheiro. A surpresa é que também vale a pena investir na paz por motivos económicos. Uma guerra civil típica, segundo cálculos dos investigadores de Oxford, custa cerca de 70 mil milhões de dólares. Os fatores negativos a ter em conta são o baixo crescimento económico, a corrida ao armamento, as doenças, os refugiados e o crime organizado. Vice-versa, por cada ano que uma destas guerras é encurtada, contabilizam-se dividendos na ordem dos dez mil milhões de dólares. Por uma fração desta quantia seria possível fazer uma tentativa de acabar com a guerra, enviando uma força de intervenção internacional.

As novas guerras exigem duas coisas: uma cura da sociedade a partir de dentro – em que os atores decisivos são as iniciativas e os promotores da paz da sociedade civil – e uma ação decidida no caso de a comunidade internacional optar por intervenções militares. Porque, em muitas zonas de crise, não são soldados normais que combatem, são milicianos organizados em bandos ferozes. Muitos têm menos de vinte anos e uma maturida-

de emocional de crianças. E é assim que se comportam: de forma desmesurada, temperamental, confundindo a morte com uma brincadeira. A minha experiência em zonas de guerra mostrou-me que, quando alguém dá um murro na mesa, as coisas acalmam depressa. Como um pai severo, que falta a muitas destas crianças em uniforme, uma autoridade que diz claramente que já chega.

Não há dúvida: é sempre melhor dar prioridade a intervenções não violentas. A Europa teve de conquistar, durante séculos, a união de hoje, em guerras sangrentas provocadas por espirais de violência. Foi um longo caminho até chegar a uma união de estados, na qual as diferenças culturais são valorizadas e vistas como um enriquecimento. United in Diversity (Unidos na Diversidade): esta palavra de ordem deveria ser levada a todo o mundo por uma política externa e cultural da União Europeia, como fonte de inspiração. A possibilidade de esta voz se fazer ouvir em lugares onde se luta pelo regresso da paz é grande. Mas só se a Europa continuar a viver na diversidade cultural – construtivamente.

Michael Gleich é jornalista e escreve também sobre ciência. Especializou-se na apresentação compreensível e surpreendente de temas complexos como a paz, a mobilidade e o meio ambiente. Os seus livros foram traduzidos em várias línguas e distinguidos com numerosos prémios. No último projeto, “Peace Counts”, teve a colaboração de jornalistas e fotógrafos, que viajaram por mais de trinta regiões de conflito e documentaram o trabalho dos promotores da paz, que solucionam os conflitos de forma pacífica e com sucesso comprovado.

Contra o trauma e o tabu A cultura, por si só, não consegue romper com o poder dos partidos etnonacionalistas, transformar relações corruptas de dominação e supremacia e criar uma sociedade tolerante. Mas pode criar nichos onde os discursos alternativos sejam possíveis e venham despertar e reforçar a esperança nas pessoas, relativizar a onipotência do etnocêntrico e contrapor outras ideias de pertença, tradição, história e identidade. *Martina Fischer*



Os institutos culturais, fundações políticas e privadas alemãs e europeias têm vindo a fomentar, há anos, diversas medidas político-culturais em regiões de crise e pós-guerra. As prioridades regionais foram, no passado, entre outras, a Europa de leste e a antiga Jugoslávia. A partir de 2002 foi o Afeganistão e, agora, cada vez mais, na sequência da Primavera Árabe, também sociedades em transformação na região mediterrânica.

A par da criação de instituições de ensino e meios de comunicação independentes, encontra-se geralmente em primeiro plano o Apoio à Sociedade Civil (Förderung von Zivilgesellschaft), com muitos projetos orientados especialmente para o grupo alvo da juventude.

Fundamenta-se na perspetiva de que a negligência cultural e a falta de perspetivas económicas da juventude a torna suscetível à propaganda etnonacionalista e ao potencial recrutamento para a guerra e para a guerra civil.

Em vez disso, dever-se-ia levar os jovens a participar no processo de reconstrução e democratização da sociedade. Assim, foi criado no âmbito da Presidência do Conselho alemã, em maio/junho de 2007, um Parlamento Euro-Mediterrânico da Juventude, que veio beneficiar a formação da juventude. O objetivo era fomentar o diálogo entre culturas na região mediterrânica e desenvolver as competências interculturais dos participantes. O financiamento de arranque foi conseguido através da Comissão Europeia e espera-se que o projeto possa ser levado a cabo nos países limítrofes do Mediterrâneo em cooperação com instituições da UE.

O diálogo e as iniciativas dos encontros assumem também, neste contexto, grande importância, como, por exemplo, no âmbito do diálogo euro-islâmico, ou das medidas orientadas para o entendimento e para a reconciliação de grupos rivais em comunidades divididas e sociedades destroçadas pela guerra.

Regra geral, parte-se do princípio que as iniciativas culturais e medidas

educativas podem apoiar o processo de paz. No entanto, colocam-se as seguintes questões: que potencial oferecem as iniciativas culturais para o tratamento de conflitos? De que maneira podem as atividades culturais estar envolvidas, significativamente e a longo prazo, nas atividades de promoção da paz? Em que condições podem contribuir para a reconstrução e reconciliação de sociedades destroçadas pela guerra?

Para avaliar as medidas do incentivo cultural no contexto da promoção da paz, devemos também ter presente a ambivalência da cultura, que se evidenciou, por exemplo, na escalada do conflito na antiga Jugoslávia no início dos anos 90. Aí trabalhavam ativamente pessoas de instituições de ensino e meios de comunicação social, provenientes, em parte, da polarização política, da exclusão e da perseguição. Em concordância com os políticos, intelectuais e jornalistas das várias situações etnonacionalistas, esforçaram-se por salientar as diferenças culturais e o elevado valor da “própria” cultura, ou seja, a desvalorização da agora “outra” cultura e orientação religiosa.

Tratavam assim da legitimação ideológica dos excessos de violência e do genocídio. Violando e falsificando factos históricos, construíram os princípios da pureza étnica e alimentaram os contrastes culturais. Com um vandalismo inimaginável destruiu-se património cultural dos que eram agora o “outro”, a feição hostil. Também os agentes culturais participaram na construção do confronto etnopolítico. Perante a guerra e especialmente no seu seguimento, assistiu-se a um duvidoso renascimento de uma arte popular que refletiu sobre os mitos históricos. Os mitos de vítimas

e heróis marcam em muitos sítios os monumentos que são erigidos em honra dos soldados e civis mortos na guerra. Especialmente na Bósnia-Herzegovina estabeleceram-se diversas formas de memória, que contrariam os esforços de promoção da paz. As culturas da memória, em sociedades divididas, manifestam-se frequentemente de uma forma muito seletiva que intensifica a polarização ao longo das linhas de fronteira etnopolíticas. Os sentimentos das pessoas que sofreram perdas e desgostos são assim ignorados e ofendidos, e as relações endurecem ainda mais.

As formas de expressão cultural podem ser tanto emancipadoras como doutrinatoras e assumir traços de cariz violento. Os testemunhos culturais podem promover a tolerância, o pluralismo, a multiculturalidade e uma sociedade aberta e democrática mas podem igualmente fomentar a intolerância, cimentando identidades de grupo monoétnicas e apoiando modelos fechados de sociedade, ou até consolidar esteticamente formas de dominação ditatorial. As formas de expressão cultural servem, finalmente, e sobretudo, para delinear identidade(s) ao nível individual e coletivo. Há que ter isso em conta na reflexão sobre o potencial de promoção da paz das iniciativas culturais.

Por exemplo, na situação do pós-guerra na Bósnia-Herzegovina continua a observar-se claramente o carácter ambivalente da cultura. A política cultural oficial de entidades políticas ainda rivais orientou-se, antes de mais, para a instrumentalização da língua e da historiografia com o objetivo da delimitação. Foram utilizadas, para isso, instituições de ensino e meios de comunicação social. Também a literatura,

o cinema e as artes plásticas foram influenciadas. Além disso, desenvolveram-se simultaneamente formas culturais de confronto com a guerra que se podem considerar críticas e construtivas. A cultura e os meios de comunicação social desenvolveram uma nova dinâmica, nos anos que se seguiram a 1995, graças a medidas de apoio internacionais e instruíram uma parte significativa da sociedade civil, que contrasta com o modelo etnocrático, modelo que está na base da estruturação da vida política na Bósnia-Herzegovina.

A par da “cultura popular” superficial e de tons nacionalistas, desenvolveu-se finalmente também uma cultura que contrariava a definição popular de pertença e delimitação. Uma ação cultural mais criativa que ultrapasse as fronteiras ideológicas e territoriais poderia – especialmente na cultura juvenil – gerar também efeitos integrativos e, pelo menos pontualmente, transpor o pensamento estereotipado. Os programas de apoio internacionais são indispensáveis para apoiar estas iniciativas.

A produção cultural não consegue, por si só, romper com a supremacia de partidos etnonacionalistas, transformar relações corruptas de domínio e poder e criar uma sociedade tolerante. Mas pode criar nichos onde os discursos

alternativos sejam possíveis e venham por isso despertar e reforçar a esperança nas pessoas, relativizar “a onnipotência do autismo etnocêntrico” diagnosticado pelo escritor croata Ivan Lovrenovic e contrapor outras ideias de pertença, tradição, história e identidade. Claro que as iniciativas culturais, por si só, não podem desenvolver nenhuma dinâmica de resolução de conflitos profundamente enraizados ou de reconciliação de sociedades em litígio. Mas, num conjunto de medidas de desenvolvimento e de promoção da paz, podem ser um elemento impulsionador importante. Podem, enquanto houver uma vontade política de entendimento, contribuir para a cura de experiências traumáticas, para um clima de confiança e reconciliação de comunidades destroçadas pela guerra, e fomentar uma sociedade cunhada pela participação democrática, pluralismo e tolerância.

Isso implica que o respetivo potencial dos atores internacionais que se envolvem nas regiões do pós-guerra seja reconhecido e sistematicamente apoiado com perspetivas de longo prazo, e não apenas *ad hoc*, no apoio a projetos de curto prazo. Para tal, deverão os parceiros ser cuidadosamente escolhidos, pois, como foi anteriormente mencionado, nem tudo o que se passa na área cultural é pensado em termos de pluralidade, e pode também, por vezes, ter um tom nacionalista.

Criadores, instituições de ensino e meios de comunicação social podem apoiar a glorificação de acontecimentos de guerra e a construção de mitos, prolongar a exclusão e o sofrimento, mas podem também contribuir de forma relevante para trabalhar experiências de violência e conflito social e, deste modo, contribuir a longo prazo para a renovação.

“A negligência cultural e a falta de perspetivas económicas da juventude torna-a suscetível à propaganda etnonacionalista e ao potencial recrutamento para a guerra e para a guerra civil.”

Podemos referir os exemplos da região do pós-guerra na Bósnia-Herzegovina, onde as vítimas de guerra foram muitas vezes instrumentalizadas para a política da memória unilateral, continuando, porém, simultaneamente desprotegidas. O destino das mulheres que foram violadas ou torturadas durante a guerra foi ignorado durante muito tempo, este tema foi revestido com um enorme tabu social.

O filme “Grbavica” (título em português: “Filha da Guerra”) da realizadora bósnia Jasmila Zbanic, que foi várias vezes reconhecida a nível internacional, contribuiu para quebrar o silêncio. O filme retrata a relação de uma mulher bósnia, violada durante a guerra, e a sua filha menor de idade, na Sarajevo do pós-guerra. Vem ilustrar a maneira como os traumas de guerra influenciam os destinos individuais, como os tabus sociais prolongam o sofrimento e impedem que se lide com eles de forma construtiva.

O filme foi visto na Bósnia por mais de 100.000 pessoas no ano em que estreou. A estreia foi acompanhada de uma campanha de ONG locais e internacionais que defendem os direitos das mulheres vítimas de violência sexualizada. Principalmente a Organisation Medica Mondiale desempenhou aqui um papel importante. No entanto, a estreia do filme foi em parte boicotada também na entidade sérvia da Bósnia, a República Srpska, por pressão dos políticos.

No seguimento disso, o parlamento bósnio decidiu, no verão de 2006, que as mulheres violadas fossem oficialmente reconhecidas como “vítimas de guerra” e que recebessem uma compensação equivalente à dos homens que combateram na guerra. Isso foi registado pelas organizações de defesa dos direitos

humanos e das mulheres como um grande sucesso, embora deva reconhecer-se que, até hoje, inúmeras vítimas ficaram sem receber nada e continuam ainda a lutar por esta compensação. O filme “Grbavica” insere-se no percurso artístico de uma realizadora que, juntamente com o grupo de artistas Deblokada, em Sarajevo, durante anos, fez vários documentários em que abordava o tema da guerra e os seus efeitos nas pessoas e também lançava uma luz sobre o destino dos que regressavam de diversas situações.

Formas inclusivas da memória

Tanto na Bósnia-Herzegovina como noutras partes da antiga Jugoslávia, na Sérvia e na Croácia, grupos civis e pessoas individuais dedicaram-se, nos últimos anos, à tentativa de lidar construtivamente com o passado. O seu propósito é, para além da missão de averiguação dos factos e a sua influência sobre as instituições educativas, sensibilizar a opinião pública para a reflexão sobre a violência do passado.

Querem encorajar as pessoas a confrontarem-se com o seu papel individual no sucedido durante a guerra e com a responsabilidade política pelos crimes de guerra e violação dos direitos humanos. Esforçam-se por desenvolver formas da memória inclusivas e contrariar a tendência para a perceção seletiva

“O sucesso dos projetos de diálogo depende fortemente da sua realização num período de tempo ajustado e com os grupos-alvo adequados.”

das vítimas de guerra. A conceção de memoriais é alvo de disputas sociais e essa realidade também coloca enormes desafios às conceções artísticas, ou seja, requer prudência, sensibilidade e processos de diálogo com uma ampla participação social. Em determinadas condições, a promoção de encontros em fóruns de intercâmbio cultural pode contribuir para a transformação de conflitos e para a reconciliação. No entanto, não se deve deduzir que o encontro intercultural e os projetos de diálogo entre pessoas de campos hostis, só por si, e em todas as circunstâncias, resultem num efeito de promoção da paz.

Pelo menos, em regiões que estão marcadas por conflitos etnopolíticos, é necessária uma cautela acrescida. Relatórios de avaliação e estudos de impacto realizados nos últimos anos em diversos contextos regionais diferentes mostraram que o sucesso dos projetos de diálogo depende fortemente da sua realização num período de tempo ajustado e com os grupos-alvo adequados. Nalguns estádios do conflito, os projetos de diálogo multiétnicos entre partes hostis podem também surtir o oposto dos efeitos pretendidos, como, por exemplo, intensificar o confronto e o reforço da desconfiança, em vez de conduzir à aproximação. As iniciativas de educação para a paz numa certa área podem surtir mais efeito, nalgumas situações, do que os encontros artificialmente promovidos. Por vezes, também se subestima a importância dos aspetos estruturais, que devem ser tomados em consideração a par do fator tempo: as medidas de construção da confiança requerem, em certa medida, estabilidade económica e segurança no âmbito social.

O presente conhecimento empírico sobre os mecanismos de ação dos projetos de diálogo em situações de crise e pós-guerra não basta, porém, para formular avaliações gerais ou “lições aprendidas”. Para isso, seriam necessários estudos científicos de acompanhamento muito mais abrangentes e medidas de investigação-ação. Essencialmente, o balanço dos efeitos no campo da construção da paz é altamente complexo. Um desafio importante na avaliação destes efeitos na promoção da paz é a definição de critérios para o seu sucesso ou o seu fracasso. Além disso, existe o problema de atribuir efeitos específicos – e também certos desenvolvimentos sociais – a cada uma das medidas. Certamente que a responsabilidade sobre a utilização de fundos ou dinheiros públicos exige que se avaliem e examinem as medidas de fomento da paz e de transformação de conflitos, bem como os apoios à política de desenvolvimento e a sua utilidade.

Contudo, a observação dos efeitos nesta área é substancialmente mais complicada do que no trabalho de cooperação clássico. Isso deve-se, por um lado, aos recursos limitados e ao curto tempo de duração das medidas de avaliação. Por outro lado, o aspeto conclusivo das avaliações permanece muitas vezes questionável, uma vez que é difícil formar indicadores consistentes e porque os efeitos da construção da paz e o trabalho sobre os conflitos só podem ser avaliados a longo prazo, ou seja, muitos anos após a conclusão das medidas concretas e dos programas de apoio.

Seja como for, as avaliações devem ser sempre participativas, ou seja, as partes interessadas devem estar continuamente envolvidas no processo. Os resultados

devem ser remetidos para aqueles cujas atuações são examinadas. As avaliações deverão também ser logo integradas no planeamento das medidas. Só desta forma poderão servir uma definição realista dos objetivos, bem como uma autorreflexão dos atores da execução, ou até mesmo apoiá-los no desenvolvimento de métodos para a verificação dos seus objetivos e estratégias (autoavaliação). A autorreflexão crítica e a contínua autoavaliação são imprescindíveis quando agentes externos intervêm em regiões de conflito. Trata-se aqui de evitar, nomeadamente, efeitos (secundários) indesejados e negativos de medidas de apoio.

Fundamentalmente, afigura-se muito difícil comprovar os efeitos promotores da paz das iniciativas culturais. Medir empiricamente os efeitos das medidas de educação é uma tarefa extremamente complexa e exigente, porque os estudos a longo prazo ainda estão por fazer. Mais difícil ainda é determinar os efeitos dos produtos culturais nas áreas da música, literatura, artes visuais e artes do espetáculo.

As formas de expressão artística podem contribuir para expor mecanismos de dominação e violência, ou chamar a atenção para narrativas excluídas, bem como para estimular percepções e pensamentos alternativos. Podem ajudar a trabalhar experiências de violência. Mas não têm obrigação de contribuir para esse fim. Aí, a arte é autónoma. Os poucos artistas dedicam-se ao seu trabalho com manifestas exigências (pacífico-)políticas. Afinal, a principal tarefa dos criadores não é ter um papel ativo, no sentido de um programa político, na influência sobre as relações sociais. O papel das artes visuais, da literatura, da música, do cinema e do teatro é muito mais o de antecipar e refletir

as tendências políticas e sociais. A busca da identidade, o sofrimento e o desejo de reconhecimento exprimem-se de diversas formas através da cultura.

Ao mesmo tempo devemos consciencializar-nos de que a produção cultural apenas limitada pela influência de medidas de apoio externo não se deixa atrelar à carreta programática predefinida. Além disso, muitas vezes, as mensagens político-ideológicas das expressões culturais são difíceis de reconhecer e de interpretar, para alguém que está de fora e apenas possui um conhecimento limitado do país. Os atores externos devem, por conseguinte, proteger-se de categorizações demasiadamente confinadas a formas de expressão cultural “emancipatórias” e “manipuladoras” e, em vez disso, buscar o reforço de critérios que procurem lidar construtivamente com a ambivalência da cultura.

Em sociedades extremamente polarizadas devemos concentrar esforços, antes de mais, na criação de fóruns onde pessoas de diferentes quadrantes possam confrontar-se com as características da cultura, criadoras de identidade, do grupo “hostil”, em que possam conhecer-se e compreender-se. O papel externo é, então, moderar processos de discussão, ao invés de efetuar avaliações e classificações políticas. Leituras e exposições podem ajudar a impulsionar esses diálogos, que

“O papel das artes visuais, da literatura, da música, do cinema e do teatro é muito mais o de antecipar e refletir as tendências políticas e sociais.”

permitem ver o “outro” nos seus interesses e necessidades e, ao mesmo tempo, formular os próprios interesses e necessidades. Isso pressupõe, no entanto, que é proporcionado um ambiente onde são assegurados o respeito mútuo e a segurança das partes envolvidas. Criar esses espaços protegidos é um desafio crucial.

O apoio externo nas regiões em crise e pós-guerra deveria, por conseguinte, visar menos a “instrumentalização” de iniciativas culturais para objetivos de paz e mais a promoção da pluralidade e dos espaços de encontro que estimulam o debate. Sobretudo, deveria ter em atenção os valores e princípios que favorecem a transformação de conflitos. Acima de tudo, parte importante nisto é a inclusividade, no sentido da participação e abertura, não só dos atores claramente empenhados no apoio dos processos de paz, mas também dos ditos atores difíceis, que resistem a estes valores, ou permanecem indiferentes a eles.

A multiparcialidade em relação às partes em conflito é, em todo o caso, muito significativa. Ao mesmo tempo, não se deve utilizá-la contra o princípio da tomada de partido por pessoas cujos direitos são violados ou cujos interesses não são ouvidos em constelações assimétricas de conflito. A deteção e consciencialização da existência de culturas dominantes e estruturas de injustiça é uma condição importante para a transformação de conflitos.

Ownership, ou seja, o poder de autodefinição e autodeterminação envolvidos nos conflitos é outro princípio importante. Essencialmente, o sucesso do trabalho sobre a causa dos conflitos e a capacidade de pôr em marcha o processo de reconciliação está dependente destes dois princípios. Em todo o caso, os atores

externos podem ter um papel de apoio. Não devem apenas possuir um saber-fazer político-cultural, mas devem ter também sensibilidade e experiência interculturais e praticar o que se espera dos intervenientes em campo: transparência de objetivos e estratégias, e a disponibilidade para desenvolver relações numa base de igualdade e parceria. A cooperação entre atores internos e externos deveria abrir espaço para a aprendizagem mútua.

É necessário, portanto, construir confiança também entre os atores externos e internos do trabalho cultural, uma análise contínua das necessidades, e um grande fôlego, como referiu a especialista em estudos culturais, Tina Balla, de forma muito convincente: “Um processo desenvolvido com paciência, que deve ser acompanhado da compreensão da sociedade em questão”, assim como um “planeamento à medida, sensível ao conflito em causa, que permita avançar, passo a passo, de um projeto para o seguinte”.

Se estes critérios para a promoção, planeamento e execução de iniciativas culturais forem assegurados, aumenta a sua probabilidade de contribuir para a construção da confiança, para a reconstrução de relações destruídas e para a transformação de conflitos.

Martina Fischer é vice-diretora da Berghof Stiftung für Konfliktforschung em Berlim. É coeditora do “Manual Berghof para a resolução de conflitos” e pesquisou e publicou sobre os seguintes temas: promoção da paz na antiga Jugoslávia; interligação da cooperação para a paz e para o desenvolvimento; o papel da sociedade civil na resolução de conflitos; relação entre o aparelho militar e a sociedade; a política europeia para a paz.





Afeganistão e para além dele A atividade cultural apoiada por governos estrangeiros é quase invisível no Afeganistão e constitui apenas uma pequena fração dos milhares de milhões que o estrangeiro gastou naquele país desde 2001. Perante os fracos resultados do envolvimento militar na criação de segurança e paz, deveria apoiar-se a sociedade civil e as iniciativas no campo da arte e da cultura. *Jemima Montagu*



Vaclav Havel constatou uma vez que, quem quisesse mudar a visão do mundo, teria de mudar as imagens. E, aqui, o papel do artista é significativo: “O artista tem hoje uma tarefa muito importante a cumprir. Ele não é uma pequena figura periférica que entretém pessoas ricas. Precisamos realmente dele.” A insistência de Havel no papel do artista e, conseqüentemente, no papel da arte e da cultura na configuração da História provém, sem dúvida, da sua própria experiência como autor de peças de teatro e ativista. Uma vez catapultado para a política, tornou-se um dos dirigentes políticos mais notáveis e esteve na gênese da “Revolução de veludo”.

Marcado por uma longa doença, pôde, até à sua morte no ano passado, seguir o

seu próprio caminho e ver confirmada a verdade da sua citação, através da Primavera Árabe de 2011: aí, escritores, músicos e artistas ocupavam a primeira fila da sua própria “Revolução de jasmim”. Em março de 2012, faz onze anos que foram destruídas as maravilhosas estátuas dos Budas em pé no vale Bamiyan, no centro do Afeganistão. Esta destruição gerou indignação em todo o mundo e foi, como muitos disseram, um dos acontecimentos chave utilizados, após o 11 de setembro, para angariar na Europa e no Ocidente em geral apoio público para a intervenção militar no Afeganistão. Apesar da condenação internacional, face à violência diária, dos apedrejamentos públicos no estádio desportivo central de Cabul e das execuções em postes de candeeiros públicos, foram também a proibição da música e da televisão e a destruição de uma herança budista com 1.500 anos que deram origem à mudança da opinião pública – e tiveram como resultado a intervenção militar. A simpatia internacional para com o Afeganistão e os seus habitantes foi desencadeada pela cultura. Mas, se assim é, se a intervenção internacional no Afeganistão foi mobilizada por meio de uma empatia cultural, então também se poderia dizer que o papel da cultura nesta ação no estrangeiro não se encontra completamente investigado ou esgotado.

A atividade cultural no Afeganistão apoiada por governos estrangeiros é praticamente invisível – apesar de eu ter visto, nos anos em que lá vivi, exemplos de iniciativas esclarecidas – e constitui apenas uma pequena fração dos milhares de milhões que o estrangeiro gastou naquele país desde 2001. Por que não se investiu mais energia em formas alternativas de diplomacia ou desenvolvimento – em vez de ações militares e um projeto de construção do estado malogrados –, especialmente no apoio de iniciativas da sociedade civil e das suas parentes pobres, arte e cultura?

Ação-Feel-Good

Conhecemos, naturalmente, a resposta a essa questão. A cultura continua quase ausente da agenda da diplomacia internacional e do desenvolvimento e é vista, na melhor das hipóteses, como “soft power”, e comumente como “sentimentalismo” ou “ação-feel-good” – expressões que depreciam as atividades e os seus participantes e subestimam o verdadeiro valor de cultura. Pode tratar-se de um sinal promissor, que a “Estratégia de construção de estabilidade no estrangeiro” do Ministério Britânico dos Negócios Estrangeiros e Commonwealth, publicada em julho de 2011, contenha a seguinte declaração:

“O *soft power* irá desempenhar um papel importante no apoio aos nossos esforços. O trabalho do British Council é importante para construir, a nível mundial, compromissos e confiança com o Reino Unido através de uma compreensão mútua de valores, assim como do papel de cidadãos, governos e

sociedades civis.”

Mesmo que esta declaração prometa um novo reconhecimento do valor do *soft power*, desencoraja ver que a palavra “cultura” continua a ser tabu. Contudo, em contraste, usou-se e abusou-se de maneira penosamente inflacionada da expressão “conquistar corações e cabeças” na estratégia anti-agitação da coligação no Afeganistão. “Conquistar corações e cabeças” significava projetos de desenvolvimento rapidamente coroados de sucesso, como a construção de poços, mas também acentuava o contacto “pessoal” entre soldados e afegãos. Soldados completamente equipados com uma série de armas automáticas receberam instruções para apertarem as mãos das pessoas naqueles cenários e para as cumprimentarem com “Salaam Aleikum” – tendo isto um efeito ameaçador para a maior parte dos homens afegãos, já para não falar das mulheres e crianças.

Não é a minha intenção troçar dos soldados da coligação e também não quero minar tentativas honestas de encontros interculturais, mas gostaria, sim, de perguntar porque que é que não se fez mais – e continua a não fazer-se mais – para apoiar iniciativas culturais, na sequência de muitos exemplos iniciados e geridos por afegãos, que não só têm um valor verdadeiro e comprovado, como também se encontram “inseridos localmente”. A cultura de uma nação tão complexa como a do Afeganistão não pode ser explicada de maneira simples – seguramente teria sido possível aprender da experiência no Iraque mais lições no que diz respeito à necessidade de um compromisso cultural mais empenhado e competente? No ano passado estive numa das fundadoras

de uma nova agência com o nome de Culture+Conflict, na sequência dos três anos, de 2006 a 2009, que passei no Afeganistão a trabalhar em projetos culturais. Culture+Conflict reage à falta de conhecimento e compreensão do papel que a cultura desempenha em todo o mundo, em conflitos e em regiões em que houve conflitos. Reunimos uma série de exemplos de projetos culturais proeminentes e candidatamos esses projetos junto dos inúmeros e diversos representantes no “Negócio de conflitos” – desde departamentos governamentais ligados às relações externas, à defesa e ao desenvolvimento internacional até organizações de direitos humanos e ONG, que já trabalham em zonas de conflito. Queremos também criar uma plataforma para artistas e organizações culturais, a partir da qual estes possam candidatar-se com o seu trabalho e entrar em rede com os seus colegas internacionais. Sabemos que já foi feito trabalho que merece destaque, mas estes projetos raramente são documentados, e, se tal se verificou, não há um lugar central onde se possam encontrar esses exemplos e relatórios. Se pensarmos no número de conflitos atualmente existentes em todo o mundo, não haverá certamente falta de lugares que procurem novas formas de abordagem para a consolidação da paz.

Não afirmarei, naturalmente, que arte e cultura são uma panaceia universal ou que só elas podem resolver muitos conflitos persistentes no mundo. Cultura e vida cultural têm, no entanto, continuidade, apesar da perturbação diária da guerra e dos conflitos. Ler um livro, ouvir música – a cultura pode ser a pedra-de-toque da normalidade ou um refúgio do surrealismo e da dor do

conflito. A arte e a cultura podem oferecer um espaço de reflexão, para assimilar os acontecimentos da guerra, ou podem ser um caminho para comunicar o não-comunicável. Há muitos exemplos extraordinários de projetos, nos quais encenadores teatrais, artistas, escritores, músicos e outros colaboraram com pessoas traumatizadas pela guerra, e nos quais a arte serviu para juntar e “estabelecer uma humanidade comum”, como escreve Michaela Crimmin, cofundadora de Culture+Conflict, “usar a arte como um quadro para ensaiar realidades, difíceis de exprimir por palavras, e assim encetar um processo de reabilitação.

Mas, como mostram os exemplos referidos, a atividade cultural, quer provenha das pessoas ou dos lugares assolados pelos conflitos, quer seja possibilitada e apoiada por atores externos, é reconhecidamente – e ainda bem – difícil de comprometer. Teatro ou terapia? Uma exposição ou um projeto com origem no empenho das instituições públicas? Ou simplesmente “arte” como fim em si mesma? Mesmo apoiando-me aqui em palavras gastas como “cultura” e “arte”, estou consciente de que existe um grande espectro de interpretações, apenas para estes conceitos. E aqui começa o problema da definição, da medição e da avaliação, que impede vezes demais o apoio oficial e o fomento da atividade cultural, tanto dentro do país como no estrangeiro. Arte e cultura raramente cabem dentro das matrizes de avaliação das caixinhas definidas, que patrocinadores e contribuintes esperam.

Mas pode e deve a arte estar submetida aos mesmos critérios de desempenho que as outras disciplinas? O desafio de semelhante avaliação é uma questão

que Culture+Conflict quer examinar com mais exatidão. Queremos apurar se há caminhos para desenvolver quadros resistentes e ainda mais flexíveis que avaliem a atividade cultural no contexto do desenvolvimento ou do conflito.

Sabemos que a abertura da arte e da cultura a métodos de avaliação convencionais poderia abrir a porta a muito mais fomento e apoio, a um maior reconhecimento dos setores que se ocupam das relações com o estrangeiro e com o desenvolvimento; mas também apreciamos a independência da cultura – o facto de ser crítica, experimental e ter às vezes uma saída aberta. Na arte, como em qualquer outro setor, há por vezes derrotas.

Existem, contudo, outras formas de atividade cultural, que têm uma natureza diretamente prática ou, como diriam os críticos, “instrumentalizada”: salvaguarda do património e inovação, postos de trabalho, que são criados pelo ramo do artesanato, festivais, que juntam comunidades, a economia criativa. Estes exemplos referem-se à cultura e à arte, mas adequam-se aos objetivos de apoio

“Ler um livro, ouvir música – a cultura pode ser a pedra-de-toque da normalidade ou um refúgio do surrealismo e da dor do conflito. A arte e a cultura podem oferecer um espaço de reflexão, para assimilar os acontecimentos da guerra, ou podem ser um caminho para comunicar o não-comunicável.”

dos departamentos governamentais para o desenvolvimento internacional ou às imagens condutoras para as ONG.

No Afeganistão, trabalhei uma vez para uma organização de auxílio chamada Turquoise Mountain (Montanha Turquesa), uma ONG anglo-afegã que desenvolveu um modelo de trabalho integrado que interligava o património e a inovação, a educação e a formação em ofícios, a proteção de subsistências e as empresas – a cultura era aqui o centro de rotação e o ponto decisivo.

A Turquoise Mountain foi fundada na sequência de uma conversa entre Sua Majestade Real Príncipe Charles e o Presidente Karzaj sobre o património cultural afegão. A ONG foi fundada por Rory Stewart, que se tornou, entretanto, membro do parlamento britânico, e concentrava-se na restauração e inovação de Murad Kahne, uma parte histórica da parte antiga de Cabul; na formação em ofícios tradicionais (caligrafia, pintura de miniaturas, escultura em madeira, cerâmica e fabricação de bijuteria); no desenvolvimento económico através do apoio de empresas de artesanato tradicional e no *marketing* internacional para o artesanato afegão. Eu aderi à ONG em finais de 2006, depois de ter visitado Cabul pela primeira vez no início do ano e de ter visto Murad Khane num dia chuvoso de fevereiro; só podia ser descrito com um bairro da lata. As ruas encontravam-se cheias de camadas de lixo comprimido. Achei quase impossível voltar a reanimar aquelas casas degradadas e ruas sujas. Hoje, o bairro de Murad Kahne está completamente mudado e também a qualidade de vida das pessoas que aí vivem. De uma reduzida

população de imigrantes, a comunidade voltou a estabelecer-se. Naquele bairro da cidade, existe agora uma escola estatal, uma clínica e o relicário Abu Fazl, o lugar sagrado xiita mais importante no Afeganistão, que tem agora uma mesquita renovada, um pátio e portas artisticamente talhadas. O sucesso do projeto Turquoise Mountain reside, em parte, nos direitos de propriedade dentro da comunidade local e na orientação pelas autoridades locais. As vantagens para a comunidade foram palpáveis – ruas limpas, recolha de lixo, uma clínica e uma escola. No ano passado, o centro de formação em ofícios de artesanato mudou para umas belas instalações restauradas da zona antiga da cidade; as preocupações com o ressentimento local verificaram-se infundadas. Apesar de ser talvez demasiado cedo para falar de “construção de uma oferta turística” numa cidade dilacerada pela guerra, pequenas empresas de artesanato e restaurantes afegãos tradicionais começaram a tirar proveito da nova “zona de património cultural”. Políticos locais anteriormente céticos concorrem agora por uma associação com o projeto e foram paradas as medidas de desenvolvimento da cidade que punham em perigo o bairro histórico. Os principais financiadores – USAIS e CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) – apoiam o projeto da organização humanitária como projeto modelo no Afeganistão.

Em mãos afegãs

O saneamento durou cinco anos e não foi barato – durante esse período de tempo foram gastos mais de 25 milhões de dólares

americanos. Ao princípio, a Turquoise Mountain foi criticada, com razão, pela vinda de pessoal do estrangeiro, mas o número de colaboradores estrangeiros reduziu de cerca de 25, em 2008, para 2 em 2012. As mobilizações estrangeiras terminaram, em grande parte, e a organização humanitária é hoje quase exclusivamente gerida por afegãos. Isso é motivo de orgulho: a “conclusão” ou o “desfecho” de um projeto ONG – que muda de mãos e passa, ao mesmo tempo, a ser um empreendimento sustentável – é raro no Afeganistão, onde as ONG têm tendência para crescer com os meios financeiros postos à disposição pelas entidades financiadoras, mas cuja atividade cessa bruscamente quando os escritórios dessas entidades financiadoras mudam de lugar. A Turquoise Mountain pode apresentar resultados concretos de desenvolvimento: saneamento urbano, desenvolvimento económico, fundação de bases de subsistência, oferta de equipamentos comunitários e infraestruturas, de formação e capacidades, apoio de novos negócios – e estes estavam concretamente ligados à arte e ao artesanato. O projeto trouxe consigo também algumas vantagens bem palpáveis, que não são menos importantes, mas são menos mensuráveis, como a renovação do sentimento de orgulho nacional e civil. A declaração frequentemente repetida do pessoal da Turquoise Mountain e dos estudantes é: “Estou orgulhoso do nosso país e do nosso património, e desejo que as pessoas o saibam no mundo inteiro, que saibam da bela arte e do belo artesanato afegãos.” A história de Turquoise Mountain, na qual também houve insucessos – o que é inevitável –, com o decorrer do tempo,

demonstra que um projeto cultural não só pode conduzir a resultados mais ou menos consistentes, mas também pode influenciar a narrativa maior e eficaz da construção de uma identidade e de um orgulho nacionais. Aqui é legítimo falar de “identidade nacional”, porque as separações étnicas no Afeganistão são de tal maneira vincadas, que é sempre difícil falar de uma identidade coletiva nacional. No entanto, o que este projeto demonstrou é que todos os afegãos, independentemente da sua pertença étnica, podem ser unificados pelo orgulho no seu património cultural comum. Estas características “sentimentais” são naturalmente a essência do “soft power”, mas teriam podido ser apoiadas pelos governos estrangeiros e pelos fundos de financiamento estrangeiros, se não se encontrassem ligadas às vantagens de um treino e da formação de competências, de uma clínica para uma comunidade local, etc.? É pouco provável, mas certamente não será impossível no futuro, se outras possibilidades se vierem a oferecer.

Um outro exemplo é a universidade de Cabul. Todas as faculdades da universidade têm uma parceria académica com uma (ou duas) universidades estrangeiras – à exceção da Faculdade das Belas Artes. Também esta precisa de apoio ao desenvolvimento do seu currículo, do seu equipamento, do seu ensino. Mas, até agora, os governos estrangeiros que operam no Afeganistão e os respetivos institutos culturais não acharam necessário intervir. Talvez se interroguem: que vantagens económicas existem? Como pode ser medido o nosso investimento? Queremos encorajar uma nova geração de economistas, homens e mulheres de negócios e

engenheiros, não de artistas, atores e músicos...! Mas lembremo-nos de Vaclav Havel, o presidente improvável.

Isso traz-me de volta à pergunta inicial, sobre o que legitima e motiva uma intervenção estrangeira em regiões de guerra e conflitos, de que tipo de intervenção deveria tratar-se. As palavras escorregadias “intervenção estrangeira” permitem muitas interpretações variadas e possivelmente contraditórias entre si – de inofensivas a nocivas. Eu gostaria de utilizar esta expressão para a cultura. Creio que investir em cultura significa investir no fundamento de uma sociedade, no terreno do qual podem crescer muitas vantagens concretas, que não são menos significativas pelo facto de muitas delas serem menos palpáveis – as raízes, que unem os seres humanos ao nível emocional. Se vamos e devemos “intervir” – e a política desta pergunta deveria ser objeto de uma investigação própria – então penso que podemos, através da cultura, obter a mais sustentável e bem-sucedida intervenção internacional.

Jemima Montagu é curadora independente e conselheira cultural. É cofundadora de Culture+Conflict, uma iniciativa que se ocupa do papel da arte e da cultura em situações de conflito e pós-conflito

A guerra começa nas cabeças Tanto os católicos na Irlanda do Norte como os bascos em Espanha rejeitam o domínio estrangeiro também com base em argumentos culturais. A cultura é central para lidar com conflitos entre diferentes grupos e etnias. Deve ser tida em conta para a regulação de conflitos. Como? Os programas culturais e educativos transfronteiras podem desenvolver, em muitos lugares, um importante potencial na promoção da paz. *Raphael Vergin*



Entendida como espaço de identidade e significado dinâmico, estratificado, frequentemente inconsciente, a cultura molda percepções, juízos e ideias acerca do eu e do outro – por vezes divide o “normal” do “estranho” e favorece assim, de forma pouco favorável, uma mentalidade do “nós contra os outros”. Em numerosos conflitos nacionais, a desvalorização cultural e as crises de identidade de etnias marginalizadas contam-se entre as respetivas causas. Os movimentos secessionistas, por exemplo, rejeitam as pretensões de poder “dos outros”, referindo a sua diferença cultural, tal como os católicos na Irlanda do Norte, os bascos em Espanha ou os palestinianos em Israel. Num dos conflitos esquecidos do nosso tempo, a luta pela independência em Casamance (Senegal), a construção da

nação e a etnicidade constituem parâmetros centrais do conflito: dito de forma lapidar, as elites dominantes negam a diferença cultural da “periferia”.

Com a fundação da União Africana, em 1963, estabeleceu-se um modelo de território nacional naquele continente. Na sequência disso, as elites dos estados nacionais procuraram absorver, como no caso do Senegal, padrões de identidade étnicos e especificidades culturais, a fim de alcançar a unidade nacional e a integração. Pretendia-se conseguir a unidade nacional através da homogeneidade e da assimilação da “diferença periférica”. Para ter acesso aos recursos do poder político e económico, o indivíduo da periferia (por exemplo, de Casamance) é obrigado a desistir da sua identidade e, ao mesmo tempo, a tornar-se parte do modelo dominante. Os estereótipos e atributos negativos, tais como o do “bom selvagem”, “anárquico” ou do “homem da selva que se alimenta de macacos e óleo de palma”, conduziram a sentimentos de inferioridade no seio das etnias difamadas, em particular a etnia Diola, e ao desejo de fugir delas.

A revolta contra a marginalização política e económica leva, então, nas versões mais extremas, à assimilação sócio-cultural ou ao conflito violento, à rebelião.

Analisando um excerto deste contex-

to específico, com enfoque na dimensão cultural, podemos conhecer melhor o potencial e os limites da cultura no contexto da transformação de conflitos. Apesar da importância relativamente elevada da etnicidade no caso apresentado, é necessário que sejam, simultaneamente, garantidos os pressupostos políticos e sócio-económicos da igualdade de oportunidades, tendo em conta os direitos humanos universais, a democracia, a segurança e o estado de direito para todos os grupos étnicos e partes da população. São também decisivos os progressos no âmbito da diplomacia “multi-track” com o fragmentado grupo de rebeldes *Mouvement des forces démocratiques de la Casamance* (MFDC). As suas respetivas frações reivindicam, após quase 30 anos de conflito, em parte ainda a independência e mantêm o conflito ativo, e são apoiadas também por estruturas transfronteiriças que suportam economicamente a guerra.

Implicações geopolíticas

A dimensão cultural tem, no entanto, uma função que vai muito para além do nicho na complexidade do conflito de Casamance – tem até implicações geopolíticas: como lidar com o facto de haver, por um lado, culturas uniformes que existem, de forma homogénea, atravessando fronteiras nacionais e, por outro, com o facto de não haver um sentido de pertença simbólica ao estado central?

Se, como escreveu o escritor e pensador alemão Gottfried Herder, “a mistura indiscriminada de grupos humanos e nações debaixo do mesmo cetro” é contrária aos propósitos dos governos, então parece justificar-se a questão acerca do que

podem fazer os governos para conseguir a integração, apesar da (ou por causa da) diversidade cultural. O historiador senegalês Abderrahmane Ngaide, que entrevistei em 2007 no âmbito de um estudo de campo sobre o conflito de Casamance, vê a solução para o problema numa regionalização transfronteiras. Segundo o historiador, esta poderia contribuir para aumentar e garantir a legitimidade do estado nacional, para que os cidadãos possam manter um sentimento de enraizamento étnico e, simultaneamente, ver o desenvolvimento económico no seu país.

A par das medidas infraestruturais, que aumentam a mobilidade das pessoas e alargam as possibilidades do comércio com vista a um espaço económico regional, os programas culturais e educativos transfronteiras representam um importante potencial de promoção da paz: o apoio à valorização cultural da tradição, costumes e património cultural, bem como a construção de um centro de competências regional, permite que as pessoas da região desenvolvam uma identidade nova e autoconsciente, benéfica para o processo de construção nacional.

Os indícios em África são, sem dúvida, completamente diferentes das experiências de confrontos bélicos e definição de fronteiras na Europa. Os governos em África (ainda) rejeitam muitas vezes tais propostas de orientação transnacional por falta de vontade política e medo de pôr em risco o seu poder. Os efeitos involuntários derivados da fragilidade dos estados e economias de guerra na África Ocidental são também, provavelmente, demasiado imprevisíveis.

No entanto, os institutos culturais europeus, associados a uma política cultural europeia, poderiam introduzir e desenvolver o aconselhamento e implementação,

a médio e longo prazo, das experiências de hibridismo, transculturalidade e transidentidade no âmbito das tensões da globalização, regionalização e nação. Os projetos culturais transfronteiras têm conhecido progressos na Europa. Esta situação aplica-se certamente, embora com adaptações, a outros continentes.

No plano micro dos projetos atuais, finalmente, as atividades culturais são introduzidas como forma de apoio “soft power”, a fim de lidar com as consequências da violência prolongada no conflito de Casamança e noutros processos de paz: festivais interétnicos, rádio da paz, teatro interativo, cinema e fotografia constituem oportunidades para superar tudo quanto desvaloriza, divide e separa as etnias e criar espaços de diálogo entre partes outrora inimigas.

É assim que, de repente, se tornam visíveis a recuperação emocional, a construção da confiança, a humanidade, a reconciliação e a restauração, o sentimento de pertença simbólica, bem como a descoberta dos pontos comuns na diversidade, independentemente das línguas comuns. Neste processo, é importante atentar na inclusão, na integração de regiões e pessoas especialmente distantes e não apenas nos centros urbanos ou nas elites.

Temas como o crescimento sustentável (neste caso, a economia criativa) e questões de género, direitos humanos, educação, saúde e clima deveriam ser tematizados no contexto de projetos nas áreas culturais e do conflito – sempre que se trata de lidar com conflitos de forma não violenta, a nível regional e, sobretudo, sempre que o trabalho se baseia em sugestões e ideias das populações locais.

Em geral, é desejável dar prioridade ao apoio a estruturas locais já existentes, com base na análise participativa de ne-

cessidades. A caça de talentos na área cultural poderá ser igualmente um investimento compensador na fase preparatória do trabalho de campo, de modo a alargar a competência intercultural e a sensibilidade para especificidades e necessidades culturais, não só nos planos da cultura e do conflito.

Pelo menos desde a Primavera Árabe que é mais do que aconselhável uma focalização especial nos meios de comunicação digital e no seu potencial de gerar processos de transformação social por via de um pluralismo alargado. Os meios de comunicação digital proporcionam, para além disso, uma oportunidade inovadora de fortalecer a ligação com financiadores e patrocinadores de projetos concretos, dado que favorece meios para uma troca de documentação transparente acerca das atividades ligadas a um projeto e respetivos progressos, bem como para o diálogo direto e interativo. Finalmente, é importante, do ponto de vista das iniciativas locais, procurar o intercâmbio com decisores políticos e atores dos conflitos, para que possam adaptar as suas atitudes, posicionamentos e métodos às exigências de paz e entendimento entre povos das populações locais e comunidades e para que estas cheguem, antes de tudo, ao diálogo entre si.

Alguns métodos criativos, por exemplo de tipo audiovisual, podem ser utilizados de forma vantajosa neste género de trabalho de advocacia, de modo a aumentar a consciência dos atores e influenciar as suas decisões. As emissoras comunitárias de rádio são plataformas de diálogo aceites pelas populações locais e, além disso, com grande poder de difusão. Independentemente do nível de formação de cada um, a rádio e o teatro radiofónico informam e chegam a muito mais pessoas, a um nível

mais emocional, simbólico e muitas vezes de forma mais profunda, do que, por exemplo, conferências ou mesas-redondas.

A declaração da Carta da UNESCO, segundo a qual “a guerra começa na cabeça das pessoas”, afirma, por outro lado, que a superação da violência e da hostilidade também tem de começar nas cabeças. É aqui que devem começar as atividades culturais, desenvolvendo o seu potencial criativo no apoio à mudança de atitudes e comportamentos.

A cultura por si só não evita a violência e a guerra. Ela pode até contribuir ativamente para a violência e o ódio, como salientam Martina Fischer e outros neste volume. A ambivalência da cultura em situações de conflito implica forçosamente que as exigências de independência e liberdade artística sejam encaradas sob uma perspectiva crítica, pelo menos quando se pretende abordar de forma prática a transformação dos conflitos, e exige também mais controlo e uma ética da responsabilidade.

Responsabilidade no sentido em que os projetos concebidos para lidar com conflitos civis – apesar de todos os justos esforços pela participação, autodeterminação e propriedade –, possuem naturalmente, também uma função externa e de intervenção. Temos de saber, tendo em vista os patrocinadores, os financiadores, os contribuintes e nós mesmos, a nossa responsabilidade e disponibilidade de aprendizagem,

“Os projetos culturais transfronteiras têm conhecido progressos na Europa. Esta situação aplica-se certamente, embora com adaptações, a outros continentes.”

se os nossos projetos não contêm também potencial gerador de conflito. O princípio “do no harm” (não causar dano) tem de ser garantido. Temos de trabalhar no sentido de melhorar os processos de aprendizagem com a experiência no próprio local, com as pessoas. Para tal, é necessário ter em conta determinados critérios, condições estruturais e indicadores. No entanto, estes elementos têm de surgir de forma dinâmica, através do diálogo e da troca de experiência de todos os atores no campo discursivo da cultura, devendo continuar a ser testados e desenvolvidos, de modo a promoverem um máximo de paz e um mínimo de violência.

É preciso ter em conta que é extremamente difícil e dispendioso medir o desenvolvimento da paz, neste momento, de forma exata e atualizada. Mas, ao mesmo tempo, deveriam ser sublinhados os exemplos de boas práticas, que mostram como os efeitos dos programas devem ser concebidos e verificados. No estado do Nepal pós-conflito, por exemplo, onde iremos pôr em prática projetos no âmbito de uma iniciativa, existente há vários anos, com o nome *culture4peace*, temos de nos colocar exatamente estas mesmas questões. Em conjunto com os parceiros nepaleses da sociedade civil, apoiamos processos de reconciliação, utilizando um formato de *workshops* sensíveis ao conflito, interligados entre si, bem como formação e rádio comunitária. O teatro interativo, o cinema e o teatro radiofónico são integrados como componentes de projetos de continuidade.

É relativamente fácil medir os efeitos quantitativos, por exemplo o número de participantes informados e com formação em métodos de abordagem de conflitos civis, o número de atores, de temas abordados, o número aproximado de ouvintes das emissões de rádio ou o número de espetá-

dores de filmes nas aldeias – idade, sexo, estatuto social, etc. É muito mais difícil responder a questões acerca da eficiência, da intensidade do diálogo ou do caráter transformador dos projetos. Mas é possível, através de monitorização e avaliação, por meio de questionários, discussões de grupo, entrevistas telefónicas e observação participativa, obter respostas qualitativas importantes dos participantes (e, por amostragem, dos ouvintes ou espetadores das comunidades) e dar também um importante *feedback* qualitativo. É possível observar e falar *in loco* sobre questões interpessoais no contexto da implementação e avaliação de projetos, tais como a construção da confiança, a comunicação não violenta, bem como a disponibilidade para o diálogo e para a resolução de conflitos. É verdade que as pessoas perseguem muitas vezes apenas os próprios interesses e objetivos egoístas, e as respostas a questionários podem ser unilateralmente falseadas. No entanto, apesar de todas as insuficiências e lacunas, apesar da falta de recursos, temos dados da experiência e sucessos no campo da monitorização de resultados e podemos trabalhar com base neles.

Estas informações de ordem prática, resultantes do trabalho de projeto – neste ponto também baseadas nas experiências de um projeto do Serviço Civil para a Paz que decorre, desde 2009, no Nepal, no qual a preparação para o teatro interativo também tem um papel principal – podem e devem ser permanentemente enriquecidas, alargadas e tornar-se transparentes através do diálogo interorganizações.

Mas como poderão conceber-se sequer condições mais flexíveis para atividades culturais de transformação de conflitos? Como será possível dissolver o conflito, aparentemente inultrapassável, entre a venera-

ção do “templo das artes” e uma agenda de paz explícita?

Da mesma forma que as causas do conflito são sempre complexas, também o são as suas possibilidades de resolução. Por exemplo, é indiscutível que a liberdade de expressão, um direito humano universal, alimenta a democracia e o pluralismo. Estes, por seu turno – se seguirmos a Teoria da Paz Democrática – favorecem, em determinadas condições, o tratamento não violento dos conflitos, portanto a paz. Poder-se-ia argumentar, além disso, que todas as formas de conflito, mesmo as mais violentas, podem ser inicialmente necessárias, fazer sentido e estar certas.

O artista que acorda consciências

É a sociedade ela própria, agitada e acordada pelo artista que denuncia abusos e mostra soluções, que molda os seus conflitos e determina a sua forma. Só muito lentamente, e frequentemente passando por violentos conflitos, é que a estabilidade dos estados e a unidade nacional foram criadas na Europa. Imaginemos que damos ao artista livre uma bolsa cheia de dinheiro para a mão e que o deixamos à sua liberdade, com os melhores votos (ou então deixamo-lo às restrições sistémicas no interior da sua sociedade), sem outras medidas, tais como sensibilização. Podemos pensar em consequências positivas e negativas. Uma coisa é certa: quem der mais importância à promoção de uma agenda de paz do que à liberdade artística deve aplicar critérios mais rigorosos de modo a garantir o maior controlo possível dos resultados. Seguirá, assim, uma lógica inerente ao sistema, que procura tornar-se tão inatacável quanto possível e legitimar o seu trabalho de paz.

Deste modo, há muito potencial criativo que se perde; no entanto, também se evitam danos com consequências negativas que podem ser muito mais ponderosas do que os sucessos esperados. E, contudo, não é de excluir a possibilidade de se conseguir uma liberdade máxima do artista na transformação de conflitos. Diversos atores, como o holandês Prince Claus Fund, apoiam já o tema cultura e conflito de uma forma flexível. Outros, como a iniciativa britânica Culture+Conflict, contribuem, com os seus projetos, na área da documentação e das boas práticas, para coligir, avaliar e divulgar conhecimentos importantes, provenientes do trabalho de projeto.

Uma coisa é certa: as experiências de aprendizagem daí resultantes deveriam ser examinadas com o máximo de transparência e ser discutidas de forma alargada, de forma a poder apresentar o sucesso de um manuseamento mais flexível dos resultados como argumento forte face aos financiadores, por norma conservadores.

Em princípio, as atividades culturais não deveriam sofrer restrições diferentes das que vigoram para o trabalho de paz no seu todo, apesar das exigências do paradigma da eficácia – porque, tal como os efeitos de uma conferência especializada são difíceis de medir de forma rigorosa e atualizada, também são imprevisíveis os efeitos detalhados da construção de um museu da paz. O facto de ambas as coisas poderem ser ao mesmo tempo concebidas, realizadas e avaliadas com elevados níveis qualitativos no contexto do trabalho de paz, e o facto de os grupos-alvo poderem produzir importantes afirmações qualitativas no local acerca de tais atividades ou semelhantes, possui por si mesmo poder persuasivo.

Talvez ajude falar menos insistentemente dos efeitos positivos exatos e avançar mais

com a reflexão acerca dos efeitos involuntários. Assim, a liberdade do artista poderia ser pensada de tal forma que o trabalho preparatório de pesquisa e de construção da confiança pudesse evitar desde logo muitos danos potenciais. Por conseguinte, o artista poderia escolher livremente tudo para a elaboração e apresentação da sua obra e só teria de ser “analisado” através de monitorização regular e de uma avaliação final para fins de documentação. Além disso, podem ser englobados *workshops* de sensibilização.

No geral, trata-se de coligir mais dados da experiência, bem como recursos e capacidades, de modo a expandir o trabalho analítico e prático da dimensão cultural do conflito. Um intercâmbio a nível europeu sobre esta matéria poderia e deveria ser inspirado nos institutos culturais europeus e realizar-se em fóruns transdisciplinares internacionais, como no caso do grupo de trabalho informal sobre cultura e conflito, sob a coordenação do Instituto de Relações Internacionais (ifa). É um trabalho que dá a perceber a importância da arte e da cultura nos conflitos.

Raphael Vergin trabalhou como estagiário na Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Associação para a Cooperação Internacional) e, durante vários anos, para a organização de paz e direitos humanos Peace Brigades International, no Nepal e na Alemanha. Em 2009, fundou o projeto culture4peace, com o qual se empenha no processo intercultural de paz. No âmbito da sua formação académica em Ciência Política, realizou uma investigação sobre o tema “Obstáculos a um tratamento construtivo do conflito em Casamance (Senegal)”.

Uma voz para quem não tem voz O governo sul-africano aposta na cultura e nas artes como meio de estabelecer coesão, entendimento mútuo e respeito. E de superar a longa e pesada herança do colonialismo e do apartheid. No Brasil, a música é utilizada como meio de afastar a juventude das drogas e da criminalidade. A percussão, sobretudo, parece ter o efeito colateral de transformar a frustração e agressão em harmonia. *Bernd Reiter*



Para muitos cientistas sociais, os fenômenos culturais são um fator secundário – uma mera reflexão sobre os fatores realmente importantes que dominam a vida: a economia, os bens, a posse de meios de produção e o poder político, que se fundamenta nessa base material.

Segundo Karl Marx, as condições materiais determinam as relações sociais e culturais de um tempo. Segundo Marx e os seus adeptos, quem tem dinheiro e poder pode decidir o que é correto, bonito e justo. A vida cultural reflete apenas as relações de poder e de propriedade essenciais.

Existem inúmeros exemplos da profunda estruturação do mundo por parte de elites poderosas e influentes. E desse sistema de referência resultam, como

sempre, numerosas perguntas e respostas instrutivas. Tal como qualquer outro sistema de referência teórico, este apresenta apenas uma maneira para contemplar a realidade.

O italiano Antonio Gramsci (1891 a 1937) desenvolveu um outro sistema. Gramsci refletiu nos seus “Cadernos do Cárcere” (ed. brasileira) sobre a autonomia da cultura, que foi estabelecida numa altura arbitrária e definida de um determinado modo. Autores posteriores, que escreviam nos moldes da tradição do alemão-austriaco Edmund Husserl (1859 a 1938) e do austríaco Alfred Schütz, escreveram ainda mais pormenorizadamente sobre como uma cultura que foi institucionalizada pode vir a ser autónoma e resistir a algumas mudanças de condições materiais diretas.

Gramsci introduziu o termo “hegemonia cultural” – uma situação, na qual uma determinada versão ou definição de cultura afeta as condições materiais e, conseqüentemente, influencia, estrutura e limita as ações e os pensamentos das pessoas. Depois de Gramsci, o conteúdo dessa hegemonia cultural foi quase sempre determinado pelas elites e limitou as possibilidades dos pobres e da classe operária. Schütz, em particular, explicou sob que condições determinados padrões de comportamento são institucionalizados,

possibilitando, por conseguinte, um certo grau de independência das condições de vida materiais.

“As artes são, contudo, sociais, não só devido ao seu modo de produção, no qual se concentra a dialética de constrangimentos e relações de produção e também não só devido à derivação social do seu material temático. Mais importante é o facto de que as artes se tornam sociais através da sua oposição à sociedade, e essa posição tomam-na apenas enquanto artes autónomas.”

Theodor W. Adorno

O americano Thorstein Veblen (1857 a 1929), que escreveu mais ou menos ao mesmo tempo que Gramsci, acreditava que as “pessoas finas” apenas consumiam de forma extravagante e pouco produtiva para se distanciarem e para redefinirem o seu estatuto elitista.

Na sua opinião, a cultura elitista era vazia e insignificante e tinha sobretudo o objetivo de obter estatuto e reassurá-lo, em vez de contribuir para o bem de todos. Essa cultura elitista não se desenvolveu simplesmente com base nas condições materiais que refletia, antes a cultura e os hábitos tiveram repercussões sobre as condições materiais.

O sociólogo de origem judaico-alemã, Norbert Elias (1897 a 1990), foi ainda mais longe nessa análise, mostrando que as classes mais elevadas desenvolvem constantemente novas formas culturais

e comportamentos para se distanciarem dos outros – os quais, por sua vez, tentam imitar as novas peculiaridades das elites. E assim começa o interminável jogo do gato e do rato, um jogo que conduz a cada vez menos comportamentos e formas de expressão cultural sensatos, práticos e funcionais.

Todas essas teorias e sistemas de referência apontam para o poder autónomo da cultura. A cultura, que foi desenvolvida e institucionalizada, tem repercussões sobre os pensamentos e comportamentos das pessoas e determina o que elas consideram ser correto, bonito e apropriado. Para além disso, os autores acima mencionados concordam que a cultura tem uma inclinação para a elite, mas influencia igualmente a vida das pessoas comuns. Influencia e delimita as suas possibilidades de chegarem ao topo da escada social, e para esse efeito as pessoas imitam os hábitos dos ricos. A obtenção do estatuto é, maioritariamente, performativo e as formas de expressão cultural permitem-lhes delimitarem-se, assim como restabelecerem e reafirmarem essa delimitação.

Tal sistema de referência permite ainda a reflexão sobre o potencial libertador de cultura e de produção de cultura. Se a cultura é autónoma até certo grau e tem repercussões sobre as possibilidades e valores das pessoas, então tem igualmente o potencial para marcar ou mudar as suas vidas de forma negativa ou positiva.

O elemento essencial desta equação é o conteúdo da cultura, juntamente com os valores e preferências que transporta. Se normalmente os ricos e poderosos equipam o conteúdo da cultura com as suas preferências – preferências que não são autênticas, mas que servem para a delimitação – então uma cultura e arte

progressivas ou revolucionárias, que têm por objetivo a mudança social, mais democracia, mais participação, mais autodeterminação e justiça, liberdade e igualdade de direitos, podem difundir e transmitir valores e preferências que estão ligadas a esses valores. A utopia resultante disto é “a cultura cidadã e a arte cidadã” – uma cultura que estimula uma democracia mais forte e significativa. A democracia, afinal, renova-se através de ligações que são criadas no espaço público, como sublinhou o filósofo alemão Jürgen Habermas – a cultura e as artes são meios de expressão públicos *par excellence*.

“Julgamos que uma tal esfera pública cria um espaço através do qual os modelos críticos de artistas, teóricos, historiadores, ativistas, urbanistas, autores e pessoas, que trabalham com base em diferentes tradições intelectuais e posições artísticas, podem ser debatidos e apresentados de forma produtiva. A esfera pública, tal como é concebida por estas comunidades laborais, tem de ser entendida como uma constelação de plataformas variadas, nas quais os artistas, intelectuais, comunidades, espetadores, modos de procedimento, vozes, situações e ações se reúnem, de modo a verificar e analisar transformações e situações

difíceis, que são parte integrante de procedimentos históricos e processos temporais.”

Okwui Enwezor

Isto, porém, é utópico, visto que os espaços públicos e os media, que as influenciam, informam e até conservam, na realidade são sempre propriedade privada e, conseqüentemente, representam interesses específicos e não comuns, dos quais a maioria são de natureza comercial. Mas, não obstante, – se a cultura e as artes são vistas como elementos potencialmente autónomos e sociais, há nelas um potencial para mudar a sociedade. Esta atitude explica também como, e através de que meios, tal mudança é possível.

Num sistema verdadeiramente democrático, os espaços públicos e os *media*, que os produzem e influenciam, deviam ter objetivos democráticos, mais precisamente, objetivos comuns, e deviam debruçar-se sobre assuntos como a cidadania, a democracia, a justiça e a igualdade de direitos. Se o fizessem, teriam o potencial de estabelecer um espaço público democrático que divulga ativamente uma cultura democrática, nomeadamente através da produção e divulgação de obras de arte democráticas e esclarecedoras.

Um mundo com uma cultura democrática

Num tal mundo, a cultura democrática tem o potencial de influenciar todos aqueles que são atingidos por ela e que com ela se ocupam, marcando não só os seus pensamentos e ações, mas também as suas normas, os seus valores e preferências.

Podemos reconhecer o poder da cultura e das artes ao analisar a sua influência sobre as sociedades que são mais fortemente dominadas pelo mercado. Nesse campo, a sua função principal e hegemónica consiste em divulgar o consumismo, individualismo e materialismo. Este tipo de cultura de mercado é de tal modo penetrante e poderoso que garante a ação contínua dos sistemas da economia de mercado e cria um desejo de consumo permanente. Sem ela, os mercados não funcionariam e não evoluiriam de forma constante.

Mas o que consegue a cultura alcançar em situações de conflito? Num artigo pertinente, intitulado “Sociedade civil, pluralismo, Caracolinhos de Ouro e outros contos de fadas em África”, o politólogo americano, Leonard Markovitz (2002), diz que a sociedade civil e, assim, a cultura e as artes são impotentes em situações de guerras civis e situações de conflito. Onde falam as armas, desmoram-se as vozes, muitas vezes em fuga, dos artistas, dos grupos vizinhos e dos atores civis. Onde os espaços públicos se esvaziam, devido ao medo, ódio e desconfiança mútua, a democracia também não se pode reconstruir.

Markovitz, tal como outros adeptos de uma política realista, mostra que os estados e o poder estatal obtêm, levam a cabo e protegem os direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão e de reunião, sem as quais a cultura democrática não consegue florescer.

Ainda que este argumento seja, de certa forma, compreensível e explique muitas situações em que a cultura e as artes foram marginalizadas através das armas, do medo e da violência, existem vários exemplos empíricos que o contestam e talvez até representem uma exceção a essa regra. Estes exemplos permitem algumas conclusões e

generalizações provisórias relativamente ao poder autónomo da cultura e das artes, em situações de conflito.

Um dos exemplos negativos mais notórios do poder da cultura e dos *media* é a guerra civil no Ruanda. No Ruanda, as emissoras de rádio puderam recorrer a velhos ressentimentos, divulgar ativamente uma cultura de ódio e, por fim, elevá-la a um genocídio. A guerra civil no Ruanda mostra claramente o poder da cultura e dos *media* para mobilizar as pessoas e impor sistemas de referência analíticos, que guiam as pessoas nos seus pensamentos e ações. Empresários etnopolíticos, que são apoiados pelas suas organizações, podem recorrer aos *media* e manipulá-los, de modo a fazer avançar os seus próprios objetivos e espalhar discórdia e ódio.

Independentemente do Ruanda, vivemos o poder brutal dos *media* na Alemanha nazi, onde foram formadas e marcadas normas culturais, e vivemo-lo em todos os sítios onde determinados sistemas de referência e modos de pensar são propagados até se tornarem o novo mainstream. Esse poder, porém, não tem de ser forçosamente utilizado para fins negativos, uma vez que o conteúdo que é divulgado pelos *media* não é ditado ou predefinido.

Um exemplo muito positivo do poder da cultura, dos *media*, das artes, das sociedades civis e do espaço público para superar a separação é a África do Sul, logo após o *apartheid*. Logo a seguir à luta contra o *apartheid*, o Ministério das Artes e da Cultura começou a apoiar eventos culturais e artísticos que tinham o objetivo explícito de reunir os diversos grupos sul-africanos, que anteriormente tinham sido separados e impedidos de se juntarem por lei.





Um palco para encontros

Recordo-me de um encontro com um representante do novo governo sul-africano, em finais de 1990, que me contou que os sul-africanos de diferente origem étnica podiam reunir-se agora pela primeira vez. A cultura e as artes foram o palco mais importante para este encontro. Não deve constituir surpresa, portanto, que a cultura e as artes sejam vistas, nessa sociedade ainda fortemente dividida, como palco ou plataforma para treinar a coesão, o intercâmbio, a aprendizagem mútua e o respeito. Em junho de 2012, o Ministério das Artes e da Cultura sul-africano apresentou, por conseguinte, uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de uma Sociedade Sul-africana Inclusiva e Coesiva” (O pdf pode ser descarregado em <http://www.dac.gov.za/reports.htm>). A primeira linha do relatório diz: “Este é o projeto do Ministério das Artes e da Cultura (DAC) para uma estratégia nacional da coesão social e da criação de estados.” Sob o conceito “Ubuntu”, que significa interesse mútuo, partilha e participação no bem-estar social, o relatório fala da visão do Ministério das Artes e da Cultura como o esforço para “desenvolver e manter a cultura sul-africana, de modo a garantir a coesão social e a criação de estados”. O relatório prossegue:

Este mandato surgiu na sequência do seu papel de vigilante público das diversas culturas, línguas e herança dos sul-africanos, bem como do seu papel de líder nacional, que apoia publicamente os desenvolvimentos inovadores para o inteiro espectro das artes enquanto atividades criativas, económicas e sociais, e de portador de uma sociedade dinâmica.

Por conseguinte, os programas do Ministério cobrem as áreas da sociedade, da língua, do patrocínio da herança, dos arquivos nacionais, das gravações, das bibliotecas e da heráldica, que fazem parte da gestão das artes e da cultura. O governo sul-africano aposta, assim, na cultura e nas artes como meio de estabelecimento de coesão, entendimento mútuo e respeito e para ultrapassar a longa e pesada herança do colonialismo e do apartheid. Ao fazer isso, enfatiza a importância, relevância e poder da cultura e das artes. Esse poder é significativo, como rapidamente nos apercebemos através do exemplo dos tipos de desportos sul-africanos integrativos.

O simbolismo e a influência sustentável do futebol, rãguebi ou críquete vai certamente além das pessoas que participam diretamente nos jogos. Ao resto da nação e até aos espetadores internacionais é igualmente transmitida uma mensagem, são transmitidos valores da vida comum e é celebrada a união – e, desta forma, é criada uma nova cultura democrática e hegemónica que pode ter efeitos positivos sobre os valores, as normas e as motivações das pessoas e, conseqüentemente, influencia também as condições materiais das suas vidas.

Existem numerosos exemplos semelhantes de como o poder da cultura e das artes transmite valores democráticos que

“A guerra civil no Ruanda mostra claramente o poder da cultura e dos media para mobilizar as pessoas e impor sistemas de referência analíticos, que guiam as pessoas nos seus pensamentos e nas suas ações.”

servem de orientação e motivação para a ação democrática e valores que têm o potencial de influenciar as condições materiais.

No Brasil, a música é frequentemente utilizada como meio para afastar os jovens das drogas e da criminalidade. Organizações não-governamentais largamente conhecidas como, por exemplo, Viva Rio, AfroReggae, ISER, Pracatum, Bagunção, e muitas outras, oferecem aulas de música a seguir à escola, de modo a envolverem os jovens urbanos em atividades positivas e construtivas. Na luta por uma classe média brasileira, a música mostrou ser uma ferramenta poderosa. A música é um meio para investir na autoestima de grupos que foram mal tratados e desrespeitados ao longo da história e vítimas de um racismo estrutural profundamente enraizado.

Como músicos, os jovens pobres das cidades têm uma voz e um lugar num espaço público, numa plataforma – ou, neste caso, num palco. Ao tornarem as suas vozes ouvidas, podem quebrar o silêncio imposto e tornarem-se visíveis. As suas vozes enriquecem o espaço público de forma importante e sustentável no Brasil, ao tornarem-no mais diverso e ao fomentarem a reflexão sobre a própria sociedade multicultural.

A percussão, sobretudo, tem o efeito colateral de transformar a frustração e a agressão em harmonia. O grupo de percussão brasileiro “O Zárabe”, fundado e dirigido pelo músico Carlinhos Brown, exemplifica esse potencial. Numa entrevista televisiva dada por Brown, em finais de 1990, ele explica que os 200 homens que com ele andam, tocam e cantam pelas ruas da Bahia também poderiam utilizar as suas energias para roubar, iniciando

um “arrastão”, isto é, um grande assalto à mão armada, liderado por um grupo de bandidos, que roubam tudo o que lhes passa pela frente. Em vez disso, continua Brown, “O Zárabe” é um “arrastão” musical pacífico que transforma as energias dos homens jovens em música (O Zárabe é exclusivamente composto por jovens negros do sexo masculino).

“As artes estão ligadas à vida. Só com base nas artes poderá ser desenvolvido um novo conceito económico com referência às necessidades das pessoas, não no sentido de uso e consumo, mas, sobretudo, no sentido da produção de bens espirituais.”

Joseph Beuys

O poder da música de superar divisões e abolir separações também é vivido nos EUA, onde a divisão e separação entre pessoas de cores diferentes são globalmente as mais ferozes. Em cidades como New Orleans e Memphis, onde os afro-americanos dominam o palco da música, vemos como há integração, de forma muito prática, em bandas e desfiles de carnaval.

Nessas cidades, os americanos brancos – que normalmente são os atores principais e que tiram proveito do racismo americano – participam em formas de expressão culturais dos negros e sempre que o fazem, eles e os seus colegas de banda negros formam uma união. Ambas as cidades têm uma história de música negra importante e caracterizam-se pelo contacto entre brancos e negros, que é, normalmente, escasso,

e que nasceu no palco de música, mas também começa a marcar a suas sociedades e a distingui-las das outras cidades americanas. New Orleans e Memphis mostram que a cultura, a música e as artes podem reunir pessoas e grupos, que de outra forma trabalhariam separadamente, num projeto comum – seja este uma atuação em conjunto, a formação de uma banda ou simplesmente o prazer de celebrar em conjunto eventos culturais como o carnaval. Sempre que algo deste gênero acontece, a prática cultural fornece orientação, motivação e exemplos práticos para ações conjuntas, que une aqueles que normalmente não se juntam.

O pensador argentino, Enrique Dussel (2000), e o seu colega francês, Jacques Rancière (2007), defendem ambos que deveríamos repensar o que determina o “político”. Enquanto Dussel afirma que tudo é política, Rancière diz que a maioria dos problemas políticos tem a sua origem na sociedade, mas pode ser combatida com meios políticos. Ora, é verdade que a maioria dos problemas políticos surge de problemas sociais e culturais, mas, para combatê-los com êxito, é preciso mais do que soluções políticas.

Se a cultura é utilizada como instrumento para dismantlar a divisão social, a desconfiança ou até o ódio entre grupos, a cultura torna-se verdadeiramente política, tal como Dussel afirma. Okwui Enwezor, o diretor artístico da Documenta 11 (2002), explica isso no seu livro “The Short Century”: A cultura e as artes têm o poder de causar, dismantlar e restabelecer a divisão entre pessoas e grupos. Fundamentalmente, o conflito entre grupos é o resultado obtido quando algumas pessoas são apresentadas como diferentes ou melhores do que outras e quando se

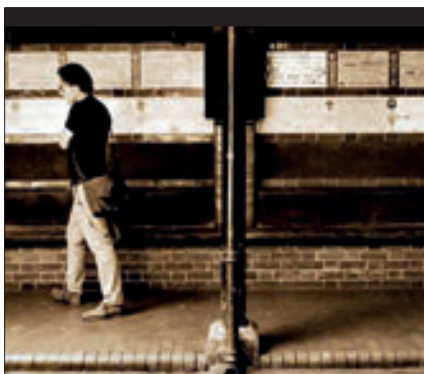
justifica, desse modo, os privilégios dos primeiros. Em situações de crise, recorre-se frequentemente ao Estado, que deverá ser politicamente ativo, mas tal ação não consegue mudar as definições e sistemas de referência que as pessoas apontaram umas para as outras. A cultura e as artes, por sua vez, conseguem-no.

Bernd Reiter é professor de Ciências Políticas e Estudos Latino-americanos na University of South Florida, em Tampa. As suas investigações centram-se nos temas: democracia, direitos civis, participação, sociedade civil e ensino. Na Colômbia e no Brasil, desenvolveu projetos para crianças de rua e jovens em risco, assim como projetos para a participação dos moradores de favelas.

Bibliografia:

- Adorno, Theodor W. 1997. “Aesthetic Theory”. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Beuys, Joseph. 1997. “The Multiples”. Cambridge: Busch-Reisinger Museum.
- Dussel, Enrique. 2000. “Democracy in the Center and Global Democratic Critique.” In: Okwui Enwezor 2000. Democracy Unrealized: Documenta 11_Platform 1. Ostfildern-Ruit: Hatje Cantz Publishers, S. 267-284.
- Enwezor, Okwui. 2001. “The Short Century”. München: Prestel Verlag.
- Markovitz, Leonard. 2002. “Civil Society, Pluralism, Goldilocks and Other Fairy Tales in Africa,” In: Bond, George Clement and Nigel Gibson. “Contested Terrains and Constructed Categories”. Boulder: Westview, Capítulo 5.
- Rancière, Jacques. 2007. “On the Shores of Politics”. New York: Verso.

Libertar a liberdade A Irlanda do Norte só agora começa a deixar para trás esse tempo doloroso, amargo e destruidor, que se caracterizou pelo sectarismo, o isolacionismo, o conflito armado e o assassinato. Como também acontece em muitos outros conflitos, as raízes do conflito na Irlanda do Norte são tanto de natureza cultural como política e económica. Pode a cultura contribuir também para a instauração de uma paz duradoura? *Peter Jenkinson*



Como acontece com muitas outras nações europeias, as aventuras e desventuras imperiais e coloniais são parte integrante da história da Grã-Bretanha. Ela envolve todos os continentes, estende-se por vários séculos e representa a imposição de uma nova ordem geográfica. Esta complexa história britânica e a invasão, a “plantation”, o tráfico humano, a escravatura, a exploração e a opressão, em muitos lugares do mundo, implicaram frequentemente violência e conflitos prolongados que desembocaram por fim numa luta por liberdade, justiça, autonomia e independência.

As lições retiradas deste longo tempo de domínio imperial continuam a lançar as suas longas sombras, sendo até aos nossos dias desvendadas, desmontadas, avaliadas

e refutadas. Este debate crítico irá e deverá, justa ou injustamente, prolongar-se ainda por muito tempo.

Entretanto, revelam-se novas histórias, repara-se a injustiça e conta-se a história de modo novo, estabelecem-se novas e mais justas relações e alianças entre os antigos senhores coloniais, os colonizados e os que se situavam algures entre os dois, ou renovam-se relações já existentes.

Um destes conflitos pode, aliás, procurar-se na proximidade imediata da Grã-Bretanha, quase à porta de casa. Teve, durante séculos, repercussões profundas na vida deste estado e só hoje se encontra na fase inicial, extremamente frágil, de um longo caminho que finalmente trará paz e reconciliação: é o conflito da Irlanda do Norte.

A Irlanda do Norte só agora começa a deixar para trás esse tempo doloroso, amargo e destruidor, que se caracterizou pelo sectarismo, o isolacionismo, o conflito armado e o assassinato e que passou à história sob a designação “The Troubles”. As imagens desse tempo tremeluziram durante décadas por todo o mundo nos ecrãs da televisão. Como também acontece em muitos outros conflitos – por exemplo, nos que precisamente hoje se desenrolam no Próximo Oriente – as raízes do conflito na Irlanda do Norte são decerto de natureza tanto cultural como política e económica. E a questão que agora se coloca é a seguinte:

se o conflito da Irlanda do Norte, ao lado das suas causas políticas e económicas, tem igualmente causas culturais, então os esforços com vista a uma solução são também de natureza cultural, assim como política e económica?

Se é este o caso, que papel desempenha então a cultura e, muito mais do que isso, qual é a responsabilidade que ela tem na reconstrução, no restabelecimento de relações, na reorganização e na reformulação da vida e da sociedade a norte? Que pode a cultura exatamente fazer ou proporcionar que outros não conseguem? Porque é que isso acontece? E deveria a cultura então ser posta ao serviço de uma agenda tão “direcionada”, definindo como seu objetivo a gestão e solução de conflitos, bem como o restabelecimento de uma vida de cidadania civilizada, resiliente e enérgica, aberta a todos? Ou continuará a cultura, potencialmente, a revelar-se um fator maligno, que atrasa ou até mesmo bloqueia a reconstrução e a “normalização”? Por fim, coloca-se ainda a questão sobre aquilo que, num contexto europeu e internacional mais alargado, poderemos aprender a partir das experiências em curso com a Irlanda do Norte.

“Os seres humanos sofrem,
torturam-se uns aos outros,
são magoados e endurecem.
Não há poema, peça ou canção
que possa remediar todo o mal
que se infligiu ou sofreu.”

Seamus Heaney, Prémio Nobel da Literatura;
trad. de “The Cure at Troy”

Devo sublinhar nesta altura que, apesar de laços familiares irlandeses e ingleses, sou natural de Inglaterra e não da Irlanda do Norte e, por isso, a minha perspetiva é

mais a de um observador distanciado, ou mesmo conscientemente ingénuo, que não esteve diretamente envolvido nas enormes convulsões históricas que atormentaram, no passado mais recente, esta região instável na periferia ocidental da Europa. Tive, contudo, o privilégio de poder trabalhar com a Irlanda do Norte durante os últimos cinco anos, enquanto consultor “externo”, e participar na organização do programa da Arte de “Pós-Conflito” da cidade histórica de Derry/Londonderry. Mais recentemente, estive envolvido na candidatura vencedora desta cidade à primeira “Capital da Cultura do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte”, a ter lugar em 2013. Foi uma experiência acelerada, emocionante, inspiradora, enigmática e avassaladora, e aconteceu comigo o mesmo que a muitos observadores de fora: as pessoas, o lugar e as muitas histórias e mitos misteriosos envolveram-me no seu encantamento e fiquei impressionado com a tremenda energia e o espírito que poderão viabilizar um futuro mais positivo para todos.

O conflito da Irlanda do Norte tem a sua origem na longa e complexa história das relações, tantas vezes hostis, entre duas ilhas: a Irlanda e a Grã-Bretanha. Os acontecimentos de há quase 400 anos alteraram para sempre, e de forma dramática, estas relações. Em 1613, por ordem do rei Jaime I, as corporações mais ricas da City de Londres estabeleceram-se na província do Ulster, na Irlanda do Norte. Muitas delas fizeram-no de forma hesitante. Naquele tempo, a coroa inglesa considerava o Ulster a província irlandesa mais turbulenta e com mais forte influência gaulesa, pretendendo, por isso, colocá-lo sob seu controlo, antes que este pudesse fazer alianças com os inimigos da Inglaterra na Europa continental.

As “London Guild Companies” dividiram

entre si a melhor parte do território e ocuparam-no com as chamadas “plantations”. Com frequência, substituíram os nomes irlandeses das cidades e aldeias por nomes ingleses. Construíram na margem do rio Foyle, no noroeste da Irlanda, a cidade fortificada de Derry como bastião central de defesa, mudaram o nome para Londonderry e estabeleceram para todo o Ulster novas formas “inglesas” de administração política e civil. A partir deste momento da fixação inglesa (e depois escocesa) de protestantes e presbiterianos em território irlandês (predominantemente católico), estava lançada para os quatro séculos que se seguiram a semente da divisão, da discórdia e do conflito, ainda concretamente condicionados pela pertença a diferentes clãs e por aspetos étnico-políticos. A colonização foi vista por muitos habitantes da província do Ulster, muito mais negativamente, como uma injustificada e inaceitável “invasão” inglesa.

Laboratório do império

Daqui para a frente, a “aventura” colonial do Norte da Irlanda irá influenciar os esforços da expansão britânica no estrangeiro. Tudo o que se aprendera na “Plantation of Ulster” foi exportado para o número rapidamente crescente de territórios coloniais e depois imperiais da Grã-Bretanha em todo o mundo. O Ulster tornou-se, deste modo, um primeiro “laboratório do império britânico”.

Nos séculos que se seguiram, dissensão e conflito foram companheiros constantes, quase inevitáveis, na região. Mas, a partir dos anos de 1960, a Irlanda do Norte sofreu o período mais longo de violência sistémica e sectário derramamento de sangue: “The Troubles”. O que começou como um movimento dos direitos civis autonomizou-se

muito rapidamente com os acontecimentos do “Domingo Sangrento”, em 1972. Neste domingo, 14 civis inocentes foram mortos em Derry pelos soldados ingleses. Chegou-se a esta opinião somente em 2010, em resultado do subsequente “Inquérito de Saville”, instalado pelo governo britânico.

Embora o conflito da Irlanda do Norte tivesse sido apresentado também na Grã-Bretanha, muito simplificada e comodamente, como uma luta que se passa lá longe numa outra ilha, entre duas facções conflitantes – católicos contra protestantes, nacionalistas contra unionistas e verdes contra laranjas – a verdade é que a própria Grã-Bretanha foi desde o início o terceiro contendor no conflito, ou, pelo menos, foram-no políticos britânicos de relevo e membros da estrutura militar, apesar de só poucos o terem nesse tempo, ou até mesmo hoje, admitido.

No decurso do conflito da Irlanda do Norte, nos trinta anos que se seguiram, perderam a vida mais de 3 600 pessoas – das quais 2 000 civis, 1 000 membros das forças de segurança e 600 membros das unidades paramilitares. Muitas outras sofreram ferimentos de carácter permanente. E numa tão pequena província com laços comunitários e familiares marcadamente estreitos, todos os que aí viviam foram inevitavelmente atingidos, direta ou indiretamente, pelo conflito que quase diariamente se desenrolou diante dos seus olhos.

O conflito da Irlanda do Norte recebeu dos meios de comunicação nacionais e internacionais uma atenção sem precedentes. Ano após ano, foram catapultadas para o mundo declarações tóxicas e imagens de ódio, dor, crueldade e descalabro – acompanhadas de uma informação muitas vezes pouco objetiva, ou mesmo declaradamente facciosa. Para muitos observadores de fora,

este dramático conflito era uma questão que só dizia respeito à Irlanda do Norte – e muitos, até hoje, continuam a ter essa opinião. Mas como sempre acontece em zonas de conflito, para lá da informação mediática, existiam ainda muitas outras realidades.

Como acontece na maioria das situações de conflito, muitos habitantes da Irlanda do Norte decidiram deixar a região por causa da violência crescente. Entre eles encontravam-se muitos artistas, criativos e intelectuais, que partiram para o exílio da sua opção noutras regiões da ilha ou noutras partes do mundo, principalmente na América do Norte, onde a diáspora irlandesa tem forte representação. Alguns não regressaram mais. Mas muitos dos que decidiram permanecer na Irlanda do Norte sentiram que era sua responsabilidade participar nos acontecimentos em curso. O artista John Kindness deu-lhe a seguinte formulação: “O conflito da Irlanda do Norte mudou a nossa agenda – muitos de nós sentimos a necessidade de deixar transvasar para o nosso trabalho os acontecimentos da rua.”

O exemplo mais célebre e impressionante é o dos murais e dos afrescos que se pintaram por toda a província, em edifícios e paredes das comunidades católicas e protestantes, e que definiram, na verdadeira aceção da palavra, futuras frentes de combate. Frequentemente, eles mostram imagens extremas e violentas de combatentes, crianças no meio de fogo cruzado, marchas de apoiantes da “Ordem de Orange”, tiroteios de carros em movimento e heróis caídos em combate. A clivagem entre as duas fações em conflito, em rápida progressão, refletia-se nas pinturas murais, era por elas sublinhada e penso que também simultaneamente promovida e glorificada: a arte ao serviço da coesão e da divisão. Mas esses murais intimidadores que celebravam o conflito não foram nem são a

única história da cultura.

Muitas instituições estabelecidas e oficiais de carácter cultural e científico entraram, em consequência do conflito da Irlanda do Norte, numa espécie de imobilidade, ficando como que paralisadas. Com medo de serem apodadas de sectaristas, não se sentiram em condições de reagir à situação. Por exemplo, as instituições públicas responsáveis expuseram e colecionaram na Irlanda do Norte muito pouca arte contemporânea ligada diretamente ao conflito e o mercado da arte nos outros países deu pouca atenção a uma arte que, para o gosto das elites da altura, revelava um comprometimento político e social demasiado grande.

Apesar da atitude conservadora da maioria das instituições, surgiu simultaneamente uma onda de energia artística, cultural e criativa, sendo o incessante conflito imediata e oportunamente documentado nas belas artes, na fotografia, na literatura, na poesia, na música e no cinema.

O trabalho de Brian Friel e Stephen Rea com a companhia do Field Day Theatre, obras do Prémio Nobel da Literatura, Seamus Heaney, de Seamus Deane, Michael Longley, Tom Paulin e do Prémio Pulitzer, Paul Muldoon, as arrebatadoras canções punk das bandas “The Undertones” e “Stiff Little Fingers”, as fotografias e instalações de Willie Doherty, Rita Duffy, Paul Graham, Victor Sloan, Conrad Atkinson e Richard Hamilton e os filmes de Paul Greengrass, Ken Loach, Pat O’Connor, Alan Clarke e Neil Jordan são testemunhos da produção cultural nos anos mais negros do conflito da Irlanda do Norte e estão, das mais diversas formas, em ligação direta com as realidades e a complexidade da região. O seu trabalho refletia o conflito para as pessoas que o viviam e dava testemunho dos seus esforços e do seu sofrimento, ao mesmo tempo que cumpria a importante tarefa de sensibili-

zar a atenção britânica e internacional para a intensidade, volatilidade, violência e dinâmica dos acontecimentos na Irlanda do Norte, e de focalizar de modo mais insistente o que se passava na e com a região.

As obras produzidas nestas três décadas pelos artistas e ativistas culturais que, de todas as formas imagináveis, trataram o conflito da Irlanda do Norte – desde coletivas de arte urbana, passando por criativos que entretanto são internacionalmente conhecidos – não tinham uma função comum especial, um objetivo ou um manifesto comum. Durante estes anos, o trabalho dos artistas preencheu funções muito diversas: dava testemunho, protestava, questionava, confirmava e celebrava, refletia em silêncio, denunciava enraivecido, dava voz aos que a perderam, punha em rede e renovava contactos já existentes, tomava partido, encorajava a empatia, punha em questão os mitos da fundação e os clichés que estiveram na gênese do conflito, curava, inspirava, escrutinava, consentia a ambiguidade, escarnecia, dava novas respostas a questões ancestrais e a respostas ancestrais, colocava novas questões, rememorava e fazia luto, abria finalmente a porta para o mundo, para lá da Irlanda do Norte e – isso foi, pelo menos, o caso de alguns – buscava a verdade volátil daquela situação que todos viviam.

O irmão da vítima civil mais jovem do

“A clivagem entre as duas fações em conflito, em rápida progressão, refletia-se nas pinturas murais, era por elas sublinhada e penso que também simultaneamente promovida e glorificada: a arte ao serviço da coesão e da divisão.

“Domingo Sangrento” de 1972 reafirmava, todas as décadas que se seguiram, que ele só queria “libertar a verdade”. Se porventura não existia um objetivo artístico comum, este de “libertar a verdade” era possivelmente uma motivação artística que todos partilhavam.

A história diz-nos: nada esperes deste lado da sepultura. Mas depois, uma vez na vida, a onda da maré, há tanto desejada, de justiça pode erguer-se, fazendo rimar esperança com história.

Seamus Heany, trad. de “The Cure at Troy”

Hoje já não se pode imaginar o conflito da Irlanda do Norte sem estes notáveis testemunhos artísticos da época e sem a atuação pronta e apaixonada dos artistas. Na verdade, não se pode imaginar conflito algum sem os testemunhos do seu tempo e sem a atuação dos artistas e dos ativistas culturais. A arte e a cultura não puseram certamente fim a este conflito de décadas – e, talvez, também nunca se devesse esperar isso delas. Mas o que fez então a cultura e o que tornou ela possível? Talvez seja ainda demasiado cedo para poder avaliar cabalmente os seus efeitos em toda a Irlanda do Norte e no mundo inteiro. Mas não será afinal decisiva a consciência de que é nossa obrigação passar de forma totalmente aberta e franca este conhecimento e a nossa experiência tão dolorosamente adquirida às pessoas que vivem confrontadas com situações atuais ou futuras de conflito?

A Irlanda do Norte é hoje considerada uma região de pós-conflito. Eu acredito que, nesta fase chamada de pós-conflito, a cultura pode desempenhar um papel mais convincente e direcionado do que alguma vez an-

tes pudera fazer – apesar de ter tido durante o conflito, a vários níveis, um papel central para os variadíssimos militantes – como testemunha ocular, manifestante, elo de ligação, provocadora, como memorial, etc. Quarenta anos passados, há pelo menos espaço para reflexão, reavaliação, empatia, abertura, para uma pacífica pausa, para a lentidão e a paciência. Chegou agora o tempo para as conversas que antes não teriam sido possíveis, para novas relações e parcerias – também com o resto do mundo. É muito decisiva a formação das novas gerações que não viveram “The Troubles”, mas que moldarão o futuro para a receção dessa história contínua (e histórias) da Irlanda do Norte, de tal modo que ela(s) seja(m) a “sua história”, uma só história “comum”, que está certamente ligada a um passado difícil, mas não está dele refém, nem condenada à paralisia. A verdade pode ser e será finalmente livre.

As histórias da Irlanda do Norte serão em breve apresentadas num novo palco global. A cidade de Derry/Londonderry – que bem pode ser apelidada de cadinho de “Troubles” – entrou em cena para conduzir a renegociação do passado, presente e futuro da região. Em 2009, os planos para novas parcerias e colaborações culturais de 2013, ano em que se celebra o 400º aniversário da ligação entre Londres e Derry/Londonderry, estavam já em pleno curso. O governo britânico, na sequência do sucesso da candidatura de Liverpool à Capital Europeia da Cultura (2008), lançou na altura um concurso para a nomeação, no ano de 2013, da primeira capital cultural do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Com a designação de Derry/Londonderry (através da qual se sinalizava, desde o início, que ambas as “tradições” estavam incluídas), a cidade participou com grande empenho e muita paixão na candidatura e foi eleita vencedora em

junho de 2010 – mais um marco importante nas relações britânico-irlandesas.

A candidatura da cidade tinha por título “Telling a new story” (Contar uma nova história) e assentava em dois pilares filosóficos, consistindo o primeiro em “pesquisas direcionadas” que lançam um olhar ousado e novo sobre o passado e o presente, para aproveitar destas experiências no futuro. Aqui conta também um olhar retrospectivo sobre a cultura do período “The Troubles”.

O segundo pilar assenta na “Festa da alegria”, para celebração da energia e das realizações que a cidade e os seus habitantes, mesmo nos tempos mais negros e dolorosos do passado, preservaram. Se existe uma resposta (ou possíveis respostas) à minha questão sobre o poder da cultura como promotora da paz e da renovação no tempo que se segue a um conflito, ela encontrar-se-á provavelmente nesta cidade da periferia da Europa – este ano e na década seguinte, começando este verão, em Londres, com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

O concerto de abertura, o “Concerto da Paz” da Olimpíada Cultural de 2012, produzido em colaboração com a agência “Peace One Day”, não se realizará em Londres como se esperava, mas em Derry/Londonderry, a 21 de junho de 2012. Isto será um sinal, perante o resto do mundo, de que os Jogos Olímpicos de Londres regressam à tó-

“Os problemas da guerra e a discórdia no nosso mundo talvez tenham origem em todas aquelas conversas que nunca se efetuaram...”

Rainha Margarida II da Dinamarca

nica original do pensamento das Olimpíadas da era moderna, que o Barão de Coubertin incutiu nos finais do séc. XIX, numa Europa dilacerada pelo turbilhão da guerra, promovendo o cessar-fogo e os esforços de paz. Simultaneamente, sinalizava um novo momento decisivo no estádio das relações britânico-irlandesas. Depois deste concerto, o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte encetarão um diálogo sobre todos os aspetos da cultura e do processo de paz que partiu dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres, prosseguindo para Derry/Londonderry em 2013 – e prolongando-se para Glasgow em 2014, onde este diálogo continuará no âmbito dos Commonwealth Games, antes de o testemunho do diálogo ser passado ao Rio de Janeiro, onde em 2016 terão lugar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. É de desejar que a viagem continue depois do Brasil.

“Por isso, deseja uma onda de mudança na margem distante da vingança. Acredita que um porto mais distante está daqui ao nosso alcance. Acredita em milagres e curas e fontes medicinais.”

Seamus Heany, trad. de: “The Cure at Troy”

A Irlanda do Norte desempenhará, por isso, um papel inestimável em futuras conversações a nível global. Com o olhar voltado para o futuro, mas tendo sempre presente que a colisão e a rivalidade entre culturas – ingleses contra irlandeses, protestantes contra católicos, lealistas contra nacionalistas, laranjas contra verdes, *insiders* contra *outsiders* – constituíram durante séculos o cerne do conflito da Irlanda do Norte e em especial do período “The Troubles”, no século passado.

E é assim de novo a cultura que agora, no séc. XXI, atuando a partir de dentro e também forçosamente a partir de fora, desempenhará certamente um papel cada vez mais importante, profundo e sustentável na tarefa de reconstruir, transformar e repensar esta província, que agora encara o futuro de uma forma mais otimista do que alguma vez no passado aconteceu. Este papel da cultura irá sem dúvida enviar ao resto do mundo uma mensagem inspiradora, encorajadora e cheia de esperança. Não acontecerá com facilidade nem rapidamente. Durará várias gerações. Haverá certamente reveses. Continuam a existir minorias militantes que necessitam do conflito, que não aceitam a paz atual e tudo farão para a perturbar.

Mas o rumo positivo está agora assente e é já imparável. Trata-se de deixar para trás o passado negativo e, ao mesmo tempo, nunca o esquecer, compreendendo-o melhor de todas as perspetivas imagináveis. Este olhar em frente através de um novo objetivo, com o apoio da cultura, irá assegurar um futuro mais pacífico, mais empático, mais criativo e mais inclusivo – e o que é mais importante – haverá um futuro para todos.

Peter Jenkinson OBE é mediador cultural *freelance* e vive em Londres. É codiretor da Culture+Conflict (www.cultureandconflict.org.uk), uma iniciativa nascida em 2011, que lança mão da arte e da cultura em conflitos e no trabalho pós-conflito, utilizando cumulativamente programas de pesquisa, eventos temáticos, trabalho de *lobbying* e ligação em rede. Trabalham com artistas e criativos, colaborando igualmente com organizações locais, nacionais e internacionais. Para mais informação sobre Derry/Londonderry Cidade de Cultura do Reino Unido 2013, consultar www.cityofculture2013.com e “Peace One Day” www.peaceoneday.org

O poder do artista: em busca da plataforma comum

Seja no conflito do Médio Oriente, na revolução cultural chinesa ou na desintegração da Jugoslávia, a cultura desempenha sempre um papel especial. E cada lugar requer abordagens específicas para as iniciativas culturais e para a resolução de conflitos. Haverá coisas em comum? Qual é a melhor forma de a música, a literatura, as artes plásticas e a cultura de memoriais libertarem o seu poder social? Aprender com a experiência em todo o mundo.





ROAD CLOSED

Da política na poesia Uma cultura que deixa de ser inspirada pelos “anseios humanos” torna-se um cadáver, um instrumento facilmente manipulável pelos detentores do poder. Há demasiados conflitos “sem cultura”, que são lutas de poder e de interesses. A literatura pode combater este estado de coisas, segundo o poeta chinês Yang Lian, porque todos os clássicos estão imbuídos de um sentido originário: a resistência estética do indivíduo ao sofrimento. *Yang Lian*



Em 2012, fui convidado para integrar, como bolseiro, o Instituto de Estudos Avançados de Berlim e, logo após a minha chegada, em outubro, traduzi para chinês um poema do poeta uigure no exílio Exmetjan Osman (veja ao lado). Não foi só a sua beleza que me levou a traduzi-lo, mas também, e sobretudo, a profundidade do seu pensamento. O título faz alusão à célebre coletânea de contos árabe “Mil e uma noites”. Sheherazade é uma das personagens principais. O cruel rei persa só casou com ela para matá-la no dia seguinte, mas a sábia heroína encontrou um meio de ir adiando sucessivamente a sua morte: conta ao rei histórias que o arrebata, todas as noites, até que o seu amado, na 1001.^a noite, acaba mesmo por se apaixonar por ela. A vida

nasce da criação, a sabedoria vence a morte.

Isto remete para o significado mais profundo do poema: enquanto poeta que partilha a experiência dolorosa do exílio com Osman, consigo entender muito bem o que Osman diz quando, num dia calmo de sol radioso, sentado num pequeno parque, longe de casa, está a viver o aqui e agora, por um lado, “mais ou menos a desfrutar o dia”, entregue à observação da sombra da folhagem, das ervas e dos grupos de pessoas que por ali passeiam, e como, por outro lado, sente com toda a clareza um rasgão a abrir-se neste aqui e agora: como uma sombra, Sheherazade desenha os seus contornos no meio dos que passam e, através da luz do sol, escorrem todas as noites que se estendem no fio da navalha; por muito encantadoras que sejam as palavras que lhe saem da boca, ninguém sabe mais dolorosamente do que Sheherazade como o poder do gigantesco abismo da morte espreita, poderoso, ameaçando engoli-la a partir do momento em que o rei persa se cansar dela.

A expressão “significado do assassinio” encerra, em condensação poética, “as noites que passam intermináveis” e o próprio “pensar”. De imediato, a realidade divide-se em duas, a luz e a obscuridade que, na sua dialéctica, compõem a

estrutura complexa do poema; o dia é preenchido pela noite, a realidade é permeada por um passado imaginário. Para onde quer que a vida o leve, um poeta no exílio nunca escapa à dor que o invade profundamente. Contudo, é precisamente esse o sentido do exílio: essas “vozes inaudíveis” e “luzes invisíveis” são os “espelhos obscuros da vida” que “iluminam o meu destino” – e o destino de todos os seres humanos.

No final, o poema faz ainda uma viragem inesperada. Tal como Sheherazade conquista, com a sua sabedoria, o amor do rei persa, também o poema termina num tom afirmativo. No entanto, não afirma um nacionalismo primário ou um dogmatismo religioso, mas sim os “anseios da humanidade”: até mesmo nas “noites que passam intermináveis” as fendas no asfalto são permeáveis – por exemplo ao sol ou às ervas que “ressoam sob os nossos passos luminosos”. Exmetjan Osman é um poeta muçulmano, mas o seu poema ultrapassa todas as doutrinas teológicas superficiais (“aquilo que nem Deus nem o Diabo conseguem profetizar”) e cumpre-se na fé no próprio ser humano.

A força de pensamento deste poema supera em muito as ideias preconcebidas com que o abordamos: tendo em conta a repressão brutal dos movimentos de autonomia uigures por parte do poder chinês, esperaríamos um poema nacionalista ou um poema de propaganda ao islamismo ou, pelo menos, um poema contra a perseguição. Mas o poema não se insere em nenhuma destas formas de expressão coletivas. Conheço muito bem o seu conteúdo poético. Ao afirmar “os anseios da humanidade”, questiona a cultura islâmica e liberta os recursos graças aos quais esta tradição antiga pode entrar

As noites que passam intermináveis na boca de Sheherazade

Num parque
onde gosto de me sentar na sombra densa dos
ramos de uma árvore
estava eu mais ou menos a desfrutar o dia
Observava as ervas que despontavam nas
fendas do asfalto
e a luz do sol nos rostos que passavam por mim
enquanto pensava sobre o significado do
assassínio
nas noites que passam intermináveis na boca de
Sheherazade
Então, uma adivinha aproximou-se de mim
e pediu-me autorização
para iluminar o meu destino
a partir dos espelhos obscuros da minha vida

Fixando em silêncio
os seus olhos astuciosos
devo ter ficado muito tempo perdido em
pensamentos
Quando voltei a erguer os olhos
ela tinha ido embora, apressando o
passo como as noites que passam intermináveis
na boca de Sheherazade
Aqueles passos
ficaram pendurados como sinos à volta do
pescoço das pessoas que passavam
e soavam com uma voz inaudível
Aqueles passos
brilhavam com uma luz invisível
como se festejassem as ervas
que despontavam nas fendas do asfalto

Naquele instante
gostaria de saber
se a adivinha seria capaz de descobrir
aquilo que nem Deus nem o Diabo conseguem
profetizar – os anseios da humanidade
desde que passeamos nos parques
mais ou menos entregues ao desfrutar do dia
e à observação do sol depois das noites que
passam intermináveis
enquanto as ervas ressoam sob os nossos passos
luminosos

Exmetjan Osman

na modernidade. Esta autorreflexão crítica é o verdadeiro impulso da poesia.

Mentalidades coletivas e *slogans* de todo o tipo estão longe de Exmetjan Osman; porém, sinto-me muito próximo dele, na medida em que sou um poeta que chegou à escrita através da reflexão sobre a tradição cultural chinesa. No conflito sino-uigure pela autonomia, Osman e eu estamos em lados opostos, e, no entanto, une-nos uma grande afinidade espiritual.

Toda a vítima foi simultaneamente algoz

Quando falo de “afinidade espiritual”, não estou a exagerar, porque passámos por experiências igualmente dolorosas, mas igualmente ricas, que nos unem. Quando a Revolução Cultural terminou, em 1976, deixou um rasto de destruição, não apenas do ponto de vista político e económico, mas sobretudo do ponto de vista cultural e linguístico. Nenhuma outra época da cultura chinesa lançou o pensamento numa tal confusão, destruição mesmo. No contexto de uma “autorreflexão cultural”, que atravessou toda a década de 1980, começámos a escrever a partir de uma pergunta extremamente simples: “De quem é a culpa?” Quem deveria assumir a responsabilidade por aquela catástrofe da mais terrível barbárie e da anulação do senso comum? Se a esmagadora maioria se declarava vítima, onde estavam então os algozes? Seria a realidade porventura ainda mais absurda do que a literatura absurda, e haveria vítimas incontáveis mas nem um algoz?

A única conclusão possível era que cada vítima tinha sido simultaneamente

algoz. Por detrás das máscaras com que nos escondíamos, enfeitávamo-nos com o *slogan* bem-soante do “comunismo” que tínhamos importado da Europa. Porém, tínhamos sido impregnados no mais íntimo do nosso ser com herança de um pensamento autoritário milenar. Esta herança tinha tido, em particular, a capacidade de eliminar por completo qualquer tipo de reflexão conducente a uma consciência individual de nós mesmos. Assim, os anos 80 que se seguiram são considerados com razão “a época da autorreflexão”. Com as nossas perguntas, atingíamos profundamente os mais diversos níveis – desde a realidade exterior, passando pela história e pela cultura, pela língua, até à psique. A catástrofe política que tínhamos vivido tinha-se alimentado de um sistema autoritário milenar e de um pensamento tortuoso que os confucianos tinham relativizado com o seu ideal de uma “grande unidade”; nas estruturas sólidas da família e do estado cumpriu-se o controlo espiritual dos intelectuais tradicionais chineses.

No século XX, os chineses entregaram-se aos sonhos fanáticos da modernização, procurando até apagar a sua própria tradição – e não viram que a “modernidade” não é uma coisa que se possa importar como um bem de consumo, mas que tem de estar enraizada na transformação criativa de uma cultura. Quem recusar uma autoconsciência clara, só irá, incapaz de se modernizar, afundar-se ainda mais: será atingido pela cegueira e dominado pelo lado escuro da tradição. Foi precisamente isto que aconteceu na China do século XX. Quando das nossas bocas saem apenas as palavras de ordem “Viva...” ou “Abaixo...”, somos todos

seguidores do pensamento autoritário. E quando papagueávamos palavras estrangeiras cada vez mais compridas – na altura “comunismo”, “capitalismo”, “dialética histórica” e “ditadura do proletariado”, e, mais recentemente, “era pós-guerra fria”, “pós-colonial”, “pós-revolucionário” e em geral tudo o que é “pós”-qualquer coisa, só o fazíamos porque estes termos estavam na moda; nunca nos preocupámos com o seu significado. Mas quem poderá fugir à responsabilidade de ser um cocriador da “novilíngua”? Somos capazes de dizer tudo sem que faça o mínimo sentido! A consequência inevitável é que palavra e significado ficam cada um para seu lado – até ficar apenas um cinismo linguístico que triunfa e que destrói o pensamento. O vazio das palavras alimenta os puros jogos de interesse e poder. Todos os *slogans* políticos, que entretanto se tornaram preponderantes, transformaram-se num componente orgânico da globalização comercial.

Mas depois coloca-se a questão se a seguinte frase descreve apenas o pesadelo da revolução cultural ou se não se referirá sobretudo à atual crise espiritual, a nível mundial: quem se recusa a fazer uma autorreflexão torna-se um “algoz”.

Quanto mais me esforço, neste

“O vazio das palavras alimenta os puros jogos de interesse e poder. Todos os *slogans* políticos, que entretanto se tornaram preponderantes, transformaram-se num componente orgânico da globalização comercial.”

ponto, por discutir a “cultura chinesa contemporânea”, tanto mais clara se torna a pergunta: será que esta cultura existe sequer? E se sim, em que é que consiste? E como lhe havemos de chamar? Tenho de reconhecer que, de todas as culturas do mundo que me são estranhas, a cultura clássica chinesa é para mim a mais estranha de todas – justamente por não haver nenhuma distância geográfica a separar-me dela. A continuidade da escrita chinesa desperta em mim (e ainda mais no resto do mundo) a ideia enganadora de haver uma ligação direta entre a antiga e a nova China. Mas é apenas uma quimera. Na realidade, a China do século XX – principalmente a China “contemporânea”, desde 1949 – é uma aberração no meio das ruínas da cultura chinesa tradicional.

“Abaixo a loja de Confúcio”

O choque entre a própria cultura e a ocidental constituiu um rude golpe para a China, desde a primeira Guerra do Ópio (1839-1842), que fez com que os chineses passassem diretamente de uma vaidade exagerada para um complexo de inferioridade; não querendo resignar-se ao seu “atraso”, passaram a importar subsequentemente a cultura europeia em grande escala, e os radicais foram mesmo até ao grito de guerra: “Abaixo a loja de Confúcio!” As muitas palavras estrangeiras e tomadas de empréstimo, que acima referi, entraram no chinês por via do japonês, que reproduzia os termos europeus com caracteres chineses, durante a “vaga cultural” ocidental. Estes termos europeus em segunda mão

constituem hoje em dia mais de metade do vocabulário de um cidadão urbano chinês. A referida separação entre palavra e significado tornou-se, por isso, característica da chamada cultura chinesa contemporânea. Se, por exemplo, a palavra que designa “povo” (renmin) é composta do termo genérico para “ser humano” (ren) e do termo utilizado para as camadas mais baixas da sociedade, as “pessoas simples” (min), por oposição aos funcionários – quando é que se deve falar de “seres humanos” e quando de “pessoas simples”? Como decidir? E quem decide? Abre-se ao poder do estado a possibilidade de preencher este vazio semântico com o que bem entender. Basta pensar a quantas perseguições políticas, feitas em nome do “povo”, este mesmo povo esteve sujeito desde o início da “República Popular Chinesa”.

Este desastre não é, em absoluto, uma particularidade chinesa. Em que país comunista, durante a Guerra Fria, não estaria o povo familiarizado com estas robustas palavras ocas! Será então isto a “cultura chinesa”? Ou será melhor falar sem mais de uma “cultura comunista”? O seu mecanismo consiste numa inescrutável utilização errónea de todos os conceitos possíveis pelo poder do estado – sejam eles os de “nação”, “pátria”, “cultura”, “história” ou simplesmente de “internacional”. Um “futuro” enfeitado com frases feitas de teor evolucionista e apoiado na lógica económica despertou, em mais de duas gerações de chineses, um entusiasmo que era cego face à contradição interna entre os chavões “pátria” e “internacional”.

Milhões de jovens que, como o meu pai, vinham de meios abastados e que, no entanto, desprezavam o capital

como corrupto, juntaram-se ao Partido Comunista com o propósito de criar na China uma sociedade de pessoas iguais e entregaram-se com a mais genuína dedicação à tarefa de destruir a classe a que pertenciam. Muitos deles merecem até hoje ser chamados idealistas de primeira água. Porém, com todo o respeito pelos seus ideais, é impossível fechar os olhos ao facto de uma catástrofe como a Revolução Cultural se ter enraizado precisamente nesses “ideais” vazios. Quando hoje olhamos para trás, vemos com perplexidade um país que se vangloria da sua “cultura de cinco mil anos”, onde a humanidade e o senso comum desapareceram tão completamente que é necessário reaprender coisas tão elementares como o respeito pela propriedade privada e reconstruir com esforço um sistema jurídico e uma ordem moral.

Chamo a esta China uma “aberração” porque, é preciso reconhecê-lo, passou por uma transformação na modernidade; no entanto, apesar disso, esta transformação alimentou-se apenas de fontes menores do ocidente e do oriente e falhou rotundamente. Na cultura chinesa moderna, com a qual a geração dos nossos pais sonhou, nada se tornou verdade. Em certa medida, estou sinceramente grato à “inspiração de pesadelo” da Revolução Cultural, como eu lhe chamo, pois sem ela ainda estaríamos possivelmente presos a uma hesitação sem espírito. Foi só depois do choque do despertar que se despoletou uma reação em cadeia de questionamento crítico. Só agora conhecemos toda a extensão da nossa miséria: não podemos nem dar continuidade à herança de uma “tradição cultural chinesa” nem assimilar pura e simplesmente o ocidente.

Quando, à nossa volta, temos apenas “estrangeiros”, não temos outra opção a não ser tornamo-nos, nós mesmos, “estrangeiros voluntários”: ao desenvolver de novo o nosso potencial individual e fazendo uma nova síntese com os mais diversos recursos do passado e do presente, do país e do estrangeiro, podemos construir uma cultura chinesa contemporânea com um cunho muito próprio. Voltando a um tema recorrente da discussão em torno da modernização do século XX – a cultura tradicional chinesa como “substância”, as ciências ocidentais modernas como “função” prática, aplicada: temos de transformar o pensamento autônomo em “substância”, e as culturas do passado e do presente, da China e do estrangeiro, em “função”. Enquanto não formos capazes de fundar uma tradição aberta, empenhada no crescimento, não temos tradição nenhuma, apenas um passado que não quer acabar.

Ao analisar o caso da cultura chinesa de forma tão extensa, faço-o na convicção de que não é um empreendimento ocioso, de que quem não tiver um conhecimento aprofundado e complexo da sua própria

“Foi só depois do choque do despertar que se despoletou uma reação em cadeia de questionamento crítico. Só agora conhecemos toda a extensão da nossa miséria: não podemos nem dar continuidade à herança de uma “tradição cultural chinesa” nem assimilar pura e simplesmente o ocidente.”

cultura também não é capaz de compreender outras culturas. Embora o mundo, na sequência da globalização do capital, se tenha aproximado, esta “proximidade” não implica mais compreensão, pelo contrário: a maior parte das vezes, os conflitos agudizam-se ainda mais. Desde o final da Guerra Fria, os preconceitos e as tensões entre povos e religiões, em todo o mundo, não diminuíram, aumentaram. Desde 1991, no final da primeira Guerra do Iraque, o mundo tornou-se ainda mais desconfiado face à questão se uma guerra é “justa” ou tão-só lucrativa. E desde a Primavera Árabe talvez saibamos de que é que nos estamos a “libertar”, mas saberemos também para quê?

Samuel P. Huntington tentou definir o estado do mundo após a Guerra Fria enquanto “choque de civilizações”, mas esta tese é extremamente simplificadora e tipificadora: em primeiro lugar, não consegue explicar a oposição entre pobres e ricos, que permeia todas as culturas, no seu interior, num contexto capitalista; e, em segundo lugar, ao exagerar o papel dos conflitos culturais, oculta por completo a utilidade recíproca que os grupos de interesses de diferentes culturas têm. “Eles não têm nada contra mestiços, na condição de terem sido eles a educá-los”, disse-me uma vez um conhecido escritor palestino.

Uma das minhas melhores recordações, de que me lembro muitas vezes, é o encontro com o poeta Adonis em 2003, na Jordânia. No decurso da nossa conversa, a certa altura abordou o tema da utilidade do sistema político autoritário árabe para a religião. Apoiando-se neste argumento, declarou inequivocamente: “Sou contra o Islamismo.” Aquela afirmação chocou-me profundamente. A razão

para isso era que, em comparação com o controlo ideológico que eu tinha sentido na própria pele, o controlo religioso, espiritual, contra o qual Adonis se insurgia, era ilimitado (isto é, numa época muito antes dos primeiros prenúncios de qualquer Primavera Árabe)! E o que mexeu ainda mais comigo foi o facto de a coragem para a autorreflexão, que Adonis empregava contra a sua própria cultura árabe, ser tão parecida com as minhas experiências chinesas!

Mais do que isso: estamos ligados por uma “afinidade espiritual”. Em virtude da integridade de carácter, estabeleceu-se entre nós uma profunda relação de confiança. Desde então, mantemos, enquanto protagonistas entre os escritores chineses e árabes contemporâneos, um intercâmbio direto de ideias. A nossa situação é a mesma: combatemos ambos numa dupla frente. Por um lado, somos confrontados com as dificuldades complexas das nossas respetivas culturas a caminho da modernidade (mas também com os enriquecimentos daí resultantes), por outro, com as simplificações excessivas do resto do mundo (sobretudo do ocidente) em relação a nós, nomeadamente uma redução à ideologia, no caso da China, e a uma redução ao nacionalismo e à religião, no caso do mundo árabe.

E o modo como reagimos a estes desafios também é muito parecido. Primeiro: para dentro, fazemos questão de impulsionar a mudança cultural com o pensamento autónomo e a criatividade individual. Segundo: para fora, manifestamo-nos contra todas as simplificações que baixem o nível do intercâmbio de ideias. Terceiro: perante o resto do mundo, assumimos uma postura de reflexão crítica universal. O ensinamento retirado da história chinesa

do séc. XX é: toda a cultura tem de basear a sua própria transformação moderna numa apropriação criativa de tudo o que de positivo a sua herança tiver. De outra forma, vai acontecer a esta cultura a mesma coisa que aconteceu com a chinesa: em vez de nos apropriarmos, à nossa maneira, das ideias verdadeiramente ocidentais, importámos um mero “comunismo” de modelo soviético – um comunismo que ninguém queria no ocidente.

Um problema semelhante preocupa Adonis do ponto de vista espiritual. No Sufismo encontrou uma herança que pode tornar-se frutífera na modernização do Islamismo a partir de dentro. Nas minhas primeiras pesquisas superficiais acerca do pensamento sufi, descobri para meu espanto que, já no século X, Mansur al-Halladsch (858-922) proclamava: “Eu sou a verdade!” O ser humano pode atingir dentro de si mesmo o domínio da mais elevada espiritualidade, tornar-se um com Alá através do amor. Esta interpretação profundamente antropocêntrica do Islamismo levou a que os poderosos mutilassem e executassem al-Halladsch.

E, no entanto: que caminho espiritual pertinente e brilhante ele encetou – um caminho que conduz, ao longo de mais de dez séculos, a Adonis, ou mesmo a Exmetjan Osman! E ainda mais admirável é o facto de a atual comunidade religiosa muçulmana da província chinesa de Xinjiang (também conhecida por Turquistão oriental) se ter criado e desenvolvido sob a influência dos sufis, que se tinham exilado para fugir da perseguição. Enquanto seguidores da tradição antropocêntrica do Islamismo, não deveriam ser inimigos de todos os chineses que, de forma idêntica, lutam por uma modernidade chinesa, pelo

contrário: ambos os grupos deveriam ser companheiros de percurso um do outro, inspirando-se e estimulando-se mutuamente.

Por fim, clarifique-se também o tema “culturas e conflitos”. Uma cultura que possui uma capacidade vital de autorreflexão não só não gerará conflitos como, pelo contrário, irá solucioná-los; não criará inimizade, mas sim compreensão. Quando falo numa ‘capacidade vital de autorreflexão’ refiro-me à capacidade de autoquestionamento crítico de todas as culturas. Esta capacidade prepara, ao mesmo tempo, os caminhos para pensadores independentes noutras culturas – também, e especialmente, em culturas que tenham sido rotuladas de partes inimigas em conflito.

No cerne de cada cultura sempre esteve o objetivo da criação de uma consciência individual – tal como o sentido da democracia se baseia no Iluminismo. Uma maioria que se fecha ao pensamento independente e à escolha individual está sujeita a um sistema autoritário extremista. Pode dizer-se que entre culturas animadas por indivíduos vivos, criativos, não haverá praticamente conflitos. Pelo contrário, uma cultura que deixar de ser vivificada pelos “anseios humanos” paralisa, morre, torna-se um instrumento muito facilmente

“Uma cultura que possui uma capacidade vital de autorreflexão não só não gerará conflitos como, pelo contrário, irá solucioná-los; não criará inimizade, mas sim compreensão.”

manipulável pelos detentores do poder. Quantos destes conflitos ‘sem cultura’, que na verdade são lutas de interesses e poderes, existem no mundo!

A aberração da “cultura comunista” oficial na China, nas últimas mais do que cinco décadas, foi uma ditadura geral, sob a qual mil milhões de chineses sofreram – chineses da etnia Han, tibetanos, uigures e mongóis de igual modo. Na sequência de uma confusão histórica promovida pelo estado, esta “China” foi pura e simplesmente equiparada ao império, sob as mais diversas dinastias, do passado – especialmente à China governada pela dinastia manchu Qing e cujo território compreendia o Tibete, Xinjiang, a Mongólia e grandes territórios a norte da Grande Muralha, até às montanhas de Stanowoi.

As complexidades históricas eram propositadamente ignoradas nesta equiparação: os governantes da dinastia Qing tinham dividido a população em classes sociais – manchus, mongóis, chineses muçulmanos da etnia Hui, tibetanos e chineses da etnia Han – e tinham-se aliado às outras minorias para manter sob controlo os chineses da etnia Han, que em número eram cem vezes superiores e que se viam, contudo, confinados à camada mais baixa da sociedade. Por isso é que o Dalai Lama, na qualidade de entidade máxima do Budismo tibetano, foi naquela época o mentor espiritual do imperador. E os muçulmanos da etnia Hui, em Xinjiang, apesar das revoltas reprimidas pela dinastia Qing, gozavam de um estatuto social muito superior ao dos chineses da etnia Han.

Com o seu grito de guerra “Expulsai os tártaros, criai a república!”, Sun Yat-sen

preparou depois, no princípio do século XX, o terreno para a confusão conceptual entre luta pela democracia e luta entre nacionalidades. A contradição interna que este grito de guerra continha – por um lado, Sun tirava partido dos preconceitos étnicos por puro pragmatismo, por outro lado, propagava uma democracia que deveria basear-se nos direitos humanos em termos gerais – encobriu como uma sombra escura todo um século de história chinesa e também gerou confusão nas cabeças no resto do mundo: o conflito entre o povo chinês e os seus governantes autoritários era considerado erradamente um conflito entre diferentes etnias.

Esta crença errónea contribui de forma considerável para uma simplificação do pensamento histórico e, pior ainda, permitiu aos detentores do poder dar uma aparência de legitimidade à repressão de pretensos “conflitos de nacionalidades”. De forma semelhante, a atual situação confusa no Médio Oriente não se baseia de modo algum num conflito entre palestinianos e israelitas, mas é o produto histórico de colonialistas ocidentais egoístas e irresponsáveis.

Será que os intelectuais ocidentais se debruçaram detalhadamente sobre este problema? Isto é: será que se debruçaram realmente sobre ele ou ficaram-se apenas por um silêncio amável (para se protegerem)? Quando pensamos, devemos pôr a amabilidade de parte. O tráfico de escravos, por exemplo, foi exaustivamente estudado. Mas o que dizer em relação à primeira Guerra do Ópio, um dos capítulos mais sujos da história da humanidade? Esta guerra teve uma influência direta na ‘história moderna’ da China, com todas as suas deformações. “Haverá”, perguntei eu a um

conhecido historiador britânico, “uma monografia detalhada sobre as Guerras do Ópio?” Ficou como que estupefacto por um instante. Este é também um exemplo da falta de autorreflexão crítica numa cultura. Não só o mundo árabe e a China necessitam desta capacidade de uma autorreflexão detalhada, mas também, e em não menor escala, a Europa e a América. Hoje em dia, em tempos de globalização, as crescentes evasivas do “politicamente correto” e o lucro como única moeda forte aplanaram há muito as diferenças entre culturas e uniram a humanidade num único egoísmo e cinismo. Diante dos olhos de todos nós só restou um conflito: olha lá, está ali o lucro – queres agarrá-lo com as duas mãos ou fugir dele? Mas para onde podes fugir dele? Face a esta realidade geral, o indivíduo nunca esteve tão indefeso.

Um mundo de slogans que gritam

Mas será que com isto não passei ao lado do meu tema? Quando um conflito ganha tais raízes, de que serve ainda um poema? Poderá ultrapassar ou mudar alguma coisa? Com efeito: um poeta chinês que traduz um poema de um poeta uigure não vai alterar nada à realidade. Exmetjan

“A atual situação confusa no Médio Oriente não se baseia de modo algum num conflito entre palestinianos e israelitas, mas é o produto histórico de colonialistas ocidentais egoístas e irresponsáveis.”

Osman continua a viver no exílio. O mundo continua a gritar *slogans*. A selva colorida do comércio continua a alimentar-se da crise espiritual do ser humano. No final, fica uma desolação permanente que, para lá de todas as fronteiras e tempos e línguas, é bem conhecida de todos os poetas sérios deste mundo. Nenhum poeta sincero lhe pode fugir.

E, contudo, acontecem coisas maravilhosas. Por muito intensa que seja a fúria de um dito “conflito”, basta juntar os poetas das diversas nacionalidades para uma sessão coletiva – poetas chineses da etnia Han e uigures, poetas chineses da etnia Han e tibetanos, iraquianos e americanos, turcos e curdos, russos e tchetchenos, polacos e lituanos, até palestinianos e israelitas –, e de imediato se verá que, na sua expressão do sentimento existencial, na sua aspiração pela profundidade do conhecimento poético e no seu esforço por alcançar o limite extremo da linguagem são todos exatamente iguais! Esta ligação cria uma “gramática” comum. Graças a ela, um poema pode atingir camadas mais profundas do que a linguagem, passar de um coração ao outro em campos de batalha; e assim reconhecemos os clássicos de outras culturas como sendo nossos. Porque todos os clássicos estão imbuídos de um sentido originário: a resistência estética do indivíduo ao sofrimento. As “Perguntas ao Céu” (Tianwen), levantadas há 2300 anos, definem ainda hoje a atitude do poeta enquanto “questionador”, tal qual Qu Yuan a assumiu, o poeta do reino de Chu que acabou por se afogar num rio, no degredo. Um destino semelhante teve o autor das “Metamorfoses”,

o poeta romano Ovídio: também ele morreu no degredo. E algo semelhante aconteceu com o poeta Du Fu, da época da dinastia Tang, que sublimou em versos incomparáveis a dor de uma vida incerta de errância longe da corte – tal como Dante, Celan, Mandelstam e Tsvetaeva. Para os poetas, o mundo nunca foi um paraíso. Todo aquele que vive em busca espiritual vive inevitavelmente no exílio.

E assim se revela para mim, finalmente, o sentido de “as noites, que passam intermináveis” do poema de Exmetjan Osman. “Intermináveis” porque não podemos acreditar na promessa de um qualquer “progresso” ilusório. Cada poema (e até mesmo cada frase do poema) termina com um “impossível”; o poeta, contudo, começa incessantemente com este impossível e faz de si mesmo um “outro poético” (The Poetical Other). A palavra “poético” leva aqui ao limite as ideias e a dinâmica que habitam por natureza o conceito de “poesia”.

Quando digo que não escrevo os meus poemas no ‘chinês’ comum (porque isso nem sequer existe), mas sim no meu próprio “yangleês”, é porque encontrei no poema “As noites que passam intermináveis na boca de Sheherazade” o “osmanês” de Exmetjan Osman. O poema dele não me desiludiu. Este poema, com o seu tom sereno, no entanto tão poderoso na sua sequência de luz, noite e de novo luz, ilumina com o seu brilho não só o seu autor uigure, mas também me ilumina a mim. E irá emocionar profundamente qualquer chinês que o ler, estou convencido disso. Os poemas conferem ao olhar de um eu lírico profundidade e clareza, que determinam também o seu posicionamento relativamente a nações e estados, línguas e religiões.

Por essa razão, apoio incondicionalmente a luta de Osman pela língua e cultura uigures, da mesma forma como defendo com todo o denodo a preservação da pureza do chinês. E por me empenhar ao mesmo tempo pela transformação da cultura chinesa no seu caminho para a modernidade, oponho-me inevitavelmente à autocracia do Partido Comunista, que retira às minorias os seus direitos.

Uma das mais experiências mais gratificantes para mim é estar lado a lado com outros poetas, traduzi-los e ser traduzido por eles, imagem a imagem, frase a frase, para outra língua e, com base na sua compreensão poética imediata, entrar a fundo na obra do outro – nesses momentos, sentimos apenas uma ligação íntima e nenhum tipo de conflito. Em 2006, também em Berlim, em conversa com o poeta sul-africano Breyten Breytenbach, que conheceu amplamente o sofrimento no próprio corpo, veio-me à memória a seguinte frase: “Os poemas são a nossa única língua materna.” Esta frase capta de forma sucinta a beleza da “transposição poética de fronteiras”. Em 2012, na reunião anual do P.E.N. Internacional, na cidade sul-coreana de Gyeongju, alguns poetas chineses, uigures e polacos acordaram entre si não esperar mais por quaisquer “soluções políticas” baseadas em negócios obscuros, e, em vez disso, assumir uma postura ativa sem mais demoras. Com cada poema superamos um conflito e criamos uma rede delicada, cintilante, de compreensão. É esta a atitude que nós, poetas, tomamos perante os desafios de hoje. O “poético” é, por natureza, sempre político.

Em comparação com a barulheira

dos ‘conflitos’, os poemas falam em voz baixa, mas o seu Não é bem audível. Deste modo, são capazes – como a luz da sabedoria, da qual Exmetjan Osman fala – de trespassar a escuridão das “noites que passam intermináveis”.

Yang Lian, poeta chinês, é atualmente bolsheiro no Instituto de Estudos Avançados de Berlim. Em 2012, recebeu o prestigiado prémio literário internacional Nonino. Nasceu em 1955, na Suíça, é filho de um diplomata e cresceu em Pequim. Em 1979, juntou-se a um grupo de poetas, que editavam a revista “Jintian”. Por alturas do massacre na Praça de Tiananmen, estava na Nova Zelândia e participou nos protestos contra os procedimentos do governo chinês. Pouco depois, as suas obras foram proibidas pela censura e foi-lhe retirada a cidadania chinesa. Foi publicado recentemente em alemão o livro de sua autoria: “Aufzeichnungen eines glückseligen Dämons – Gedichte und Reflexionen” (“Anotações de um demónio feliz – poemas e reflexões”, Editora Suhrkamp, 2009)

Não só teatro da reconciliação Desde o fim da guerra da Bósnia, em 1995, tem-se falado muito de reconciliação. E assim se pediu o conselho de peritos internacionais, a troco de muito dinheiro, tal e qual como se a reconciliação tivesse que ver com uma espécie de tecnologia e não, como reza a definição lexical, com “esclarecimento, compreensão, compromisso” entre vizinhos. Mas o que é que está realmente em jogo? *Slavenka Drakulić*



Foi grande a sensação quando, em novembro de 2010, o presidente sérvio, Boris Tadic, se encontrou com o chefe do Estado croata, Ivo Josipovic. Tadic visitou a vala comum de Vukovar e pediu perdão pelo massacre que o Exército Popular Jugoslavo e os paramilitares sérvios tinham perpetrado no outono de 1991. Era a primeira vez que um presidente sérvio manifestava, em público, o seu profundo pesar por este crime.

Num gesto, por assim dizer, de reciprocidade, Josipovic, que no seu primeiro ano de presidência se havia empenhado numa reconciliação com mais afincamento do que qualquer dos seus antecessores, viajou até à aldeia de Paulin Dvor onde, em dezembro de 1991, paramilitares croatas tinham morto dezoito civis sérvios e um húngaro.

Foram gestos marcantes com que os estadistas pretenderam, de certa maneira, romper o círculo infernal da violência. Passados alguns dias, juntou-se-lhes também a presidência do Estado da Bósnia, apelando à reconciliação. Bakir Izetbegovic, o mais recente membro da presidência, pediu perdão “por cada inocente morto pelo exército da Bósnia-Herzegovina.”

Se foi bem acolhido este impulso à atividade política de reconciliação por parte da comunidade internacional e das pessoas da região, foram igualmente críticas as questões colocadas a seguir: não serão os gestos bem-intencionados e as manifestações de pesar mais propriamente um teatro da reconciliação para a comunidade internacional? Onde param as listas dos prisioneiros de guerra desaparecidos? Quando serão devolvidos à Croácia os bens culturais que lhe foram roubados? Quando é que os refugiados poderão regressar à Kraína?

É, e vai continuar a ser difícil confiar, sem reservas, nos políticos balcânicos, mesmo quando parecem agir com as mais nobres das intenções. Mas, para avançar no terreno da reconciliação, é preciso poder

confiar neles. Temos que começar por levar a sério as suas palavras e partir do princípio que o seu objetivo é realmente alterar as perceções e atitudes recíprocas das nações. Tadic e Josipovic demonstraram uma clara vontade política de reconciliação tal como, antes deles, o antigo presidente croata Stjepan Mesic, que, em 2003, manifestou oficialmente o seu pesar em Belgrado. Em março de 2010, o parlamento sérvio votou a decisiva “Declaração de Srebrenica”.

É verdade que o termo “genocídio” não é explicitamente utilizado, mas é claramente referida a responsabilidade do exército sérvio pelo banho de sangue em julho de 1995, em que cerca de 8000 bósnios foram assassinados.

O capitalismo derrota o patriotismo por 1 a 0

Desde o fim da guerra da Bósnia, em 1995, que se tem falado muito de reconciliação – sobretudo no estrangeiro. E assim se pediu o conselho de peritos internacionais, a troca de muito dinheiro, tal e qual como se a reconciliação tivesse que ver com uma espécie de tecnologia e não, como reza a definição lexical, com “esclarecimento, compreensão, compromisso” entre vizinhos. Após inúmeras reuniões, os peritos chegaram à conclusão de que seria importante trabalhar em conjunto. Ah, pois. Seguiu-se uma série de recomendações sobre a forma de alcançar este objetivo. Tal como se as pessoas da Croácia, da Sérvia, da Bósnia e do Kosovo não o soubes-

sem por elas próprias. Basta olhar para o mundo do crime na região para ver que um certo “trabalho conjunto a partir de baixo” já está a funcionar. Estóicas e imperturbáveis, as redes ilegais anteriores à guerra mantêm a sua atividade: do contrabando e intercâmbio de combustíveis, armas, pessoas e tabaco até às incumbências como atentados. Também os negociantes continuam, como sempre, a cooperar em todas as áreas, quer aberta, quer clandestinamente. Os eslovenos foram os primeiros a exportar os seus produtos para a Sérvia: o capitalismo derrota o patriotismo por 1 a 0.

Quando, em 2009, o redator de economia Tim Judah publicou um artigo sobre a “Jugosfera”, desencadeou uma vaga de protestos, sobretudo na Croácia. Ele escrevera sobre a cooperação ininterrupta em todas as áreas, demonstrando que os estados resultantes da antiga Jugoslávia continuam a formar um espaço unitário, ignorando toda a ideologia nacionalista que condena uma tal colaboração como “antipatriótica”. “Os tempos estão difíceis”, diz Judah; daí não ser de estranhar que as pessoas aproveitem a vantagem de uma língua comum e de um comportamento idêntico em termos de consumo.

Só nos meses anteriores, teria sido possível observar muitas iniciativas novas: da criação de uma companhia de caminhos-de-ferro gerida conjuntamente pela Eslovénia, Croácia e Sérvia, passando por um encontro das empresas de lotaria da Macedónia, Eslovénia, Kosovo, Sérvia, Bósnia-Herzegovina e Croácia, tendo em vista a sua fusão, até à assinatura de um acor-

do de extradição entre a Croácia e a Bósnia, assim como entre a Croácia e a Sérvia e um acordo de cooperação militar entre a Sérvia e a Croácia – e isto, sem pretensões de exaustividade.

Mas o alvo da crítica ao artigo de Judah foi menos a referência a tais formas de colaboração do que o termo “Jugosfera”, sentido como uma ofensa. No entanto, nem sequer os mais ferrenhos nacionalistas croatas (que, diga-se de passagem, também responsabilizam a Eslovénia por bloquear a adesão da Croácia à UE) puderam impedir que um empresário como o croata Emil Tedeschi expandisse as suas atividades para a Eslovénia, a Bósnia, o Montenegro, a Macedónia e a Sérvia. O próprio Tedeschi prefere a designação “Europa do Sueste” ao passo que outros falam dos “Balcãs Ocidentais” – o essencial é que se evite o prefixo “Jugo”. Nada documenta mais explicitamente como os preconceitos e juízos de valor nacionalistas sobrevivem aos tempos, independentemente do modo como a cooperação funciona na realidade.

A diferença principal entre os esforços de reconciliação dos últimos 15 anos e os desenvolvimentos atuais é que, desde há muito não se vislumbra o respaldo de uma vontade política. O impulso mais recente veio de uma nova geração de políticos, cujo empenho na adesão dos seus países à UE

“Estóicas e imperturbáveis, as redes ilegais anteriores à guerra mantêm a sua atividade: do contrabando e intercâmbio de combustíveis, armas, pessoas e tabaco até às incumbências como atentados.”

é manifestamente mais firme do que o dos seus antecessores. Foi assim que a Sérvia, com uma longa conduta de “Estado-pária”, acabou finalmente por assinar vários acordos. O país tornou-se, entretanto, membro do Conselho de Cooperação Regional (RCC, o antigo Pacto de Estabilidade para a Europa do Sueste), aderiu ao Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA) e à Parceria para a Paz (PfP), um programa criado em 1994 para a cooperação entre a NATO e, por agora, 23 estados europeus e asiáticos.

Tudo isto deverá reforçar a base negocial da Sérvia quanto à abolição da necessidade de visto para entrar na UE e estreitar laços com a União. Embora a atitude da UE no que respeita à adesão da Sérvia não se possa apelar exatamente de entusiástica, sabe-se, contudo, em Bruxelas que a estabilidade na região está indissociavelmente ligada a uma perspetiva de adesão para todos os países, seja qual for o seu momento exato.

Se os homens de negócios colaboram entre si, se os editores croatas participam em feiras do livro em Belgrado, se as equipas de futebol dos vários países se defrontam, se as pessoas podem visitar a família no outro lado da fronteira sem que haja suspeita de traição, precisamos mesmo de uma política de reconciliação? Ou seria melhor, tal como sugerem alguns observadores, deixar as coisas aos métodos espontâneos que atuam “de baixo para cima”?

Lancemos um olhar à imprensa croata. Aí se acusa um Tim Judah de “Jugonostalgia”, aí se apelida de “traidor” um croata que vende a sua fábrica a um sérvio, aí se





sente resistência quando um hotel ou um estaleiro é comprado com capital sérvio. De acordo com as sondagens, a maioria dos sérvios, croatas ou bósnios está manifestamente longe de se reconciliar com a ideia de que os vizinhos deixaram de ser seus inimigos. Não é, pois, de supor que a reconciliação demoraria, no mínimo, mais algumas gerações, se deixássemos o assunto entregue aos cidadãos?

Nem a guerra, nem a paz “acontecem” de forma espontânea. As guerras resultam de uma vontade política, são preparadas por uma retórica da violência que cria imagens hostis e justifica a agressão. Algo idêntico se aplica à paz e aos processos de reconciliação. Ambos têm que ser iniciados e conduzidos “a partir de cima”, só que os valores propagados de cima para baixo são justamente o oposto: tolerância e cooperação. Assim, o primeiro passo para a reconciliação consiste numa vontade política determinada. Não como gesto avulso do perdão, mas como um ato em articulação com programas que promovam novos valores e cheguem a todas as camadas da população. Só para dar um exemplo: se se tivesse deixado a reconciliação franco-alemã nas mãos dos Zés Povinhos alemão e francês, ainda teríamos certamente que esperar mais 100 anos por uma Europa unificada.

O pressuposto e base imprescindível para a reconciliação é a justiça. Mas só pode existir justiça em articulação com a verdade. Sem um sistema jurídico, em que se instaure um processo aos criminosos de guerra – e no qual sejam tornados públicos os factos relativos aos crimes das

guerras precedentes – toda a reconciliação está condenada ao fracasso.

Na Croácia, por exemplo, o principal obstáculo à reconciliação consiste na errónea convicção, acarinhada durante mais de duas décadas, de que, por definição, o exército croata de modo algum poderia ser responsabilizado por crimes de guerra, na medida em que tinha atuado em missão de defesa nacional e a consequência é ver nos criminosos de guerra heróis militares. Daí também que o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia em Haia seja encarado como uma instituição hostil e não como um instrumento para apurar a verdade.

Se até à Declaração de Srebrenica ponderava na Sérvia uma cultura da negação no plano político e social, o processo de reconciliação na Bósnia e Herzegovina é, por seu turno, dificultado pelo estatuto especial de país dividido. E não só no plano administrativo, mas igualmente a nível psicológico e emocional. Malfeitores e vítimas vivem no mesmo país, na mesma cidade ou até na mesma aldeia e na mesma rua.

Quando transmitimos novos valores, isso significa que também criamos um novo enquadramento psicológico. Encorajar os cidadãos à cooperação transfronteiriça deixou de ser necessário – já está a acontecer.

Mais importante é transmitir às pessoas que a cooperação, o comércio, as visitas recíprocas e a tentativa de descartar imagens hostis – tudo isso é não só politicamente correto, como também politicamente desejável. Deveria ser possível a um autor croata publicar um livro e a um

músico croata dar um concerto na Sérvia, sem a expectativa de ser fustigado pelos *media*, como era de regra até há pouco.

Porém, como é que um governo pode passar tal mensagem? Ora, por exemplo, de forma indireta, apoiando projetos comuns, iniciados com acordos como o Conselho de Cooperação Regional ou a Parceria para a Paz, e até iniciativas mais modestas como concursos de canto ou o muito invocado intercâmbio de alunos. Que os meios de comunicação de massas aqui desempenhem um papel fulcral, não constitui grande surpresa. É a partir deles que os juízos de valor são transportados para a vida do dia a dia, e não ao contrário. Se o Governo começasse a difundir sistematicamente valores antinacionalistas, as estações públicas de televisão não tardariam a segui-lo. Talvez não fosse automático – mas, pelo menos, não é inverosímil que os emissores aceitassem que o tema da atualidade não é o nacionalismo e o ódio, mas a reconciliação. A televisão privada, aliás menos vulnerável à propaganda nacionalista e sempre com os olhos postos nas quotas de audiências, iria muito provavelmente aproveitar esta onda.

Enviar sinais positivos ao vizinho tem muito valor, mas é uma estratégia só eficaz a curto prazo. Um novo governo, novos ventos políticos podem, num ápice, fazer girar de novo a opinião pública na direção

“Se se tivesse deixado a reconciliação franco-alemã nas mãos dos Zés Povinhos alemão e francês, ainda teríamos certamente que esperar mais 100 anos por uma Europa unificada.”

do nacionalismo, o que, como se sabe, foi o que aconteceu na década de 90. Para implantar efetivamente novos valores, precisamos de definir um ponto de partida com vista ao longo prazo e, em primeiríssimo lugar, de formar uma consciência histórica. Arrancando o processo com o julgamento dos criminosos de guerra, deve ser prosseguido com a investigação histórica e a sua divulgação pública através de livros e manuais escolares. A formação de uma consciência histórica deve apoiar-se sobre factos e não sobre mitos e ideologia.

Se olharmos hoje para os livros de História, encontramos, por vezes, informações muito contraditórias. Passados 65 anos sobre o fim da Segunda Grande Guerra, a Croácia ainda se debate com o facto de o país, na única fase independente até à data, ter sido um Estado-fantoches de inspiração fascista, o NDH. O primeiro presidente da República restaurada, Franjo Tudjman, não se cansou de anunciar que a nova Croácia se constituía sobre os fundamentos da antiga. Contudo, na Constituição croata lê-se exatamente o contrário: o novo Estado baseia-se no antifascismo – um indício da persistente clivagem no que respeita à superação do passado.

Em todas as sociedades pós-jugoslavas, as pessoas estão habituadas a viver com contradições desse género. Durante o período comunista, a memória contrastava, quase sempre, com a historiografia oficial. Num país em que a ideologia, o folclore e os mitos comunistas prevaleciam, mas onde faltavam factos históricos fidedignos, não era difícil difundir a propagan-

da. Um exemplo: depois de 1945, o total de civis mortos no campo de concentração de Jasenovac, ao tempo do NDH, foi estimado em cerca de 700.000, ao passo que, quatro décadas mais tarde, se impôs o número substancialmente mais realista de 60.000. Igualmente controverso é o montante exato das dezenas de milhares de soldados e civis do NDH, assassinados em Bleiburg, pouco depois do fim da guerra. Era pura e simplesmente inimaginável que o glorioso exército de Tito pudesse ter cometido crimes de guerra. Gerações de jugoslavos cresceram na contradição de não poder pôr em dúvida as “verdades” dos manuais escolares, enquanto, nas suas casas, estavam expostos a uma versão completamente diferente da História. Era mais fácil não combater o dogma.

História a menos, memória a mais

Até agora houve História a menos e memória a mais – essa é uma das razões porque na década de 90 foi tão rápido o recurso às armas. Em qualquer dos casos, os livros de História e os manuais escolares tanto são parte da solução, como do problema. De uma vez por todas, os historiadores têm que deixar de ser escravos da ideologia dominante e, em vez disso, começar a expor os factos. Mas a educação é um processo a longo prazo. A educação que se pretende reconciliadora deve ser mais do que mera correção dos manuais escolares. Para chegar à reconciliação, toda a sociedade precisa de um consenso. Para difundir a verdade, necessita de um fórum público. Uma

sociedade responsável que quer a reconciliação tem de estar capacitada para o fazer. A seu tempo, a Alemanha conseguiu-o. A cultura pode servir de fórum a esse debate. Porém, como podem a arte e a cultura servir a reconciliação, se a cultura da maioria e as suas instituições, digamos as Academias das Ciências, respetivamente Sérvia e Croata – propagam o nacionalismo? Tal como os meios de comunicação de massas, antes e durante uma guerra, a cultura serve de veículo à propaganda nacionalista. Seria falso falar do papel reconciliador da cultura, como se ela fosse totalmente independente da vontade política. As nossas expectativas em relação às possibilidades da cultura são, regra geral, demasiado altas. A cultura deve capacitar-nos para nos tornarmos numa sociedade melhor, mais pacífica e mais justa. Na base desta ideia acerca das possibilidades da cultura no processo de reconciliação está o pressuposto de que os artistas, os intelectuais e, de um modo geral, as pessoas cultas, incarnam uma instância moral superior: precisamente porque são cultas, devem saber mais do que o resto. Mas não é esse o caso.

A História tem demonstrado, uma e outra vez, que a cultura tem uma notável aptidão para promover a propaganda em regimes totalitários. Porquê? Porque a moral dos artistas e dos burocratas da cultura não difere, de maneira nenhuma, da das outras pessoas. De mais a mais, existia na Jugoslávia (tal como noutros sítios), uma tradição de servilismo cultural em relação ao regime – não havia praticamente nenhuma outra forma de cultura digna de menção. Por outro lado, isto explica-se

por uma espécie de estratégia de sobrevivência: razões de autoproteção obrigavam, por assim dizer, os artistas e os intelectuais a tornarem-se empregados do Estado. Daí não constituir grande surpresa, terem sido justamente esses grupos a propagandear o nacionalismo na década de 80. Escritores, acadêmicos, jornalistas, membros de instituições culturais: tudo pessoas cultas que se tornaram rodas dentadas na máquina de propaganda nacionalista. A sua missão era detetar “estranhos” dentro da sociedade e levar a pessoas a aderir, sem reservas, ao conflito armado e à guerra. Desempenharam bem a sua missão.

Uma imagem francamente emblemática de 1993: Radovan Karadžić – poeta, psiquiatra e presidente da Republika Srpska – encontra-se nas colinas que encimam Sarajevo; junto dele, o poeta russo Eduardo Limonov, com uma metralhadora que dispara na direção da cidade.

Quem fala do papel da cultura no processo de reconciliação, não deve silenciar a sua capacidade de produzir ideologia e propaganda, de manipular as pessoas, de preparar e justificar o genocídio. Mas é provável que o reverso seja igualmente verdadeiro – se a cultura pode transformar-se numa máquina de propaganda, então também pode ser sempre uma chave para a reconciliação, pelo menos numa democracia, onde é possível a livre circulação de ideias. No entanto, isto só pode funcionar se nos projetos apoiados pelo Estado não

houver lugar para más práticas políticas. Em comparação com outras funções do Estado como, por exemplo, a defesa, a cultura pode conseguir muito com custos relativamente reduzidos. Regra geral, é-lhe atribuída apenas uma fração do orçamento do Estado. Talvez fosse bom investir nela um pouco mais.

É claro que a reconciliação já aconteceu e continua a acontecer, em contextos menos ou mais alargados. Quase duas décadas passaram desde o início das ações de guerra. Desde essa altura, cresceu uma nova geração. Porém, quanto a ser esta a geração que nos irá trazer progressos na reconciliação, aí o resultado é pouco animador. Numa recente sondagem de opinião a alunos croatas de 17 e 18 anos, só 27% declararam que viam o NDH como um estado fascista. Mais de 40% eram de opinião que, no país, os croatas deviam ter mais direitos do que as minorias nacionais. Em contrapartida, 40% opunham-se a uma judicialização dos criminosos de guerra croatas e um em cada dois (49%) a uma adesão da Croácia à UE. Mesmo que a sondagem possa não ser representativa de toda a juventude croata, confirma, no entanto, a influência, ainda preponderante, dos valores nacionalistas. Um retrato em miniatura da nova geração que, num primeiro momento, pouca esperança traria de um governo com a necessária vontade política. Mas que nos devia motivar para uma atuação rápida e determinada, se quisermos chegar à reconciliação ainda durante este século.

Finalmente, não podemos deixar de observar um paradoxo no território da ex-

“A História tem demonstrado, uma e outra vez, que a cultura tem uma notável aptidão para promover a propaganda em regimes totalitários.”

-Jugoslávia. Primeiro, veio a independência, depois a desintegração da Jugoslávia, em toda uma série de guerras sangrentas. Houve a lamentar dezenas de milhares de vítimas: uma estimativa moderada aponta, só na Bósnia, para mais de 100.000 mortos. Centenas de milhares foram expulsos ou deslocados, para já não falar dos que ficaram mutilados ou órfãos. Entre 30 000 e 50 000 mulheres, a maioria das quais bósnias, foram violadas. Hoje, precisamente uma década após essa tragédia, todos estes estados de fundação recente querem aderir à UE e viver em aliança com vizinhos que, de um ponto de vista histórico, ainda ontem andavam a matar.

Porquê lutar pela independência? Para quê a guerra? Foi uma guerra civil? Existiu apenas um culpado? Quantas vítimas houve a lamentar em todos os lados? A perguntas como estas é difícil responder, que a sociedade as aceite é ainda mais difícil. Não obstante, são estas as perguntas que os programas de reconciliação têm que abordar em todas as áreas, e, para isso, faz falta a necessária vontade política.

Mais uma vez: a reconciliação não é fácil de alcançar e, acima de tudo, precisa de tempo. Mas as coisas poderiam ir mais depressa e ser menos complicadas, se existisse uma genuína vontade política que, iniciada a nível governamental, levasse a um processo de reconciliação, conduzido “a partir de cima”. Pelo menos, se-

ria gratificante pensar que poderia valer a pena partir desse pressuposto, depois de o *laissez-faire* dos passados 15 anos se ter saldado num fracasso. Em todo o caso, a informação mais recente diz-nos que o presidente sérvio Boris Tadic visitou a Croácia pela segunda vez no espaço de um mês – e, agora, com um séquito de mais de 70 empresários sérvios.

Slavenka Drakulić é uma das mais conhecidas escritoras e jornalistas croatas e os seus romances e livros especializados estão traduzidos em muitas línguas. Ela escreve, entre outros, para o NewYork Times Magazine, o Süddeutsche Zeitung e o La Stampa. Vive em Viena e na Áustria. Este texto é uma versão com alterações de um artigo publicado na revista “Internationale Politik”.

Zona problemática da Europa No fim dos anos oitenta foram precisamente os representantes da cultura, da literatura, da imprensa jornalística, do teatro e do cinema os primeiros a desencadear campanhas nacionalistas e a lamuriar de forma patética o suposto papel de mártir dos sérvios na Segunda Grande Guerra. Uma das primeiras vítimas do nacionalismo sérvio foi a pequena província do Kosovo. *Beqë Cufaj*



No dia 30 de janeiro de 2012, diante de um centro comercial da cidade kosovar de Prizren, um albanês regou-se com gasolina e tentou imolar-se pelo fogo. Por sorte, entre os muitos transeuntes encontrava-se um polícia que não estava de serviço e que interveio com prontidão, salvando a vida ao cidadão descontente. Esta ocorrência é digna de nota, na medida em que também num mês de Janeiro, nomeadamente no dia 14 de janeiro de 1968, o estudante checo Jan Palach se imolou pelo fogo em Praga, na Wenzelplatz, em ação de protesto contra a invasão soviética, despoletando com isso uma onda de protestos em todo o bloco soviético. A “Primavera de Praga” faz parte das efemérides mais memoráveis da história recente da humanidade. E há

pouco mais de um ano, no dia 4 de Janeiro de 2011, o hortaliçeiro tunisino Mohamed Bouazizi, com a sua imolação pelo fogo na cidade de Sidi Bouzid, pôs em marcha a série de revoltas populares que mudaram todo o Norte de África, agora conhecidas como “Primavera Árabe”.

Seria naturalmente ingénuo incluir no rol destas efemérides históricas a tentativa felizmente malograda do cidadão de Prizren de se imolar pelo fogo. É altamente duvidoso que o ato, acaso fosse consumado, tivesse desencadeado protestos de massas em Prizren, Prishtina e outras cidades e aldeias do Kosovo e, com isso, uma “Primavera Albanesa” com possíveis consequências globais para os Balcãs. Em todo o caso, desencadeou pelo menos uma notícia no jornal.

Lugar na família dos povos europeus

No dia 17 de fevereiro deste ano, a República do Kosovo, o mais jovem Estado da Europa, celebrou o quinto aniversário da sua existência. Para trás ficaram décadas e séculos em que os albaneses em geral, mas os albaneses do Kosovo em particular, se quisermos dar-lhe uma formulação um pouco patética, experimentaram a servidão, ofereceram

resistência, lutaram pela sua liberdade e por um lugar, digamos, normal no seio da família dos povos europeus. Até aqui, diferenciava-se muito pouco dos povos vizinhos.

É, contudo, evidente o dramático atraso com que estes esforços foram coroados de êxito. As causas encontram-se muito para trás no tempo e devem procurar-se na nova ordem arbitrária do panorama político no Sudeste europeu pelo início do século passado, quando as duas potências até então aí dominantes, a otomana e a austro-húngara, sucumbiram. Para trás ficaram perigosos campos minados, que, décadas mais tarde custaram muito sangue nos Balcãs. Entre as vítimas principais encontravam-se os albaneses do Kosovo, que foram lançados no meio de um grave conflito com os sérvios.

Mesmo que círculos políticos e culturais albaneses não o queiram admitir, durante a sua dependência secular do império otomano, mas até certo ponto também durante a colonização sérvia dos últimos oitenta anos do século passado, os albaneses foram exímios a acomodar-se, por automatismo ou também por vontade própria, a esses regimes. Provavelmente, a sua sobrevivência dependeu da condição de aceitarem a fé islâmica, assim como doses razoáveis da mitologia, das tradições, da língua e da cultura dos dominadores otomanos e eslavos. Contudo, os albaneses etnicamente independentes, com a sua língua e cultura originárias e a sua organização tribal patriarcalista fortemente arraigada, preservaram precisamente nas terras montanhosas do norte, acidentadas e de difícil acesso, um forte núcleo com grande potencial de resistência.

Depois da Primeira Grande

Guerra, a Albânia iniciou o seu desenvolvimento errático como estado soberano, caracterizado por muitos reveses e retrocessos, enquanto os albaneses remanescentes no Kosovo, desanexado pela conferência londrina de embaixadores das grandes potências, largamente ignorados pelo resto da Europa, tentavam forçosamente resistir à opressão eslava, no quadro da monarquia servo-croata-eslovena. Sendo a região mais subdesenvolvida no contexto dos estados eslavos do sul, o Kosovo, aliás sob ameaça constante de represálias, só a muito custo conseguiu avançar. Durante os anos vinte e trinta do século passado, a pilhagem de inúmeras aldeias albanesas no Kosovo era vista como um ato legítimo do exercício do poder estatal. É isso que explica o triste facto de a conquista dos Balcãs pelas tropas da Alemanha nazi ter sido bem acolhida por muitos albaneses do Kosovo, que através dela esperavam obter de bandeja a restauração da unidade nacional, consubstanciada em algo que até hoje se conhece pela designação arrepiante de Grande Albânia.

A vingança foi cruel. A vitória dos

“os albaneses etnicamente independentes, com a sua língua e cultura originárias e a sua organização tribal patriarcalista fortemente arraigada, preservaram precisamente nas terras montanhosas do norte, acidentadas e de difícil acesso, um forte núcleo com grande potencial de resistência.”

comunistas, depois de rechaçados dos Balcãs os exércitos nazis, substituiu a monarquia jugoslava por um estado socialista chefiado por Josip Broz Tito. O Kosovo recebeu o estatuto de província socialista autónoma no quadro da República Sérvia e no quadro da federação jugoslava.

Foi principalmente nos vinte anos iniciais do regime de Tito que o Kosovo se manteve como a região claramente mais pobre do estado dos vinte milhões, enfrentando em todos os aspetos grandes dificuldades. Prova disso é o facto de, no ano de 1945, cerca de 90% dos albaneses kosovares não saberem ler nem escrever. Depois de malgrado o sonho de unificação com a Albânia, agora também comunista, verificaram-se enormes dificuldades e dramas sociais. Nos anos cinquenta, pequenas insurreições albanesas circunscritas a algumas regiões isoladas foram facilmente esmagadas pela polícia e o exército jugoslavos.

Mas entretanto, pouco a pouco, os albaneses do Kosovo começaram também a habituar-se à irremediabilidade de se entenderem pelo menos parcialmente com o regime de Tito, sem contudo nunca se considerarem uma parte normal da estrutura do estado.

Integração escolar

Sob o domínio de Tito, também Belgrado começou a comportar-se face aos albaneses de modo diferente do que fizera a monarquia antes da guerra. A tentativa de integração escolar dos albaneses não deixou de ter o seu êxito. As crianças e os jovens podiam agora fazer a escola na sua língua mãe, podendo a seguir concluir

um curso universitário em Belgrado, Sarajevo, Zagreb, Liubliana ou Skopje. De regresso a Pristina, começavam a trabalhar como médicos, jornalistas, escritores, realizadores ou também como políticos.

O primeiro jornal em língua albanesa, fortemente alinhado em termos ideológicos com o partido comunista da Jugoslávia, apareceu logo em 1945, a primeira revista literária albanesa, “Jeta e Re” (“A Nova Vida”), em 1949. No dia 18 de novembro de 1969, durante a época dos grandes movimentos estudantis na Europa, fundou-se em Pristina a primeira universidade de língua albanesa. Em gritante contradição com os progressos alcançados no domínio da educação e cultura, registaram-se também as represálias políticas deste período, a expulsão em massa dos muçulmanos albaneses para a Turquia, o internamento e a prisão de jovens intelectuais albaneses numa operação conduzida pelo chefe da mal-afamada polícia secreta jugoslava OZNA ou UDBA, o sérvio Aleksandar Ranković, um íntimo colaborador do marechal Tito. Este período de mais de vinte anos tornou patentes duas coisas: embora se tivessem apresentado como paladinos da igualdade de direitos socialista, quando se tratava dos albaneses, os sérvios não faziam grande caso deste princípio; enquanto, por seu lado, os albaneses viam confirmada a sua convicção de que os sérvios, independentemente da sua cor política, eram sempre ocupantes e colonizadores. Continua até hoje por esclarecer se o Kosovo e a repressão da população albanesa aí existente não teriam sido para Tito a causa do seu afastamento de Ranković.

Em todo o caso, é um facto que, nos fins dos anos sessenta e principalmente nos anos setenta do século passado, o Kosovo viu a sua autonomia alargada no âmbito da federação jugoslava. Os albaneses não possuíam somente os seus próprios jornais, redes televisivas, universidades, jornalistas e escritores, realizadores e teatros, mas também uma representação política própria na federação através do regime, da ideologia dominante e de políticos albaneses fiéis ao marechal Tito.

Foi assim que também se chegou à primeira cuidadosa abertura da fronteira entre o Kosovo e Albânia. Estudantes e cientistas, produtores artísticos e culturais de ambos os lados entraram então em contacto, fizeram intercâmbio de filmes e livros, podendo os escritores albaneses do Kosovo enfim anunciar que eram também publicados na sua “mãe-pátria”.

Em Tirana, o regime de Enver Hoxha incluiu também cientistas kosovares no processo de fixação da língua padrão albanesa. Esta aproximação cuidadosa entre os dois territórios, que a seguir à guerra primeiro se abraçaram e depois se zangaram, durou até à morte de Jozip Broz Tito, a 4 de Maio de 1980.

Imediatamente a seguir, iniciou-se dentro do estado jugoslavo um novo capítulo nas relações dos povos eslavos entre si e face aos albaneses do Kosovo. Numericamente, os albaneses do Kosovo, da Macedónia, do Montenegro e do sul da Sérvia, embora apontados como minoria, perfaziam todos juntos o terceiro maior grupo demográfico depois dos sérvios e dos croatas, ficando à frente dos eslovenos, montenegrinos, bósnios muçulmanos e macedónios. As razões que levaram aos protestos das massas de estudantes

albaneses em Pristina, em março de 1981, não estão até hoje completamente esclarecidas, mas ainda está bem presente na memória o slogan com que marcharam pelas ruas: “Kosovo – República!”

O resultado foi um agravamento da política de Belgrado face a Pristina e aos albaneses. Os políticos albaneses pertencentes à nomenclatura deixada por Tito esforçaram-se de certo modo por conseguir um equilíbrio entre os interesses da federação comunista e os anseios dos cidadãos albaneses do Kosovo. Os dirigentes albaneses, inseguros perante a doença e finalmente a morte de Enver Hoxha, fecharam as fronteiras e negaram apoio aos perturbadores do congelado *status quo* no Kosovo. Isto aconteceu na hora certa para os comunistas da Jugoslávia, que viam na abertura à Albânia a razão principal dos motins. Pequenas células marxistas-leninistas e grupos de tendência esquerdista insurgiram-se, entretanto, abertamente em Pristina e na diáspora albanesa-kosovar na Alemanha, Suíça e Áustria, contra o regime jugoslavo e propagaram a ideia da unificação de todas as regiões albanesas dos Balcãs. O proeminente jornalista e escritor albanês Jusuf Gërvalla, que antes das manifestações fugira para a Alemanha, em 1979, foi assassinado na pequena cidade de Untergruppenbach, no sul deste país, a 17 de janeiro de 1982, juntamente com o seu irmão Bardhosh e Kadri Zeka, um colaborador. Mesmo não tendo sido até hoje oficialmente esclarecido este assassinato, ninguém duvidou, nem duvida, que ele é da responsabilidade da polícia secreta da Jugoslávia, que antes já tinha liquidado um grande número de emigrantes políticos croatas. O assassinato de Gërvalla deixou perfeitamente claro em Pristina

que já não havia caminho de volta. As liberdades da “autogestão socialista” de antes de 1981, sob instigação de Belgrado, recuaram perante um clima de tensões e denúncias recíprocas entre os albaneses. Tudo foi controlado: a imprensa, a arte, o teatro e o cinema, e naturalmente também a literatura. Num estado em que a falta de Tito todos os dias se tornava patente, também entre sérvios e croatas cresceu a insatisfação política. Porque o conflito tinha deslocado o seu eixo, ninguém mais se preocupou com esses albaneses do Kosovo, que nos anos setenta e oitenta tinham registado notáveis progressos na sua infraestrutura, economia e cultura, progressivamente voltando as costas às estruturas patriarcais e da grande família. O nacionalismo dos sérvios, do povo numericamente maior e mais poderoso da Jugoslávia, tinha entretanto descido do céu dos mitos e da religião ao terreno da Belgrado política. Ainda hoje custa a aceitar que tenham sido precisamente os representantes da cultura, da literatura, da imprensa jornalística, do teatro e do cinema os primeiros a desencadear campanhas nacionalistas e a lamuriar de forma patética o suposto papel de mártir

“Em gritante contradição com os progressos alcançados no domínio da educação e cultura, registaram-se também as represálias políticas deste período, a expulsão em massa dos muçulmanos albaneses para a Turquia, o internamento e a prisão de jovens intelectuais albaneses.”

dos sérvios na Segunda Grande Guerra e especialmente sob a liderança comunista de Tito, ora denunciado como croata ora como esloveno.

Memorando da Academia das Artes e Ciências da Sérvia

Numa altura em que os fundamentos do império vermelho na Europa de Leste começavam a estremecer e desmoronar-se, este espírito malsão era atribuível ao facto de as elites políticas enveredarem na Jugoslávia pela senda do nacionalismo rancoroso, do chauvinismo e da guerra. Naturalmente, o Kosovo foi mais uma vez a primeira vítima.

Depois do tristemente célebre memorando da Academia das Artes e Ciências da Sérvia, que exigia reparação e indemnização por danos causados aos sérvios, bem como o restabelecimento do domínio sérvio, incluindo o da sua religião e da sua alma, sobre todo o pedaço de terra onde se encontrasse uma única sepultura sérvia que fosse, apareceu em cena um ex-apparatschik comunista de nome Slobodan Milošević, que, depois de ter mandado matar o seu mentor Ivan Stambolić, em curtíssimo tempo ascendeu ao trono político de Belgrado, para logo se tornar num dos mais terríveis ditadores que a Europa conheceu depois da Segunda Grande Guerra.

A abolição da autonomia do Kosovo foi executada com rapidez e sem hesitação, acompanhada pelos protestos dos albaneses e a mortandade, tortura e prisão de centenas e centenas de jovens do território. Milošević mobilizou todo o aparelho político e militar herdado de Tito numa campanha sangrenta, que do ponto de vista de hoje se nos apresenta tão abominá-

vel, porque se nos tornou claro e patente o seu carácter absurdo.

O fracasso das negociações sobre uma dissolução pacífica da ex-Jugoslávia conduziu a guerras sangrentas, que fizeram as suas vítimas principalmente entre a população civil. Começaram na Eslovénia e na Croácia, mas só a particular crueldade dos acontecimentos na Bósnia-Herzegovina tornou finalmente claro que dificilmente se poderia estabelecer a paz sem a intervenção da NATO. As imagens das colunas de população em fuga e da Serajevo destruída pelos projéteis e também noções como “vala comum”, “Vukovar” ou “Srebrenica” tiveram como consequência o apoio da opinião pública a medidas de carácter militar contra as tropas regulares e irregulares de Milošević.

Durante este período, sob a direção do literato pacifista Ibrahim Rugova, os albaneses do Kosovo criaram instituições paralelas para contrariar a tentativa sérvia de uma anexação pela força. Da perspectiva de hoje, houve duas coisas positivas neste “Estado dentro do Estado”: a manutenção de um sistema educacional de língua albanesa em instalações privadas, assim como a sensibilização da opinião pública internacional face à repressão dos albaneses pelo regime de Milošević. Nos fins dos anos noventa do século vinte, um povo inteiro foi dominado e oprimido na Europa, segundo estratégia clássica, por uma minoria (sérvia) de escassos dez por cento da população, com o apoio da polícia e dos militares.

Desde 1989, os albaneses do Kosovo estavam efetivamente excluídos do aparelho administrativo, do sistema educacional, dos media, da economia, do sistema de saúde e das instituições culturais do Es-

tado que os devia servir, ficando assim dependentes da organização paralela ou da melhor improvisação. Perante esta situação, milhares e milhares de jovens de ambos os sexos deixaram o país, procurando refúgio na Alemanha, na Suíça, na Áustria, na América. Foram principalmente os contributos financeiros desta nova diáspora que asseguraram um funcionamento mínimo deste “Estado paralelo”. O “governo” e os partidos políticos dispunham de meios suficientes para enviar ao estrangeiro representantes que chamassem a atenção daquilo que se designava como “opinião pública mundial” para os problemas do Kosovo.

O Dr. Rugova e os seus companheiros podiam realmente sentir-se verdadeiros “estadistas”. O facto de terem de mostrar em viagem e de regresso às fronteiras os seus bilhetes de identidade e passaportes sérvios não minorava neles o sentimento da sua própria importância. Afinal, já em 1991 o parlamento do Kosovo tinha proclamado a república, que, com a exceção da Albânia, na altura a tentar manter-se à superfície remando freneticamente nas águas agitadas da democracia, ninguém chegou a reconhecer. Um Estado virtual assim ainda nunca existira na Europa.

Os Estados Unidos da América e os estados da Europa ocidental que realmente acreditaram poder solucionar com o tratado de Dayton o derramamento de sangue na antiga Jugoslávia, deixando de fora

“Durante este período, sob a direção do literato pacifista Ibrahim Rugova, os albaneses do Kosovo criaram instituições paralelas.”

a questão do Kosovo, tiveram de reconhecer, o mais tardar depois da manifestação da oposição sérvia, em 1997, que para Milošević só existia uma possibilidade de se manter no poder, isto é, regressando ao sítio onde uma década antes iniciara a sua carreira política: o Kosovo.

O movimento pacifista do Dr. Rugova

Aí, o movimento pacifista do Dr. Rugova começava gradualmente a perder crédito. A saída do Kosovo de vários milhares de jovens albaneses, que nas terras da sua emigração conheceram outras realidades completamente diferentes e também descobriram que as parabólicas de satélite permitiam a receção de estações televisivas americanas, britânicas, alemãs, suíças ou austríacas, tornavam não só evidente o carácter ilusório da sua república, mas também fortaleciam a esperança dos albaneses de que o Ocidente não ficaria somente a vê-los serem despedaçados pelas garras do tigre sérvio, cujo único interesse era provocar o mais depressa possível um novo conflito, que lhe permitisse neutralizar a oposição energeticamente liderada por Zoran Đinđić.

O momento era favorável. Nessa mesma altura, jovens albaneses do Kosovo, que na emigração tinham conseguido poupar alguns marcos alemães e dólares americanos, juntaram-se na Albânia, que em 1997 se encontrava na iminência de uma guerra civil a que o regime autocrático do Dr. Sali Berisha conduzira. Apareceu então em cena um “Exército de Libertação do Kosovo”, UÇK na designação abreviada, que ainda no mesmo ano

conseguiu criar pontos de apoio e focos de conflito em várias regiões do Kosovo.

A máquina militar de Milošević respondeu com toda a impiedade. Mais uma nova guerra nos Balcãs começou, mas desta vez foi a última, porque a atuação dos soldados e paramilitares de Milošević nas aldeias de Drenica e Dukagjini desafiou o Ocidente a mediar entre as partes em conflito.

A conferência de Rambouillet, na França, onde todo o espectro político dos albaneses do Kosovo se reuniu com os mandatários de Milošević resultou em menos que nada. Ao Ocidente não restou outra opção senão dar ênfase aos seus esforços para a paz, através de uma ação aérea contra as tropas de Milošević na Sérvia e no Kosovo. No último ano do séc.XX, a Europa tinha-se envolvido numa nova guerra que exaltou os ânimos, dividiu a opinião pública, mas, mais do que tudo, provocou um grande sofrimento. O famoso filósofo alemão Jürgen Habermas falou, no discurso exasperado sobre a intervenção da NATO, de uma “ajuda de emergência legitimada pelo direito internacional”.

A vingança de Milošević consistiu na expulsão do Kosovo de um milhão de albaneses e mais de 10 000 pessoas de nacionalidade albanesa foram mortas. O Ocidente sentiu ser da sua inteira responsabilidade pôr um fim a esta tragédia. Depois de setenta e oito dias de guerra aérea, Milošević reconheceu a sua derrota e retirou as suas tropas do Kosovo, a cujo recuo se juntaram muitos sérvios kosovares e membros de minorias, receosos de retaliação por parte dos albaneses que regressaram ao Kosovo livre em junho de 1999.

O medo dos sérvios e de outras minorias não era totalmente sem fundamen-

to. Os atos de vingança dos albaneses foram mais do que brutais. Os soldados da KFOR da NATO, estacionados no Kosovo, e a maior missão na história das Nações Unidas, posta no terreno com base da resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, sob a designação UNMIK, encontravam-se entre dois fogos: os albaneses celebravam-nos como libertadores, os sérvios amaldiçoavam-nos como ocupantes. As forças internacionais tinham diante de si a tarefa de assegurar o regresso dos expatriados e a reconstrução, mas também proteger os direitos dos sérvios e das outras minorias. Nos meses e anos que se seguiram à guerra, o Kosovo teve de enfrentar inúmeras vivências traumáticas. Centenas de organizações humanitárias afluíram ao território para dar apoio, desde grupos de proteção dos animais, passando por obras de assistência técnica, até organizações de desminagem. Aqui também não se pode ocultar que os membros do “Exército de Libertação do Kosovo”, que depois da entrada das tropas da NATO desceram das montanhas e tomaram posse das cidades, tinham mudado o seu antigo *slogan* “Estamos dispostos a morrer pela pátria” para “Rouba e apanha o mais que puderes”.

A consequência foi que, nas primeiras eleições livres no Kosovo, os partidos saídos desta formação militar sofreram uma enorme queda, enquanto o pacifista Dr. Rugova, que muitos dos seus amigos internacionais já tinham considerado politicamente morto, assistiu a uma verdadeira ressurreição. A Liga Democrática de Rugova foi desafiada a pôr de pé, com o apoio da missão das Nações Unidas, instituições governamentais provisórias que empreendessem a reconstrução a partir do zero. Ou melhor dizendo, após décadas de pe-

núria, a partir de fasquia negativa. O partido de Rugova tinha ocupado nos anos noventa o lugar do poder estatal “paralelo” e a corrupção não era para ele de forma alguma um conceito desconhecido. Se tomarmos ainda em consideração a ignorância, aliada ao aventureirismo, dos membros da missão das Nações Unidas, ou de outras missões, face às condições no território, não será de espantar que o peculato e o generoso abuso dos fundos de ajuda dos países ocidentais se tenham tornado um desporto coletivo para um vasto número de agentes da ajuda estrangeira e políticos kosovares.

Para que isso não desse muito nas vistas, a política kosovar alimentava com enorme aparato e *pathos* o culto da guerra heroica de libertação. Os políticos albaneses nutriam a população faminta com o substituto alimentar dos *media*: o principal é que, graças aos nossos heroicos esforços, vós conseguistes escapar e sois toleravelmente livres, o resto lá virá com o tempo! Vem a propósito citar aqui Thomas Bernhard: “Não há nada que louvar, nada que condenar, nada que recriminar, mas muita coisa é irrisória, tudo é irrisório, quando se pensa na morte.”

O fluxo massivo de agentes da ajuda das NU, da UE e de todo o género de ONG provocou no Kosovo um verdadeiro choque cultural, que ainda não foi digerido. Por outro lado, as grandes tragédias mundiais – o 11 de setembro, o Afeganistão, o Iraque – nada conseguiram mudar no facto de que ainda continua a persistir o medo de conflitos no sudeste da Europa. A maioria albanesa no Kosovo já esteve, entretanto, muitas vezes a ponto de duvidar da liberdade recentemente alcançada, como também já aconteceu a outros povos.

A dor da desilusão é considerável, porque é dupla: a comunidade internacional, que despendeu somas gigantescas e pôs em movimento multidões de agentes de missão, não era ainda sequer capaz de fornecer energia elétrica suficiente para o consumo doméstico, para já não falar de outras necessidades; e dos políticos da casa já nada há a esperar. Este foi o solo fértil daquilo que, em 2004, entrou para a história com o nome de “Protestos de março”. Ainda mal tinham passado cinco anos sobre a liberdade alcançada e já o Kosovo voltava a incendiar-se e as vítimas maiores eram desta vez os membros das minorias, principalmente a população sérvia do Kosovo.

Pelo menos, na sequência dos acontecimentos, a comunidade internacional começou a exercer pressão sobre Pristina e Belgrado, para que se sentassem à mesa de negociações e debatessem em conjunto o estatuto do Kosovo. Milošević estava entretanto a ser julgado em Haia, Đinđić fora brutalmente assassinado por causa da sua política mais aberta face ao Ocidente e aos países vizinhos, mas nenhum dos dois acontecimentos mudara nada nas posições negociais durante as conversações albanó-sérvias.

Com o ex-presidente finlandês Matti Ahtisaari e o diplomata e proeminente conhecedor dos Balcãs Albert Rohan

“O fluxo massivo de agentes da ajuda das NU, da UE e de todo o género de ONG provocou no Kosovo um verdadeiro choque cultural, que ainda não foi digerido.”

como mediadores, realizou-se durante dois anos em Viena uma maratona de conversações entre Pristina e Belgrado, cujo único resultado possível, segundo a proposta do presidente Ahtisaari, só podia ser a independência do Kosovo. Embora ele previsse para os sérvios do Kosovo uma forte vigilância internacional, bem como amplos direitos de administração própria e autonomia, os albaneses acabaram por aceitar o compromisso com o pressuposto de uma separação da Sérvia sancionada internacionalmente.

E foi assim que, a 17 de fevereiro de 2008, um domingo, o parlamento proclamou em Pristina a República do Kosovo independente, em consonância com a União Europeia e os EUA, pondo deste modo fim a um dos conflitos mais sangrentos havidos na Europa. A Sérvia não reconheceu a independência do Kosovo e também não vai mudar a sua posição. Com maior acuidade, subsistem na parte norte do território os problemas servo-kosovares, que prolongam as negociações entre Pristina e Belgrado sob mediação da UE. A esperança de uma solução ainda não desapareceu, mas será necessária pressão para fazer ver à República da Sérvia e à República do Kosovo que só poderá fazer parte da família europeia quem para tal preencher os critérios democráticos. Paradoxalmente, o conflito de fronteiras interessa aos círculos políticos de ambos os países. É mais fácil providenciar conflitos congelados para as populações sérvia e albanesa do que um governo!

Quatro anos após a independência, o Kosovo ainda está muito longe de preencher os critérios definidos. Embora tenha conseguido dar da melhor maneira o passo para a liberdade ajudado pelos seus amigos internacionais, o novo estado

em breve caiu nas garras da corrupção e da criminalidade organizada, com falsificação de eleições, corrupção e similares a fazer parte da ordem do dia.

Apesar do EULEX, a maior missão da União Europeia para a instituição do Estado de direito, o Kosovo é visto, hoje como outrora, como uma zona problemática, a Justiça está subdesenvolvida, vergada ao peso da corrupção e da interferência política. Os cidadãos do Kosovo são os únicos entre todos os países balcânicos a quem é vedada, sem visto, a livre circulação na Europa. Não dá para dourar a pílula. As duas últimas duas décadas do século passado podem ter sido difíceis de suportar, os dez anos do envolvimento das Nações Unidas podem ter sido um caos, mas, desde a independência, os kosovares albaneses estão perante um dilema ainda maior. Já vai sendo tempo de eles chegarem a termos consigo próprios e com a realidade. Para se tornar um membro digno da família dos povos ocidentais, teriam de se libertar do clientelismo político, económico e social, mas não há disso nem sinais. A gritante pobreza (o produto social bruto per capita da população no Kosovo não vai além do valor médio de África), a corrupção que atinge todos os setores e camadas da população, a imagem catastrófica do seu Estado na Europa e em todo o mundo não dão azo a grandes otimismo.

Os cidadãos do Kosovo vivem imutavelmente numa realidade virtual que é sustentada pela televisão, pela internet, pela imprensa e pela sua ilusão um tanto deformada de pertença à Europa. A insatisfação é grande, mas não há quaisquer sinais de revolta contra a classe política corrupta, que, por isso mesmo, é chantageada pela comunidade internacional, mas também apoiada, para assegurar a

estabilidade.

Regressemos de novo à tentativa de autoimolação de Prizren, aqui referida no início, para nomear a razão desse ato dramático: o centro comercial tinha-se recusado a aceitar a devolução de um televisor de plasma que o homem comprara alguns dias antes. A indignação deste foi tão grande que quase teria levado o seu protesto aos limites da tragédia.

A questão decisiva, perante a qual o Kosovo está colocado, é a seguinte: que irá acontecer quando a população albanesa um dia tomar consciência de que a referida realidade virtual não passa de uma fraude (autossugestionada), incapaz de satisfazer quer as necessidades mais elementares da vida quer o desejo de pertença à civilização e à mentalidade ocidentais.

Beqë Cufaj (nasc. 1970 em Deçan/Kosovo) é um escritor kosovo-albanês e vive com a família em Estugarda. Estudou linguística e literatura em Pristina, escreve hoje para vários jornais dos Balcãs e da Europa ocidental, entre eles o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, o *Neue Zürcher Zeitung* e o *Courrier international*, tendo publicado vários volumes de ensaios e prosa. O seu último livro é o romance "projekt@party" (2012), edição Seccession Verlag, com o qual ganhou o "Prémio do Clube de Economia da Literaturhaus Stuttgart", que distingue autores que fazem uma abordagem crítica e literária aos temas da economia e do trabalho.

Ver com os dois olhos A atitude do Ocidente baseia-se muitas vezes em interesses, faltando-lhe tato e objetividade. Um sério diálogo cultural e aceitação mútua da cultura do Outro são, no entanto, os fundamentos para que a cultura possa contribuir de forma eficaz para a resolução de conflitos internacionais e dentro da sociedade. Este diálogo deve ser justo e deve ver-se com os dois olhos, e não apenas com um, como exorta a escritora egípcia Salwa Bakr. *Salwa Bakr*



Não é por acaso que os antigos egípcios tinham perto deles animais como águias, crocodilos ou o pássaro branco “Bano”, cujo poder reside na sua carne amarga que os outros animais não conseguem mastigar e engolir, animais que veneravam e consideravam sagrados. O poder, que sempre serviu de base a sentimentos de superioridade, serve como justificação para se destacar de outras nações e, eventualmente, para as “corrigir”. Podemos observá-lo também em vários murais dos antigos templos egípcios que representam o cativoiro babilónico dos judeus.

A ideia de que se é superior aos outros constitui o cerne de todo o racismo etno-cultural. Muitas vezes, no decurso da história, este cerne alimentou o fogo dos

tumultos no âmbito das comunidades locais ou a nível internacional. A ideia de superioridade justifica a violência e a agressão, e é essa ideia que se liga, de forma desumana, à veneração e ao exercício do poder.

Qualquer conflito político, económico ou militar é acionado e nutrido por ideias culturais. A agressão em relação ao outro pode basear-se no sentimento de diferenciação em relação a este. Embora a religião faça parte da cultura, pode reavivar a violência e adaptar-se às suas respetivas circunstâncias e requisitos específicos, porque é sagrada e absoluta. Lembro-me, na década de 1970, de o governo egípcio importar carneiros vivos da Bulgária para serem vendidos e sacrificados como oferendas para a festa islâmica do Sacrifício, de acordo com a história do profeta Ibrahim e seu filho Ismael. Contudo, e apesar do preço mais barato da ovelha búlgara, o povo egípcio recusou-se a comprar ou a abater esses animais, por a Bulgária ser um país comunista e os seus habitantes infieis. Fizeram-se piadas sobre estas ovelhas, que também se distinguem exteriormente das ovelhas egípcias.

Outro exemplo: para além da Segunda Guerra Mundial, quando os britânicos alistaram indianos nas tropas do seu exército e o Egito e a Índia eram colónias da Coroa Britânica, os egípcios não tiveram qualquer contacto com os indianos. Os egípcios descreviam os indianos como estúpidos, após terem descoberto que os indianos eram pagãos que adoram vacas como animais sagrados. Embora esta situação surja aparentemente num contexto religioso, tem porém um núcleo cultural, ou seja, a hostilidade ao governo britânico. O tema religioso é, de facto, de natureza cultural.

Os pontos de referência culturais que são influenciados pela religião constituem um exemplo perfeito de como a oposição é alimentada. Os judeus pensavam que eram o povo eleito de Deus, e os muçulmanos estavam orgulhosos de ser a melhor nação da humanidade, mas apelidavam todos os que não falavam árabe de bizarros. Os persas também eram apelidados de estranhos, ainda que fossem culturalmente superiores aos árabes na Idade Média.

Os historiadores árabes categorizam a revolução e os conflitos sobre questões económicas e sociais que os persas lançaram contra o Estado islâmico árabe como revoluções racistas contra a religião islâmica. Estes revolucionários seriam moralmente depravados, consta que tinham relações sexuais e aceitavam relações em público, proibidas pela religião. Além do mais, eram eles próprios não crentes. Precisamente essas ideias foram usadas também, séculos mais tarde, pelas forças de ocupação britânicas no Egito, a fim

de mobilizar o povo contra o comunismo e os comunistas.

E isto tem repercussões até hoje: do mesmo modo, o Islão político foi contra o movimento secular civil após a revolução de 25 de janeiro de 2011 ter começado, durante as primeiras eleições parlamentares e o referendo sobre os artigos constitucionais, formulados após a revolução. Qualquer pessoa que fosse laica era, portanto, uma não crente, e moralmente depravada por natureza. As eleições mostraram aos islâmicos que aqueles que apoiam os artigos constitucionais que haviam sido alterados em termos dos seus interesses, vão para o céu, mas quem não concorda, vai para o inferno.

Cultura impregnada pela religião

Em algumas regiões do mundo onde há muito analfabetismo e ignorância, a cultura do povo, impregnada pela religião, é o meio para acender um conflito. Os poderes concorrentes exploram cada elemento da cultura para mover as massas e para convencê-las de que são representadas por uma das partes do conflito. E que é do seu interesse ir contra a outra parte do conflito. Durante a guerra civil no Sudão, que levou à divisão do país, justificou-se a guerra e a divisão subsequente com aspectos culturais. Mas o facto de o Sudão ser um país multicultural não justifica essa divisão. O problema consistia, e consiste, no governo autoritário, baseado na mentira do domínio religioso, que é responsável

pelos problemas e tragédias neste país rico em recursos naturais. O regime não perseguiu apenas as pessoas do sul, mas todos os cidadãos – e ainda o faz. Tanto os muçulmanos como os cristãos continuam a ser reprimidos. Cada um se alicerçou nas diferenças culturais, a fim de intensificar o conflito e disfarçar o seu cerne económico.

Durante a revolução de 25 janeiro no Egipto, os meios de comunicação oficiais, que permaneceram leais à campanha regime de Mubarak, executaram uma campanha contra os movimentos revolucionários e liberais, baseada em pontos de referência culturais. Um representante dos media dirigiu uma campanha para atacar o Dr. Mohammed al-Baradei, ex-diretor da Agência Internacional de Energia Atómica. Dizia-se que ele não podia ser um representante das forças populares contra o governo de Mubarak. Justificava-se dizendo que al-Baradei não tinha nenhuma relação com o povo. Passara a vida fora do Egipto e trabalhara aí para as Nações Unidas. Desconhecia que um agricultor enfiava comida à força nas bocas dos patos. Isto significa que o agricultor se senta no chão para imobilizar a ave, segurando as suas patas, que a alimenta à força com feijões e cereais, e em seguida, adiciona água para que o animal engorde rapidamente e não tenha de se esperar que ele se alimente por si.

Procurou-se, desta forma, zombar de

“Durante a guerra civil no Sudão, que levou à divisão do país, cada um se alicerçou nas diferenças culturais, a fim de intensificar o conflito e disfarçar o seu cerne económico.”

al-Baradei. Corriam boatos de que morava numa torre de marfim bem distante da realidade da vida das pessoas pobres.

Em seguida, foi o teste de virgindade que alguns oficiais do Exército fizeram às raparigas presas que tinham estado envolvidas nos protestos na Praça Tahrir, na sequência da revolução de 2011. Os militares tentaram mobilizar o público contra os manifestantes. Na cultura do povo, as virtudes morais e a virgindade estão interligados. O facto de se arruinar a reputação das raparigas levou inevitavelmente a que a maioria das famílias tentasse impedir que as suas raparigas participassem em protestos contra o regime militar e reivindicassem a democracia.

Isto faz lembrar também como durante a revolução estudantil no Egipto, no ano de 1972, muitos jovens que não sabiam ler nem escrever colidiram com as forças de segurança, após alguns dos protestantes terem indicado que os soldados procuravam tocar ou molestar raparigas que protestavam. Isto despertou a compaixão das pessoas para com os estudantes em protesto e estes obtiveram apoio, porque na cultura local considera-se o assédio de raparigas um grande crime. Não há dúvida: repetidamente são feitas referências culturais para atizar conflitos. Isto verificou-se na primeira Guerra do Golfo entre o Irão e o Iraque, que teve lugar no governo de Saddam Hussein. As raízes do conflito datam de há muitos séculos. Têm a sua origem na rivalidade entre a Mesopotâmia (hoje Iraque) e a Pérsia (Irão). Uma razão ideológico-cultural avançada para





o início da guerra foi a luta pelo controle da província de Khuzestan, rica em recursos naturais: a luta entre árabes e persas, a libertação do arabistão e da maioria da população árabe do domínio estrangeiro. Do ponto de vista iraquiano, essa ideologia foi bem-sucedida, na medida em que xiitas iraquianos influenciaram significativamente acontecimentos de guerra contra xiitas iranianos.

Para além disso, a cultura pode ser uma arma positiva para acabar com conflitos ou mitigá-los. A falta de conhecimento cultural sobre o outro permite, no entanto, uma série de erros. Nos tempos antigos, muitos jovens do mundo islâmico estudavam em vários países ocidentais. Estudantes do Oriente viviam durante vários anos num país ocidental, familiarizavam-se com o quotidiano e viviam com os nativos. Surgiram assim gerações que entendiam o outro, escapando, portanto, do perigo da intolerância.

Aprender a cultura do outro em viagem e através da sua própria experiência levou a que se gerasse e recolhesse conhecimento sobre o Ocidente, as suas artes e culturas. Hoje, ao que parece, perdeu-se essa curiosidade de explorar o Ocidente como parte de um projeto global, ou seja, de estudar outra região do mundo em benefício da sua própria pátria e voltar para casa com experiências específicas. Cada vez menos jovens têm agora a oportunidade de conhecer outras culturas através do contacto diário direto. Bem diferente é o caso dos que vivem no Ocidente, mas que aí chegaram já com reservas culturais,

apenas para confirmarem a si mesmos que se deve reecer o Ocidente.

Das cruzadas ao Israel moderno

As pessoas que atacaram o World Trade Center no dia 11 setembro, em Nova Iorque, pertenciam a este novo tipo de pessoas que chegam com uma atitude tendenciosa ao Ocidente. Aos olhos dessas pessoas, o Ocidente é mau, só vê os seus próprios interesses e odeia o Islão e os muçulmanos desde o tempo das Cruzadas. Esta ideia é ainda reforçada pela amargura que sentem face à história imperial ocidental e atendendo ao preconceito que o Ocidente sente pelo Estado de Israel. Estas pessoas não conseguem lidar de outra maneira com o outro, senão através da violência. Devido às suas referências religiosas e culturais, lutam com os talibãs no Afeganistão e, em nome da religião, tornam-se piratas na Somália. Consideram justa a sua guerra contra os infiéis (ocidentais) e encaram-na como uma luta por Deus e pela religião.

Infelizmente, as medidas técnicas de segurança adotadas, com as quais se luta contra o chamado terrorismo internacional, são insuficientes. O problema está enraizado na cultura. Há o desejo de destruir o outro porque os significados culturais diferentes devem ser extintos.

Há uns anos atrás conheci em Zurique um egípcio que trabalhava na Pro Helvetia – Fundação Suíça para a Cultura. Ficou contente por conhecer uma escritora egíp-

cia que havia sido convidada pela Fundação. Contou-me que iria enviar a sua filha de 11 anos de idade para o Egípto, uma vez que se preocupava com ela na sociedade suíça. Esta sociedade é moralmente questionável e as relações sexuais entre rapazes e raparigas são comuns. Disse-lhe então: “Mas o senhor vive no Ocidente, e sua esposa, a mãe dos seus filhos, é suíça. Conheceu-a num relacionamento em liberdade e depois casou. Porque não permitir à sua filha o mesmo que se permitiu a si próprio?”

Este é um exemplo comum de um homem muçulmano que deveria ser um modelo, por pertencer a uma cultura moderna. Há também exemplos de raparigas, filhas de imigrantes de terceira ou quarta geração, que usam véu e não falam árabe. Vivem no mundo ocidental, mas preservam a sua identidade e cultura muçulmanas. São aceites pelos europeus de mente aberta. Muitos estudantes de universidades norte-americanas e de outras universidades estrangeiras não têm uma postura antiocidental, mas sim a cultura da sua religião. Têm a ambição de encontrar no Ocidente uma cultura alternativa islâmica. Isso significa que eles são um exemplo vivo de um estilo ocidental com uma identidade islâmica. Usar calças de ganga, maquiagem e um véu a combinar não se excluem mutuamente. Também não é nenhum contrassenso falar inglês ou francês numa família educada e jejuar e manter

“Devido às suas referências religiosas e culturais, lutam com os talibãs no Afeganistão e, em nome da religião, tornam-se piratas na Somália.”

outras tradições religiosas.

O Islão político produz igualmente pensadores que rejeitam ou odeiam os outros, ou que usam mesmo violência. Por exemplo, quando um caricaturista dinamarquês fez um desenho que insultou o profeta dos muçulmanos, ou quando um membro do parlamento holandês satanizou o Islão e os muçulmanos sem razão aparente. Não há um sério diálogo cultural que forneça explicações para este comportamento.

A ira dos muçulmanos, que se explica pelo ódio dos cristãos contra os muçulmanos e pela hostilidade para com eles desde o tempo das Cruzadas, só produzirá mais jovens voluntários para a guerra com os Talibãs do Egípto, da Arábia Saudita, do Iémen, do Paquistão e de outros países islâmicos. O diálogo não acontece e esta é a base para os fanáticos culturais e religiosos que acham que não há esperança para o Ocidente; não há então qualquer pensamento racional e nenhuma compreensão do outro.

Aqueles que tendem para o Islão político perguntam-se por que é que o Ocidente mantém o silêncio perante o massacre de muçulmanos em Mianmar, mas debate animadamente sobre o genocídio no Ruanda. A única explicação que os islamitas têm para esta situação contraditória, é que entre os massacrados encontram-se muçulmanos e o Ocidente odeia o Islão e os muçulmanos. E alguns desses islamitas podem pensar em colocar uma bomba ou realizar uma ação violenta para protestar contra a atitude hostil do Ocidente em relação aos muçulmanos.

Vêm-nos à memória os atos violentos, como as tentativas de incendiar a embaixada dinamarquesa em Beirute quando irrompeu o conflito sobre as caricaturas que insultam o Profeta. A falta de diálogo e a falta de compreensão da outra cultura proporciona mais violência e destruição no mundo.

Durante as negociações sobre a água do Nilo que ocorreram após a revolução de 25 de janeiro, mostrou-se que este problema é essencialmente cultural. A atitude ignorante da equipa e dos diplomatas egípcios face à África Negra, a discriminação cultural com que negociaram com os países da bacia do Nilo, foi o motivo pelo qual os países abrangidos na distribuição de partes de água do Nilo reconsideraram, especialmente, a parte do Egipto. O Egipto, o país com a maior fatia, não parece preocupar-se com os problemas que afetam estes países.

Poderiam ter sido alcançados bons resultados através de discussões com estes países se uma delegação egípcia, da qual fizessem parte alguns dos rebeldes do dia 25 de janeiro, tivesse viajado até eles e assegurado aos africanos negros que o regime de Mubarak e os seus representantes colocara esta discriminação, não só contra os países da bacia do Nilo, mas, em primeiro lugar, contra os próprios egípcios. O Egipto é um país africano, mas o regime de Mubarak tratava a África Subsariana, e em particular os países da bacia do Nilo, como se fosse um grupo de países diferente.

Um diálogo cultural sério e a aceitação mútua da cultura do outro são os fundamentos para que a cultura possa contribuir eficazmente para a resolução de conflitos internacionais e conflitos dentro de diferentes grupos de pessoas. Mas esse diálogo deve ser justo e deve ver-se com os dois olhos, e não apenas com um. Um olhar so-

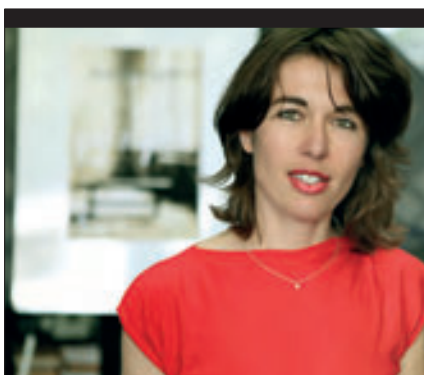
lidário para com os problemas do outro é o alfa e o ómega de um diálogo construtivo e produtivo.

Alguns perguntam-se por que razão o Ocidente faz questão de criticar a situação dos direitos humanos na China, enquanto insiste ao mesmo tempo em apoiar o regime repressivo e ditatorial, como foi o caso do regime de Mubarak. Interrogam-se também por que motivo o Ocidente fica em silêncio perante a revolução no Sudão e a supressão da oposição pelo regime sudanês e se concentra na oposição síria e nos massacres do regime de Bashar Al-Assad aos seus oponentes. A atitude do Ocidente baseia-se apenas nos seus próprios interesses, falta-lhe sentimento e objetividade. Isso impede a compreensão cultural, que pode, no entanto, pôr fim aos conflitos em todo mundo.

Sim, o fator cultural é importante e eficaz. E talvez seja a base para resolver alguns conflitos internacionais, mas sob a condição de ser aplicado de forma objetiva e imparcial.

Salwa Bakr é uma das escritoras mais importantes do Egipto e vive no Cairo. Dedicase à publicação do diálogo intercultural entre o mundo árabe e ocidental. A sua obra narrativa, que inclui romances e contos, centra-se na situação das mulheres no Egipto.

Do alto do camarote Ninguém escreve um livro ou faz uma investigação científica enquanto as balas lhe passam a voar perto da cabeça. Contudo, a cultura permite às pessoas suportar o insuportável. E permite-lhes que não o aceitem, mas sim que pensem e vivam para além disso. Relato de uma experiência da escritora austríaca *Andrea Grill*.



Quem escreve sobre conflitos armados não está envolvido neles e corre, assim, aos olhos dos que vivem naquele momento sob ameaça, o risco de tornar uma figura obsoleta e ridícula ou, quando muito, divertida, como os sabichões que fazem comentários do alto do camarote n’Os Marretas. As bocas, simpaticamente largas, abrem-se e fecham-se. O que poderão significar estas linhas para alguém que esteja de facto a viver um conflito armado, violento? Quem irá, por ler estas linhas, acenar com bandeiras brancas?

A tarefa que aqui aceitei está condenada ao fracasso, parece-me. Que hei de eu dizer sobre este assunto, eu que vivo e fui criada na parte segura e rica da Europa Central e que só conheço os conflitos, de que aqui falamos, dos noticiários ou de relatos, tais

como a arte os descreve a *posteriori*? Não soará tudo o que eu disser a supérfluo e dito da posição de observadora? Dito sem lá ter estado e sem ter estado, eu própria, em perigo?

Posso debater-me teoricamente com a palavra “conflito”, esclarecer que vem do latim *confligere*, que significa “confrontar” e “lutar”, poderia citar aquilo que os filósofos disseram sobre o assunto nos últimos dois mil anos, poderia sublinhar o que há de bom no conflito em si, o potencial do conflito; a importância do conflito *per se* para toda a atividade artística, para a existência humana.

Cultura, política, economia? Qual será a forma mais fácil de erradicar os conflitos violentos? O que em mim se confronta e luta entre si são duas ideias. A primeira tem a ver com a cultura. Mais uma vez, uma palavra que vem do latim e que revela algo sobre si mesma. “Cultura”, o trabalhar, o cuidar, a agricultura. A cultura é tudo aquilo que nunca existiria sem a mão humana; os campos, os pinhais, as vinhas, os laranjais, as autoestradas, os teleféricos, as albufeiras, a viagem à Lua, os satélites em volta de Marte – técnica, artes plásticas, literatura, direito, política, moral, religião, economia, ciência. Tudo o que não é natureza.

A cultura pode ser uma coisa que une um grupo de pessoas na sua forma

de lidar com a vida; a cultura pode ser aquilo que une todos os seres humanos, que distingue esta espécie dos animais; da cultura fazem parte a política e a economia. A política ocupa-se das coisas públicas, da organização e governo do estado e da sociedade. A economia distribui recursos. Da cultura faz também parte a arte. Da cultura faz parte até o conflito.

A economia pode distribuir arte, como um recurso escasso. A política pode proibir a arte, quando quer obrigar as pessoas que vivem no determinado estado a um pensamento obediente. Mas todos três nasceram da cultura e são, nessa perspectiva, seus filhos, irmãos que não podem existir uns sem os outros, que se condicionam mutuamente, mas que lutam entre si como só os irmãos podem lutar. Porque sabem que a sua relação está definida para sempre. Mesmo quando rompem uns com os outros, continuam aparentados.

Minas perigosas na sociedade

As crianças não têm conflitos. As crianças têm brigas. A briga é a forma ativa do conflito, no contexto do qual se dá a luta; as armas permitidas – na situação ideal – são apenas palavras e frases, a briga é – na situação ideal – a forma de luta que não tem como consequência lesões corporais, e é muito próxima da discussão, mas esta fica mais reservada aos domínios científicos. Os adultos conhecem também, para além das brigas, conflitos latentes, subliminares, conflitos não falados, não declarados. São minas perigosas que permanecem na sociedade; ninguém sabe quando irão explodir. Enquanto ninguém se mexer, o perigo está neutralizado. Mas um passo em falso pode desencadeá-lo. O melhor é

não irmos a lado nenhum.

“Quando perguntei a um deputado belga dos Verdes por que razão um político desconhecido do público europeu, como Herman Van Rompuy, foi eleito presidente do Conselho Europeu, ele respondeu-me sem hesitar: É simpático, benévolo, evita controvérsias e, sobretudo, não dá nas vistas”, escreve Petros Markaris no seu livro *Tempos Sombrios*, no qual analisa a crise na, ou melhor, com a Grécia, e as suas causas. “Por pouco não acrescentei, em grego, ‘Coitado!’. Quando os gregos dizem algo de elogioso acerca de uma pessoa, acrescentam muitas vezes ao elogio a palavra ‘Coitado!’ Por exemplo: ‘É uma pessoa muito honesta, coitado!’” “A arte vive de contradições”, escreve Petros Markaris.

A contradição implica debate. A literatura é uma reserva para o conflito na sua forma selvagem; é um território reservado do conflito. O escritor, o filósofo permite-se um confronto interior, luta consigo próprio, quer dizer: leva-se a sério. Luta com outros porque os leva a sério. Sem contradições, sem conflitos não há nem arte nem ciência; só artesanato.

Na União Europeia, o não dar nas vistas tem a vantagem de abafar tensões, segundo Markaris, um pouco mais adiante. Na Europa, sufocamos o conflito, coitados de nós. O conflito apodrece, tapamos o nariz, na esperança silenciosa de que um dia as formigas, as minhocas ou semelhantes seres laboriosos o levem embora.

Mas não é isso que está aqui em questão. A questão prende-se com o papel da arte no contexto de um conflito violento. Poderá ela estabelecer a paz? A reconciliação? Imagino a cultura como um detergente. Cif, Sonasol – estas marcas pelo menos: um creme branco, espesso, que limpa

o conflito como uma nódoa. Ou como um carro dos bombeiros. De sirene e luz azul a piscar, lá vem a cultura em grande velocidade, o conflito que deflagra é apagado com espuma e água. Ou é simplesmente esmagado com uma pá. Pronto, já não estrebucha mais.

Na peça de teatro *Allegretto Albânia*, do autor albanês Stefan Çapaliku, uma das personagens chama-se “Reconciliação”. É a mais ridícula de todas. Leva aos seus protegidos apenas coisas de que eles menos precisam, coisas supérfluas. Leva, a uma família que está trancada em casa meses seguidos por causa de uma vingança, um aparelho de raios-X, com que ninguém sabe trabalhar. Ao mesmo tempo, é jornalista de televisão e dá notícias, todas as noites, sobre os êxitos do seu próprio programa de ajuda humanitária. Para resolver o conflito da vingança, instala em casa da tal família computadores e uma ligação à internet; o problema entre as duas famílias irá ser discutido por e-mail. As atividades da Dona Reconciliação não são do desagrado da família, até servem para quebrar a monotonia. Mas não muito mais que isso.

A ajuda concreta chega por fim através de um construtor ganancioso, que só está interessado em pôr aquela gente de casa para fora para poder construir em seu lugar um prédio potencialmente lucrativo. Organiza para eles, ou pelo menos assim parece, uma oportunidade de fuga para

“Na peça de teatro *Allegretto Albânia*, do autor albanês Stefan Çapaliku, uma das personagens chama-se ‘Reconciliação’. É a mais ridícula de todas.”

o estrangeiro, para a Europa Comunitária. Veem o percurso no Google Earth e deixam a casa.

Esta peça mostra bem o papel em que fica quem está do lado de fora – infelizmente com frequência – e procura ajudar de boa vontade; é o papel de quem diverte, na melhor das hipóteses.

Na minha juventude, nos anos noventa, eram mortas diariamente centenas, milhares de pessoas numa região que ficava a uma distância pouco maior do que a capital desse país em relação à localidade onde eu vivia; refiro-me às guerras que ocorreram na região da antiga Jugoslávia, mais tarde designadas também por “Guerras dos Balcãs”. Encontrei pessoas que tinham conseguido fugir para a Áustria, ajudei-as talvez, traduzi para elas. Porém, continuava do lado de fora. Nos passeios da minha cidade, havia crianças sentadas, olhavam para o céu horas a fio, estarreciam de cada vez que ouviam um avião, metiam a cabeça entre os ombros. Bang! Bang!, gritavam as crianças, e de repente punham-se a saltar em roda, com os dois pés. Uma bomba, deem-lhe com uma bomba na cabeça de uma vez por todas, gritavam elas. Escrevo sobre isto, fazem-me pena; as crianças e os seus pais mortos; as mulheres violadas; os seus olhos, o que tiveram de ver nenhum ser humano deveria ter de ver.

Mas como sair do estado de compaixão?

O filósofo italiano Giorgio Agamben fala, no seu livro *Infância e História*, da destruição da experiência. Nas suas palavras, “ela encontra o seu correlato necessário não no entendimento, mas na autoridade, i.e., na palavra e na narrativa”. “Hoje em dia, ninguém parece ter autoridade suficiente para garantir uma experiência, e se alguém, apesar de tudo, tiver, não pen-

sa em basear o fundamento da sua autoridade numa experiência.” Uma característica do tempo atual seria, portanto, a impossibilidade da experiência. E como sou uma filha do meu tempo, esta maneira de ver não me é estranha. Quero, apesar de tudo, poder oferecer uma experiência própria.

Vou tentar falar de um conflito violento que interferiu de forma concreta no decurso da minha vida. Quando a avó de um amigo meu, muito idosa, agarrou numa kalashnikov e começou a atirar para o ar no pátio da sua casa em Tirana, isso significou para mim que não podia fazer a minha tese de fim de curso como tinha planeado. O facto em si não tinha nada de especial, mas foi uma coisa que me afetou na altura de forma muito real. E é disso que se trata aqui. De experiências concretas.

Albânia 1997

Isto passou-se em 1997, ano em que, na Albânia, após o colapso dos chamados “jogos piramidais” – especulações bancárias de alto risco –, inúmeros albaneses perderam os seus bens. Em pouquíssimo tempo, a situação levou à anarquia, a guerras entre bandos, em pouquíssimo tempo, praticamente toda a população albanesa passou a ter armas. As armas eram provenientes de grandes depósitos de armas, construídos ainda no tempo do comunismo. Era preciso estar armado, como a avó do meu amigo, se não se quisesse ser assaltado ou assassinado inadvertidamente. De repente, o país parecia transportado para um período histórico em que havia senhores todo-poderosos locais, que exploravam a sua “zona”. No entanto, era um tempo um pouco diferente, porque no fundo

cada um era rei de si próprio. (E, de certo modo, este tempo continua na Albânia até aos dias de hoje.) Só que alguns reis eram mais fortes do que outros.

Eu tinha recebido uma bolsa do estado austríaco para o meu projeto de investigação. Depois de se saber dos distúrbios na Albânia, recebi de imediato uma carta a retirar-me a bolsa, proibindo-me, em nome do estado a que eu pertencia, de continuar o meu trabalho de investigação, por estar em causa a minha segurança física e existir risco de vida.

Durante aqueles meses, telefonava frequentemente aos meus amigos na Albânia. Por vezes, ouvia tiros ao longe através do telefone. Os meus amigos asseguravam-me sempre que nem tudo estava assim tão mau, que eu não me preocupasse, que eles pessoalmente não estavam em perigo. Reinava uma situação caótica, “só isso”. Alguns dos meus amigos tornaram-se conhecidos, naquela época, como jornalistas ou tradutores, acompanhando jornalistas estrangeiros pelo país fora.

Eu fugi com o meu trabalho de investigação para a vizinha Grécia; o meu tema era um estudo ecológico sobre a diversidade de espécies de borboletas diurnas mediterrânicas, e por isso pouca diferença fazia realizá-lo cem quilómetros a nordeste. Mas para mim fazia muita diferença. Aprendi grego, e dei comigo, sem querer, num país que mal conhecia, onde nunca tinha estado e onde nunca tinha pensado viver; ficava a poucas horas de caminho do destino que tinha escolhido, mas era tranquilo, pacífico. Podia-se trabalhar lá.

Por que razão estou a contar isto? Porque é um exemplo, temo eu, de como a arte e a cultura são impotentes perante confli-

tos violentos. Ninguém escreve um livro ou faz um estudo científico enquanto as balas lhe passam a voar perto da cabeça. Durante a primeira Guerra Mundial, houve uma série de homens de letras que romantizaram a guerra, alguns voluntariaram-se para a frente; em todo o caso criaram, no espaço de língua alemã, uma superestrutura ideológica para a guerra, a que associavam valentia, coragem, combate franco, do qual, naturalmente, não falavam. Até grandes escritores, como Robert Musil, Thomas Mann, para citar apenas exemplos, não se pronunciavam naquele tempo contra a guerra; pelo contrário. A alguns deles o entusiasmo pela guerra custou-lhes a vida. Georg Trakl, o poeta expressionista de Salzburgo, foi chamado enquanto farmacêutico para a Galícia (na realidade, tinha-se candidatado para a Albânia, mas não foi incorporado lá), onde, depois de ser obrigado a tratar de noventa soldados feridos, morreu de exaustão e de uma sobredosagem de cocaína.

“Uma geração que ainda tinha ido para a escola de carruagem puxada a cavalos encontrava-se a céu aberto, numa paisagem em que nada tinha ficado como era, a não ser as nuvens e, debaixo delas, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o minúsculo e frágil corpo humano”; é assim que Walter Benjamin formula o estado de impotência a que me refiro. Pergunto à minha avó albanesa o que é para ela o mais importante na vida. Acreditar em ti mesma, diz ela, e lutar.

“Durante a Primeira Guerra Mundial, houve uma série de literatos que romantizaram a guerra.”

Ambas as partes da resposta me surpreendem. A mulher, a quem chamo a minha avó albanesa, nasceu há oitenta e nove anos em Istantbul. Em criança, foi para Saranda, na altura uma vila piscatória situada na costa sul da Albânia, então parte do Império Otomano. O pai dela era um general ou militar de alta patente, talvez almirante. Em Saranda, conheceu aquele que viria a ser seu marido, o amor da sua vida. Juntos partem para Tirana. São ambos comunistas e vão, enquanto combatentes, no verdadeiro sentido da palavra, para as florestas. Lutam, com o próprio corpo, por aquilo em que acreditam: uma Albânia independente, uma Albânia socialista. Quando os socialistas chegam efetivamente ao poder, sob a liderança de Enver Hoxha, o meu avô, chamemos-lhe assim, passa a trabalhar como espião para o novo poder político. Pouco tempo depois, cai em desgraça. As décadas seguintes passa-as na cadeia. A mulher vai visitá-lo uma vez por semana, com os três filhos muito pequenos, que depois vão crescendo, após uma viagem cansativa de várias horas, sem nunca poder falar com ele olhos nos olhos. Quando é libertado, os filhos já são adultos e vivem fora de casa. A mulher é uma mulher velha. O homem é um homem velho.

Armar-se interiormente

Mal fez setenta anos, o meu avô morreu de cancro pulmonar. Desde essa data, a minha avó vive sozinha, há dezanove anos. Não passa um dia em que não fale do amor da sua vida, do homem de quem teve saudades a vida inteira. Não conheço praticamente nenhuma pessoa idosa que não acredite em Deus. Esta mulher

é provavelmente a única. Fico admirada com ela. Apesar da desilusão com o socialismo, manteve o seu próprio socialismo. Acredita em si própria. Luta.

Não penso – com muita pena minha – que a arte e a ciência possam evitar conflitos violentos. A cultura – se quisermos usar esta palavra como designação abrangente – pode armar-nos interiormente. Pode veicular-nos experiências que não temos na vida real, pode tornar-nos pessoas preparadas para lidar com a miséria e a violência, para as quais nunca estamos, por natureza, preparados. Permite-nos suportar o insuportável, mas permite-nos que não o aceitemos pura e simplesmente, e que pensemos e vivamos para além disso. Porque nos torna curiosos para o que está do lado de fora de nós mesmos. A curiosidade não pega em armas, ela é irmã do afeto. Não saberia terminar melhor do que com Elias Canetti, que entende o ofício do poeta como um exercício de metamorfose, “na sua imprescindível experiência com todo o tipo de pessoas, com todas as pessoas, mas em particular com aquelas a quem é dada menos atenção”.

Andrea Grill é escritora e vive em Viena. Em 2003, doutorou-se com uma tese sobre as borboletas da Sardenha. Em 2007, participou no Concurso Ingeborg Bachmann, em Klagenfurt. Foi bolsreira nas residências de escritores Literarisches Colloquium Berlin e no Castelo de Wiepersdorf. Em novembro de 2010, foi-lhe atribuído o Prémio Incentivo do Galardão Literário de Bremen. Publicações recentes: “Tränenlachen”, romance, 2008, “Das Schöne und das Notwendige”, romance, 2010, “Happy Bastards”, poesia, 2011 (nas Edições Müller, Salzburgo e Viena).

Com a linguagem da música Bach, Mozart, Haydn ou Beethoven oferecem consolo num quotidiano sem esperança: na National Youth Orchestra of Iraq, jovens curdos, xiitas e sunitas tocam em conjunto o repertório clássico, a par de algumas peças de compositores iraquianos contemporâneos. Mas será que a música pode contribuir para a compreensão e reconciliação? O relato de uma experiência. *Vladimir Ivanoff*



Em 2010, cerca de sessenta músicos da Alemanha, do Iémen, do Líbano, da Áustria, de Marrocos, da Palestina e da Síria foram até Bayreuth no encalce do mito de Parsifal, das suas raízes judaico-árabes e da sua receção musical desde a Idade Média até Richard Wagner.

No ano anterior, cinquenta músicos, alemães, iraquianos, libaneses, palestinianos e sírios tinham-se encontrado na música de Bach: reinterpretaram o seu espírito barroco nas tradições vivas da música árabe e do jazz. As suas músicas da paixão foram confrontadas com a situação atual na pátria de Jesus, mas também com os conflitos entre o mundo árabe e o Ocidente. A precisão barroca e a complexidade de Bach encontraram-se com a espontaneidade da música clássica árabe e do jazz:

duas tradições que têm muito em comum, por exemplo técnicas de improvisação altamente desenvolvidas e estruturadas. Em ambos os anos, os músicos participaram no workshop de verão “Orient meets Occident”. Se hoje as diferenças religiosas, económicas, culturais e políticas entre o Ocidente e o mundo sob influência árabe estão em primeiro plano, o *workshop* pretende mostrar que a música não é apenas decoração, mas um meio de reforço do respeito mútuo aberto a todo o mundo. A possibilidade de criar relações pacíficas entre Oriente e Ocidente, e religiões, tornou-se comum no meio cultural contemporâneo. Muitos projetos transmitem a mensagem de que o Norte e Sul do Mediterrâneo devem estar juntos e de que a comunicação entre as diferentes religiões é possível.

A conceção dos *workshops* “Orient meets Occident” distingue-se sobretudo nos objetivos pedagógicos interculturais, hoje em dia numerosos: por exemplo, Daniel Barenboim intensifica, com a sua respeitada “West-Eastern Divan Orchestra”, o diálogo israelo-árabe, através da execução conjunta, e exclusiva, do repertório clássico ocidental por jovens músicos árabes e israelitas. Os artistas do Médio Oriente encontram-se no repertório cultural europeu estabelecido, na música de Beethoven e Mozart. Em contrapartida, “Orient

meets Occident” aposta conscientemente na pluralidade estilística.

O repertório clássico ocidental é confrontado com estilos baseados na improvisação, como o jazz (nas versões europeia e árabe); a Música Antiga europeia da Idade Média, do Renascimento e do Barroco é comparada com a música tradicional árabe nas suas formas regionais, a Música Nova do mundo árabe é tratada do mesmo modo que a da vanguarda europeia. Uma série de estilos musicais diversificados serve para chamar a atenção dos participantes dos *workshops* para as polaridades entre Oriente e Ocidente, tradição e (pós)-modernidade, pátria e estrangeiro, e para levá-los a questionar imagens preconcebidas. Entendo o conceito de “interculturalidade”, do ponto de vista musical, num sentido amplo, porque a afirmação generalizada de que a música pode ser uma linguagem universalmente compreensível só se aplica, no mundo real da música, de uma forma muito limitada. Tradições e estilos musicais diferentes possuem as suas estruturas comunicacionais e organizacionais específicas. Por exemplo, um músico alemão que exerça a sua atividade primordialmente na área da música clássica de câmara terá grandes dificuldades em perceber a comunicação musical no contexto de uma orquestra. Músicos de jazz e de música clássica não só fazem música em linguagens musicais completamente diferentes; a sua comunicação verbal é um jargão quase incompreensível fora do seu âmbito profissional específico.

As experiências do meu trabalho mostram, pelo contrário, que os músicos do mundo árabe e da Europa que partilham uma linguagem semelhante (por exemplo, os que são especializados em jazz) comunicam com uma certa facilidade e sem obstáculos entre si, porque falam uma linguagem musical

comum. Contudo, músicos do mesmo país com linguagens artísticas diferentes têm frequentemente grandes problemas de comunicação. Isso verifica-se logo, por exemplo, com a comunicação verbal entre especialistas do Barroco e elementos das convencionais orquestras clássicas, ocidentais.

Por detrás deste limiar de inibição esconde-se, porém, uma grande oportunidade, uma vez que os músicos se definem sobretudo, e antes de mais, em função da sua formação musical. Por isso é que, na comunicação musical e verbal com os “colegas”, as outras diferenças, por exemplo políticas e religiosas, não são à partida prioritárias. O interesse genuíno em fazer música em conjunto é mais premente, em princípio, do que a necessidade de demarcação ou exclusão. Mesmo que as diferenças sejam verbalizadas mais tarde, o interesse pela música comum atenua quase sempre o conflito, ainda que se trate “apenas” de não prejudicar a interação musical. Mesmo quando os músicos querem aprender um estilo novo e totalmente desconhecido (por exemplo, a introdução de músicos de jazz à música tradicional árabe), a curiosidade pela nova linguagem musical está em primeiro plano e tem uma função de desescalada relativamente a potenciais temas de conflito.

As nações europeias possuem identidades culturais (musicais) historicamente

“O classicismo europeu, os seus conjuntos musicais e estrelas constroem uma identidade europeia e, simultaneamente, global: Cecilia Bartoli é italiana, canta música europeia e é uma estrela a nível mundial.”

desenvolvidas: os italianos que gostam de música clássica orgulham-se de Vivaldi ou Verdi, os franceses de Lully ou Berlioz, os alemães de Mozart ou Wagner. A música tradicional ficou remetida, na Europa moderna, para um segundo plano, mas os estilos musicais populares, regionais, continuam vivos em quase todos os países europeus e têm o seu círculo de adeptos. A música clássica europeia, os seus conjuntos musicais e estrelas constroem uma identidade europeia e, simultaneamente, global: Cecilia Bartoli é italiana, canta música europeia e é uma estrela a nível mundial. Jazz, pop e rock são estilos musicais disseminados a nível global, mas têm raízes conhecidas nas culturas ocidentais: os Beatles são um ícone musical dos ingleses, Xavier Naidoo é uma das grandes estrelas pop alemãs (sem por isso ser questionado acerca da sua “origem emigrante”), Lady Gaga é uma super estrela (italo)americana globalmente famosa.

Mas quem conhece Oum Kalthoum, Asmahan, Farid al-Atrash e Fairouz? À exceção de Fairouz, são os representantes já falecidos de uma cultura musical popularizada, mas, na sua raiz, de tradição pan-árabe, e são conhecidos e apreciados por egípcios, libaneses, sírios e iraquianos de gerações mais velhas, embora tivessem conhecido a sua grande fama nos anos 40, até ao princípio dos anos 50, do século passado. O colonialismo ocidental propagou-se aos estados nacionais árabes e roubou a unidade cultural do mundo árabe e, com isso, em grande medida também a sua cultura musical clássica, suprarregional. Desde há décadas que a música clássica de tradição europeia e a música pop globalizada desempenham no mundo árabe uma “função de cultura de referência”. A formação nas escolas superiores de música privilegia hierarquicamente o

classicismo ocidental e, entretanto, também o jazz; quase todos os estados árabes com petróleo criaram, entretanto, a sua orquestra sinfónica de tradição ocidental e construíram as correspondentes salas de concerto e de ópera. Os responsáveis pela política cultural e os agentes culturais, tal como os seus recetores, transferem assim, de forma sobretudo inconsciente, os supostos valores da esfera cultural para a planificação e política civilizacionais.

Ao moderar uma vez uma tertúlia na rádio alemã, tive a oportunidade de conversar com alguns dos músicos da “National Youth Orchestra of Iraq” sobre os seus valores e sonhos para o futuro. A orquestra funciona segundo o modelo da “West-Eastern Divan” de Daniel Barenboim: jovens iraquianos – curdos, xiitas e sunitas – tocam em conjunto o repertório clássico ocidental, a par de algumas peças de compositores iraquianos contemporâneos. A iniciativa pretende ser um contributo, sob os auspícios do classicismo ocidental, para a desescalada de conflitos entre diversos grupos da população iraquiana. Tornou-se muito nítida nesta conversa a enorme esperança que os jovens músicos projetam no exemplo da música clássica ocidental. Em suma: Bach, Mozart, Haydn, Beethoven oferecem consolo num quotidiano sem esperança; a sua música tem, para os jovens músicos, e certamente também para uma parte dos seus ouvintes, um valor excepcional, que associam ao progresso civilizacional, à abertura política, também no Ocidente, e igualmente a uma democratização desejável. A maioria dos participantes nos *workshops* “Orient meets Occident” também tinha esperanças semelhantes, quando tinham formação clássica, ocidental. Os jovens músicos árabes encaram (sobretudo desde o início da Primavera Árabe) a música pop e o jazz – na versão global e na

versão regional árabe, regional – enquanto caminho para a liberdade e o progresso, como “música do futuro” para a nova ordem política e cultural no mundo árabe.

Em contrapartida, a música árabe tradicional representa, para os músicos árabes formados na tradição ocidental e para os seus colegas do jazz e da música pop, quase sempre a tradição, o passado, a regressão, até o fundamentalismo religioso. Esta tradição a uma só voz é para eles “mais primitiva” do que a música ocidental a várias vozes. Por exemplo, no caso do tunisino Malouf, é encarada como uma forma de manutenção do estado (porque eficaz do ponto de vista turístico), da velha ordem política.

O desprezo e a desvalorização das tradições musicais próprias (e culturais, num sentido mais amplo) estão na raiz dos conflitos mais frequentes nos *workshops* “Orient meets Occident” e também no meu ensemble Sarband, uma orquestra de câmara intercultural que fundei em 1986. Os músicos formados na tradição do Médio Oriente estão, em virtude de uma baixa autoconfiança em relação às suas raízes musicais, sob uma grande pressão para se afirmarem. Desde logo, são menos abertos no tocante à transmissão dos seus conteúdos musicais aos outros músicos, e muitas vezes também se autoexcluem na comunicação verbal.

Quando os representantes de vertentes regionais de música tradicional árabe (sírios, egípcios, libaneses, etc.) fazem música em conjunto, muitas vezes geram-se rapidamente conflitos. A pronúncia nacional de textos de canções em língua árabe-padrão é propagada como “a única correta”; detalhes musicais, como por exemplo matizes na entoação e ornamentos, só são “corretos” na forma de tocar síria, libanesa,

egípcia, etc. Assim, os músicos dos diferentes países árabes confrontam-se frequentemente de forma irreconciliável. Por essa razão, um participante alemão do *workshop*, em 2010, sugeriu que “Orient meets Occident” passasse a chamar-se “Oriental Accident”.

Vejo aqui uma das tarefas mais importantes destes e de encontros musicais semelhantes, porque os músicos árabes tradicionais percebem muito rapidamente a valoração da sua música por parte de colegas e do público. Os participantes europeus estão, na sua maioria, interessados em conhecer mais de perto este universo musical à partida estranho, mas fascinante. Aprendem que se trata de uma tradição ao mesmo tempo antiga e viva, muito complexa e sempre capaz de novos desenvolvimentos, equivalente à clássica ocidental. Os colegas árabes com formação musical ocidental (seja ela clássica, do jazz ou da música pop) que, até serem confrontados com a tradição musical regional da sua pátria, pouca experiência tinham de ouvi-la, mas que sempre a tinham considerado de menor valor, ganham pelo menos algum respeito por ela. Nalguns casos, verificou-se até que um músico de formação clássica ocidental também tinha tido experiências com a música tradicional, mas de início escondia-as por vergonha. Nos concertos do ensemble Sarband e nos dos *workshops* “Orient meets Occident”, a música tradicional árabe é muitas vezes recebida, justamente pelo público ocidental, com grande entusiasmo. Ela afirma-se autonomamente face a qualquer reportório ocidental e por vezes é preferida a este sobretudo por causa do seu estilo de execução animado.

Nos concertos em países árabes, o público encara a princípio a própria tradição

com desconfiança: afinal, na maioria das vezes, é a elite social, que privilegia a cultura ocidental, a população frequentadora das salas de concerto. No final dos concertos, verifico depois o alívio, meio surpreendido, meio orgulhoso, pelo facto de o repertório genuinamente árabe se afirmar perante o repertório ocidental. A receção positiva, por parte de colegas e do público, gera orgulho e autoconfiança nos músicos tradicionais.

Uma autoconfiança saudável e a consciência de que as tradições musicais árabes e, com isso, também a cultura árabe de um modo geral, podem ser recebidas em todo o mundo de forma positiva e respeitadas, e que, apesar da profusão de matizes regionais, podem construir uma unidade fundamental pan-árabe, tem vastas consequências. Porque, deste modo, pode nascer uma identidade árabe consciente, que abranja estados e religiões, ajudando à desescalada das muitas tensões existentes no conjunto dos estados árabes e permitindo uma comunicação mais serena com o Ocidente. Entre parceiros que conhecem a sua própria identidade é possível falar de igual para igual.

Do mesmo modo, é facilitado o acesso dos músicos ocidentais, e do público ocidental, a uma avaliação “mais equitativa” da cultura árabe, que vai além do pop arabesco que sai das colunas de uma loja europeia de kebabs. Primeiro são os músicos, depois o público, em concertos e em notas escritas, a experimentar, através do encontro musical de parceiros do Oriente e do Ocidente com o mesmo direito, como os diversos estilos e tradições musicais têm qualidades equivalentes, ainda que as linguagens sonoras sejam muito diferentes. Os artistas de “países em crise” podem passar a ser conhecidos, para além dos “body counts” diários dos meios de comunicação social,

como personalidades que se podem exprimir autonomamente e que possuem vontade e capacidade de comunicação.

É aqui que vejo as oportunidades da promoção europeia da cultura: uma orquestra verdadeiramente a muitas vozes, com jovens músicos de nações europeias e do Médio Oriente, na qual seja possível um discurso de direitos iguais, sem o ditado de uma cultura de referência, europeia ou árabe. Este modelo artístico e pedagógico pode ser igualmente transposto para regiões atualmente assoladas por conflitos, como os Balcãs ou a Europa de Leste. Com um investimento financeiro e organizativo relativamente reduzido por parte das entidades culturais internacionais, poderia surgir um meio, vivo e de longo alcance, capaz de chegar a muitos ouvidos e corações, que porventura ficariam surdos perante outras vozes.

Vladimir Ivanoff é responsável, desde 2009, na qualidade de diretor artístico e dramaturgo, pelos *workshops* de verão “Orient meets Occident”. Em 1986, fundou o ensemble Sarband, que se define como “orquestra de câmara intercultural”. Os seus programas juntam músicos das mais diversas culturas e fazem a ponte entre passado e presente. Articulam a prática histórica europeia de atuação com as tradições vivas do Mediterrâneo. Em cooperação com outros músicos, ensembles e orquestras (entre outras, a Filarmónica de Berlim, o Modern String Quartet, Sidi Larbi Cherkaoui, os King’s Singers, o grupo *Mystère des Voix Bulgares*), são questionadas as diferenças entre culturas e religiões, bem como os conceitos históricos e contemporâneos do Outro e do Estranho.





O contexto da arte no conflito Um artista, tal como um jogador de futebol, não poderá afirmar acerca de si próprio que é capaz de salvar a paz mundial, ainda que a cultura e o desporto exerçam ambos uma grande força integradora na sociedade. Como pode a arte ter um efeito positivo e que condições são necessárias para tal? Um curador procura respostas no Afeganistão e na Eritreia. *Christian Schoen*



“Será a arte uma força ativa, com efeito político a nível mundial, capaz de atenuar conflitos e fomentar relações de paz?” É com esta pergunta que começa um artigo do jornal “Neue Zürcher Zeitung” (7 de julho de 2012), que aborda o subprojeto da Documenta 13 no Afeganistão. O evento artístico de Kassel, organizado de cinco em cinco anos, teve um centro adicional, a capital Cabul; a par de uma exposição, tiveram também lugar simpósios e *workshops*. Somos tentados a responder afirmativamente à pergunta do autor do artigo do “NZZ” acerca do potencial integrador e pacificador da arte, porque queremos que a arte fale a linguagem da liberdade, mesmo a nível global.

Na Alemanha, sabemos como a arte foi significativa na forma como lidámos com

a nossa própria história. A confrontação com a nossa vanguarda e com a arte americana do pós-guerra em eventos internacionais, tais como a bienal de Veneza e a Documenta Kassel, fez parte da transformação, no plano da sociedade civil e cidadania, do passado fascista na Alemanha.

O autor do artigo responde, porém, à sua pergunta retórica de forma ambivalente: de um modo geral, não nega à arte a sua força positiva; no entanto, no caso concreto do contributo da Documenta em Cabul, considera – e nisso não está sozinho – a pretensão postulada pela Documenta um fracasso, dado que os projetos artísticos no próprio Afeganistão não tinham obtido um efeito “sustentável” na população. Por outro lado, a ponte até Cabul estaria mais ao serviço de “preocupações com a imagem” do evento.

Relativamente a esta apreciação crítica do projeto do Afeganistão, levantam-se as seguintes questões fundamentais:

Como encontrar uma definição, compreensível para todos os intervenientes, de um projeto em regiões de conflito, em que se deseja a cooperação com artistas? Como se chega a um consenso entre diferentes expectativas, tanto entre os parceiros de cooperação como com terceiros? O que importa ter em conta, de modo a formular objetivos claros para todos os intervenientes?

Uma coisa é certa, em todo o caso: antes de se atribuir um possível papel à arte no contexto de um conflito político-social, é necessário ter em conta que todos os conflitos políticos têm uma gênese singular e um decurso específico. O termo “conflito” pode ser, em si mesmo, interpretado de formas diferentes; embora tenha um significado negativo, remete ao mesmo tempo para processos de mudança positivos numa sociedade.

Em todo o lado existe potencial de conflito, mesmo em países ditos liberais. Quando falamos de programas de desenvolvimento para outras nações ou regiões, deveríamos pensar, em primeiro lugar, se somos capazes de atender às “nossas” próprias reivindicações.

Do mesmo modo, é importante clarificar o conceito de “arte”, de forma a criar um consenso quando se fala dela. Mesmo que nos queiramos concentrar “apenas” nas artes plásticas, é indispensável conhecer o contexto histórico, espacial e cultural de uma obra. Quer falemos das estátuas do Buda de Bamiyan, no Afeganistão, de um tapete mural de um castelo francês ou de uma tela do pintor alemão Gerhard Richter, o termo utilizado, “arte”, é sempre o mesmo. Apesar de o mundo se ter aproximado mais – algo em que a arte não teve interferência, mas sim as conquistas

“Em vez da mera produção de objetos, muitos artistas privilegiam hoje estruturas processuais, dialógicas ou performativas, que não têm manifestação física, ou apenas parcialmente.”

das tecnologias da comunicação e a mobilidade física – o contexto cultural específico é de grande importância para a produção, mas naturalmente também para a recepção da arte.

Assim, aquilo que, na Europa, se considera arte, pode ser, para alguém de um contexto cultural diferente, completamente irreconciliável com a sua conceção de arte. Isto aplica-se sobretudo a estratégias que nasceram na história da cultura ocidental e que se puderam desenvolver nesta tradição: por exemplo, a arte concetual, a performance ou a arte em espaços públicos. Em vez da mera produção de objetos, muitos artistas privilegiam hoje estruturas processuais, dialógicas ou performativas, que não têm manifestação física, ou apenas parcialmente. Mesmo no nosso país é muitas vezes necessário um “trabalho de tradução” para difundir publicamente estas conceções alargadas de arte. Por isso, seria muito ingênuo esperar que tais formatos estéticos fossem compreendidos no contexto de uma cooperação para o desenvolvimento, por exemplo na Eritreia, no Corno de África.

Maiores ainda são os desafios terminológicos quando se trata de projetos transdisciplinares, nos quais estão envolvidos artistas, a par de profissionais doutras disciplinas. A complexidade das estratégias artísticas e as conceções culturais específicas têm de ser sempre respeitadas no discurso intercultural. E deverá ser óbvio que nenhum dos parceiros reivindique para si uma superioridade de interpretação universalmente válida. O desafio de uma regulamentação da linguagem, capaz de gerar consenso, anda de mão dada com a definição de expectativas próprias e a formulação de objetivos próprios.

É necessária uma investigação profunda se quisermos avaliar quais as formas de intercâmbio cultural, de diálogo artístico, de apoio financeiro ou técnico que fazem de facto mais sentido noutra país. Como definir “sentido” neste contexto? O termo da moda, “sustentabilidade”, que se usa e de que se abusa muitas vezes, não é, paradoxalmente, aplicável à arte propriamente dita – contrariamente ao mercado da arte. A sustentabilidade não é um critério para a arte, o que parece paradoxal tendo em conta pelo menos a História da Arte Medieval e Moderna, porque as obras de arte clássicas nasceram com a pretensão de eternidade. Uma exceção é a arte em edifícios arquitetónicos ou a arte permanente no espaço público, que deveria poder marcar, física e intelectualmente, locais específicos de forma duradoura.

A arte enquanto filha da liberdade

A capacidade que a arte tem de abrir espaços criativos para o pensamento, ultrapassando fronteiras disciplinares, culturais ou sociais, sem que haja uma implicação de objetivos claros – tais como a política e a economia exigem – é um bem a defender.

A expressão que muitas vezes incluímos no nosso discurso, da arte enquanto “filha da liberdade”, da autoria do escritor Friedrich Schiller, é utilizada de bom grado para vincar a nossa reivindicação moral. Nos lugares onde a arte pode nascer livre de constrangimentos existenciais e morais, livre de represálias políticas, sociais e religiosas, onde o espírito se pode desenvolver, pois, de forma livre, existem não só as condições ideais para o nasci-

mento da arte, mas nesses lugares ela pode também ser, na multiplicidade das suas manifestações, um símbolo de uma sociedade e de um desenvolvimento livres.

Esta pode ter sido a motivação dos responsáveis da Documenta para darem ênfase ao Afeganistão no seu programa. O problema do propósito de um projeto como este pode ter sido o de tentar congregar as diferentes expectativas interdisciplinares e culturais. Em que é que se distinguem os interesses individuais dos artistas, curadores, investigadores dos interesses políticos, que lhes são superiores?

Evidentemente que o projeto sublinha o empenhamento político (e militar) no Hindu Kush, tanto perante o público alemão como ocidental, de uma forma geral, uma vez que a cobertura positiva facilita o apoio político interno e dá suporte à compreensão geral, também no nosso país.

A questão não é tanto se a Documenta fez uma operação de relações públicas em proveito próprio, mas antes se ela se deixou instrumentalizar e, com ela, os artistas afegãos. Cite-se, este propósito, o artista afegão Aman Mojaddedi, um dos curadores na exposição em Cabul: “Nos últimos três anos, houve uma grande corrida internacional a apoios e financiamento de atividades na área da arte e da cultura como elemento de propaganda e de campanhas controladas de informação. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e outros países investiram muito dinheiro nestas atividades, a fim de criar uma impressão cada vez mais favorável do Afeganistão. Isto acontece também para justificar a retirada dos militares internacionais.”

Neste ponto, torna-se evidente a discrepância entre a expectativa individual

dos artistas e curadores envolvidos e a dos mentores políticos, que, além disso, decidem a atribuição de meios. A curadora-chefe da Documenta, a espanhola Chus Martinez, sublinhou que se deixou conduzir exclusivamente por ideias artísticas.

E as expectativas do crítico do “NZZ”? Ele nega que a arte deva exigir a si mesma querer salvar o mundo e opina que a “Documenta em Cabul caiu na doce ilusão de que uma arte de cunho europeu poderia ser um instrumento de construção de uma nação, que poderia ser a parteira da sociedade civil em regiões do mundo arcaicas, martirizadas pela guerra.”

Revela-se aqui um certo perigo de sobrestimar o papel do artista. Um artista, tal como um jogador de futebol, não poderá afirmar acerca de si próprio que é capaz de salvar a paz mundial, ainda que a cultura e o desporto exerçam ambos uma grande força integradora na sociedade. De igual modo, a pretensão de Daniel Barenboim, aquando da criação da *West-Eastern Divan Orchestra*, constituída por músicos israelitas e palestinianos, não pode ter sido a de resolver com isso o problema do Médio Oriente. No entanto, é uma ideia fantástica, que possibilita

“De igual modo, a pretensão de Daniel Barenboim, aquando da criação da *West-Eastern Divan Orchestra*, constituída por músicos israelitas e palestinianos, não pode ter sido a de resolver com isso o problema do Médio Oriente.”

aos músicos um convívio produtivo e, ao mesmo tempo, esta interação tem um elevado valor simbólico, que é percebido e discutido para além de todas as fronteiras.

Enquanto o Afeganistão está, já há alguns anos, sob os holofotes do público internacional – existe uma vontade política para pacificar o país, bem como interesses egoístas e não egoístas do mundo ocidental, mais ou menos abertamente assumidos –, a situação é completamente diferente noutras regiões do mundo.

O exemplo da Eritreia permite mostrar como é complicado um envolvimento num país em que as relações bilaterais, a nível político e económico, são reduzidas ao mínimo. Em que a cobertura política para o trabalho de cooperação para o desenvolvimento falta por completo, e com isso também o apoio logístico e financeiro. Lá, onde existe uma embaixada alemã e uma ou outra embaixada europeia, mas não institutos culturais, como por exemplo o Goethe-Institut em Cabul, o trabalho humanitário e cultural fica entregue às ONG.

Com o propósito de reforçar, no plano cultural, os projetos já existentes nas áreas da medicina e do abastecimento de água, algumas associações e fundações alemãs juntaram-se há cerca de um ano para trabalharem, enquanto rede transetorial, na Eritreia. O projeto “My Eritrea” foi criado pela iniciativa Pilotraum01, em colaboração com a fundação para o abastecimento de água WINTA-Era e a ONG Human-Plus. E, em conjunto com a minha colega Serafine Lindemann, estou também envolvido neste projeto, na qualidade de curador.

A abordagem desta colaboração com autoridades nacionais e regionais num dos

países mais pobres do mundo é notável, no sentido em que a arte é incluída enquanto parte integrante das atividades. O objetivo é fortalecer a infraestrutura social e a identidade cultural do jovem país, que se tornou independente da Etiópia em 1993, após combates que duraram 30 anos.

As necessidades de abastecimento de água e de alimentos, de assistência médica, as carências prementes em matéria de higiene, a situação política precária e o conflito latente na fronteira com a Etiópia fazem com que a integração da arte no programa seja, à partida, questionável. Que utilidade poderá ter a arte quando falta o que há de mais básico à vida?

No entanto, já há muito tempo que se sabe que importar ajudas ao desenvolvimento só resulta quando estas se adequam, de forma sensível, às tradições, situações étnicas, estruturas sociais e culturas. O pressuposto da iniciativa na Eritreia é o intercâmbio entre pares, entre iguais; não é apenas o resultado que importa, mas também o caminho percorrido. Os processos artísticos desempenham um papel no contexto de programas didáticos, por exemplo quando se trata de transmitir princípios básicos de higiene, de forma lúdica e estética, às famílias que esperam no hospital de Orotta, na capital Asmara.

O fator decisivo neste processo é que, apesar de haver artistas alemães conceitualmente envolvidos a princípio, agindo como impulsionadores, os projetos são depois postos em prática por artistas lo-

cais, e transpostos para a linguagem, visual e figurada, local.

Um objetivo de longo prazo deste compromisso, para além da ajuda humanitária, consiste em apoiar os eritreus na recuperação e preservação do seu património cultural.

O país continua de facto ainda a definir-se em função da independência conquistada a custo, o que ameaça a cultura originária, diversificada, de entrar no esquecimento. Através do trabalho de longo prazo, tanto em projetos individuais dedicados à música tradicional ou à recolha de histórias e contos populares, como no apoio logístico, por exemplo ao arquivo nacional, é possível esperar – com um otimismo salutar – um reforço do necessário processo de democratização.

Mas convém sublinhar o seguinte: um trabalho cultural útil, que ultrapasse fronteiras, tem de começar por uma compreensão profunda da história cultural local. A arte e a teoria e história da arte podem ter, neste ponto, uma função identitária importante. Nos países europeus, as ciências culturais estão predestinadas, em virtude das experiências de séculos, a apoiar, com saber especializado e organizativo, a criação de instituições locais, no âmbito da cooperação.

Os arquivos nacionais e regionais têm,

“Um objetivo de longo prazo deste compromisso, para além da ajuda humanitária, consiste em apoiar os eritreus na recuperação e preservação do seu património cultural.”

sob este aspeto, um papel importante na sua missão de preservação do património cultural. O caminho mais correto seria, certamente, promover mais intensamente do que até aqui a cooperação seletiva entre universidades, museus, fundações ou associações europeias e parceiros envolvidos na (re)construção de regiões em crise.

O trabalho cultural eficiente exige também que se lide de forma aberta e transparente com as expectativas e objetivos de todos os parceiros, que seja flexível e tenha em conta diferenças culturais que têm implicações nos longos prazos dos projetos e, desse modo, na segurança do planeamento.

O envolvimento cultural no contexto de processos de desenvolvimento em regiões de conflito será sempre ambivalente. No entanto, deverá basear-se nas características que fazem da arte algo significativo para nós, seres humanos: abrir os nossos sentidos para o Outro, mobilizar a visão, o espírito e despertar a curiosidade. Só a curiosidade, fundada na liberdade do espírito, pode ser a base para a experiência de ousar fazer outras coisas.

Christian Schoen desenvolve, na qualidade de curador independente, projetos internacionais de organização de exposições. Doutorou-se com uma tese sobre o “Adão e Eva” de Albrecht Dürer. Entre 2005 e 2010, dirigiu o CIA.IS – Center for Icelandic Art, Reiquiavique. Foi o responsável, na qualidade de comissário, pelo pavilhão islandês na Bienal de Veneza, em 2007 e 2009. Colabora no programa Pilotraum01, uma iniciativa de projetos transdisciplinares, bem como no trabalho de desenvolvimento e atividades contra as alterações climáticas.

O papel da EUNIC nas regiões em crise

Democracia, multilateralismo e décadas de experiência em coexistência pacífica – a Europa tem muito a oferecer e deveria investir mais nas relações culturais em todo o mundo, para partilhar estas experiências específicas com outros e ajudar a mitigar situações de crise. A EUNIC, organização-cúpula dos institutos culturais europeus, com as suas filiais espalhados por todo o mundo, adequa-se perfeitamente a esse papel.





Amortecedor para a pacificação da população A identidade não é uma coisa abstrata, ela é simbolizada por objetos, lugares, uma igreja, uma mesquita, que permitem a cada um reencontrar a sua própria história. Esta história e esta memória são as fundações do futuro. É por isso que a ação de intervenção na crise e a ação cultural desempenham um papel determinante na proteção e na reconstrução do património. *Delphine Borione*



Após a primeira metade do século XX, a natureza dos conflitos violentos mudou. Estes deixaram de ser resolvidos no campo de batalha, e evoluíram para conflitos regionais, interestatais ou intercomunitários, que afetam populações inteiras. Hoje em dia, os conflitos, longe de serem lineares, constituem o enquadramento de uma forte imbricação entre a sociedade civil e a militar. Esse desenvolvimento pode observar-se no número crescente de atores envolvidos, entre os quais se encontram ONG, populações civis, empresas, e já não apenas os exércitos. Além disso, é visível como as crises atuais se focam em símbolos.

A cultura, compreendida num sentido lato – incluindo também a educação, o património e a língua, que é, geralmente, um símbolo de identidade muito forte – pode

tornar-se um alvo, ou mesmo um motivo de discórdia, no decurso de um conflito. Por isso é tão importante ter em conta a dimensão cultural, tanto na prevenção, como na resolução das crises. Desta forma, deve encorajar-se a ação cultural como fator de diálogo intercultural e de compreensão entre os povos.

O património cultural, quer seja material ou imaterial, é um alvo frequente e deliberado no desenrolar do conflito, devido ao seu peso simbólico. Assim, o primeiro objetivo de um beligerante é destruir aquilo que constitui a identidade do seu inimigo e atacar o seu património, o que impede também, a médio prazo, a comunidade de se reconstruir. Foi o que aconteceu em Sarajevo, onde os beligerantes atacaram a biblioteca, os livros, as placas das ruas, para minar os traços de uma comunidade e a própria base dessa vida em comum. Foi o que aconteceu com a destruição dos budas de Bamiyan, no Afeganistão. Apesar da intervenção de religiosos muçulmanos, os taliban quiseram destruir este símbolo porque não se reconheciam nele e não aceitavam sequer a sua existência. A pilhagem dos mausoléus no norte do Mali e em Tombuctu procedem da mesma intenção.

Restituir o património, reconstruir um património danificado durante o tempo do conflito, contribui assim para a reconstrução e resiliência de uma população. Com

efeito, cada um tem o direito de escolher a sua identidade e o dever de respeitar a identidade do outro. Esta identidade não é uma coisa abstrata, ela é simbolizada por objetos, lugares, uma igreja, uma mesquita, que permitem a cada um reencontrar a sua própria história. Esta história e esta memória são as fundações do futuro. É por isso que a ação de intervenção na crise e a ação cultural desempenham um papel determinante na proteção e na reconstrução do património.

Desde 1954, a Convenção de Haia estabeleceu o princípio da proteção do património cultural em caso de conflito armado. Mas era preciso ir mais longe. A Convenção da UNESCO, de 1970, permitiu também um acordo contra o tráfico ilícito de bens culturais em tempos de paz. Desde então, inúmeras instituições e organizações trabalham juntas para lutar contra a pilhagem do património. A Interpol, o Unidroit (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado), as autoridades aduaneiras e a polícia em muitos países, os profissionais dos museus ou os da conservação e restauro do património, trabalham em cooperação com o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens (ICCROM) para restaurar os patrimónios danificados e dispersos e restituir as obras de arte aos povos que as criaram.

No quadro da proteção dos patrimónios e do reforço da construção dos Estados de Direito, o Ministério dos Negócios Estrangeiros definiu uma estratégia de cooperação prática em contextos de pós-conflito. A fim de reforçar a proteção dos bens culturais e de contribuir para a luta contra o tráfico ilícito, o Ministério organizou, no Médio Oriente e no sul da Europa, encontros regionais para favorecer o intercâmbio de experiências e promover a partilha de estratégias de ação eficazes. O objetivo é

criar cooperações e redes de Alfândega-Polícia-Justiça para desenvolver os hábitos de cooperação e promover ações conjuntas. Trata-se também de colocar os habitantes no centro do dispositivo de proteção e valorização dos bens culturais: a apropriação do património e a inventariação são os faróis desta estratégia de proteção do património cultural.

A preservação do património também pode ser um importante fator económico, contribuindo para o desenvolvimento local com o restauro de edifícios. Tem incidência imediata sobre a urbanização, o desenvolvimento rural, as atividades culturais da população e o turismo sustentável. Também há efeitos positivos ao nível da imagem, dos símbolos, do bem-estar, do sentimento de coesão social e do atrativo do país.

Por exemplo, desde 2009, as autoridades francesas e palestinianas criaram um Fundo de Solidariedade prioritário, dedicado à preservação e valorização do património palestiniano, na cidade de Belém. O futuro museu, situado perto da Igreja da Natividade e no coração do centro histórico de Belém, que ainda receberá mais apoios, será o primeiro museu consagrado à história da cidade, dos seus habitantes e do seu espaço urbano. Também foi pensado como lugar de informação para turistas e peregrinos.

Com uma motivação semelhante foram criadas ONG para proteger o património cultural em tempos de conflito. Entre elas encontram-se o Comité Internacional do Bouclier Bleu ou a organização francesa “Patrimoine sans Frontières” (Património sem Fronteiras). A Patrimoine sans Frontières pôs em marcha um projeto no Kosovo, com o apoio dos governos da França e da Alemanha, para restaurar uma igreja ortodoxa em Prizren, danificada durante

a guerra, a igreja de Saint-Sauveur. É de referir também a reconstrução da ponte de Mostar; ela é um símbolo da ligação entre duas margens e duas comunidades étnicas e religiosas. Este elemento histórico, do qual a cidade se orgulha, representa a ligação entre todos os habitantes das diferentes comunidades.

No Camboja, o Centro de recursos audiovisuais Bophana é outro exemplo de preservação do património audiovisual. A sua ambição é de “recolher, imagem por imagem, vozes e fragmentos de vida, para tentar compreender, dar um nome, uma alma, um rosto, uma voz àqueles que foram privados da sua identidade. Recuperar, para as vítimas de uma tragédia mortal, o seu destino e a sua memória. Reencontrar a liberdade de expressão, integrando a reflexão sobre o passado na construção do presente (...). Não se trata apenas de restaurar a memória, mas sim de renovar a trama incessante (...) de uma identidade múltipla e viva, a da sociedade cambojana contemporânea”.

Mas apesar de todas estas iniciativas, quantos traços do passado são apagados do nosso mundo todos os dias? Quantos bens são pilhados e destruídos, nos países em guerra, ou simplesmente nos países que sofrem a falta do estado de direito? No que diz respeito ao património audiovisual, quantos filmes, bandas sonoras e fotografias se perdem por falta de meios para os arquivar e digitalizar?

“Vejo uma relação entre a ausência do trabalho de memória e o défice de democracia, a falta do estado de direito e o subdesenvolvimento”.

Rithy Panh, documentarista e fundador do Centro Bophana

Competências para o futuro

A educação é também um fator essencial no que diz respeito à ligação entre cultura e conflito. A educação molda as capacidades intelectuais. Simultaneamente, ela é também o meio para formar as novas gerações no desenvolvimento económico, social e humano, oferecendo-lhes competências para um futuro que não passa pela destruição do outro ou pelo conflito com o outro. Após o fim de um conflito violento, muito depende da continuidade da educação, das suas estruturas que podem funcionar como um amortecedor para a pacificação das populações e acelerar a reconstrução.

Está demonstrado que, após uma crise, quanto mais depressa forem restabelecidas as condições de vida normal para as populações, mais depressa podemos esperar a diminuição das tensões e a construção de um futuro para todos. Por isso, é importante que a educação ocupe um lugar central nos programas de reconstrução. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Haiti ou no Kosovo, onde, após o fim do conflito, os responsáveis trataram de restabelecer o funcionamento do sistema escolar. Com isto, devolveu-se um sentido de vida “normal” às populações, permitindo às pessoas reencontrarem a confiança em si e nos outros e encararem o futuro com mais otimismo.

Sem dúvida que um elemento constituinte da nossa relação com o outro é a língua, elemento de pertença a uma comunidade, mas também condição para a sua existência, condição para o estabelecimento de laços sociais. Atacar a língua equivale, portanto, a atacar os próprios indivíduos e a sua própria identidade. É por isso que os conflitos linguísticos são frequentemente de uma tal violência que podem despoletar agitações e até mesmo guerras. Foi o que se passou em

1976, no Soweto, aquando das manifestações de alunos e estudantes, de desfecho trágico, contra a decisão do governo de instituir o afrikaans como idioma obrigatório nas escolas. Recordemos também as revoltas dos estudantes albaneses do Kosovo, que recusavam a imposição do uso da língua sérvia. O respeito pelo multilinguismo, pelo uso da língua de cada comunidade é, assim, um fator essencial de paz e de estabilidade.

Em termos gerais, quanto mais a crise contribui para a destruição simultaneamente física e material, mas também psicológica e moral de uma população, mais se torna necessário reforçar os laços de identidade e recriar uma nova identidade cultural. Para isso, é essencial a ação cultural.

No Afeganistão, a França encorajou a realização de filmes, a formação de cineastas e o desenvolvimento de atividades culturais através da restauração do seu centro cultural, o atual Institut Français. O nome do centro foi mudado para “Centre Séverin Blanchet”, em memória do cineasta e documentarista morto num bombardeamento em 2010. Este formador militante dos Ateliers Varan (*workshops* de cinema documentário), cuja pedagogia se baseava no ensino pela prática, “Learning by doing”, pagou com a vida a sua convicção do valor do empenho cultural para a superação da crise. Blanchet queria formar a jovem geração afegã, em Cabul, num cinema de autor baseado no olhar do outro: os temas dos filmes foram determinados pela vontade expressa dos cineastas de mostrarem, dentro e fora do Afeganistão, as dificuldades, mas também as riquezas do seu país.

As atividades culturais ajudam as pessoas a expressarem-se, a ultrapassarem os sentimentos de vingança ou de vitimização e a desenvolverem uma visão menos negativa do mundo. Só assim podem encontrar uma via para a normalidade. Foi por essa razão

que a França, com a colaboração dos seus centros culturais, reforçou no Iraque as ações culturais, que visam a reconstrução do país. De entre os projetos implementados nessa região, destacamos especialmente o apoio financeiro à renovação do Teatro Nacional iraquiano e a valorização do Museu Nacional iraquiano.

Possibilitar a resiliência

Em Jerusalém e nos Territórios Palestínianos, os cinco centros culturais franceses prestam um contributo valioso para o diálogo de paz entre as comunidades, um diálogo que aponta perspetivas para o futuro. Assim, o Centro Cultural franco-alemão de Ramallah constitui um exemplo simultaneamente simbólico e pragmático de cooperação cultural numa região onde a cultura e a tradição são fatores decisivos e onde manutenção do diálogo intercomunitário é um desafio permanente. Em Gaza, o Instituto Cultural Francês – cujo novo edifício será inaugurado em 2013 – é a única instituição cultural estrangeira atualmente em atividade. Em todos estes países trespassados por crises, tensões e conflitos, a existência de um lugar cultural onde reina um espírito de liberdade e criatividade atua como válvula de escape para aliviar as tensões e, por conseguinte, possibilita a resiliência.

Clowns sem Fronteiras

“Clowns sans Frontières” é uma associação artística francesa de solidariedade internacional que há dezoito anos auxilia crianças em situações de emergência em todo o mundo. Reúne artistas, clowns, músicos, acrobatas, bailarinos, marione-

tistas e atores. Propõe espetáculos de voluntários em campos de refugiados, bairros de lata, prisões e orfanatos, a fim de ajudar as crianças e os seus pais a retomarem a sua vida normal após uma guerra ou catástrofe. A sua ação vem complementar o trabalho das ONG, de intervenção em situações de crise, em colaboração com as associações locais.

Desde 1994, foram realizados inúmeros projetos para os refugiados e para as pessoas deslocadas no Kosovo, na Albânia, na Bósnia, no Líbano e nos Territórios Palestinos. Atualmente, “Clowns sans Frontières” conduz dois projetos em redor desta problemática na Birmânia e na Tailândia. A ação cultural é simultaneamente diplomacia preventiva, uma verdadeira ferramenta para o entendimento entre os povos e para a prevenção de conflitos. A sensibilidade dos artistas permite libertar e exprimir possíveis tensões, e, desta forma, atenuá-las. Ao promover o debate de ideias e a abertura da mente, a ação cultural favorece a compreensão das ideias do outro e a tolerância. Os projetos culturais permitem, assim, reunir as comunidades em conflito em torno de projetos conjuntos.

O Fundo franco-alemão em países terceiros ao serviço da reconciliação („Elysée-Fonds“)

O Fundo franco-alemão para programas culturais em países terceiros, também chamado “Elysée-Fonds”, oferece um bom exemplo para as comunidades em conflito: Dois países anteriormente inimigos que hoje, de mãos dadas, apoiam projetos conjuntos que veiculam uma mensagem de paz e auguram simultaneamente a reconstrução e o

desenvolvimento cultural.

Este fundo, financiado em partes iguais pelos governos alemão e francês, apoia projetos culturais em países terceiros. Nos Balcãs, após o fim da guerra, este fundo permitiu fomentar inúmeros projetos em redor do tema da reconciliação:

- na Bósnia e na Croácia, conferências sobre o tema da reconciliação;
- na Sérvia, um colóquio sobre o tema: “Promoção de intercâmbios de jovens, nos países do sudeste da Europa, ao serviço da reconciliação, da cooperação e da integração europeia;
- a criação de uma organização de intercâmbios de jovens nos países da ex-Jugoslávia.
Desde 2003, todos os anos é apoiado um projeto cultural nos Territórios Palestinos:
- desde 2010, uma biblioteca itinerante com 1500 obras (das quais um terço em francês, um terço em alemão e outro terço em árabe) entre a Cisjordânia e Gaza;
- em 2011, o Festival Internacional de Circo em Ramallah, o primeiro festival de circo nos Territórios Palestinos;
- desde 2005, a publicação de uma revista cultural trilingue.

No Afeganistão, em 2012, o fundo financiou um projeto de formação teatral, visando promover o teatro em geral, assim como projetos de teatro nas escolas.

Outro exemplo da aproximação entre povos de diferentes origens é a orquestra sinfónica criada por Daniel Barenboim, chefe de orquestra argentino-israelita, e pelo escritor americano-palestino Edward W. Said. A West-Eastern Divan Orchestra reúne jovens instrumentistas de Israel, Palestina

e dos Estados árabes vizinhos. Tem como objetivo promover o diálogo intercultural e uma experiência de cooperação num projeto comum. Através dos inúmeros concertos na Europa, na América e no mundo árabe, a West-Eastern Divan Orchestra demonstrou que a música permite ultrapassar as fronteiras políticas e encorajar os povos a escutarem-se mutuamente.

A ação cultural dirige-se ao coração, à emoção e ao espírito, tocando profundamente aqueles para quem foi pensada. Uma mensagem de propaganda, por exemplo, tocará apenas de forma superficial os recetores. Uma peça de teatro também transmite uma mensagem poderosa; refira-se, a título de exemplo, as que foram encenadas no Instituto Cultural Francês do Afeganistão, pelos atores afegãos em conjunto com a realizadora francesa Ariane Mnouchkine e a sua companhia de teatro, Théâtre du Soleil.

Também a exposição de fotografia “A sombra da guerra” teve grande impacto. Foi um projeto da Fondazione Umberto Veronesi, fundação italiana para o progresso das ciências. Esta exposição, apresentada em 2011 na Maison européenne de la Photographie, em Paris, com a participação dos mais reputados fotógrafos e repórteres, ilustrava o horror e a inutilidade dos conflitos armados. Haverá mensagem mais convincente do que estas imagens para apelar à paz, ao diálogo entre as populações e à compreensão mútua?

Estes projetos culturais são fatores de desenvolvimento económico, do mercado de trabalho e das receitas, através da promoção do artesanato artístico ou a produção das indústrias culturais e criativas. Contribuem para o desenvolvimento de um país e – o que não é de menosprezar – para a restauração da sua dignidade.

E que papel pode desempenhar a EUNIC? Todos os membros da rede EUNIC estão convencidos do poder da contribuição da ação cultural para a segurança e o desenvolvimento, pois ajuda a reduzir os fatores de conflito e de crise. Por isso colocaram no centro da sua ação o tema “Cultura e conflito”, apoiando o projeto do IFA sobre este tema no seu seminário de dezembro de 2011, bem como a publicação deste relatório anual.

É também por estarem cientes da força da cooperação, da força de união entre países diferentes, que já travaram, eles próprios, suficientes guerras entre si, que têm um maior desejo de trabalhar juntos e de realizar projetos conjuntos. O objetivo da EUNIC é, precisamente, salientar o contributo essencial da cultura para o desenvolvimento económico, social e humano. Assim, através da ação de cada um dos seus membros e cooperações concertadas, a rede EUNIC contribui para a redução dos conflitos na nossa sociedade e, por fim, para a manutenção da paz entre os povos.

Por esse motivo, é indispensável o apoio financeiro dos governos europeus e dos financiadores internacionais. Estes reconhecem a importância da relação entre cultura e conflito, mas nem sempre colocam os dispositivos financeiros em coerência com esta convicção. Esperemos que este trabalho desenvolvido pela EUNIC permita reforçar este apoio.

Delphine Borione é responsável pelo setor de Política Cultural e Língua Francesa no Ministério dos Negócios Estrangeiros de França e atual presidente da EUNIC, a rede de institutos culturais europeus.

Longe do tom do exequível Quando se trata de dar um rosto à Europa e pôr o “soft power” da Europa no prato da balança de um mundo cheio de conflitos, é necessário um debate público. Os conflitos do mundo requerem a atenção das políticas culturais europeias e estamos longe de ter feito a reflexão conjunta necessária, e muito menos estamos prontos para agir. Que fazer? *Gottfried Wagner*



O debate antigo e que se renova sobre cultura e conflito na política de cultura externa abunda em queixas e desejos. Existem narrativas padrão sobre o fracasso da política da cultura perante, durante e depois de crises, conflitos e confrontos violentos. Fala-se sempre da tragédia da instrumentalização da cultura, como no caso das chamadas guerras dos Balcãs no final do século XX. Mas também se invoca com esperança a sagrada trindade cultural – tudo o que

cultura poderia fazer para evitar conflitos ou a sua escalada, para o diálogo e, em certos casos, para a “reconciliação” após os conflitos (exemplo: no sul do Tirol).

Assim que entra em jogo o politicamente correto, vale a pena manter um olhar crítico sobre a relação entre o discurso abstrato e a prática empiricamente comprovável, entre a política e a experiência. Em negócios políticos e democráticos domina o tom do exequível, daquilo que não pode deixar de ser feito, do horror sobre o que se negligenciou, o voluntarismo, de não (nunca mais) voltar a negligenciar, de falar nas benfeitorias da cultura.

A referência à força potencialmente negativa, ao uso destrutivo da cultura no conflito, serve, com frequência e na melhor das hipóteses, de “documentário

antes do filme principal”, que deve, por fim, demonstrar até que ponto a cultura pode ser benéfica, se for “aplicada corretamente”.

Digno de nota é o retorno da instrumentalização da cultura também no cenário otimista; o que não é de surpreender, uma vez que nos encontramos no campo da política cultural (externa), ou seja, no primado da política, e não no templo das artes livres. Particularmente “esclarecida” é, portanto, a posição segundo a qual, se tudo for bem feito, o verdadeiro espaço livre da cultura – e em especial, da arte – será, também no caso de um conflito, a melhor garantia para o seu efeito pacífico e benéfico.

É sobejamente conhecido como ela pode conduzir com facilidade a situações agudas imprevisíveis; não é necessário regressar aos capítulos sombrios da história europeia, como a peça *Schlageter*, de Hanns Johst (1932/33), e à declaração que é aí falsamente atribuída a Hermann Göhring: “Quando ouço falar de cultura, destravo a minha Browning” (1º Ato, 1ª Cena). Perante os conflitos da “atualidade mais recente” em todo o mundo e às “imagens culturais” é necessário muita coragem para opor aos discursos hostis e de exclusividade identitária a “produção do bom”.

A lista da literatura filosófica e ensaística que lhe diz respeito é longa e enriquecedora. O que nos falta, quando falamos de uma nova determinação da política externa em tempos de “novas ordens” policêntricas, e sobretudo também no contexto

da construção de princípios europeus, é uma discussão aberta com as aporias do tema, com as contradições, com os possíveis tabus destas relações, para construir com solidez o que é novo. Apresento aqui algumas sugestões – não sistematizadas – sobre isso:

Os conflitos podem ser ingredientes imprescindíveis para o desenvolvimento. O progresso social desenvolve-se através de protestos e lutas intensas por posições e interesses; uma “cultura” suplanta uma outra, ou surgem novas formas híbridas. O “progresso”, (tal como o inferno), não está só cheio de boas intenções, mas frequentemente também de polémicas repletas de vítimas. A democracia cívica e as ordens económicas de alto rendimento tiveram de ser conquistadas e os produtos culturais – mais tarde partes constituintes da “herança” – dão o testemunho vivo das próprias controvérsias; mesmo o progresso científico passa por vitórias e derrotas, triunfo e desespero.

Culturas, que de momento se encontram “cansadas”, debatem-se, como alguns dizem, com medo de perder o que defendem, com os famintos e dinâmicos “new kids on the block” e com os esfomeados e o seu desespero, que os coloca literalmente em movimento em direção às zonas prósperas do norte. E os criativos falam-nos novamente disso com palavras, imagens, sons, e o teatro mais empolgante é, como sempre, o das grandes contradições, dos grandes conflitos. O herói de Shakespeare pede em casamento, no papel de assassino, junto à cam-

pa do assassinado, a viúva deste; *Kabale und Liebe* (Intriga e Amor), de Friedrich Schiller, não desmascara, mas expõe as questões que dizem respeito ao privilégio e à maldição das paixões de classe e da sua gestão. Hoje, a professora bem formada e empenhada luta, na peça pós-migratória *Verrücktes Blut* (Sangue Louco), com os rufias e potenciais derrotados, tendo as migrações como pano de fundo; diante da sua luta incipiente, da sua raiva, é posto o espelho do *Sturm und Drang*, apesar de inicialmente ela não se querer reconhecer em *Os Ladrões* de Schiller. A violência faz escalar o conflito; a pistola torna-se um utensílio que impõe o “jogo” e o reconhecimento do bem elevado que este representa. Aquilo a que se chama educação estética do género humano torna-se quase um guia da violência; e – genial da parte do autor – acaba por triunfar de maneira tortuosa.

Não que com isto tudo ficasse dito: mas a “arte” consiste em ganhar significado aos acontecimentos que presenciamos, ainda sem consciência, ou nunca com completa consciência; ganhar significado quer dizer libertar. “Liberte-se!” é, portanto, o secreto teor do plano de ensino da educação estética, que roça sempre o medo e a vergonha. A arte é projetar o “jogo para a seriedade”. Para que a seriedade possa assim ganhar novos jogadores; é possível que espíritos livres aprendam a transformar um pouco a seriedade da vida sob o estandarte da liberdade, mas também não é obrigatoriamente necessário.

Só é possível compreender tudo isto – a ser, de todo, possível – à segunda vista, pelo menos. Isto é válido também no que diz respeito à intenção e ao resultado da postura honrada de utilizar a “cultura” para combater conflitos mortíferos, para suportar lidar com situações de conflito graves e para superar as consequências, ou deve/pode dizer-se: pôr em jogo? Nada (ou pouco) pode o adiamento ou a recusa dos impulsos, a sublimação e o recalçamento – e isto a um alto preço – com a força amigável do seu Eu ou com um Superpêgo enfático, opor contra o furor dos “pecados mortais”.

Por outro lado, não fazer nada ou resignar-se não são alternativas humanas, culturais. Isto significa, nomeadamente, prescindir do “significado para todos”, desistir da criação livre de significado face a uma “lei” pretensamente “natural”, “revolucionária”, de religiosidade delirante ou etnorracista. Recaída sem vista para o paraíso, antes de tudo (antes da expulsão); o “paraíso”, depois de tudo, nem o “sistema” mais sofisticado pode prometer, só se for o pesadelo do totalitarismo. O que fica é – e aqui condensa-se, pelo menos verbalmente, a alta arte de Freud e outros na filosofia de vida pós-moderna como mantra-conselheiro: aprender a lidar com conflitos de modo cultural e cultivado.

A cultura é, então, o espaço da negociação de interesses conflituosos, das contradições, da diferença e da igualdade; do velho e do novo; cultura é conflito – e é lidar corretamente (ou erradamente) com

o conflito. O conflito relativiza e dinamiza as condições entorpecidas e a arte cria continuamente, neste sentido, novos conflitos. A arte não se subtrai à dinâmica; ela própria pode tornar-se inculta no conflito, minar a cultura da solução pacífica de problemas; sim, a cultura pode transformar-se ou ser transformada na ausência de cultura. O que o torna tão difícil é que nós, seres humanos – quando as circunstâncias se apresentam como tal (exigindo demasiado de nós) – nos desfazemos da sobrecarga da responsabilidade e então ainda temos de legitimar impulsos furiosos, inventar histórias a esse respeito, citar e elevar tudo ao nível da doutrina. Também isso já foi desencantado mil vezes com a arte, e continuamos, não obstante, a deparar-nos outras mil vezes com o mesmo desafio. Todas as esperanças de que isto teria um fim se perdem no espaço da história; deixar a esperança conduzirmos seria um desespero. Na Europa, talvez o continente mais sanguinolento a história recente, foram criados, na segunda metade do século passado, espaços para uma cultura política da negociação, da recusa de soberania em prol de uma Common Wealth, que são únicos na história. Esta trindade de democracia, estado de direito e economia social de mercado libertou energias colossais; conflitos produtivos

“Os conflitos podem ser ingredientes imprescindíveis para o desenvolvimento. O progresso social desenvolve-se através de protestos e lutas intensas por posições e interesses.”

podem assim ser vividos e delimitados; foram evitados conflitos mortíferos dentro do espaço comum dos estados membros. Esta “cultura” atrai muitos, e exclui muitos mais. Muito do que funciona para o interior é conseguido à custa de externalização: a “exteriorização” de modelos de negócios e de conflitos.

A ilha Europa passou a estar recentemente sob pressão massiva e a maré a encher sapa o consenso interior e o domínio exterior; o medo expande-se e processos de negociação cultos cedem cada vez mais o lugar a discursos violentos e política populista; simultaneamente afunda-se a força para “juntarmos” os atores principais do desenvolvimento económico num mecanismo de regras que seja útil para todos. Nesta emergência, muitas pessoas e os seus representantes em portos aparentemente seguros fogem para modelos mais antigos de congelação de conflitos e de isolamento agressivo: os “estados nacionais”, que há muito já não são o que eram. A complexidade faz medo. A redução da complexidade fará, em breve, mais medo ainda.

Uma política cultural democrática e orientada para a paz dá muitas vezes origem a uma “cultura de conflito”, tanto interna como externa, na sequência da desapareição das demarcações entre o local e o global, entre nacional e internacional.

A política cultural externa já não pode ignorar as suas próprias contradições; nem pode também ser apenas as “suas” próprias contradições: torna-se – na sequência da lógica do processo global de

interação e interdependência – cosmopolita; e uma vez que tal não se deixa exprimir “com uma só frase”, torna-se, primeiramente, mais e mais europeia.

Uma política cultural adequada – neste sentido crescentemente nacional e transnacional – também não pode mais transpor à sua frente, de forma simplificada, a bandeira ingénuo da retórica cultural sobre conflitos. Mas não pode também deixar de fomentar as políticas que têm capacidade para detetar de forma cultural e reflexiva a existência e a inexistência de conflitos, os artistas, intelectuais, trabalhadores da cultura, os “seus” e os “outros”, e a sua cooperação.

A Europa ainda tem, na prática, dificuldades com uma política comum de cultura e de conflitos, tanto no interior como no exterior. A Europa tem para isto instrumentos que não estão à disposição de cada um individualmente. O Conselho da Europa, por exemplo, com a sua mais recente reforma, subordinou mais fortemente ainda ao negócio nuclear a cultura e a formação, a democracia e os direitos humanos. Por outro lado ofereceu potenciais, quando conflitos de culturas diferentes (dos Estados Membros) conduzem ao nivelamento de negociações de conflitos, que justamente se encontravam em discussão. Assim, por exemplo, no seu instrumento “culture policy review”, algo ficou parado (o relatório sobre a Turquia), ou aconteceram situações estranhas, como no caso da Rússia: curiosamente, no último caso desviámo-nos da tarefa de elaborar um relatório nacional e

um internacional, tendo-se optado desde o início por um relatório comum; quando se deu, aliás, o primeiro “caso de conflito” na equipa de peritos, ou seja, entre peritos e política cultural, isso resultou no despedimento do membro crítico do grupo internacional. Sem debate público até agora.

Um outro ator são os institutos nacionais da cultura na UE, ou seja, a sua rede EUNIC. Não vamos aqui falar do facto de o British Council ter tido de sair, por altura da mudança da política britânica para a UE, no inverno 2011/12, da primeira série de eventos relativos à política cultural externa europeia com o título “Mais Europa” (contra o mantra britânico do debate liberal não houve nenhum evento em Londres); também não vamos falar aqui de que o documento oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, de 2011, relativo à estratégia da cultura externa, teve origem sem as “organizações mediadoras”, cujo empenho e autonomia têm sido louvados mundialmente como modelo, e desta forma encontrou em muitos pontos uma viva oposição, nomeadamente também na avaliação do “poder” (ou impotência) da cultura em conflitos; fica aqui apenas a observação de que a EUNIC permaneceu junto do público praticamente uma entidade desconhecida, o que contradiz estranhamente o princípio europeu de “civilian power”. Quando se trata de dar à Europa uma “cara” (com toda a sua diversidade), de colocar o “soft power” da Europa no prato da balança e

“Cultura é conflito – e é o lidar corretamente (ou erradamente) com o conflito.”

na ágora de um mundo cheio de conflitos e no interesse dos cidadãos (europeus e do mundo), então é preciso um debate europeu. O que vale, é que a realidade se reconfigura sempre de novo a si mesma, de forma dolorosa, como, por exemplo, com o debate sobre a exposição sobre o Iluminismo em 2011 em Beijing sobre dissidentes ou as intervenções dos anfitriões na composição da delegação de peritos do ocidente. Esta realidade ainda nos vai proporcionar muitos conflitos completamente diferentes, que padeciam da atenção das políticas europeias de cultura, e estamos longe de termos efetuado a reflexão conjunta necessária, para já não falar de ficarmos prontos para agir. Aqui seria de questionar o terceiro ator europeu, a UE e as suas instituições, uma vez que o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), cuja fundação institucional foi descrita por muitos como sendo, na verdade, um exemplo padrão da prevenção de conflitos de baixo nível. O resultado do desafio Estados-membros (Conselho) contra UE, ou melhor, SEAE contra Comissão foi, com a criação de uma “ambivalência tornada instituição”, de zero a zero, em vez de um clássico “win-win”, como diz a crítica. E a cultura? Não consta do anexo da SEAE, apesar do Conselho e do Parlamento Europeu terem sublinhado várias vezes o significado da cultura nas relações externas europeias, assim como a Comissão, como terceiro pilar, ter realçado na sua agenda o papel da cultura num mundo que se globaliza. Também aqui está patente um caso retumbante de fuga

aos conflitos, com o efeito que a discussão (esperemos que esclarecida) sobre conflito e cultura só ocorreu nas cabeças de alguns incorrigíveis, como por exemplo na publicação do Instituto de Relações Internacionais (ifa). Estamos assim longe do tom do exequível.

Gottfried Wagner é consultor do Ministério austríaco da Cultura e da Educação. Foi durante muitos anos diretor da Fundação Cultural Europeia, a única fundação cultural independente, supranacional e pan-europeia, assim como do KulturKontakt Austria, um centro de competências e recursos para a educação, a cultura e a arte em Viena.

Alcançar a lua Um quadro nunca pode travar uma bala, mas um quadro pode impedir que uma bala seja disparada. Pintar esse quadro e colocá-lo no sítio certo é um processo complexo para os especialistas. Será isto realmente da competência da EUNIC? O autor adverte para uma sobrecarga da rede. *Yudhishtir Raj Isar*



Que salta à vista, hoje em dia, no atual setor cultural, é a medida em que os seus atores institucionais – operadores culturais, ativistas, defensores e organizações – invocam prontamente as expressões e práticas culturais como instrumentos. Por outras palavras: como meio para atingir outros fins. Será que isto faz sempre sentido? Nos últimos anos, houve uma série de causas protagonizadas por atores institucionais através da cultura que, em si, pouco têm a ver com a cultura. Através dessas causas, os atores quiseram alcançar a lua, muitas vezes com oportunismo, e algumas vezes com idealismo, mas nem sempre com os resultados esperados. Entre estas causas contam-se, por exemplo, temas como “cultura e desenvolvimento”, “cultura e coesão so-

cial”, “diálogo intercultural”, “indústrias criativas” e, recentemente, “diversidade cultural”. Cada uma delas gerou as suas próprias narrativas que, por sua vez, foram muitas vezes retoricamente compreendidas e usadas de forma bastante livre e indiferenciada. Deram origem a conceitos gerais que fazem uma amálgama de diferentes práticas com as quais se pretendia atingir todo o tipo de objetivos.

“Cultura na resolução de conflitos” é um desses discursos, que se tornou também um campo florescente de teoria, prática e investigação. Os seus praticantes especializados definem geralmente os seus objetivos com clareza e precisão. Nem sempre é o caso quando tais ideias são utilizadas de forma discursiva por indivíduos não especializados ou organizações, tal como lhes exige uma certa “correção política”. Isto torna-se problemático quando a resolução de conflitos em si não é o centro da missão ou quando não corresponde às competências dos atores ou organizações que se identificam com estas expressões em voga ou que afirmam querer aplicá-los. Mesmo entre as organizações que se definem como consa-

gradas à resolução de conflitos, há várias, tais como as que promovem diálogos entre diferentes crenças, onde a ligação direta com alguma forma de resolução de conflitos no local está longe de ser evidente.

Expressões em voga na cultura

Não é de surpreender, portanto, que me encontre longe de estar convencido que um organismo como a EUNIC deva investir as suas energias nesta área, a não ser dando o seu apoio moral às oportunidades que se oferecem – embora eu reconheça e aprecie bastante o potencial da arte como vetor e instrumento para a resolução de conflitos. Perante este pressuposto e porque eu próprio não sou versado nas práticas dessa área, estava inicialmente relutante em aceitar o convite da EUNIC para contribuir para este volume. Depois de ter sido convencido a fazê-lo, abriu-se-me a oportunidade de começar a esboçar o campo que será brevemente apresentado em seguida. As evidências demonstradas por este estudo preliminar reforçam a minha dúvida inicial: se a participação em projetos ligados à resolução de

“Mesmo que seja de reconhecer o potencial da arte como vetor e instrumento para a resolução de conflitos, permanece a dúvida se uma organização como a EUNIC deveria utilizar as suas energias neste campo, independentemente de apoiar moralmente as oportunidades oferecidas.”

conflitos com recurso à arte serão o melhor uso a dar à EUNIC ou aos organismos que a compõem.

Antes de expor a minha abordagem dissidente e talvez um pouco provocadora deste tema, devo primeiro fazer um pequeno aparte para explicar que não me refiro aqui a “cultura” no sentido mais amplo de “formas de vida”, no qual se insere um conceito mais estreito de cultura que agora cada vez mais se associa a arte e herança cultural. Com efeito, muitos atores, particularmente os Estados-nação, invocam agora a necessidade de apoiar, “proteger” ou “promover” a cultura como herança cultural – não pela cultura em si, mas porque ela materializa ou representa diferentes “formas de vida” que precisam de ser “protegidas” ou “promovidas”, para usar a linguagem da “Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” realizada pela UNESCO, em 2005.

Quando o conceito é utilizado no sentido de “formas de vida” ou identidade de grupo, a relação entre “cultura” e “conflito” torna-se ambígua logo à partida. A influência nociva do paradigma “luta de culturas” fez que muitos vissem a diferença cultural em si como causa do conflito, sem compreenderem que, nas sociedades atuais, a diferença politizada se tornou pedra de arremesso nos conflitos em volta do poder e dos recursos, que podem ser facilmente imputados à cultura. Por isso, é difícil falar do papel da cultura na prevenção e/ou resolução de conflitos.

Claro que é possível promover o intercâmbio através de um metadiálogo sobre os valores e a ética de diferentes formas de vida, ou seja, através de conversações que assumem a forma de um “diálogo entre civilizações” ou “diálogo inter-religioso”, para encontrar pontos comuns entre as diferentes maneiras de ver e de estar no mundo.

Mas esta prática, que se designa e realiza geralmente como “diálogo intercultural”, não é o “uso positivo da cultura em situações de conflito em todo o mundo” que a EUNIC gostaria de relatar. E simplesmente não poderia sê-lo, visto que a “cultura” que é, neste caso, “usada”, significa artes, juntamente com ideias de herança e memória coletiva, bem como museus e afins, tal qual um cadinho para aquele trabalho. São precisamente estas áreas expressivas da atividade humana que oferecem poderosas fontes de energia e emoção, sentimento e paixão, imagens e imaginação, e o puro desejo humano de construir pontes ou de procurar pontos comuns.

Resolução de conflitos multidisciplinar

Em que consiste afinal esta área especial da resolução de conflitos, que também se chama de consolidação da paz, transformação de conflitos, prevenção de conflitos, gestão de conflitos, mitigação de conflitos, redução de conflitos, trabalho trans-setorial sobre o conflito e a

sensibilidade ao conflito? Como apontou o especialista americano Craig Zelizer, o campo da resolução de conflitos é multidisciplinar, recorre à teoria e prática de disciplinas tão diferentes como a sociologia, psicologia, relações internacionais, direito e economia, bem como ao trabalho feito por praticantes no local (naturalmente, muitos deles são artistas, quando se usam técnicas baseadas nas artes). “Os objetivos centrais da resolução de conflitos”, observa Zelizer, “independentemente da abordagem disciplinar específica ou enquadramento utilizado, são o desenvolvimento de uma maior compreensão da origem e dinâmica do conflito e o desenvolvimento e implementação de respostas mais eficazes para prevenir, gerir e reduzir os efeitos do conflito.” Comum a todas as abordagens é a figura do mediador ou do processo de mediação – entre indivíduos ou grupos que se encontram em conflito – que ajuda as partes a atingir uma solução aceitável para um qualquer tipo de confrontação conflituosa.

A maior parte destas atividades parece ter sido iniciada, financeiramente apoiada ou dirigida por organismos dos Estados Unidos, incluindo conhecidas organizações sem fins lucrativos, como Search for Common Ground (que tem agora escritórios em mais de 15 países), e instituições governamentais, como Conflict Management and Mitigation Unit da Agência EUA para o Desenvolvimento Internacional ou Entidades Intergovernamentais, como o Programa de Desenvolvimento

das Nações Unidas (UNDP).

Os atores europeus estão cada vez mais envolvidos. Um deles é a Agência para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que inclui este tema nas suas atividades de cooperação para o desenvolvimento da cultura e dos media. As organizações pan-europeias procuram compreensivelmente concorrer com as agências americanas, especialmente nas áreas em que estas tenham sido pioneiras. De uma perspetiva europeia, este é, sem dúvida, um objetivo louvável. Mas será o objetivo certo para todas as categorias de organizações, e neste caso concreto, a EUNIC?

Hoje em dia, decorrem uma série de atividades para resolução de conflitos baseadas nas artes, desenvolvidas por organizações locais e internacionais e por muitos artistas, especialmente no enquadramento das chamadas “Community Arts” (arte comunitária), em que artistas profissionais colaboram com pessoas que não se dedicam profissionalmente ou a tempo inteiro à criação. Estas atividades podem ser resumidas da seguinte maneira:

- Arte para a consolidação da paz – largamente baseada nas “Community Arts” (arte comunitária), em que os grupos das diferentes partes do conflito são reunidas para realizarem ações artísticas conjuntas que por

“A influência nociva do paradigma “luta de culturas” fez que muitos vissem a diferença cultural em si como causa do conflito.”

vezes focam o conflito.

- Arte Social de Protesto – Embora não encaixem no modelo tradicional de consolidação da paz, este tipo de arte é frequentemente utilizada durante as fases mais agudas do conflito. Através de processos artísticos, os indivíduos procuram resistir e protestar contra a violência através de meios culturais. Nesta categoria, insere-se também o trabalho que usa as artes para suscitar consciência, compreensão e confiança em relação a questões da liberdade cultural, que pode estar ameaçada pela opressão ou discriminação.
- Terapias criativas – Estes processos são maioritariamente destinados a promover a cura, a nível individual, de pessoas que sofreram devido ao conflito e/ou ao trauma.

Dentro deste diverso espetro de atividades baseadas nas artes, alguns projetos podem intervir diretamente num determinado conflito de certa comunidade, ou confrontar-se com a sua substância.

A arte é muitas vezes usada para ajudar as pessoas a explorarem conflitos específicos de diversas perspetivas e imaginarem possibilidades alternativas, ou para juntar grupos que estão em conflito visando o confronto com os aspetos relacionais do conflito. O processo especial baseado na arte não se dirige, talvez, diretamente à substância do conflito, mas pode facilitar uma maior compreensão e interação entre

as partes. Outros esforços concentram-se em atividades e questionam ordens injustas, regressivas ou repressivas, sociais, políticas e económicas, e outros ainda visam ajudar indivíduos e comunidades a lidar com os efeitos potencialmente traumáticos do conflito. Esforços deste tipo, recentes e ainda em curso, incluem iniciativas na Palestina, na Região dos Grandes Lagos na África Central, na África do Sul e nos países da antiga Jugoslávia.

O teatro, particularmente, tem sido uma força de exploração e transformação de percepções, pontos de vista e sentimentos. Um exemplo típico do uso das técnicas teatrais para a terapia criativa é o apoio dado, através da SIDA, ao desenvolvimento das artes dramáticas entre crianças e jovens do Westbank/Gaza pelo Swedish University College de Cinema, Rádio e Televisão. Embora o projeto tenha sido concebido originalmente após a assinatura do Acordo de Oslo de 1993 para o desenvolvimento de uma infraestrutura cultural palestina, o projeto visa agora aliviar o trauma profundo causado entre as crianças pela violência crescente e a privação nas suas vidas. Peças de teatro, aulas de representação e cursos de animação vídeo ajudam estas crianças a falar sobre as suas experiências e a trabalhá-las.

Outro exemplo de consolidação da paz no campo das artes performativas, embora o seu impacto tenha sido completamente varrido pelos acontecimentos subsequentes, foi o Centro para as Artes Performativas (CPA), fundado em Jaffa no Sri Lanka, nos anos sessenta. Durante a guerra civil

abriu 20 centros por todo o país e muitas sucursais internacionais entre comunidades exiladas do Sri Lanka, para envolver os jovens em atividades interculturais que promovem a paz e o entendimento mútuo. Estas atividades costumavam incluir danças tradicionais de diferentes comunidades que iam em tournée pelos diversos centros, partilhando assim estas formas de arte com diferentes comunidades religiosas e linguísticas. Encorajavam a criação de performances contemporâneas por jovens, muitas vezes sobre o tema do conflito e executavam-nas perante grandes audiências, tanto fora como dentro das suas comunidades de origem.

Também organizavam campos intercomunitários, onde jovens de diferentes comunidades trabalhavam juntos em projetos de arte e performance. O objetivo era promover a interação de práticas culturais. Juntar os jovens em programas transculturais era uma maneira de resistir às divisões nas formas culturais, encorajando a prática conjunta, e assim se criaram performances inspiradas pelo talento de todos os participantes.

Iniciativas de maior dimensão, frequentemente baseadas também nas artes performativas, incluem projetos emblemáticos como a “West-Eastern Divan Orchestra” (nome inspirado numa antologia de poemas de Goethe). A jovem orquestra sediada em Sevilha, constituída por músicos de Israel, do resto do Médio Oriente, Irão e Espanha, foi fundada

“O teatro, particularmente, tem sido uma força de pesquisa e transformação de percepções, pontos de vista e sentimentos.”

em 1999 pelo maestro argentino-israelita Daniel Barenboim e o entretanto falecido académico palestino-americano Edward Said. Um dos jovens músicos da orquestra considera este empreendimento, que o próprio Barenboim descreve como um “projeto contra a ignorância”, como sendo “um laboratório humano, que pode exprimir ao mundo inteiro como lidar com o outro”.

Vozes Alternativas

Outro tipo de esforço direcionado para o conflito, que usa objetos culturais, documentos e artefactos, é representado pelo trabalho de museus e memoriais. A rede internacional dos “museus da paz” desempenha um papel educacional. De acordo com a sua localização e contexto, há desde “monumentos para narrativas históricas e histórias de sobrevivência, a centros para a resolução de conflitos e imaginação transformativa, a memoriais e monumentos de reconciliação.” O seu valor comum é a sua capacidade de apresentar “uma voz alternativa ou uma resistência às vozes dominantes e dominadoras da violência”.

Neste contexto, podemos também referir a ONG internacional “Lugares da Consciência”, fundada em 1999, quando os diretores de nove lugares históricos – incluindo o Museu Gulag na Rússia, a Casa dos Escravos, no Senegal, Memoria Abierta na Argentina e o Lower East Side Tenement Museum nos EUA – se juntaram para explorar uma pergunta comum:

como podem os lugares históricos promover os direitos humanos? Estes museus tinham pouco em comum, em termos de história ou temas que abordavam, na extensão e dimensão das suas propriedades, mas partilhavam o compromisso de colocar a herança histórica ao serviço da construção de culturas duradouras de paz e democracia. Imaginaram um novo tipo de espaço, ao qual chamaram “Lugares da Consciência”, definindo-os como museus que fizeram três compromissos: interpretar a história através de um memorial; envolver-se em programas que estimulam o diálogo sobre temas sociais prementes; partilhar oportunidades de envolvimento do público nesses temas.

Decidiram trabalhar como coligação e operar na intersecção de preservação da história, direitos humanos, participação civil, educação e artes.

O seu trabalho encaixava-se também em esforços de maior escala na justiça transicional ou na construção da democracia, tal como nas Comissões para a Verdade ou programas pós-conflito. Destes esforços emergiram tensões e inovações criativas relativas a três temas: práticas de memória; “guerras da memória”; destruição e reconstrução da herança, memória e identidade em contextos pós-conflito. “Ao distanciar-se de formulações essencialistas de raça, etnia ou identidade nacional, Lugares da Memória procura definir a herança histórica para construir uma memória coletiva de atos morais e escolhas – de crueldade, compaixão e coragem – e oferece um espaço para uma

interrogação contínua sobre a natureza e razões para essas escolhas, e o que significam para o futuro.”

Incluí nesta breve exposição este tipo de instituições e atividades, porque creio que o perfil dessas instituições e esse gênero de atividades se aproxima mais das competências da EUNIC, e do melhor que esta tem para oferecer, do que as atividades de resolução de conflitos ao nível das bases, que referi inicialmente. Mas restam ainda sérias questões.

Qual o papel da EUNIC?

À luz da missão da EUNIC – “melhorar e promover a diversidade cultural e o entendimento entre as sociedades europeias, e fortalecer o diálogo internacional e a cooperação com países fora da Europa” – que tipo de valor acrescentado poderiam trazer os seus membros, para além do já mencionado apoio moral e talvez financeiro? Poderá observar-se, sem dúvida, que nos países representados por estes institutos culturais existem organizações especializadas cujos membros possuem as competências e compromissos que lhes permitiriam trabalhar mais eficazmente. Que lugar ou justificação existe para o agrupamento funcionar como organização para a resolução de conflitos? E o que quer isso dizer ao certo? Se significa apoiar o trabalho de organizações qualificadas para o fazer, então não há problema. Mas adotar o papel de uma organização mediadora que procura resolver democra-

ticamente problemas comunitários com o tipo de ação que a resolução de conflitos exige?

Isto significaria tornar as organizações naquilo que as cientistas políticas Barbara Nelson, Linda Kaboolian e Kathryn Carver apelidam de “organizações concord”, com base na sua pesquisa em 100 organizações transcomunitárias na Irlanda do Norte, Estados Unidos, e grupos israelitas e palestinos a trabalhar nos Estados Unidos.

Os investigadores definem organizações concord como aquelas que juntam pessoas com visões ou identidades fundamentalmente opostas, com o propósito de promover a sociedade civil, reconhecendo simultaneamente as diferenças entre os grupos. Argumentam também que mesmo os “regimes liberais e (re)distributivos não convertem o conflito pela dominação, automaticamente, em conflito pela pertença. Citam aqui o trabalho de um cientista político indiano, que descobriu que são necessárias organizações transcomunitárias bem-sucedidas, incluindo a aliança Hindu-Muçulmana no partido do Congresso old style, para ativar as vantagens inerentes a algumas relações estruturais de certa forma favoráveis.

“Nós, europeus, precisamos de fazer uma reflexão crítica lúcida sobre a nossa missão auto-atribuída de espalhar as nossas mensagens positivas, para que os nossos esforços não façam recordar involuntariamente a “missão de civilização” da Europa colonialista do passado.”

Ele nota que cidades com mais organizações transcomunitárias de todo o tipo tinham índices mais baixos de violência comunitária. Outra descoberta importante foi que em cidades indianas os contactos transcomunitários, por si só, como ir ao casamento de um amigo de outra comunidade, não fazem prever níveis mais baixos de violência.

Portanto, o que é necessário para superar estas situações em sociedades divididas são precisamente organizações concord que possam aproximar as pessoas com vistas ou interesses fundamentalmente opostos para iniciar um diálogo, observar atividades, oferecer educação e treino em resolução de conflitos e mediação, promover serviço comunitário, etc. Pergunto-me: estarão contudo os membros da EUNIC equipados ou/e mandatados para o fazer?

Independentemente desta questão também se levantam problemas relativos ao louvável impulso humanitário de “fazer o bem” noutros pontos do planeta. A ideia subjacente é que os atores europeus podem intervir eficazmente em zonas de conflito existentes noutras partes do mundo. Claro que seria necessário questionar o pressuposto de que as ditas organizações concord não são algo de que a Europa precise, por nos encontrarmos numa “zona de paz”. Isto significaria esquecer as situações altamente conflituosas que persistem nas margens, ou num “fora” próximo, como os Balcãs.

E, mais importante ainda, ignorar o modo como as diferenças étnicas se tor-

naram, por toda a Europa, parte integrante nos conflitos pelo poder e pelos recursos, nas cidades e subúrbios que clamam por uma resolução eficaz dentro da nossa própria casa.

Mas esta advertência talvez seja um pouco académica, uma vez que é claro que a missão da EUNIC diz respeito ao resto do mundo. A EUNIC existe para moldar um todo europeu que é mais do que a soma das suas partes, por outras palavras, representar um rosto cultural pan-europeu. Com base em ideias que expressei no Fórum Cultural Europeu 2011, relativas ao papel dos operadores culturais na construção da democracia noutras partes do mundo, gostaria de reiterar aqui que quando nós, europeus, visamos “apoiar” o trabalho terapêutico, de qualquer tipo, noutros contextos, precisamos de estar altamente sensibilizados para as diferentes interpretações e prioridades, bem como para o potencial choque de perspectivas. Não é rigorosamente possível encontrar uma solução única que sirva para todos os casos: a resolução pacífica de conflitos ou a democracia e os direitos humanos tornaram-se, indubitavelmente, valores universais, mas não existe uma fórmula única e global para a sua aplicação no terreno. Nós, europeus, precisamos de fazer uma reflexão crítica lúcida sobre a nossa missão auto-atribuída de espalhar as nossas mensagens positivas, para que os nossos esforços não façam recordar involuntariamente a “missão de civilização” da Europa colonialista do passado.

Se as pessoas que estão de fora podem fazer contribuições valiosas para o trabalho de resolução de conflitos, é vital que os ativistas da paz e atores da sociedade civil locais tenham uma importante palavra a dizer nas atividades de desenvolvimento. No entanto, ainda existe na maior parte do “trabalho de desenvolvimento internacional” uma acentuada assimetria de posições sempre que especialistas ocidentais vêm ajudar a treinar e educar ou trabalhar com as pessoas no local.

Contudo, nos últimos anos, tem havido ênfase crescente nas parcerias colaborativas baseadas em contextos e culturas locais. O investigador da paz, Craig Zeltzer, sublinha a confiança crescente nas interações diretas “sul-sul”, entre locais assolados pelo conflito, em que as pessoas de uma região em conflito podem partilhar as suas experiências e competências com as pessoas de outras regiões em conflito. Um exemplo disto é o trabalho da organização “Iniciativa para a Segurança Inclusiva”, que ajudou a promover vínculos e ligações entre mulheres ativistas da paz do Sudão, da Colômbia, do Iraque e de outras proveniências.

Projetos como este obrigam-nos a reconhecer tanto o potencial como os limites das artes e da cultura na resolução de conflitos, independentemente de quem realiza ou apoia esse trabalho. Um praticante do movimento “Community Arts” (arte comunitária) recorda-nos: “Um quadro nunca pode travar uma bala, mas um quadro pode impedir que uma bala seja disparada. Pintar esse quadro e colocá-lo no sítio certo é um processo complexo para os especialistas. Será isto realmente da competência da EUNIC?”

Yudhishtir Raj Isar movimenta-se nos diversos universos da teoria e da prática cultural. Atualmente é professor de Estudos de Políticas Culturais na American University of Paris, desenvolve atividade de investigação na University of Western Sydney e é co-editor e fundador de “Cultures and Globalization Series”. É presidente da plataforma “Culture Action Europe.

¹ http://wayback.archive-it.org/2077/20100906203351/http://www.communityarts.net/readingroom/archivefiles/2007/06/integrating_com.php. Consulta em 23/09/2012.

² James Thompson, ‘Performance, globalization and conflict promotion/resolution: experiences from Sri Lanka’ in H.K. Anheier and Y.R. Isar (eds.) *Conflicts and Tensions. The Cultures and Globalization Series*, 1. London: SAGE Publications.

³ Aceso a página da Wikipedia sobre a orquestra.

⁴ Sevcenko, L. (2011) ‘Sites of Conscience: Heritage of and for Human Rights’ in H.K. Anheier and Y.R. Isar (eds.) *Heritage, Memory and Identity. The Cultures and Globalization Series*, 4. London: SAGE Publications.

⁵ Nelson, B., Kaboolian, K. and Carver, Kathryn C. (2007) ‘Creating concord organizations: institutional design for bridging antagonistic cultures’ in H.K. Anheier and Y.R. Isar (eds.) *Conflicts and Tensions. The Cultures and Globalization Series*, 1. London: SAGE Publications.

⁶ Y.R. Isar, ‘Civil society empowerment in third countries: are culture actors providing powerful voices in support of democratization processes?’, documento de discussão para o Fórum da Cultura Europeia, Bruxelas, 21/10/2011 (<http://culture-forum-2011.ec.europa.eu/index.jsp>).

Manter as portas abertas em tempos difíceis Devíamos ser mais rigorosos quando falamos de “cultura”. Devíamos ser mais confiantes e ambiciosos quando se trata dos efeitos que as relações culturais podem ter para a União Europeia, enquanto componente das relações externas. Devíamos permitir que a arte, a educação e o diálogo intercultural abrissem portas e fomentassem a confiança entre comunidades – e que ajudassem a prevenir conflitos ou a lidar com eles. *Robin Davies*



Até há pouco tempo, antes ainda de vir para o British Council, nunca me ocorreu que a cultura pudesse desempenhar um papel importante nas relações internacionais – e menos ainda no desenvolvimento da estabilidade e da prosperidade a nível global. Pensava que cultura eram museus, galerias de arte e teatro – coisas para as quais olhamos. Só há pouco é que comecei a compreender o conceito de “cultura”, a sua importância para a política internacional e a sua função central nas relações externas da União Europeia.

Percebo agora que, durante uma grande parte da minha vida, não só subestimei o poder da cultura enquanto força transformadora como tinha também uma ideia distorcida do próprio conceito de “cultura”. Parece-me mais claro distinguir

entre a aceção antropológica de cultura e a das ciências humanas. A aceção das “ciências sociais” debruça-se sobre o significado coletivo, encerrando a memória coletiva, a identidade, os valores e normas, as convicções e objetivos das pessoas. Na aceção das “ciências humanas”, por seu turno, a cultura é entendida como impulsionadora da criatividade – literatura, canções, música, dança, peças de teatro, pinturas, filmes, moda e arquitetura, englobando as criações daqueles que reforçam ou desafiam a identidade da sua comunidade através da arte.

Estas duas aceções estão ligadas entre si de múltiplas maneiras. A arte promove a identidade, a criatividade, o sentido de pertença e os objetivos estabelecidos no interior das comunidades culturais e desempenha um papel fulcral no avanço da compreensão, sensibilidade e interação entre as diferentes comunidades. A arte promove também as mudanças culturais, cria fronteiras flexíveis na integração social e possibilita uma imbricação de identidades, prevenindo, assim, tensões e violência que poderiam ser provocadas por diferenças culturais. Deste modo, a cultura pode contribuir para a estabilidade e para uma sensação de segurança, na medida em que transmite aos indivíduos e às comunidades um sentimento de pertença. No entanto, a cultura pode ser manipulada no sentido

negativo, quando se erigem barreiras de separação.

Quando se inclui apenas a “igualdade” e se exclui a “diferença”, a cultura pode provocar tensões e violência.

Muito se tem escrito sobre a descida recente da Europa na hierarquia mundial das economias emergentes e das diferentes áreas de influência. Contudo, tanto pelo tamanho da sua população como pela sua influência comercial, económica e financeira, a União Europeia continua a exercer um impacto global. Mesmo nestes tempos difíceis, continua a deter a maior parte do comércio mundial e a gerar um quarto da riqueza a nível global. Embora haja economias maiores a fazer-lhe concorrência, a UE continua a ser o maior prestador de ajudas financeiras aos países mais pobres e participa cada vez mais em medidas de manutenção da paz, na prevenção e resolução de conflitos, bem como na reconstrução após um conflito. A UE assumiu a liderança no tratamento das consequências do aquecimento global, da emissão de gases com efeito de estufa e na formação sobre energias limpas. A UE, que oferece estabilidade e prosperidade aos seus cidadãos, constrói relações estreitas com os países vizinhos, dissemina as vantagens dos mercados abertos, do crescimento económico e dos sistemas políticos democráticos. A UE não procura impor os princípios dos seus sistemas políticos e económicos, ou os valores ocidentais, a outros, mas acolhe qualquer outro país democrático europeu enquanto membro potencial e reúne recursos no interesse comum. As marcas da UE, que se vai alargando progressivamente, são a cooperação e a integração.

De entre todas as principais nações industriais, é a UE que disponibiliza mais ajudas ao desenvolvimento. Aspira, assim,

à superação da pobreza, possibilitando um desenvolvimento duradouro, bem como a melhoria das infraestruturas físicas e sociais e o fortalecimento das instituições do estado. A UE disponibiliza as suas ajudas por diversas vias – através da cooperação direta com governos, da realização de projetos individuais (frequentemente em colaboração com ONG), da ajuda humanitária, da ajuda na prevenção de crises, assim como através do apoio à sociedade civil.

No âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), a UE define o tipo de atividade diplomática e política que se propõe assumir na prevenção e resolução de conflitos. A UE, cuja influência é cada vez maior num planeta cada vez mais interligado, visa apoiar o desenvolvimento económico e a estabilidade política também num contexto mais alargado. Os interesses da UE vão para além do comércio e das ajudas ao desenvolvimento tradicionais. Incluem também as reformas económicas, a saúde e a educação, os programas infraestruturais, a investigação, o desenvolvimento e a política ambiental, proporcionando um enquadramento para o debate sobre democracia e direitos humanos.

Mas a UE exporta mais do que impulsos, meios de ajuda e competências para o desenvolvimento económico e a integração económica. Exporta também a cultura europeia – e com isto refiro-me tanto à ação “antropológica” como à das “ciências sociais” do conceito de “cultura”. A UE exporta uma estrutura cultural, na qual podem crescer a estabilidade, o desenvolvimento

“A cultura é, assim, mais do que aquilo que vemos num museu ou numa galeria de arte.”

e a prosperidade. Exporta cultura também enquanto mediadora criativa que incarna e transmite esta estrutura.

O nosso mundo progressivamente globalizado atribui cada vez menos importância às fronteiras políticas e às barreiras culturais, preparando o caminho para a compreensão das diferenças e para a criação e implementação de agendas comuns. No cerne da estrutura social e cultural que é exportada pela UE, através do apoio a programas e projetos em todo o mundo, estão normas de conduta e valores amplamente reconhecidos e aceites, tais como o estado de direito, uma ordem social liberal-democrática, a proteção dos direitos humanos, o reconhecimento da diversidade cultural e o respeito por outras culturas.

O alcance das relações culturais ultrapassa consideravelmente qualquer definição estreita de cultura enquanto “arte e património”. Uma tal definição restritiva não engloba todos os aspetos de tudo o que é possível alcançar, através do veículo cultura, nas relações internacionais. E, face aos veículos mais conhecidos e tradicionais das relações internacionais – diplomáticos, políticos, comerciais e económicos – as relações culturais são muitas vezes ignoradas, apesar de contribuírem em muito para a estabilidade e a prosperidade.

Em conjunto, estes valores e normas representam o “soft power” europeu – a influência cultural, que constitui o núcleo das relações externas europeias e através do qual estas normas e valores são disseminados pelo mundo fora, mediante um processo de diálogo intercultural. O diálogo intercultural fomenta a reciprocidade e a confiança – a base para relações internacionais bem-sucedidas. Enquanto o “hard power” significa exercer poder e manipulação (por

via militar ou económica), o “soft power” é o meio que possibilita a compreensão mútua e que permite trabalhar intencionalmente na sua construção.

O sucesso do processo de integração da União Europeia baseia-se tradicionalmente, no essencial, na cooperação política e económica. A dimensão cultural tem sido negligenciada. Mas, desde o final da Guerra Fria, e na sequência dos efeitos cada vez mais ponderosos da globalização, a cultura passa a ser central. As relações culturais, entendidas enquanto diálogo intercultural e construção da confiança através de um processo de compreensão mútua, constituem uma componente essencial tanto da integração europeia como da política externa europeia. Elas ligam as sociedades civis entre si, e não apenas as elites governamentais.

Devido a este poder de ligação, as relações culturais têm cada vez maior influência na prevenção e resolução de conflitos. A NATO desenvolveu a sua “abordagem alargada” – com ênfase na prevenção de conflitos, em vez de reagir a estes – de modo a incluir o aspeto cultural na construção da paz, dado que, na base dos conflitos, estão muitas vezes diferenças culturais: língua, crenças religiosas ou determinadas narrativas históricas constituem causas importantes para lutar apaixonadamente pela sobrevivência de uma determinada identidade cultural. Todavia, cultura pode ser também o único caminho para juntar pessoas em situação de conflito.

Hoje em dia, educação, desporto, arte, literatura, música e dança são instrumentos culturais utilizados por mediadores, instituições culturais e governos para reconciliar partes conflitantes e para construir relações de paz duradouras, através da perceção de interesses e valores comuns. A cultura divide, mas também

cura. A cultura é o “soft power” da atração, construindo pontes entre comunidades.

Eis alguns exemplos ilustrativos do papel que a cultura desempenha, em situações de conflito, um pouco por todo o mundo:

As “livrarias-cafés”, no Zimbabué, são lugares onde as pessoas se encontram para poderem conversar e debater assuntos em segurança – e não apenas sobre livros. É precisamente esse o objetivo.

Uma exposição fotográfica chocante, concebida por jovens ativistas pela paz, em Nairobi, mostra a violência no Quênia após as eleições e trá-la à memória de uma forma muito explícita. A juventude queniana de hoje vê a exposição e jura “nunca mais”.

Uma rede de mulheres afegãs, que começou com muito poucos membros, conta agora com milhares, desenvolvendo projetos de cariz prático nas suas comunidades, realizando atividades e conquistando para as mulheres uma voz efetiva no governo, que ainda se encontra em fase embrionária. Antes de 2007, a cultura nacional proibia as mulheres de tomarem decisões.

Na Palestina e em Israel, o programa desportivo “Futebol para a Paz” junta as duas comunidades, separadas uma da outra, e lida com as diferenças culturais de uma forma tão arrojada como os jogadores no campo o fazem uns com os outros. O desporto tornou-se um veículo para um diálogo intercultural mais alargado e para o entendimento mútuo.

Imediatamente após o conflito entre comunidades na Macedónia, uma rede interétnica eslava e albanesa juntou vários jovens no sentido de desenvolver projetos educativos e culturais. Até ao ano de 2005, esta rede cresceu em todo o país e encorajou as pessoas a trabalhar em conjunto após um conflito, ultrapassando as barreiras das diferentes comunidades.

No rescaldo das guerras nos Balcãs, foi posto de pé o projeto “Percurso Histórico da Bósnia” (“Bosnia History Trail”) para incentivar jovens das comunidades sérvias, bósnias e croatas a participar na rememoração do património cultural comum – um caminho eficiente para valorizar a História e as perspetivas dos “outros”.

Os estudantes europeus são sistematicamente encorajados a participar em programas de intercâmbio académico e os estudantes de outros países recebem bolsas para estudar em universidades europeias. A educação também é cultura.

Eis algumas das atividades e programas que contam com um investimento crescente da UE. O poder da cultura, das artes e da cultura na promoção de um sentimento de comunidade, através da educação e do diálogo intercultural, está na base do princípio fundamental da inclusão de componentes culturais na política externa e nas relações externas da UE. Nas relações externas, esta é a via que assegura a proteção à diversidade de culturas, tradições, línguas, expressões culturais. A União Europeia é, ela própria, uma reunião de diferentes culturas. A sua pegada cultural, cada vez mais abrangente,

“A União Europeia é, ela própria, uma reunião de diferentes culturas. A sua pegada cultural, cada vez mais abrangente, faz com que este modelo seja cada vez mais aplicado, ao passo que, noutros lugares, outras identidades culturais lutam entre si pelo domínio e pela sobrevivência.”

faz com que este modelo seja cada vez mais aplicado, ao passo que, noutros lugares, outras identidades culturais lutam entre si pelo domínio e pela sobrevivência.

A União Europeia é um exemplo para outras nações inimigas entre si, as quais poderão, a par e passo, modificar as suas relações, através de uma interdependência progressiva e da compreensão do seu destino comum. No seio da diversidade das suas culturas, os países da UE partilham ideias, normas e valores que, no seu conjunto, constituem uma “cultura abstrata”, na qual os europeus se reveem como parceiros. Eis uma prática cultural que vale a pena exportar.

O desenvolvimento de componentes culturais para as relações externas e para a política externa da UE permite-lhe acentuar o seu papel enquanto “parceira” de países terceiros – e de sublinhar a sua diplomacia multilateral, em vez de apoiar uma ação unilateral.

O poder do “soft power” da União Europeia consiste na sua disponibilidade para o diálogo em situações que suscitem diferenças, alcançando assim o entendimento mútuo, em vez de resolver um conflito por via militar ou económica. A cultura não é um setor ou esfera da sociedade separada da economia ou da política, mas sim uma das suas componentes integrantes.

As experiências culturais permitem um investimento dos indivíduos, do ponto de vista intelectual e emocional, e o estabelecimento de ligações pessoais que sobrevivem, ou se sobrepõem, a diferenças de opinião mais imediatas.

Não é por acaso que as visitas a instituições culturais são um ponto fixo no programa das visitas diplomáticas – é aqui que as relações entre pessoas se estabelecem, antes mesmo de começar o discurso político. A

cultura tem mais para oferecer do que aquilo que é perceptível nestas instituições à primeira vista. A cultura mantém as portas abertas, mesmo em tempos difíceis.

No decorrer das duas últimas décadas, em que fizemos um percurso desde a previsibilidade da Guerra Fria bipolar até aos caprichos do mundo multipolar de hoje, as relações culturais tornaram-se cada vez mais influentes. Os fatores culturais têm um papel maior na nossa compreensão de identidade – língua, religião e história. As pessoas percecionam-se e medem-se em função de parâmetros culturais. E, à medida que os efeitos da tecnologia, o acesso alargado a notícias, ideias, saber e a globalização penetram em todas as comunidades, vão aumentando as possibilidades de contacto e de intercâmbio. E é por causa desta atividade intercultural que as culturas se encontram, misturam e transformam, num mundo cada vez mais interligado.

Já não podemos entender a cultura como uma entidade separada da política, nos seus aspetos mais comuns, e das relações internacionais. A compreensão, o respeito mútuo e o lidar com a cultura dos outros são antes o núcleo mesmo do diálogo político e das relações externas. A UE está em posição de esgotar todas as possibilidades, substanciais e promissoras, das relações culturais, de modo a elevar os níveis de prosperidade e estabilidade em todo o mundo.

Robin Davies trabalha desde 2009 no British Council e lidera a equipa de Parceria e Relações Externas, na delegação de Bruxelas. Tem atrás de si uma carreira na Royal Navy, onde trabalhou no planeamento de rotas operacionais para destroyers e fragatas. Exerceu ainda atividade como adido militar em Moscovo e em Haia, e cumpriu um mandato de planeamento estratégico no Ministério da Defesa Britânico e na sede da NATO.

Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura
Talvez os institutos culturais não possam resolver
conflitos. Mas podem preparar caminho com
programas corajosos e ponderados, destinados
a derrubar preconceitos e ideias estereotipadas,
para que nas sociedades atuais se possam abordar
e debater questões sensíveis. E deveriam também
ouvir, pois só assim um diálogo será bem-
sucedido. *Martin Eichinger*



2011 foi o ano dos movimentos democráticos no mundo árabe – postos em marcha por uma nova geração de cidadãos árabes, que põem em questão a velha ordem para tornarem realidade os seus sonhos de uma sociedade aberta. 2012 irá mostrar se o seu ardente desejo de liberdade e democracia será satisfeito. Como vizinha direta, a União Europeia deve questionar-se qual foi o seu contributo para o envolvimento destes cidadãos.

No papel de representante de um dos países fundadores da Rede de Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia (EUNIC) gostaria de lançar um olhar mais atento ao novo papel da diplomacia cultural, desenvolvido nos últimos anos paralelamente ao objetivo principal da

EUNIC, que consiste em apoiar jovens artistas e talentos criativos e inovadores.

Desde a fundação do Serviço Europeu de Ação Externa da UE, em 2010, iniciou-se uma série de debates altamente produtivos, nos quais se louvou o papel positivo da cultura nas relações externas da União Europeia e foi reconhecido o potencial da diplomacia cultural para os assuntos externos. Enquanto uns lamentam que as relações culturais não façam parte do serviço externo e que as embaixadas da UE não tenham um representante cultural, outros estão convencidos de que a representação cultural, tal como antes, é um monopólio dos Estados atuais. O mundo da cultura é demasiado complexo e variado para se inserir em estruturas organizacionais administrativas. Graças à revolução das comunicações, os artistas, as redes culturais e as organizações da sociedade civil do setor cultural trabalham em conjunto. Funcionam, não como uma grande orquestra, que se deixa conduzir ao nosso gosto, mas sim como moléculas que circulam arbitrariamente na nossa atmosfera e simultaneamente se rearranjam sempre em novas estruturas.

Os institutos culturais adaptaram-se a este novo mundo da cooperação cultural. No diálogo cultural global, a participação é mais importante do que a representação. Além disso, não só os institutos culturais

atuam como um trampolim para o intercâmbio intercultural de artistas e criativos, como também consideram como parte da sua missão exercerem a diplomacia cultural. Os programas dos institutos culturais europeus refletem, cada vez mais, os desenvolvimentos políticos e sociais entre os diferentes países e seus habitantes.

Muitos institutos culturais já estão envolvidos no diálogo intercultural e inter-religioso. Na minha opinião, é tempo de os institutos culturais europeus da rede EUNIC se colocarem este desafio conjunto: é preciso evoluir e passar das palavras aos atos. As decisões da última assembleia geral da EUNIC em Bruxelas apontam na direção correta. Temos de avançar de forma mais rápida e decidida e implementar o nosso primeiro projeto-piloto neste contexto, sobre o qual temos vindo a debater desde o verão de 2011.

Devemos colocar-nos algumas questões fundamentais:

- Onde queremos chegar – ou seja, quais são os nossos objetivos?
- Por onde começar e como distribuir o trabalho pelos vários membros da EUNIC, tendo estas dimensões diferentes e dispondo de orçamentos também diferentes?
- Como alcançar os resultados desejados?

Devido à sua independência estrutural das instituições políticas – também a nível europeu – as instituições culturais e os membros da EUNIC podem agir de modo mais livre e completar com êxito o papel da UE e o das embaixadas e representações comerciais dos vários Estados, enquanto local de encontro para a sociedade civil

e plataforma de cooperação. Para além disso, as suas atividades culturais nos respetivos países de acolhimento são, por vezes, muito mais perceptíveis do que o trabalho de outras representações oficiais no estrangeiro.

O diálogo intercultural e inter-religioso, bem como a cooperação intercultural e inter-religiosa, não são um empreendimento fácil. Todos nós conhecemos a complexidade da cultura, que tem muito potencial, mas também apresenta muitos riscos. A cultura, por si só, não é um valor comum e até pode levar a conflitos. As relações interculturais confrontam-nos sempre de novo com a posição ambígua do caráter da cultura.

Uma confrontação de várias culturas surge sempre que ideias adversas chocam uma com a outra – e precisamente como resultado desse conflito, pode surgir criatividade e, conseqüentemente, cultura. Para unir a diversidade, precisamos de criatividade e cultura. A diversidade – étnica, religiosa, cultural ou linguística – é uma realidade nas nossas sociedades ou tornou-se entretanto, para ser mais preciso, o núcleo da nossa identidade europeia. “Unidos na diversidade”, o nosso lema comum, que deveria ser sempre da máxima prioridade para nós, exprime precisamente isso.

Neste contexto, é muito importante ter expectativas adequadas. Não vamos estabelecer a democracia, nem os direitos humanos, nem resolver conflitos só por juntar cabeças criativas. Não podemos substituir os bombeiros. Seja o que for que façamos, será sempre uma gota numa pedra quente. Mas sabemos também que água mole em pedra dura, tanto dá até que fura! Talvez os institutos culturais não possam

resolver conflitos. Mas podem preparar caminho com programas corajosos e ponderados, destinados a derrubar preconceitos e ideias estereotipadas, para que nas sociedades atuais se possam abordar e debater questões sensíveis.

Os institutos culturais têm de apelar à tolerância e ao respeito mútuo, enquanto aspiram a ser um motor na promoção e preservação da diversidade. Simultaneamente, temos de assegurar que as nossas atividades assentem numa convivência respeitosa com os nossos parceiros globais. Temos de evitar tudo o que possa ser interpretado como neocolonialismo, manifestação de superioridade ou comportamento muito professoral.

O nosso grupo alvo deve ser amplo e envolver os cidadãos e a sociedade civil, em vez de cooperar com as elites, que frequentemente não têm ligação nenhuma com algumas partes da sua própria sociedade. Por isso, é cada vez mais fulcral desenvolver o nosso trabalho de modo visível e garantir que o trabalho de sucesso dos institutos culturais esteja notavelmente presente nos meios da comunicação social.

Por onde começar e como distribuir o trabalho pelos membros da EUNIC, tendo estas dimensões diferentes e dispondo de orçamentos também diferentes?

Visto que somos diretamente afetados pelos desenvolvimentos dos nossos estados vizinhos, tem sentido localizar precisamente aí o primeiro projeto-piloto. As diferenças socioeconómicas entre nós e os nossos vizinhos no sul e no ocidente têm seguramente um certo potencial de conflito, sobretudo se perdermos as grandes oportunidades proporcionadas pela primavera Árabe. Estamos, portanto,

perante um duplo desafio. Em primeiro lugar, temos de estabelecer um diálogo sustentável com os novos governos. E, em segundo lugar, podemos contribuir, no contexto desse diálogo, com as nossas experiências para a criação de sociedades pacíficas através da colaboração entre os governos e as sociedades civis, tendo em consideração as diferenças entre os vários países e sociedades. Não existe uma “receita universal” para a cooperação.

Quando falamos de falta de vontade para a cooperação entre parceiros com os mesmos direitos, podemos remeter para uma lição da história recente, isto é, a apresentação muito interessante da Polónia sobre o trajeto que o seu país percorreu para chegar à democracia e à adesão à UE.

De início, devíamos traçar os passos comuns num roteiro claramente estruturado e equipar-nos com as respetivas ferramentas. Necessitamos, sobretudo, de muita competência intercultural e empatia profissional (também com o apoio de mediadores formados especialmente para este efeito), bem como da disposição de todos os participantes para ultrapassar as linhas de divisão existentes. Temos de garantir, sobretudo, que colaboramos ao mesmo nível com os nossos parceiros.

Uma vez que os membros da EUNIC se distinguem significativamente uns dos outros no que diz respeito às estruturas organizacionais, aos orçamentos e ao seu pessoal, temos de elaborar as nossas ta-

“Não vamos estabelecer a democracia, nem os direitos humanos, nem resolver conflitos só por juntar cabeças criativas.”

refas comuns de modo a possibilitar formas diferentes de participação. É preferível um máximo de participação à exclusão de membros individuais, desde que haja, pelo menos, um compromisso de contribuir adequadamente – nem que seja em géneros. Além do mais, somos muito mais fortes quando trabalhamos em conjunto.

Ficar sentado calmamente e ouvir

Num conflito, não é preciso apenas coragem para se levantar e tomar a palavra, mas também para ficar sentado e ouvir, tal como disse uma vez Winston Churchill. Principalmente o segundo ponto é essencial para um diálogo bem-sucedido. E o diálogo é, tal como já foi mencionado, o único caminho através do qual chegamos seguramente ao destino. Acredito firmemente na promoção do diálogo para além das classes sociais como ferramenta poderosa para a solução e prevenção de conflitos, que sensibiliza, promove a compreensão mútua e combate os clichés negativos de certos estereótipos e animosidades.

Neste contexto, gostaria de salientar o dever da Áustria para com o diálogo das culturas e religiões. A Áustria, e sobretudo Viena, têm uma longa tradição enquanto molinete do diálogo nacional e internacional e do intercâmbio. Já em 1980 criámos várias iniciativas, como, por exemplo, um diálogo regular islâmico-cristão. O diálogo das culturas deveria basear-se numa implementação geral de direitos humanos e direitos fundamentais. Respeitar esses direitos é uma pré-condição fundamental para uma sociedade pacífica e cunhada pela diversidade. Por isso, para o bem de todos, é de grande importância observar o

diálogo inter-religioso e intercultural também no contexto de uma integração bem-sucedida de minorias. Ao fim e ao cabo, a integração é uma das questões – talvez até a mais imperativa – das nossas sociedades numa Europa em transformação.

A migração e integração serão o *Leitmotiv* do 5º Fórum Anual da UNAOC, que terá lugar em Viena, na primavera de 2013. Gostaria de manifestar a minha esperança de que a EUNIC, enquanto organização, não só participe neste evento da UNAOC, como também apresente os primeiros resultados das atividades no âmbito da promoção do diálogo das culturas.

A sensação de chegar como migrante a um país estranho e encontrar-se perante barreiras linguísticas e culturais ou ser simplesmente visto com uma minoria numa sociedade – tudo isto leva a inseguranças e, no pior dos casos, à marginalização e à agressão. Os migrantes partilham essa experiência com as outras minorias – independentemente de qual seja a sua religião ou cultura.

Na promoção do diálogo cultural deveria haver um enfoque especial no desenvolvimento e apoio às mulheres e aos jovens. No âmbito das nossas diferentes atividades nacionais e internacionais, organizamos atualmente um seminário para mulheres de origem turca residentes na Áustria e que posteriormente serão consultoras do diálogo, isto é, mentoras nas suas comunidades. São abordados, sobretudo, tópicos como as questões de género, o ensino e a educação, a migração e os media. O objetivo do nosso seminário é formar pessoas que constroem pontes, que estejam ativas nas suas próprias comunidades, que se empenhem na interação de comunidades diferentes e que estabeleçam uma rede sustentável de

mulheres que se ocupam com as questões dos diálogos culturais. Este conceito é, sem qualquer problema, transmissível para o plano internacional.

Por conseguinte, para mim, o futuro dos institutos culturais consiste no diálogo construtivo com os nossos vizinhos – tanto para além das classes sociais a nível internacional, como com os migrantes na nossa sociedade e em cada sociedade na Europa. Enquanto prosseguimos globalmente no âmbito das nossas atividades culturais comuns com a colaboração bem-sucedida do nosso cluster da EUNIC, temos de enfrentar simultaneamente o novo desafio da diplomacia cultural, de prestar a sua contribuição no âmbito da segurança e da paz mundial, da prevenção de conflitos e de cuidados pós-conflituais através de esforços de diálogo entre culturas e religiões diferentes.

É uma missão nobre e simultaneamente difícil. Trata-se de um projeto a longo prazo que tem, infelizmente com frequência, poucos resultados concretos. Os seus efeitos são, em regra, dificilmente mensuráveis e persistem frequentemente na ausência de conflitos e de guerras. As dificuldades não devem, porém, de modo algum, impedir-

-nos de nos empenharmos de corpo e alma neste projeto.

Com base nas diretivas da EUNIC, temos de continuar a trabalhar nos nossos projetos-piloto, de modo a levar para a frente, de forma apreciável, o intercâmbio e a cooperação entre as pessoas no domínio da cultura e a apoiar a tolerância e o respeito mútuo, ou seja, apoiar o pensamento europeu: a unidade na diversidade e a diversidade na unidade.

Martin Eichinger é diretor da secção Político-Cultural do Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais da Áustria. No decurso da sua carreira diplomática esteve no México, em Washington e de 2007 a 2011 foi embaixador da Áustria na Roménia e República da Moldávia.

Campo da paz Da época do Iluminismo até à Primavera Árabe, levou muito tempo a atravessar o Mediterrâneo. Finalmente, a Europa pode devolver à costa arábica os tesouros da sabedoria, da filosofia e da ciência, que aquela nos ofereceu. *Luciano Rispoli*



O vento da liberdade que sopra sobre as populações do mundo árabe é, antes de mais, um vento da cultura. Para a liberdade, para as diferentes abordagens da democracia, para o próprio processo que conduz à sua exigência, as culturas são fundamentais. Estas culturas atuaram em conjunto e marcaram o momento da revolta dos povos árabes. Quando os árabes conquistam as suas liberdades e múltiplas possibilidades de expressão – desde um sacrifício simbólico em Tunis até uma batalha sangrenta pela liberdade na Síria, não esquecendo uma guerra na Líbia – alimentam-se também, todos eles, da experiência europeia da liberdade e da paz, bem como do diálogo democrático, ainda que por vezes contraditório.

Desde a época do Iluminismo até à rua

árabe, levou muito tempo a atravessar o Mediterrâneo. Finalmente, a Europa pode devolver à costa arábica os tesouros da sabedoria, da filosofia e da ciência, que aquela nos ofereceu.

A Europa olha agora para o mundo árabe com outros olhos. Chegou, por fim, a altura de perceber o que aquele rejeita e que passou talvez a ocupar um lugar dominante nas nossas sociedades: o poder absoluto, a dominância do dinheiro, a supremacia de uma casta sobre a outra, a retirada da cultura e a sua privatização com o único objetivo de ganhar dinheiro.

O comércio não é, em si mesmo, prejudicial, dado que garante padrões sociais. Torna-se perigoso, sim, quando monopoliza e coloniza as cabeças; em todas as culturas, a uniformidade mata.

Na Europa há, hoje em dia, uma cultura que impera sobre todas as outras: a dos resultados. No entanto, a derrota e a inutilidade são extremamente férteis. Na derrota manifesta-se o direito de ser diferente, na arte o direito de ser desnecessário. Atualmente, a cultura é vista e vivida unicamente como veículo. Como meio para um fim. Enquanto tema, desaparece dos discursos e programas oficiais. Hoje em dia, tem de gerar desenvolvimento. Além disso, projetos, crescimento, harmonização, para não dizer harmonia,

e, em última análise, tem de produzir resultados para obter financiamento.

A cultura, refém da segurança coletiva, tem de agrupar tudo de novo e levar a “fazer qualquer coisa em conjunto”. A cultura, refém da economia, deve servir os interesses das indústrias criativas. A cultura, refém da guerra, tem de conduzir à prevenção e resolução de conflitos através de disposições políticas.

Vamos partir do princípio de que o tempo da arte pela arte passou, e também o tempo da cultura pela cultura. No entanto, o facto de a política encarar a cultura como instrumento é um reconhecimento da importância central deste meio de comunicação.

Apesar dos ventos de liberdade que sopram no mundo árabe, enquanto as economias europeias perdem o fôlego, apesar de os padrões sociais estarem a ser destruídos e reinventados, a cultura afirma a sua importância fundamental, com a sua criatividade sem preconceitos, que não persegue outro objetivo senão o de existir simplesmente. A cultura, enquanto elo de ligação social, enquanto projeto coletivo que partilha normas comuns, enriquece através da mudança e dos desenvolvimentos constantes.

Há a cultura e as culturas. As duas cruzam-se e desafiam-se infinitamente. As culturas, “identidades assassinas”, para utilizar o título do célebre ensaio de Amin Maalouf, desaparecem atrás da cultura, que prepara e dá forma ao espaço da palavra e do silêncio, permitindo, deste modo, que os crentes mudem de opinião e que os não crentes prestem culto a tudo o que lhes agrada.

A cultura, um campo da paz, consiste de experiências e valores que nós, europeus, gostaríamos de ver partilhados em

tudo o mundo. A cultura, enquanto fator pacificador, garante as liberdades individuais e coletivas, a segurança de que o outro conserve o seu direito à diferença. Nesta perspetiva, a cultura é, para além de todas as atividades culturais destinadas a promover eventos e experiências, fundamentalmente universal.

Divulgar a experiência da pluralidade

A EUNIC congrega as sedes dos Institutos Nacionais de Cultura dos países da União Europeia. Persegue um objetivo ambicioso: divulgar a experiência europeia através da cultura. A experiência de ter posto fim a séculos de guerra; a experiência de promover o diálogo e a conjugação de saberes; a experiência da pluralidade, a experiência dos direitos individuais e da imprescindível solidariedade coletiva na vida em comum. E, por vezes, também a experiência de uma derrota ocasional, mas sobretudo a vontade de construir algo em comum, enquanto os nossos destinos estão indissolivelmente ligados.

Por isso, a EUNIC segue cinco orientações essenciais, reproduzidas e aplicadas em todo o mundo, por cerca de 80 núcleos:

1. Aconselhar-se junto da sociedade civil – com a ajuda dos respetivos núcleos dos maiores países do mundo árabe –, de modo a fomentar o intercâmbio de ideias sobre temas diversos, tais como os meios de comunicação social, atores culturais e as suas formações cruzadas, atividades em rede em espaços culturais e, finalmente, sobre a criação de normas legais de proteção dos criadores culturais.

A EUNIC aproxima-se da região do MENA (Médio Oriente e Norte de África) com a plena consciência de que os nossos povos já interagem entre si e vivem uns com os outros. Esta coexistência pacífica tem um significado existencial, apesar de os extremistas de ambos os lados tentarem destruí-la. O extremismo político e/ou religioso é inimigo da cultura.

2. Manter um diálogo com a China, grande potência cultural e parceira de intercâmbio em todas as áreas ligadas à cultura – desde a produção à coprodução, desde o marketing até à distribuição, desde a influência recíproca até à descoberta comum. A EUNIC e a China realizam, no ano de 2012, o seu quinto Diálogo Intercultural. O tema principal deste Diálogo é: “Atividades culturais e desenvolvimento urbano” e os subtemas são:

- a proteção e a investigação de recursos culturais locais e o desenvolvimento de marcas culturais para as cidades
- o papel da cultura no desenvolvimento urbano sustentado
- as indústrias criativas e o ensino (contemporâneo) da arte
- cultura comunitária e vitalidade urbana

A par destes diálogos entre peritos e artistas europeus e chineses, há diversos *workshops* que contribuem para uma melhor compreensão entre as nossas valiosas experiências, na Europa e na China.

3. A EUNIC pretende transportar a cultura ecológica como novo padrão social e, com isso, promover o desenvolvimento e o bem-estar.

4. A atividade cultural deve ser associada ao conceito de crescimento – no sentido económico. A cultura tem de ser entendida como um setor inteiramente económico e atrair a total atenção dos estados e entidades oficiais para si, a nível nacional, europeu e global. Esta parte da economia, submetida a determinadas regras e que, mais do que qualquer outra, necessita de proteção, cria prosperidade, ocupações e novas condições de vida.

5. A EUNIC visa, finalmente, fomentar a cultura enquanto poderoso meio de prevenir conflitos e de participar na sua resolução.

Este quinto objetivo, que a EUNIC pretende atingir, coloca muitas expectativas à UE. A EUNIC exige uma cooperação melhor, mais bem estruturada e mais duradoura com a Comissão e o Serviço Externo. A nossa rede defende fundamentalmente a ideia de melhorar as relações através do diálogo entre parceiros, e concretizamo-lo mediante a realização de eventos, reuniões, coproduções e da divulgação cultural, que visa um maior entendimento. As delegações da UE valorizam a cooperação com a EUNIC.

Atualmente, a avaliação da EUNIC é bastante positiva: as culturas europeias são visíveis em todo o mundo. E a UE tem um instrumento poderoso nas mãos – a EUNIC –, para promover a visibilidade cultural da Europa e mostrar que a UE não é apenas uma administração técnica, política e económica, mas também, e diríamos até principalmente, uma experiência cultural fantástica. Os esforços conjuntos dos Institutos Nacionais com os núcleos asseguram uma visibilidade clara da Europa e ampliam, deste modo,

a imagem da Europa para além do plano tecnocrático ou estritamente económico. A diplomacia cultural existe mesmo, não é uma invenção. É suportada pelas atividades culturais dos Estados-membros.

E é cada vez mais suportada também pelos núcleos da EUNIC, com o propósito de “fazer (algo) em conjunto” e “defender em conjunto o nosso património comum”. A EUNIC, com todos os seus 80 núcleos no mundo inteiro, onde são levadas a cabo atividades que chegam a milhões de cidadãos dos cinco continentes, transmite uma mensagem clara: a Europa é a esperança de viver em conjunto, de respeitar as nossas diferenças e transformá-las num poder forte, estável e duradouro; um poder pacífico.

Os Estados-membros da UE não viveram conflitos nem guerras desde o início desta aventura. Muita coisa foi feita e, em todo o caso, temos de agradecer por isso aos fundadores da UE. Todavia, há mais a fazer, especialmente na área da cultura. É necessário encetar um programa económico visível que dê apoio às atividades culturais da UE noutros países. A UE, que não deve ser confundida com as culturas nacionais nem com as políticas culturais locais, tem de promover, enquanto instituição poderosa que é, a paz, a estabilidade, o desenvolvimento e o bem-estar, apoiando atividades culturais.

Dizem-nos que a cultura é cara. Por isso pedem-nos que justifiquemos a sua utilidade. A UE tem de assumir um papel importante nesta matéria: pôr em prática a ideia de que a cultura não é negociável. Embora os Estados-membros não encarem a possibilidade de delegar na UE as políticas culturais locais, existe uma grande necessidade de uma “política cultural da UE”. Isto significa que temos uma conceção clara das

experiências europeias – as quais queremos promover noutros países –, mas também que temos profissionais nessa área e um apoio financeiro sustentado.

Se não disseminarmos os nossos sucessos através da cultura, estamos a preparar o caminho para possíveis guerras, conflitos étnicos e sociais e, por fim, perderemos a vantagem de 60 anos de esforços comuns.

Será que conseguimos, por um segundo que seja, imaginar realmente um mundo sem cultura? Isto é, sem palavras, sem música, sem pintura, sem esculturas, sem teatro, sem literatura, sem histórias, sem entretenimento? Por outras palavras, sem uma coisa que temos em comum? Será que conseguimos imaginar seriamente uma Europa que não fomenta a cultura através das culturas? A cultura protege contra o pior dos inimigos que está dentro de nós. Ela promove o crescimento económico e faz-nos fugir do pior. Segura-nos, por isso também nos seguramos a ela. Faz-nos, constrói-nos; e, em contrapartida, nós criamo-la. Dia após dia.

Luciano Rispoli trabalhou durante doze anos para o grupo France Télévision, onde foi responsável pela região do MENA. Depois, esteve quatro anos na Turquia como adido de imprensa para a Turquia, Ásia Central e região do Cáucaso. Em novembro de 2011, foi para o EUNIC, assumindo, até à primavera de 2012, a direção do secretariado permanente da EUNIC Global.

Alimento para a alma No Sudão Meridional, a pobreza e a fome são endêmicas em consequência da guerra civil de décadas e a assistência aos refugiados que regressam de países vizinhos e de outras regiões constitui um problema. A taxa de analfabetismo é superior a 80%. Que papel pode a cultura desempenhar em tal contexto? Entrevista a *Jok Madut Jok*, subsecretário de Estado da Cultura da República do Sudão Meridional



Ruth Ur: *Faz já mais de um ano que foi declarada a independência do Sudão Meridional a 9 de julho de 2011. Espantado e curioso, o mundo contemplou o nascimento do país mais jovem do mundo e, passados quase 50 anos de guerra, aflorou um novo otimismo. Mas este primeiro ano não foi fácil: estalaram conflitos, tanto na zona fronteiriça como entre as tribos, e a rutura das relações com o Norte conduziu a drásticas medidas de austeridade decretadas pelo governo sediado na capital, Iuba. Na qualidade de secretário de estado da Cultura, onde é que vê o contributo da cultura para a construção do estado nestes tempos difíceis?*

Jok Madut Jok: Eu acho que quando um país novo carece de infraestruturas, quando tem que oferecer serviços

sociais e estar em condições de garantir alimentação aos seus cidadãos, nessa altura é igualmente importante exaltar as culturas autóctones e incentivar as artes, para que também haja alimento para a alma. O alimento para a alma é até mais importante em circunstâncias como estas, com uma situação económica depauperada. Se partirmos do princípio que o sentimento nacional e o orgulho dos cidadãos irá surgir quando este país for capaz de lhes disponibilizar serviços sociais, deveríamos também poder assumir que – perante medidas de austeridade, em que o país não tem condições para disponibilizar quaisquer serviços sociais – tornam-se mais importantes do que nunca os programas que procurem transmitir aos cidadãos um sentimento de orgulho e fortalecer os seus laços com a política. Ou seja, se não podemos prestar quaisquer serviços às nossas gentes, pelo menos deveríamos proporcionar-lhes entretenimento, proteger os seus usos e valores culturais, assim como garantir-lhes oportunidades de aperfeiçoar os seus talentos, tudo isto no interesse da construção de uma identidade nacional coletiva.

Ruth Ur: *Pondo eventualmente de lado a ideia de cultura como entretenimento, como harmoniza a necessidade de criar uma identidade nacional coletiva com o potencial, por parte da cultura, de colocar questões (em lugar de procurar respostas), tal como ser um meio de lidar com os traumas da guerra e conflitos pendentes?*

Jok Madut Jok: Na realidade, a cultura desempenha inúmeras funções para além de preservar e exaltar as tradições. Sendo um país que se unificou, mais pela oposição ao Sudão Setentrional e pelo objetivo comum da libertação, do que por um sentimento de unidade histórica entre todas estas pessoas, o Sudão Meridional partiu sempre do princípio de que um objetivo comum, ao conseguir a independência, constituiria o fundamento da nação. Contudo, uma vez alcançada a independência, verificou-se que a nação pouco mais representava do que uma mera unidade geográfica – com mais de 70 grupos étnicos que se viam uns aos outros como diferentes. Houve necessidade de um esforço concertado para alcançar uma unidade e uma identidade nacionais e o caminho mais evidente para lá chegar era uma representação equitativa, uma exaltação e um incentivo das culturas do país, a fim de tomar como base construtiva as convergências culturais e realçar que a diversidade cultural é uma mais-valia, e não uma obrigação, como se tem constatado em muitos outros países africanos.

Ruth Ur: *Voltemos à questão da cultura do Sudão Meridional: será que existe efetivamente enquanto tal, distinguindo-se do norte desmembrado ou dos países vizinhos? E qual é o contributo do seu ministério para uma identidade positiva do*

Sudão Meridional que não se defina simplesmente através da oposição ao Norte?

Jok Madut Jok: De facto, as culturas não se podem distinguir inteiramente umas das outras e pouco interessa a dimensão da distância entre as pessoas ou qual o historial de severos conflitos por que passaram. A experiência aponta mais no sentido de uma influência recíproca de culturas. A questão não é, por isso, a distância ou a proximidade entre culturas. O que torna únicos os costumes do Sudão Meridional é o facto de eles serem preservados no interior deste território. Enquanto o país oferecer a todos as mesmas oportunidades de acesso ao palco nacional, todos representam componentes diversificadas da “cultura do Sudão Meridional”. Quer uma prática cultural seja originária do Sudão Meridional, quer seja uma importação de qualquer outro lado, enquanto for praticada no Sudão Meridional e as pessoas que a exercem a considerarem válida e um aspeto importante da sua identidade, ninguém se pronunciará contra ela, sendo antes objeto de incentivo. É também incontestável que entre as diferentes nacionalidades étnicas do Sudão Meridional existem mais semelhanças do que entre cada grupo étnico isolado e grupos vizinhos além-fronteira. O trabalho do ministério da Cultura consiste em criar símbolos nacionais enquanto costumes que funcionem como vínculo essencial, incentivando convergências entre os grupos étnicos, a fim de contribuir para a construção de uma identidade nacional da qual cada cidadão e cidadã se sintam parte integrante, mantendo a

fidelidade ao seu próprio grupo étnico.

Ruth Ur: *O Sudão Meridional tem a dimensão da Península Ibérica e nele existem mais de 70 grupos étnicos e idiomas. Será que os conceitos de um estado nacional e de uma identidade nacional fazem realmente sentido ou trata-se simplesmente de um paradigma colonial que se impõe a uma sociedade tribal?*

Jok Madut Jok: Embora algumas comunidades no território do Sudão Meridional de hoje constituíssem reinos de base tribal, o conceito de um estado nacional com uma autoridade central era sem dúvida estranho – do ponto de vista histórico – à maioria das comunidades étnicas do Sudão Meridional. O conceito de estado nacional foi introduzido pelas potências europeias que, no decorrer da partilha do continente africano, criaram “o Sudão” a partir de uma amálgama de nacionalidades étnicas. Mas a ideia de um estado nacional irá sobreviver. Para um estado soberano, é necessário que a sua liderança conduza à unidade política e à coesão social, assim como à estabilidade e ao bem-estar. Como o estado é agora uma realidade e as pessoas têm aí de viver juntas, é da máxima importância encontrar símbolos que unam as pessoas numa nação. A habilidade consiste em a lideran-

“O conceito de estado nacional foi introduzido pelas potências europeias, que, no decorrer da partilha do continente africano, criaram o Sudão a partir de uma amálgama de nacionalidades étnicas.”

ça política escolher, como símbolos, componentes da identidade do país em que todos e cada um dos cidadãos se sintam representados e isso significa integração e representação equitativa. Temos de estar conscientes do nosso próprio passado. Um dos fatores mais relevantes na decisão de o Sudão Meridional se separar do Sudão foi o sentimento de exclusão perante os símbolos da identidade cultural do país, assim como o privilegiar da identidade arábico-islâmica.

Ruth Ur: *Apesar de reservas petrolíferas significativas, a par de outros recursos naturais, o Sudão Meridional continua a ser uma das regiões menos desenvolvidas do mundo. Tendo em vista o potencial económico da cultura, que área seria fulcral para o crescimento, e como poderia ser utilizada para criar prosperidade?*

Jok Madut Jok: Primeiro que tudo, estamos plenamente conscientes de que o petróleo representa um recurso limitado e que a diversificação da nossa economia não é apenas uma necessidade, mas também uma condição indispensável de sobrevivência. Neste momento, estão a ser pesquisadas todas as possíveis fontes de rendimento, tanto por parte do estado, como dos indivíduos e comunidades. Em segundo lugar, os sul-sudaneses, tal como o resto da África negra, produzem uma diversidade de artesanato e arte utilitária. Muitos objetos, desde louça em cerâmica e cestos entrançados a material bélico e artefactos religiosos ou espirituais, passando por utensílios de lavoura, não são produzidos por amor à “arte”, mas, em

vez disso, são executados artisticamente para o uso diário. Sem contar com o valor prático que possuem para a vida no dia-a-dia, são também uma mercadoria valiosa que pode eventualmente ser rentabilizada em mercados turísticos e em trocas comerciais entre tribos. Infelizmente, muito deste artesanato tradicional sofre a ameaça do mercado global, em especial do plástico e do alumínio provenientes da Ásia. O ministério da Cultura é de opinião que este artesanato, se for protegido como parte da herança do Sudão Meridional, não só mantém viva uma cultura única como também proporciona uma fonte de rendimento para os seus criadores. É preciso que nos recordem que talvez não lhes atribuamos o valor que, de facto, têm para nós – até que, numa altura qualquer, deixem de existir. Então, seria extremamente difícil reanimar esta cultura. Para diminuir o risco de uma perda, estamos neste momento a recolher amostras de todas as peças individuais de cada tribo e a reuni-las com vista a uma exposição itinerante. Esta irá depois apresentar as comunidades do Sudão Meridional de maneira a suscitar debates sobre cultura e nação. Uma vez terminada esta exposição itinerante, iremos mostrar as peças em museus de Iuba, Wau e Malakal, dispondo-as, não por tribos, mas de acordo com a sua função. Isto irá revelar convergências nas tradições tribais, reduzir dissonâncias, aumentar a tolerância perante as diferenças, incentivar a convivência e, finalmente, demonstrar um avanço na unidade nacional.

Ruth Ur: *Uma das coisas que me chamou mais a atenção em Iuba foi, por um lado, a discrepância entre talento e criatividade e, por outro, a falta de infraestruturas culturais básicas. Devido às rendas inflacionadas é difícil encontrar espaços para ensaios ou exposições. Atendendo aos muitos anos de guerra, esta falta de infraestruturas é pouco surpreendente, mas pergunto-me: por onde começar em contexto tão difícil? Talvez se pudesse também ver a coisa de outra maneira: imaginemos que estamos em 2015 e olhamos para trás. O que é que gostaria de ter conseguido até então?*

Jok Madut Jok: Fico destroçado de cada vez que uma jovem artista com talento vem ao meu escritório dizer-me que não pode expor os seus quadros porque há falta de galerias ou centros culturais. Ou uma outra artista que pretende arrendar um espaço num restaurante para o transformar num palco de teatro. Ou um jovem músico que não pode apresentar a sua arte porque lhe falta um local apropriado. O centro cultural Nyakorun, em Iuba, que era antigamente a única instituição de cultura no Sudão Meridional, foi arrendado a uma empresa privada antes do fim da guerra e deixou de estar disponível para os artistas, a título gracioso. Nesta situação, o Sudão Meridional não consegue tirar o máximo partido do seu potencial enquanto grande nação, porque não lhes faculta qualquer oportunidade de promover o seu talento e a arte, de um modo genérico, enquanto meio de diálogo intergeracional, destruindo estereótipos

entre as tribos que incitam à violência. Para que a arte e a cultura possam criar uma linguagem de coesão, é importante que o Sudão Meridional e os seus parceiros de desenvolvimento promovam o investimento em infraestruturas culturais, iniciado com a construção de um centro cultural nacional, um centro das artes de representação em Iuba que possibilite um diálogo cultural tanto entre as tribos como com os países vizinhos. No Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, estamos convencidos de que os projetos cívicos – ainda que não constituam uma panaceia contra a violência étnica – são, de certeza, componentes de relevo em qualquer esforço para garantir a estabilidade no país. Um outro investimento significativo que estamos a planear mas que, devido a falta de meios, está fora do nosso alcance, são teatros em Iuba, Malakal e Wau, complementados por um programa de pedagogia teatral. Porque isto representa um veículo importante para estimular a convivência, a higiene e muitos outros valores sociais, especialmente quando se começa com crianças em idade escolar, que irão assim crescer com estas ideias.

Ruth Ur: *Quais são as suas prioridades em termos de política cultural, numa nação onde 51% da população vive abaixo do*

“Fico destroçado de cada vez que uma jovem artista com talento vem ao meu escritório dizer-me que não pode expor os seus quadros porque há falta de galerias ou centros culturais.”

limiar de pobreza e a taxa de analfabetismo se situa nos 85%?

Jok Madut Jok: Relativamente aos pressupostos fundamentais para um sistema de educação democrático, estamos a colaborar com o Ministério da Educação. Neste âmbito, o mais importante são o currículo e a formação de professores, tendo como ponto fulcral o ensino das línguas maternas, pelo menos nas classes iniciais. Um currículo e manuais escolares que abarquem a cultura e o ambiente locais incentivam as crianças a permanecer na escola. O passo seguinte é o ensino artístico na escola, incluindo um programa de teatro escolar que poderia ser utilizado como instrumento para transmitir mensagens – sobre a paz, a importância da educação das raparigas, os valores da convivência e a história comum da luta pela liberdade.

Ruth Ur: *A cultura é o instrumento mais importante, por cujo intermédio os diversos grupos, sociedades e comunidades exprimem os seus valores, crenças e tradições comuns. Ela pode unir as pessoas, mas também conduzir à rutura e ao fomento de tensões. É por vezes necessário lembrar àqueles, de entre nós, que trabalham na área cultural, que a cultura nem sempre tem efeitos positivos! Poderia dizer-nos como vê a relação entre cultura e conflito?*

Jok Madut Jok: Onde quer que a cultura seja responsabilizada por um conflito, é fácil descobrir que, efetivamente, não é a cultura a sua causa, mas sim o sentimento de exclusão do palco nacional ou as tenta-

tivas de impor uma determinada cultura a representantes de outra cultura. Por outro lado, a cultura é, de um modo geral, um veículo muito importante para fomentar a convivência. Por exemplo, existem no Sudão Meridional algumas tribos que praticam a luta livre como desporto. Simultaneamente, são esses os grupos que concorrem entre si pela posse de recursos e que se combatem mutuamente. Nos últimos anos, tentámos promover a luta livre como desporto nacional e levar as tribos a transpor para esta prática desportiva a competição letal de mútuos tiroteios. Quanto mais se avançar nesta interação “amigável”, tanto mais diálogo existirá também, assim como menos estereótipos e mais tolerância.

Ruth Ur: *Uma ideia fascinante. Gostaria de ouvir mais opiniões suas sobre o modo como as intervenções culturais podem promover a estabilidade e a coesão social. Tem outros exemplos convincentes – do Sudão Meridional ou de outros lugares?*

Jok Madut Jok: De todos os hábitos de cultura que observei entre os diversos grupos, a língua parece-me ser o mediador cultural mais eficaz entre os seres humanos. Quanto mais as pessoas souberem acerca da língua dos outros, tanto menor é a hostilidade perante eles. Se, no Sudão Meridional se investisse numa política da língua em que, digamos, o idioma de cada tribo fosse considerado como língua nacional, seguindo-se o inglês como língua do governo e da educação superior, e uma língua franca como o árabe iuba, resultaria daí provavelmente um país mais unido no espaço de uma geração. Fiquei

igualmente impressionado com o *endowment for the arts* dos EUA, cujo lema é: “Grandes nações merecem grande arte.” Ideia subjacente: não importa o grau de diversidade de um país – a questão cultural seria menos problemática, se a cada cultura particular fosse reconhecido o mesmo espaço. Então as pessoas veriam que a cultura dá um contributo para a policromia de um país.

Ruth Ur: *A rede EUNIC, organização cimeira dos institutos de cultura europeus, já tem uma representação em Iuba e há até uma Semana de Cinema Europeu, extremamente bem acolhida, que se realiza no Institut Français, em pleno campus universitário de Iuba. Tanto o British Council como o Institut Français têm escritórios em Iuba, ao passo que outros operam a partir de centros em Nairobi ou Cartum. Que papéis deveriam aqui desempenhar as organizações culturais europeias para promover a estabilidade? Ou pensa que o nosso contributo é outro? Quero ir mais longe: perante os desafios existentes, em que é que podemos mudar algo de forma positiva?*

Jok Maduk Jok: De início, depositávamos grandes esperanças nas instituições culturais europeias, tanto em relação ao apoio financeiro, como ao conhecimento especializado em termos de conservação de bens culturais, intercâmbio, exposição e promoção,

“A Europa pode, mesmo assim, conseguir muita coisa no Sudão Meridional, se houver coordenação e intercâmbio de programas entre as representações.”

mas apercebemo-nos das restrições orçamentais a que foram sujeitas algumas destas organizações. Isto dificulta o apoio isolado a grandes projetos culturais em países em desenvolvimento por parte de representações individuais. Mas a Europa pode, mesmo assim, conseguir muita coisa no Sudão Meridional, se houver uma coordenação e um intercâmbio de programas entre as representações. O que evitaria duplicações e, porventura, uma difusão de competências meramente residual. As nossas prioridades são os programas escolares na área de teatro e da arte, assim como um centro cultural em Iuba, a fim de articular programas para a arte e a cultura com a educação. Isto iria preservar a cultura, restabelecer a paz, encorajar e promover os talentos enquanto ainda são jovens e equiparia os cidadãos mais novos com histórias para os ligar à sua nação e lidar com a diferença de forma tolerante.

Ruth Ur: *Este ano, com o apoio do British Council, o grupo de teatro do Sudão Meridional viajou até Londres para participar no Festival Globe-to-Globe com uma representação de Cymbeline, de Shakespeare, em árabe iuba. Um espetador do Sudão Meridional escreveu-nos a este propósito: “A euforia suscitada na diáspora por esta representação só foi superada pela declaração de independência do Sudão Meridional a 9 de julho de 2011. Foi bonito ver que a imagem negativa do Sudão Meridional nos media, incarnada numa criança a morrer de fome, demasiado fraca até para afugentar as moscas no seu rosto, dava agora lugar aos atores sorridentes de Cymbeline. A peça também levou a que os*

sudaneses do Sul começassem a questionar o ininterrupto palavrório apologético destinado a dissimular as nossas muitas capitulações. Frases feitas como “Somos uma nação recente, que começa a partir do zero” ou a variante “Roma e Pavia não se fizeram num dia” soam cada vez mais vazias de sentido, quando confrontadas com as conquistas do teatro do Sudão Meridional, que há quatro meses nem sequer existia!” Como pode basear-se nestas experiências para alterar as percepções tanto dentro, como fora, do Sudão Meridional?

Jok Madut Jok: Quando o grupo regressou de Londres, fizemos com que também representassem aqui, em Iuba; houve um espetáculo para dignitários e um aberto ao público. Pretendíamos, assim, uma avaliação pública das artes. Atualmente, estão-se sempre a ouvir pessoas dizer que antes não se interessavam por teatro, mas que agora gostariam de ver mais representações destas. Procuramos aproveitar o momento para, com o respaldo de legislação parlamentar, fundar uma companhia de teatro do Sudão Meridional, apoiada pelo Governo, mas independente dele, no sentido de obter os seus próprios meios de financiamento, incentivando-a, assim, a escrever peças de teatro e a encenar espetáculos que abordem a multiplicidade de temas presentes em todo o Sudão Meridional – no âmbito da política, economia, ordem social, segurança, higiene e conflito. Entretanto, é convicção generalizada que o teatro não é só um meio para renovar a imagem do país no plano internacional, mas serve também para comentar a nossa sociedade em jeito de corretivo, para já não falar do seu valor

de entretenimento. Um modo significativo de agarrar o momento e elevar o apreço pelo teatro consiste na construção de um teatro nacional em Iuba e na restauração dos teatros já existentes em Wau e Malakal. Para além disso – tendo em vista a produção de material para o teatro – é fulcral tomar como base a cultura de escrita teatral aqui já existente e organizar concursos anuais de peças de teatro, poesia e contos. É este o material que servirá de “ração” à companhia de teatro.

Ruth Ur: *Desde a sua tomada de posse, tem trabalhado no sentido de formar competências e desenvolver infraestruturas para a cultura do seu país. A sua experiência anterior no campo profissional situa-se na área da saúde, em particular da saúde das mulheres. Que relação vê entre o seu trabalho académico e o seu papel no Ministério da Cultura?*

Jok Madut Jok: Ao ocupar-me da saúde das mulheres, confrontei-me com uma série de costumes que tinha observado em toda a África e que as prejudicam. Costumes, dos quais se diz serem normas culturais. Por exemplo, a saúde das mulheres é diariamente afetada por uma violência específica de género, pelo casamento precoce das meninas, a transmissão por herança das esposas, as imposições de trabalho e expectativa de descendência. Para perceber o que está em jogo quanto à saúde das mulheres, foi importante para mim estudar as normas sociais e culturais que lhe estão ligadas. Aprendi, assim, que a cultura é responsabilizada por ações que, na realidade, têm mais que ver

com relações de poder entre os sexos do que com normas culturais. Mesmo que as culturas possam ser flexíveis, no sentido de capacitar os seus membros para lidar com a mudança, a sua influência negativa nas mulheres parece torná-las menos flexíveis. A título exemplificativo, a maior parte das comunidades apoiou sempre a compra da noiva, porque desempenha um papel na consolidação das relações sociais e dos casamentos. Porém, as pessoas estão cada vez mais céticas em relação a esta prática que contribui para as experiências negativas das mulheres no seio do casamento, dado que os homens consideram as mulheres como sua propriedade, pela qual pagaram, achando que as podem maltratar, se estas não corresponderem a determinadas expectativas. Porventura existe também uma ligação parcial entre o dote e o casamento infantil – com consequências catastróficas para a mortalidade de sobrepeso. Um outro exemplo é a ideia de que as mulheres só são excelentes como mães e esposas e para pouco mais servem. Esta postura mental é responsável por uma deficiente educação para as raparigas, pela ausência de empregos fora do lar para as mulheres, por uma saúde afetada devido aos partos frequentes e pela violência física se as mulheres não respeitam estas restrições. Por tudo isto, o empenho cultural poderia incentivar as práticas positivas e, quem sabe, levar também ao abandono de práticas

A cultura é responsabilizada por ações que, na realidade, têm mais que ver com relações de poder entre os sexos do que com normas culturais.”

que cada vez mais membros da sociedade encaram de forma crítica.

Ruth Ur: *Em última instância, muita gente conhece pouco mais acerca do Sudão Meridional do que a sua história trágica, carregada de conflitos. Que objeto ou história poderia transmitir aos leitores uma outra ideia do seu país?*

Jok Madut Jok: Sim, a imagem que o mundo tem do Sudão Meridional reduz-se muitas vezes à guerra e aos cidadãos como vítimas do poder estatal. Muito disto é, efetivamente, verdade. Mas apesar de termos sido, à escala mundial, um dos países mais abalados pela guerra desde a Segunda Guerra Mundial, a humanidade e a resiliência das pessoas sempre foram inequívocas. Só alguém que viveu ou trabalhou no Sudão Meridional durante a guerra pode realmente compreender-nos quando falamos dos valores fundamentais que ajudaram as nossas gentes a preservar, em parte, a sua generosidade e a sua disponibilidade. Recordo-me dos anos noventa, quando grassavam surtos de fome e à chegada de representantes de organizações de assistência internacionais para prestar ajuda humanitária, as pessoas a quem eles queriam acudir tudo tentavam para encontrar uma cabra, um carneiro ou um touro que pudessem matar em honra dos visitantes. Se bem que lhe possa nomear muitos elementos culturais que só existem no Sudão Meridional, são realmente as normas, as tradições e os valores que constituem os símbolos mais omnipresentes no nosso país. Por exemplo, no Sudão Meridional existe uma coisa que os antropólogos denominam *cattle complex*.

Refere-se a uma região cultural que abarca as tribos dos Nuer, Dinka, Murle e Mandari, para quem o gado vacum representa a principal fonte de sustento. Mas como aquele desempenha um papel fulcral em todos os aspetos da vida – do casamento à aquisição de bens, passando pelos impostos e as propinas escolares das crianças, passou entretanto a ser considerado como o bem cultural mais valioso. No Sudão Meridional vive mais gado do que gente e as normas culturais que existem em torno das existências de gado são complexas, divertidas e tão matizadas que constituem um verdadeiro recurso cultural.

Entrevista conduzida por Ruth Ur

Jok Madut Jok é subsecretário de Estado no Ministério da Cultura da República do Sudão Meridional e professor extraordinário do Seminário de História na Loyola Marymount University, na Califórnia. Anteriormente desenvolveu atividade no campo da ajuda ao desenvolvimento e aconselhou organizações de assistência humanitária. Em 2007, foi publicado o seu livro com o título em inglês: "Sudan: Race, Religion and Violence". Jok Madut Jok é co-editor de "The Sudan Handbook" (2010) e, recentemente, foi cofundador de um instituto de investigação do Sudão Meridional, o Sudd Institut. **Ruth Ur** é diretora de "Programas e Parcerias: Europa Alargada" do British Council. O seu percurso profissional de 15 anos no British Council inclui a função de diretora do departamento "Arte e Desenvolvimento", cargos em Israel e na Turquia, assim como atividades de curadoria. Impulsionou um estudo mais abrangente sobre "Arte e mudança social na Líbia, Egito, Tunísia e Marrocos", realizado pela Universidade de York e que será publicado em fins de 2012.

Relatório Anual da EUNIC Até agora faltou uma estratégia conjunta e coordenada da UE para o papel da cultura nas relações externas do continente. A EUNIC, organização-cúpula dos institutos culturais europeus, com as suas 2000 filiais espalhadas por todo o mundo em mais de 130 países, vem colmatar esta lacuna e está empenhada em advogar uma voz mais forte e independente para o setor cultural e para o valor da cultura na promoção de um maior entendimento entre pessoas, sociedades e nações.

A EUNIC foi criada em 2006 como uma rede de institutos culturais nacionais e ministérios, localizados em diferentes Estados-membros da UE. Atualmente, compreende 27 membros de 150 países da UE. A EUNIC é uma das maiores redes culturais multilaterais da Europa. Os membros da EUNIC trabalham nos setores das artes, das línguas, da educação, da ciência, do diálogo intercultural, do reforço de capacidades e do desenvolvimento. Pretendem facilitar a cooperação cultural, criar parcerias profissionais duradouras, desenvolver uma maior compreensão e consciência das diversas culturas europeias e fomentar uma maior aprendizagem das línguas. Os membros da EUNIC estão presentes em mais de 150 países, com mais de 2.000 filiais. Esta presença mundial e a similaridade de propósitos e objetivos dos institutos culturais resultaram numa cooperação, antes mesmo do estabelecimento da EUNIC como entidade legal ao nível da sede. Os institutos culturais nacionais uniram-se em diferentes cidades em todo o mundo para organizar atividades e eventos conjuntos, tais como festivais europeus de música e cinema, os Dias do Livro Europeu ou o Dia Europeu das Línguas. Os membros da EUNIC gozam da

reputação internacional de serem os principais praticantes de relações culturais.

Essencialmente, a rede EUNIC é uma rede:

- de ação: encoraja os membros a implementarem projetos conjuntos
- de aprendizagem: os membros partilham ideias e práticas
- de parceria: envolve o trabalho em conjunto com parceiros, incluindo instituições europeias, organizações da sociedade civil e parceiros de todo o mundo
- de advocacia: aumenta a sensibilidade e a eficácia na construção de relações culturais entre os povos de todo o mundo

A EUNIC, como associação internacional com estatuto legal, foi formada para possibilitar aos seus institutos membros trabalhar mais estrategicamente na prossecução de objetivos comuns. Atualmente, a EUNIC pode atuar como parceira da Comissão Europeia, do Serviço Europeu de Ação Externa e de outras instituições europeias na definição e implementação da política cultural da Europa e das relações externas da UE. O objetivo da rede EUNIC é advogar uma voz forte e independente para o setor cultural e

para o valor da cultura na promoção de um melhor entendimento entre os povos, sociedades e nações.

A EUNIC criou um secretariado permanente em Bruxelas, em novembro de 2011. O escritório funciona com dois funcionários a tempo inteiro e oferece apoio à direção e ao conselho de administração da EUNIC, assegurando a rápida implementação das decisões tomadas ao nível da direção. O secretariado desempenha também um duplo papel, que envolve o aconselhamento dos dirigentes máximos dos institutos em assuntos relacionados à EUNIC e servir de primeiro ponto de contacto para os *clusters* e instituições da UE.

O secretariado permanente da EUNIC trata das comunicações, da pesquisa e advocacia de apoio a toda a rede. Também atua como coordenador de projetos conjuntos e assegura que todos os parceiros partilham a informação necessária e possuem o mesmo nível de entendimento para atingir resultados significativos. A missão do secretariado da EUNIC é dar visibilidade às ações dos *clusters* EUNIC em todo o mundo e fornecer-lhes informação e ajuda para saberem aceder ao financiamento de projetos.

Clusters – as redes dos membros EUNIC numa dada cidade, região ou país – constituem a parte mais importante da rede. São os *clusters* que participam mais ativamente no desenvolvimento e realização dos vários eventos e atividades nos diferentes locais em todo o mundo. Em setembro de 2012, a rede EUNIC tinha 82 *clusters*, a maioria dos quais fora da União Europeia. Entre os *clusters* estabelecidos nos últimos meses incluem-se os do México, Geórgia, Tailândia, Turquia, Albânia, Grécia

– Thessaloniki, Egito, Palestina e Gana. Há três outros novos *clusters* no processo de se estabelecerem e deverão estar a funcionar no início do ano 2013.

Um evento ou projeto *cluster* precisa do envolvimento de pelo menos três membros do *cluster* para ganhar a chancela EUNIC. São os *clusters* que decidem que tipo de eventos e projetos querem realizar. Muito frequentemente, o programa depende de circunstâncias locais, oportunidades e expectativas do público no país onde o *cluster* opera. Alguns *clusters* desenvolvem programas muito ricos e complexos, enquanto outros se concentram apenas em algumas atividades. Digno de registo é o programa iniciado pelo *cluster* de Praga, apoiado pelo programa Cidadania 2007-2013 da Comissão Europeia, o projeto Generation ,89: reuniu 140 jovens provenientes da Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Hungria, Polónia, Roménia e Reino Unido para partilharem experiências e expectativas para o futuro. Estes jovens tinham uma coisa em comum: nasceram em 1989. Em 2010 encontraram-se em Varsóvia, Bucareste, Bruxelas e Praga. Tiveram a oportunidade de falar do que aconteceu nos seus países no passado recente e das suas expectativas enquanto cidadãos europeus. O projeto Generation ,89 foi incluído numa brochura de projetos emblemáticos do programa “Europa para os cidadãos” da UE. (Generation ,89 encontra-se na página 46, como parte da secção “Sociedade civil em ação”. A brochura vai estar disponível online e também em versão impressa.)

O fortalecimento das indústrias

criativas na África do Sul

O *cluster* EUNIC na África do Sul desenvolveu um projeto cujo principal objetivo é fortalecer a relação entre a UE e a África do Sul no campo das indústrias criativas, e apoiar o desenvolvimento deste setor económico na África do Sul. Este projeto resulta de um pedido bem-sucedido de financiamento através do EuropeAid ‘European Union - South Africa Trade Development Agreement Facility’. Um dos elementos neste programa é a promoção do diálogo para fortalecer o debate político entre a UE e a África do Sul. Os grupos alvo são os departamentos governamentais sul-africanos, organizações paraestatais, órgão constitucionais e atores da sociedade civil, juntamente com instituições da União Europeia e países parceiros estratégicos da UE. Pela primeira vez em 2012, o setor das Artes e da Cultura foi incluído como área de diálogo na promoção do diálogo. O *cluster* da EUNIC na África do Sul aproveitou a oportunidade para formar um consórcio com a Arterial Network – uma rede pan-africana de ONG, empresas de indústria criativa, festivais e artistas individuais envolvidos no setor criativo – e uma rede para as artes plásticas, a indústria e as agências de desenvolvimento na África do Sul. As principais atividades ao longo do ciclo de duração do projeto são: pesquisa do enquadramento político, económico e legislativo entre a UE e a África do Sul; workshops baseados nos resultados da pesquisa; seminários para praticantes e membros da sociedade civil; uma conferência para os representantes de interesses da UE, da África do Sul e de outros países africanos, bem como a disseminação

das recomendações deste programa de eventos. O montante do orçamento total do projeto é de 188.000 euros, dos quais a UE contribui com 150.000 euros. O elemento cofinanciado é partilhado entre os membros do *cluster* da EUNIC - British Council (candidato principal), Instituto Camões, Goethe-Institut, Instituto Francês, Instituto Italiano e membros associados das embaixadas da Áustria e da Espanha. Um objetivo importante da EUNIC é o multilinguismo. Todos os anos, no dia 26 de setembro, muitos *clusters* da EUNIC organizam eventos em celebração do Dia Europeu das Línguas, para promover o multilinguismo. Em 2012, os *clusters* foram especialmente criativos e ativos na preparação dos eventos para esse dia. Leiam-se abaixo apenas alguns exemplos.

- em Almaty, no Cazaquistão, a EUNIC organizou o evento “CAFÉ.EUROPE”, que incluiu uma exposição sobre a educação na Europa, performances de música e teatro, uma cerimónia de entrega de prémios e um concerto. Tomaram parte no evento cerca de 1.000 pessoas, onde tiveram a oportunidade de assistir à performance teatral “Os Músicos de Bremen” em cinco línguas, participar num concurso de canto e jogar jogos nacionais de diferentes países europeus. Para celebrar o Dia Europeu das Línguas, foi organizado um concurso para apurar o melhor vídeo sobre o tema “As Duas Faces da Europa”. O vencedor da competição ganhou uma viagem à Europa com as Czech Airlines.
- na Turquia, a EUNIC organizou “As Línguas Abrem Portas”. No dia 29 de setembro, os institutos culturais e os consulados em Istambul, representando 12 línguas, cele-

braram juntos no Sismanoglio Megaro, as instalações do Consulado Geral da Grécia, o Dia Europeu das Línguas. Houve divertidos jogos de linguagem, uma “caça ao tesouro” no bairro histórico de Pera, danças tradicionais e contemporâneas, curtas-metragens e surpresas, tanto para crianças como para adultos.

- em Espanha, a EUNIC preparou uma inovadora maratona cultural e linguística, dando aos habitantes de Madrid a oportunidade de participar em mais de 40 atividades originais e interessantes. O objetivo do evento era promover o estudo das línguas, divulgar culturas menos conhecidas e encorajar toda a gente a pensar em possíveis destinos de viagem e a descobrir novos artistas e talentos, assim como a culinária de outras culturas. Na noite de 27 de setembro, os institutos culturais estrangeiros e as embaixadas europeias em Madrid abriram as suas portas para oferecer projeções de filmes, concertos e espetáculos performativos, dramatizações, leituras de poesia, sessões de contadores de histórias, *book-crossing*, exposições, visitas guiadas, sessões de degustação culinária e, ainda mais importante, aulas de línguas onde se podia obter informação sobre bolsas para o estudo de línguas estrangeiras e ter a oportunidade de ganhar prémios.
- TRANSPoesie é um evento criado em 2011 pelo *cluster* da EUNIC em Bruxelas, em colaboração com a sociedade de transportes de Bruxelas e a Loterie Nationale. É o segundo ano em que se realiza, e tem o objetivo de dar à poesia lugar de honra no metro de Bruxelas: 24

países europeus uniram esforços para apresentar 24 poemas na sua língua original, no metro de Bruxelas, com os mesmos poemas também traduzidos para francês e holandês. A edição de 2012 de TRANSPoesie começou oficialmente no dia 26 de setembro, para assinalar o Dia Europeu das Línguas.

No campo da arte, a EUNIC lançou em 2012 mais um Programa de Intercâmbio de Curadoria para jovens curadores russos, oferecendo estágios em galerias e museus europeus. A EUNIC na Rússia desenvolveu um projeto que proporciona aos seus participantes a oportunidade única de progredir na carreira, estudar o mercado europeu de arte e fazer novos contactos profissionais na Áustria, Alemanha, França, Roménia, Suécia, Grã-Bretanha e outros países. Foram oferecidos aos jovens curadores russos estágios por períodos de 3 semanas a 2 meses, nos principais museus e galerias de arte contemporânea da Europa. Uma geração de jovens curadores russos, que trabalha hoje em regime de freelance e para instituições culturais em Moscovo e em numerosos centros culturais dinâmicos nas regiões da Rússia. Esta geração irá influenciar decisivamente a vida cultural do país no futuro, modernizando e desenvolvendo centros de exposições, bienais e instituições.

Otimizar a cooperação regional e global

Como poderá a EUNIC aperfeiçoar o seu trabalho? No período de julho a dezembro de 2012, a EUNIC organizou cinco reuniões regionais para *clusters* EUNIC em diferentes

localidades para otimizar a cooperação regional, o intercâmbio de competências, ideias e exemplos de melhores práticas e para planejar futuras atividades conjuntas.

As reuniões regionais são geralmente organizadas em conjunto com os *clusters* EUNIC localizados no país, cidade ou região onde se realiza a reunião.

Na segunda metade de 2011 houve duas reuniões regionais da EUNIC, uma para toda a região MENA e a outra para *clusters* baseados na Europa. A reunião MENA foi organizada em Rabat, em Marrocos, de 20 a 21 de setembro e a reunião europeia em Tallinn, na Estónia, de 5 a 6 de outubro.

Em 2012, realizaram-se três reuniões. A primeira reunião, organizada para *clusters* da América do Norte e da América do Sul, foi realizada em Lima, na Colômbia, de 22 a 24 de fevereiro de 2012. A segunda, para a Região Subsaariana em Lagos, na Nigéria, de 11 a 12 de outubro de 2012 e a terceira para o *cluster* MENA em Beirute, no Líbano, de 14 a 16 de novembro de 2012.

Estão a decorrer as preparações para as reuniões regionais europeias de 2013 em Varsóvia, bem como uma reunião de *clusters* na Ásia. Os membros da EUNIC e os *clusters* juntam-se em vários agrupamentos para desenvolverem projetos conjuntos e traçarem novas direções baseadas nos objetivos e interesses comuns. Neste momento, a EUNIC está a levar a cabo projetos relacionados com temas do multilinguismo, da cultura nas relações externas e da cultura no contexto do desenvolvimento, conflito e desenvolvimento sustentável.

Na Assembleia Geral da EUNIC, em julho de 2012, em Paris, os membros da EUNIC decidiram criar um fundo especial destinado a financiar ativi-

dades entre *clusters*, diretamente relacionadas com tópicos estratégicos da EUNIC, tais como a cultura nas relações externas ou o multilinguismo. Apresenta-se abaixo uma seleção de projetos da EUNIC, globais e entre *clusters*:

No outono de 2012, o Poliglotti4.eu, um projeto conduzido pela EUNIC, cofundado pela Comissão Europeia no âmbito da Plataforma da Sociedade Civil para promover o multilinguismo na Europa, entrou na sua fase final.

Ficou claro que o sucesso da nova estratégia do multilinguismo depende também da participação ativa da sociedade civil.

A comunicação da Comissão “Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e uma prioridade partilhada”, de setembro de 2008, prevê duas plataformas para um diálogo estruturado com as partes interessadas do setor da sociedade civil e setor empresarial. O objetivo era criar um fórum de intercâmbio de exemplos de melhores práticas para os representantes da sociedade civil, reunindo informação relevante da cultura, educação formal e informal e setores de aprendizagem, bem como dos media, contribuindo para aproximar o multilinguismo dos cidadãos.

O Poliglotti4.eu reúne 9 organizações membros da plataforma da sociedade civil. O projeto combinava eventos RP, atividades de networking e investigação nas áreas: aprendizagem precoce de línguas / ensino para adultos / serviços sociais. Foi levado a cabo em mais de 10 países europeus.

Mensagem do multilinguismo

A par da criação do website www.poliglotti4.eu, os membros da EUNIC em todo o mundo e os seus parceiros de projeto recrutaram embaixadores do multilinguismo para emprestar a sua voz e imagem à causa do multilinguismo. Os embaixadores trabalham no campo da educação e do ensino de línguas ou alcançaram a atual posição nas áreas do entretenimento, política, economia devido ao seu conhecimento de várias línguas. Podem ser visionados vídeos de 22 Embaixadores de 11 países europeus no website Poliglotti4.eu. No website, cujo conteúdo pode ser lido em 65 línguas, estão descritos os eventos e as pesquisas realizados até à data. A página ficará online durante pelo menos 5 anos após o fim do projeto, para garantir a continuidade do projeto, as atividades de rede, bem como o intercâmbio de exemplos de melhores práticas, ideias e experiências.

A conferência de encerramento do Poliglotti4.eu “Um continente, muitas línguas: destaque para a saúde linguística da Europa” realizou-se em Parma, Itália, de 15 a 16 de novembro de 2012. A conferência juntou peritos e talentos multilingues de toda a Europa e fez o balanço dos resultados do Poliglotti4.eu. A conferência, integrada no Festival de Teatro de Parma, deu voz aos europeus que vivem na Europa multilingue e que trabalham em diversos campos, tais como a ciência, as artes e a cultura, a educação, a economia e a política. O projeto de networking Language Rich Europe, criado para discutir e desenvolver melhores estratégias políticas para o multilinguismo, lançou em maio de 2012 o esboço inicial de uma publicação de

investigação, que analisa as tendências na política e prática das línguas em 24 países e regiões da Europa. O estudo cobre as línguas na educação, nos media, nas cidades e nos negócios. Babylon, o centro de estudos para a sociedade multicultural da Universidade de Tilburg, na Holanda, realizou a pesquisa juntamente com instituições parceiras e peritos em países participantes.

Ao longo dos próximos meses, as redes de línguas dos intervenientes na área das línguas intervenientes em cada país irão reunir-se numa série de workshops para debater os resultados e elaborar recomendações ao nível europeu, nacional e regional.

O resultado será apresentado aos decisores políticos, em março de 2013, em Bruxelas.

As conclusões chave do estudo são as seguintes:

- impera uma falta de professores de línguas nalguns países e regiões, e são necessárias campanhas especiais de recrutamento;
- enquanto as línguas estrangeiras modernas tradicionais como o inglês, o francês, o alemão e o espanhol são comumente oferecidas na educação primária e secundária, muito poucos países dão aos estudantes a oportunidade de aprender línguas de fora da Europa.
- o estudo das línguas através de temas como a Geografia ou a História está a disseminar-se cada vez mais, mas ainda está longe de ser prática comum. Das empresas estudadas, 83% usam o conhecimento de línguas como fator de recrutamento. 70% não têm um registo do conhecimento de línguas dos funcionários;
- dois terços das cidades estudadas

relatam que podem oferecer um número de serviços públicos em três ou mais línguas, enquanto 37% incluem o conhecimento de línguas nos anúncios de recrutamento de funcionários e 29% oferecem formação em línguas aos funcionários. As 5 cidades (de 63) com as políticas de línguas mais desenvolvidas, de acordo com o estudo, são Barcelona, Cracóvia, Londres, Milão e Viena.

O objetivo do projeto Language Rich Europe consiste em promover uma maior cooperação entre os decisores políticos e os praticantes na Europa e assegurar que as línguas e o intercâmbio cultural continuam a receber um destaque de especial importância nas escolas, universidades e sociedades. O projeto é cofinanciado pela Comissão Europeia e dirigido pelo British Council. Os principais assuntos a serem explorados pelo projeto são os seguintes:

- O que fazer perante a aparente falta de professores de línguas?
- Como motivar as pessoas para aprenderem línguas em todas as etapas das suas vidas?
- Como assegurar que é disponibilizado nas escolas um amplo leque de oferta de línguas?
- Como ensinar outras línguas através de matérias como a Geografia e a História?
- Como podem as cidades assegurar que satisfazem as necessidades de línguas dos seus cidadãos e visitantes?
- Como podem as companhias envolver-se mais no ensino de línguas?

Diálogo com a China: mais processos criativos

A tradição de organizar o 'Diálogo Cultural China-EUNIC' remonta ao ano de 2008, quando se realizou a primeira das reuniões em Beijing, na China. Seguiram-se duas outras conferências em 2009 e 2010, em Copenhaga e em Xangai, respetivamente. A 4ª edição do Diálogo teve lugar no Luxemburgo, entre 26 e 28 de outubro de 2011.

Ao contrário do que aconteceu nos três eventos anteriores, o 'Diálogo Cultural China-EUNIC 2011' libertou-se dos padrões convencionais de programas, com apresentações e discursos chave, e dedicou consideravelmente mais importância aos processos criativos, à interação entre os participantes e aos debates em pequenos grupos de trabalho durante a conferência.

O que tornou o 'Diálogo Cultural China EUNIC 2011' um evento notável e extremamente eficiente?

Para começar, foi a estrutura geral e a metodologia da conferência.

Vinte artistas e curadores da China e da Europa foram convidados a ir para o Luxemburgo uma semana antes do evento, para trabalhar em três workshops diferentes – um workshop para fotógrafos, um workshop de criação da instalação de arte e um workshop de trabalhos de design. Os trabalhos realizados foram exibidos durante o primeiro dia da conferência e todos os artistas participaram ativamente nas atividades do programa, contribuindo com as suas perspetivas e explicando o trabalho de projeto realizado no decurso da semana anterior.

A primeira noite da reunião de diálogo foi bem-sucedida na tentativa de combinar o mundo das artes com a esfera das finanças, através da organização de uma

conferência intitulada 'Arte e Finanças', na qual participaram mais de 200 pessoas. O segundo e terceiro dias foram dedicados aos temas "Proteção da herança cultural e desenvolvimento urbano", "Funções dos centros culturais no processo da reconstrução urbana", "O papel das indústrias criativas na estratégia do desenvolvimento urbano sustentado" e "O papel das artes no século XXI".

O último ponto da agenda foi reservado à apresentação de "Bússola Cultural Europa-China", um manual para todos os que se movimentam na esfera entre o ocidente e o oriente.

Os preparativos para a quinta sessão do "Diálogo cultural EUNIC-China" já arrancaram em força. O tópico da sessão é Atividades Culturais e Desenvolvimento Urbano. Desta vez, o evento vai realizar-se em Xi'an. Será organizado em conjunto com a Academia Nacional Chinesa das Artes (Beijing), o Tang King Market (Xi'an), o Secretariado Geral do Governo Municipal de Xi'an, o Departamento Cultural de Shaanxi e a Academia de Belas Artes de Xi'an, a direção da EUNIC e o *cluster* EUNIC em Beijing.

Mas houve também outros compromissos com a China: Quando dizemos o mesmo, queremos dizer o mesmo? – Foi esta a questão principal no começo do projeto Bússola Cultural Europa-China, uma iniciativa de parceiros da EUNIC na China, o Goethe-Institut, o British Council, e o Intituto Cultural Dinamarquês. Após um ano de investigação, que incluiu mais de cem entrevistas e debates com praticantes culturais com experiência de colaboração entre a Europa e a China, o resultado foi uma publicação que continha não só um glossário com vocabulário chave intercultural selecionado,

mas também um amplo espectro de conhecimento relevante para a cooperação: conhecimento de contexto sobre a Europa e a China, informação sobre o funcionamento diferente dos setores culturais, histórias de caso de praticantes culturais, uma análise do ciclo do projeto que cristaliza desafios, aprendizagens e práticas, e um extenso capítulo sobre recursos. O projeto Bússola Cultural Europa-China faz parte de um diálogo em curso entre a Europa e a China e responde à necessidade de documentar este diálogo e de refletir sobre ele. O objetivo é um contínuo melhoramento do diálogo. A iniciativa da EUNIC visa contribuir para o entendimento da cooperação cultural entre a Europa e a China. A intenção é ajudar a preparar praticantes culturais da Europa e da China para a cooperação. Para ir ao encontro das diferentes necessidades desses dois grupos-alvo, foram produzidas duas publicações separadas, uma em chinês e outra em inglês. O conceito e a criação da Bússola foram confiados a uma equipa internacional de trabalho, liderada por Katja Hellkoetter como chefe de redacção. Os peritos da equipa incluíam Shen Qilan, Katelijjn Verstraete, Emilie Wang, Judith Staines, Yi Wen, Roman Wilhelm e muitos outros autores externos e colaboradores da China e da Europa. O conselho editorial foi chefiado por Peter Anders (diretor do Goethe-Institut em Beijing), Eric Messerschmidt (diretora do Instituto Cultural Dinamarquês em Beijing) e Joanna Burke (British Council, diretora na China, Secção da Cultura e Educação da Embaixada Britânica em Beijing).

A fase de arranque: O projeto MENA da EUNIC

A região do Médio Oriente e África (MENA) é um compromisso especial para a EUNIC. O projeto MENA da EUNIC foca as questões do reforço democrático, da política cultural e da economia criativa e inclui projetos regionais e nacionais na região MENA. A EUNIC, O Serviço Europeu de Ação Externa e a Comissão Europeia apoiam o projeto. Iniciou-se com o Fórum Euro-Med sobre “Indústrias criativas e sociedade”, que se realizou entre 13 e 15 de maio de 2012, na Jordânia. O fórum reuniu cerca de 170 representantes das indústrias criativas da região MENA (Argélia, Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Palestina, Tunísia) e da União Europeia. Os *clusters* EUNIC na região MENA e os Membros EUNIC na Europa designaram os participantes para o evento. Todos os setores das indústrias criativas estiveram presentes: publicidade, arquitetura, artesanato, herança cultural, design, educação e lazer; software; moda; cinema, vídeo e produção audiovisual; literatura, bibliotecas e publicações; música; artes performativas e entretenimento; televisão, rádio e internet, artes visuais. O Fórum foi organizado num formato criativo e extremamente participativo usando Open Space Technology (OST) que junta todos os intervenientes (indivíduos, organizações independentes, instituições, etc.) para discutir e procurar uma solução conjunta. O grupo performativo *Improbable*, de Londres, facilitou o processo – os participantes propuseram os tópicos, discutiram-nos em grupos e identificaram as suas necessidades e expectativas. Desta forma, cada participante pôde contribuir para a conceção do projeto MENA da

EUNIC a longo prazo. O relatório final enuncia todas as questões que foram levantadas e pode ser consultado a pedido. Seguindo estas recomendações, a EUNIC irá conceber o Projeto MENA a longo prazo. Deveria ser iniciado até ao final de 2012 e será implementado pelo EUNIC Global Office, em Bruxelas, em cooperação com os *clusters* EUNIC na região MENA. Outra publicação da EUNIC, a brochura “Cultura e Desenvolvimento – Ação e Impacto”, visa demonstrar o papel fundamental desempenhado pela cultura na área do desenvolvimento. A brochura contém uma descrição de projetos que utilizaram a cultura como meio de contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconómico. Esta brochura é o resultado de uma colaboração frutífera entre a Comissão Europeia, o British Council, a Federação Valónia-Bruxelas e a EUNIC. Os 36 projetos representam uma ampla variedade de atividades culturais e iniciativas em países em desenvolvimento e são implementadas por vários atores – entre outros membros da EUNIC, a Comissão Europeia, as agências de desenvolvimento nacional e os parceiros locais. Estes projetos ilustram a boa prática em termos de impacto no desenvolvimento das comunidades respetivas e dos vários formatos e dimensões nos quais a cultura está inserida no processo de desenvolvimento.

Catalisador para a mudança

Esta nova versão da brochura centra-se na região do Mediterrâneo, estando assim estreitamente relacionada com a prioridade da EUNIC de se envolver num diálogo

com a sociedade civil no Médio Oriente e na região do Norte de África, para apoiar a transição para a democracia. Aí se deram recentemente importantes acontecimentos democráticos e a cultura provou ser um motor de mudança, liberdade de expressão e democracia. Através do apoio ao setor criativo e à diversidade cultural na região, também incentivamos os atores da sociedade civil que estão ativos e mobilizados para a mudança direcionada para uma democracia mais ampla.

A versão online da brochura foi acordada na reunião da Rede de Cultura e Desenvolvimento organizada pelo British Council e pela UNESCO, em outubro de 2011. Da reunião resultou uma mensagem clara: a necessidade de fortalecer a cooperação e o profissionalismo. Foi também por essa razão que se decidiu criar a versão online da brochura – para possibilitar a partilha de informação e encorajar também a colaboração futura. A brochura “Cultura e Desenvolvimento – Ação e Impacto” foi apresentada pela EuropeAid – Desenvolvimento e Cooperação (DG DEVCO), da Comissão Europeia, e pelo British Council, representando a colaboração no Fórum EUNIC “Indústrias criativas e sociedade”, na Jordânia, em maio de 2011.

A cultura nas relações externas – ação preparatória

A EUNIC Global é parceira associada no consórcio formado por quatro institutos culturais nacionais e organizações especialistas que ganharam o concurso para a ação preparatória da UE “Cultura nas relações externas”. O objetivo da ação preparatória é reunir dados e informação através do mapeamento e consulta a um grande número de

Estados para analisar os recursos, estratégias e opiniões, relativamente ao papel e ao impacto da cultura nas relações externas. O mapeamento irá definir conceitos relativos à cultura e às questões diplomáticas. Cobertos pelos projetos estão 27 Estados-membros da UE, países ENP, a Croácia e nove países parceiros estratégicos.

A EUNIC apoia fortemente a campanha Mais Europa, uma iniciativa de relações culturais externas, lançada em dezembro de 2012, que visa convencer os decisores políticos a colocarem as relações culturais – um dos grandes trunfos da Europa – no centro da política externa da UE. Baseada na evidência e pesquisa da melhor prática, Mais Europa apela aos Estados-membros, à sociedade civil e às instituições da UE para que trabalhem em conjunto, unindo a sua visão e recursos, e coordenem as suas atividades.

Resolução de conflitos através de iniciativas culturais e civis

Com a ajuda do Instituto de Relações Internacionais (ifa), a rede EUNIC está a desenvolver competências na área do conflito e da cultura. No dia 7 de dezembro de 2011, em Bruxelas, 80 especialistas das áreas da transformação de conflitos, assuntos culturais, sociedade civil e assuntos externos e de segurança da UE encontraram-se para um debate à mesa redonda – “Resolução de conflitos através de iniciativas culturais e da sociedade civil?”, a convite do ifa e da EUNIC.

A mesa redonda centrou-se no papel dos institutos culturais na promoção da paz em regiões de conflito e pós-conflito, no estabelecimento de diálogos culturais e no trabalho de

reconstrução da infraestrutura civil, através de programas criativos e educacionais.

A reunião dividiu-se em duas partes. Na primeira parte da discussão, os ativistas culturais e os especialistas em resolução de conflitos e promoção da paz partilharam as suas experiências, apresentando projetos para melhores práticas e expressando os seus pontos de vista e exigências. Na segunda metade, os especialistas das áreas das relações culturais, da política externa e segurança da UE e das organizações de investigação centraram-se no papel desempenhado pelos institutos culturais na política externa europeia.

Globalmente, a conferência examinou o impacto das iniciativas culturais e da sociedade civil a longo prazo, bem como a eficácia das ferramentas culturais e educacionais na resolução de conflitos.

Durante a conferência, os participantes tentaram responder a algumas questões importantes, por exemplo: como poderia a EUNIC usar da melhor maneira a sua experiência em relações culturais e as suas extensas redes para a resolução de conflitos? Como poderiam estas redes cooperar melhor e trabalhar conjuntamente com as iniciativas da sociedade civil? Como poderiam transmitir o seu conhecimento aos decisores para desenvolver uma abordagem mais eficaz e integrada dos esforços da UE para a construção da paz?

Para melhor coordenar as diferentes ideias e abordagens discutidas durante a mesa redonda, estabeleceu-se na EUNIC um grupo de trabalho sobre cultura e conflito, como parte do programa fundado pelo ifa, Resolução Civil de Conflitos (zivik), com o objetivo de redigir um documento para a EUNIC com orientações de base

que transmitissem convincentemente os conhecimentos sobre esta área aos decisores políticos, a nível europeu e nacional. O grupo procura aprofundar a compreensão do trabalho nos conflitos através de projetos culturais, reunindo exemplos de projetos que possam determinar critérios gerais de boas práticas de tratamento do conflito através de atividades culturais. Cultura/Futuros, o projeto da EUNIC que liga cultura e ecologia, organizou uma série de eventos estimulantes nos últimos meses. Líderes de projeto conseguiram envolver instituições culturais, municípios, atores individuais, jovens e outros participantes nas suas atividades, que se realizaram em diferentes locais em todo o mundo. O projeto Cultura/Futuros foi lançado em 2009 pelo Instituto Cultural Dinamarquês em cooperação com a EUNIC, o British Council, o Goethe-Institut, o Instituto Cultural Italiano e outras organizações ativas no campo da cultura e do desenvolvimento sustentável. Em dezembro de 2011, Cultura/Futuros organizou uma conferência sob o tema: "Eco-liderança através da cultura", em Durban, durante a Cimeira do Clima COP17 da UE na África do Sul. A conferência foi coorganizada pelo Município de Durban, o Ecological Sequestration Trust e o Instituto Cultural Dinamarquês, em cooperação com muitos outros parceiros. O programa incluía intervenções de fundo e contribuições do painel, por alguns dos especialistas e ativistas mais conceituados do mundo, que apontaram as soluções necessárias para responder aos desafios que enfrenta o continente africano em relação ao desenvolvimento urbano e regional. Os conferencistas debateram a visão

da era ecológica e o papel da cultura na sua implementação. Os oradores e participantes também procuraram formas de incentivar instituições, que trabalham no campo da cultura e das cidades do continente africano, a tornarem-se líderes em atividades socioecológicas. A conferência foi um primeiro passo para a criação da rede internacional Cultura/Futuros para instituições culturais, participantes individuais, cidades, regiões e outros participantes ativos no campo da liderança ecológica. Em 2012, a Cultura/Futuros organizou eventos dirigidos ao público mais jovem. Em junho, o projeto realizou um Backstage sustainability workshop no Festival Roskilde e em setembro lançou o concurso "Co-criando soluções sustentáveis para o futuro", para estudantes.

Noites de Literatura Europeia

A iniciativa Noites de Literatura Europeia é coordenada pelos centros checos, em cooperação com a EUNIC. O objetivo das noites de literatura é oferecer uma plataforma para os países europeus apresentarem a sua literatura contemporânea em tradução e para apresentarem vozes novas da literatura europeia de forma criativa. O conceito das Noites de Literatura Europeia baseia-se na premissa de que a Noite de Literatura Europeia é uma ferramenta única e criativa que reflete o diálogo essencial entre vozes singulares e culturas através da experiência partilhada da leitura. A literatura é a ferramenta do entendimento mútuo que ajuda a quebrar as barreiras da comunicação. Em 2012, a literatura foi apresentada nas suas diversas formas em várias

cidades europeias, incluindo Amsterdão, Banska Bystrica, Berlim, Bratislava, Budapeste, Bucareste, Dublin, Dusseldorf, Edimburgo, Yerevan, Kutna Hora, Kiev, Londres, Lvov, Madrid, Milão, Munique, Praga, Riga, Sofia, Estocolmo, Varsóvia, Viena e Zilina.

Alguns exemplos de Noites de Literatura ilustram perfeitamente a criatividade e energia dos organizadores, demonstrada na ocasião deste evento:

- Em Dublin, na Irlanda, a Noite de Literatura teve lugar no dia 16 de maio e o seu objetivo era divulgar a herança cultural europeia, ao apresentar diferentes escritores, tanto os mais conhecidos como os que iniciaram agora a sua carreira. Cada país participante foi representado por um excerto traduzido de um romance, poema ou conto, lido por irlandeses bem conhecidos do público em vários sítios invulgares, como igrejas, museus, pubs ou cafés. Todos eles ficavam nas imediações uns dos outros e foi dado um mapa das sessões ao público para que as pessoas pudessem facilmente deslocar-se de uns sítios para os outros.
- A Noite de Literatura de Munique tratou de um tema da literatura romena, muito pouco convencional que, até ao século XX, só existiu na sua forma oral. Histórias, contos de fadas, tradições e linguagem foram passados de boca em boca, de geração em geração. No entanto, a literatura escrita romena tem-se desenvolvido ao longo das últimas décadas com romances, poesia, peças de teatro e memórias que foram publicadas na língua romena ou em traduções. A literatura romena emergiu como parte forte da literatura europeia. As traduções das obras apresentadas no evento foram feitas

especialmente para a ocasião, em cooperação com estudantes de estudos eslavos em Munique.

- A Noite de Literatura em Londres juntou escritores selecionados pelo público entendido e instituições relevantes. Os autores leram excertos das suas obras e discutiram os seus livros, inspirações e o contexto literário dos seus países de origem.

- Em Ierevan, o British Council da Arménia organizou, em cooperação com os colegas europeus, a Noite de Literatura, inserida no programa de celebração de Ierevan Capital Mundial do Livro 2012. Os atores de teatro leram literatura checa, romena e britânica, traduzida para a língua arménia.

Fashion Road: diálogo para além das fronteiras

Fashion Road: diálogo além-fronteiras é um projeto colaborativo com a duração de dois anos, no qual designers de moda da Europa e da Arménia vão buscar ao passado ideias e inspiração. Estudam os factos tradicionais da Arménia, Reino Unido, Alemanha, Roménia, Dinamarca e República Checa, exploram o papel desses factos na sociedade contemporânea, e debatem sobre como é que as pessoas associam esses trajes à sua identidade nacional e herança (nacional). Crucial neste projeto, para os designers, foi o encontro com os outros, bem como a possibilidade de verem roupa num contexto cultural e usarem as tecnologias e abordagens modernas para apresentarem a sua interpretação da cultura e identidade do país. O projeto foi oficialmente lançado nos dias 4 e 5 de maio de 2011 com um seminário internacional, seguido de programas residenciais na

Arménia para os designers europeus e na Europa para os designers arménios. Os designers foram postos a trabalhar juntos em grupos de dois, na preparação das suas coleções que iriam contextualizar a herança cultural, os valores e tradições dos países participantes que tinham estudado durante a estadia no outro país. A coleção foi exibida na Arménia e nos países europeus participantes.

A coleção, preparada pelos designers, aumentou a compreensão e apreciação dos valores culturais europeus e identidade entre o público arménio, assim como a história e herança culturais da Arménia entre os europeus. Também serviu de fórum para discussões acerca da importância da cooperação e intercâmbio transcultural, bem como da fusão de tradições e herança culturais com as tendências modernas e desenvolvimentos tecnológicos para abordagens mais criativas e inovadoras.

Membros da EUNIC

Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais da Áustria
Instituto Balassi
British Council
Ministério da Cultura da Bulgária
Centre Culturel de Rencontre Abbaye de Neumünster
Culture Ireland
Ministério da Educação e Cultura de Chipre
Centros Checos
Instituto Cultural Dinamarquês
Instituto Estónio
Institutos Culturais e Académicos Finlandeses
Casa Flamengo-holandesa deBuren
Fundação Alliance Française
Ministério dos Negócios Estrangeiros de França
Goethe-Institute
ifa – Instituto de Relações Internacionais
Institut Français
Instituto Camões
Instituto Cervantes
International Cultural Program Center da Lituânia
Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia
Instituto Cultural Romeno
SICA – Centro Holandês para as Atividades Culturais Internacionais
Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia
Ministério da Cultura da Eslováquia
Società Dante Alighieri
Instituto Sueco
Valónia-Bruxelas Internacional (WBI)

Presidentes da EUNIC

2006	Sir David Green – British Council
2007	Emil Brix – Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais da Áustria
2008	Hans-Georg Knopp – Goethe-Institut
2009	Finn Andersen – Instituto Cultural Dinamarquês
2010	Horia-Roman Patapievici – Instituto Cultural Romeno
2011	Professora Ana Paula Laborinho – Instituto Camões
2012	Delphine Borione – Ministério dos Negócios Estrangeiros de França

Atividades dos clusters EUNIC entre julho de 2011 e dezembro de 2012

Multilinguismo

Setembro 2011, EUNIC em Varsóvia, Dia Internacional dos Tradutores "Born in Translation" (Nascido na tradução)
 Setembro 2011, EUNIC no Cazaquistão, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2011, EUNIC no Senegal, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2011, EUNIC na Noruega, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2011, EUNIC em Varsóvia, Dia Europeu das Línguas em Varsóvia
 Setembro 2011, EUNIC no Líbano, Dia Europeu das Línguas no Líbano
 Setembro 2011, EUNIC em Marrocos, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2011, EUNIC na Bósnia e Herzegovina, Dia Europeu das Línguas em Zenica
 Setembro 2011, EUNIC no Canadá, Dia Europeu das Línguas em Toronto
 Setembro 2011, EUNIC na República Checa, Dia Europeu das Línguas em Praga
 Setembro 2011, EUNIC na Estónia, Dia Europeu das Línguas em Tallinn
 Setembro 2011, EUNIC em Atenas, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2011, EUNIC na Hungria, Cocktail Bar das Línguas Europeias
 Outubro 2011, EUNIC em Roma, Uma Europa – Muitas línguas – Novas oportunidades
 Outubro 2011, EUNIC no Uzbequistão, Dia dos Professores em Tashkent
 Outubro 2011, EUNIC no Vietname, Dia das Línguas Europeias – Conferência em Hanói
 Novembro 2011, EUNIC em Bordeaux, 10º dia das línguas – Língua e Cultura
 Dezembro 2011, EUNIC em Varsóvia, Read in Translation (Lido em tradução)
 Fevereiro 2012, EUNIC em Washington, Clube Europeu de Conversação
 Fevereiro – abril 2012, EUNIC no Senegal, concurso Escrever em Línguas Europeias
 Março 2012, EUNIC na Estónia, Conferência – Línguas de Populações Mais Pequenas: Riscos e Possibilidades
 Março 2012, EUNIC em Roma, 'EUROPA - ITALIA: O desafio do multilinguismo
 Maio 2012, Quadro Interativo, EUNIC na Venezuela
 Maio 2012, EUNIC em Melbourne, Festival da Língua Europeia em Anakie
 Junho 2012, EUNIC em Varsóvia, Dicionário para Voluntários durante o EM
 Junho 2012, EUNIC em Atenas, Lançamento do Programa-quadro da Europa Rica em Línguas para Políticas e Práticas da Língua
 Setembro 2012, EUNIC na Bósnia e Herzegovina, Dia Europeu das Línguas em Mostar e Sarajevo

Setembro 2012, EUNIC no Canadá, Dia Europeu das Línguas em Toronto
 Setembro 2012, EUNIC na Colômbia, Dia Europeu das Línguas em Bogotá
 Setembro 2012, EUNIC na República Checa, Dia Europeu das Línguas em Praga
 Setembro 2012, EUNIC na Estónia, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2012, EUNIC na Hungria, Cocktail Bar das Línguas Europeias
 Setembro 2012, EUNIC na Jordânia, Dia Europeu das Línguas em Amman
 Setembro 2012, EUNIC no Senegal, Dia Europeu das Línguas em Dakar
 Setembro 2012, EUNIC em Espanha, Dia Aberto nos Institutos Culturais Europeus - Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2012, EUNIC na Turquia, Dia Europeu das Línguas - 12 Línguas num Dia
 Setembro 2012, EUNIC em Chicago, Dia Europeu do Desenvolvimento Profissional
 Setembro 2012, EUNIC em Marrocos, Dia Europeu das Línguas em Casablanca
 Setembro 2012, EUNIC em Varsóvia, Dia Europeu das Línguas em Varsóvia
 Setembro 2012, EUNIC na Roménia, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2012, EUNIC na Sérvia, Dia Europeu das Línguas
 Setembro 2012, EUNIC em Berlim, A arte de falar uma língua: multilinguismo e oportunidades
 Setembro 2012, EUNIC na Holanda, Dia Europeu das Línguas pela EUNIC na Holanda
 Outubro 2012, EUNIC no Líbano, Dia Europeu das Línguas em Beirute
 Outubro 2012, EUNIC em Varsóvia, Dia Internacional dos Tradutores em Cracóvia e Varsóvia
 Outubro 2012, EUNIC em Cracóvia, Dia Internacional da Tradução
 Outubro 2012, EUNIC no Vietname, Dias das Línguas Europeias

Literatura Europeia

Janeiro – dezembro 2011, EUNIC no Canadá, LISEZ L'EUROPE – Literatura Europeia Contemporânea em Montreal
 Julho 2011, EUNIC em Varsóvia, Spoken Word Festival - Slam Poetry de diferentes países
 Agosto 2011, EUNIC em Córdoba, FLiCba... + de 140: nome de código para o festival da nova literatura em Córdoba
 Setembro 2011, EUNIC na Suécia, stand conjunto EUNIC na Feira do Livro Bok&Bibliotek, em Gotemburgo
 Setembro 2011, EUNIC no Canadá, Festival de Literatura Internacional em Montreal
 Setembro – outubro 2011, EUNIC em Bruxelas, Projeto TRANSPoesie 2011
 Outubro 2011, EUNIC em Varsóvia, Reading somewhere else, 2ª edição em Varsóvia

Outubro 2011, EUNIC na Sérvia, Feira do Livro 2011 em Belgrado
 Outubro 2011, EUNIC na Finlândia, Feira do Livro em Helsínquia 2011
 Outubro 2011, EUNIC em Marrocos, Dias Abertos nas Bibliotecas em Rabat
 Novembro 2011, EUNIC em Nova Iorque, Lugar do Crime: Europa – Nova Literatura da Europa 2011
 Novembro 2011, EUNIC na Roménia, Festival Europeu de Banda Desenhada
 Novembro – dezembro 2011, EUNIC na Tanzânia, Dar Slam Poetry Championship Festival
 Fevereiro 2012, EUNIC em Marrocos, Feira Internacional de Edição e Livros SIEL (17ª edição) em Casablanca
 Março 2012, EUNIC em Viena, Festival Europeu de Poesia de Viena
 Março 2012, EUNIC em Atenas, Seis Vozes, Seis Mulheres – contos para o Dia Internacional da Mulher em Atenas
 Abril 2012, EUNIC em Espanha, Apoio europeu para a edição de livros – mesa redonda em Barcelona
 Abril 2012, EUNIC em Varsóvia, Readings somewhere else, 3ª edição
 Abril 2012, EUNIC na Holanda, City2Cities: Dias da Literatura Internacional em Utrecht
 Maio 2012, EUNIC na Roménia, Noites de Literatura Europeia em Bucareste
 Maio 2012, EUNIC na República Checa, Noite de Literatura em Praga
 Maio 2012, EUNIC no Vietname, Dias da Literatura Europeia
 Maio 2012, EUNIC em Londres, Noite da Literatura Europeia IV em Londres
 Junho 2012, EUNIC na Croácia, Festival regional multimédia de literatura "KROKODIL" em Zagreb
 Junho 2012, EUNIC na Hungria, Noite da Literatura Europeia
 Junho 2012, EUNIC na Dinamarca, Festival de Dramaturgia Europeia Contemporânea
 Agosto 2012, EUNIC na China, Feira do Livro em Beijing
 Agosto 2012, EUNIC em Córdoba, 2º Festival Internacional de Literatura de Córdoba
 Setembro 2012, EUNIC na Argélia, XIII Feira Internacional do livro na Argélia (SILA)
 Setembro – novembro 2012, EUNIC em Bruxelas, Projeto TRANSPoesie 2012
 Setembro 2012, EUNIC em Berlim, O Mundo Surreal – Romances Gráficos da Europa: Vernissage e Dia do Romance Gráfico
 Setembro 2012, EUNIC em Berlim, Europa literária: Norman Manea da Roménia por EUNIC Berlim
 Outubro 2012, EUNIC em Viena, Noite da Literatura nos Cafés de Viena, Semana da EUNIC
 Outubro 2012, EUNIC no Canadá, EUROPE@ IFOA Toronto
 Outubro 2012, EUNIC no Canadá, Festival

Internacional de Autores em Toronto
Outubro 2012, EUNIC em Marrocos, Dia Aberto nas Bibliotecas em Rabat
Outubro 2012, EUNIC em Varsóvia, VIII Spoke'n'Word Festival (Festival da Palavra Dita)
Outubro 2012, EUNIC na Sérvia, Feira do Livro 2012 em Belgrado
Outubro 2012, EUNIC em Berlim, Europa literária: Håkan Nesser da Suécia por EUNIC Berlim
Outubro – novembro 2012, EUNIC em Melbourne, “Mito, Magia e Mistério” leitura pública em Melbourne
Outubro – novembro 2012, EUNIC no Líbano, Feira de Livros em Língua Francesa em Beirute
Novembro 2012, EUNIC em Roma, “Cinderela como texto cultural” – Conferência internacional em Roma
Novembro 2012, EUNIC em Varsóvia, Reading somewhere else, 4ª edição
Novembro 2012, EUNIC em Nova Iorque, Ficções Artísticas/Artistas Fictícios: Nova Literatura da Europa 2012

Artes Visuais

Julho – setembro 2011, EUNIC em Londres, Active Witness (Testemunha ativa) / Exposição de Verão de Fotografia
Agosto 2011, EUNIC na Noruega, O Festival Norueguês de Cinema Internacional em Haugesund
Setembro 2011, EUNIC na Noruega, Noite da Cultura Oslo
Outubro 2011, EUNIC na Estónia, Exposição de Arte “Tadeusz Kantor. Vanguardista Polaco e Renovador do Teatro” em Tallinn
Outubro 2011, EUNIC na Croácia, ‘Os Cinco Grandes’ programa de cinema no Festival de Cinema de Zagreb 2011
Outubro – dezembro 2011, EUNIC em Varsóvia, Tabu da Arte para Crianças em Gdansk, Poznan e Varsóvia
Novembro 2011, EUNIC na Roménia, Praga através da lente da polícia secreta
Novembro 2011, EUNIC na Bósnia e Herzegovina, Mini-INPUT Seoul – Conferência Internacional de Televisão Pública em Sarajevo
Novembro 2011, EUNIC na Bósnia e Herzegovina, Mini-INPUT Sydney - Conferência Internacional de Televisão Pública em Sarajevo
Novembro 2011, EUNIC na Hungria, “Atrás da Cortina de Celulóide” exposições de filmes
Novembro – dezembro 2011, EUNIC no Sudão, Festival de Cinema Europeu 2011 em Cartum e Juba
Novembro 2012, EUNIC em Roma, Exposição de Viagem “Infância - Traços e tesouros” em Roma
Dezembro 2011, EUNIC em Londres, Robotville EU

Dezembro 2011, EUNIC na Lituânia, A Cortina de Celulóide – A Guerra Fria da Europa no Cinema
Janeiro 2012, EUNIC na Noruega, Festival Internacional de Cinema Tromsø
Fevereiro 2012, EUNIC em Londres, Ready Steady Doc / Festival de Cinema Documental
Março 2012, EUNIC na Noruega, Eurodok – Festival de Cinema Documental Europeu em Oslo
Março 2012 – março 2013, EUNIC na Eslováquia, EuroFilmClub em Bratislava
Abril 2012, EUNIC na China, Primavera da Fotografia Caochangdi
Abril 2012, EUNIC na China, Simpósio de Políticas Culturais Oficiais: Perspetivas Europeias e Chinesas sobre o Apoio às Artes Visuais
Abril 2012, EUNIC em Nova Iorque, Disappearing Act IV – Cinema Europeu
Abril 2012, EUNIC na África do Sul, Cidade do Ouro, Festival de Arte Urbana em Joanesburgo
Maio 2012, EUNIC na Venezuela, Biblioteca Virtual / Identificação da Qualidade de Membro da EUNIC
Maio 2012 EUNIC no Cazaquistão, EUNIC Festival de Cinema de Almaty
Maio – junho 2012, EUNIC na Irlanda, Clima[Cultura]Mudança – projeções e debates em Dublin
Maio 2012, EUNIC no território ocupado da Palestina (oPt), Artes europeias e semana da cultura na Palestina
Maio 2012, EUNIC na Bósnia e Herzegovina, Semana do cinema Europeu em Sarajevo
Maio – julho 2012, EUNIC em Varsóvia, Fórum de Jovens Críticos de Cinema em Gdynia e Wrocław
Maio – setembro 2011, EUNIC na Estónia, Exibição de Arte e Media Internacional em Tallinn: ‘Gateways. Arte e Cultura em Rede’ em Tallinn
Junho 2012, EUNIC no Vietnam, 4ª Semana de Filmes Documentais Europeus
Junho 2012, EUNIC no Senegal, Festival Image et Vie
Junho 2012, EUNIC na Ucrânia, Festival de Curtas Europeias em Kiev
Julho 2012, EUNIC na África do Sul, Festival de Cinema Internacional em Durban
Agosto 2012, EUNIC na Namíbia, Festival de Cinema da EUNIC “Noutro Lugar – À procura de um Lar”
Agosto 2012, EUNIC na China, EU – China Mesa Redonda sobre Publicação Digital em Beijing
Agosto 2012 – janeiro 2013, EUNIC em Berlim, Exposição e Programa de Acompanhamento: Olympia: Mito – Culto – Jogos
Setembro 2012, EUNIC na Noruega, Noite da Cultura em Oslo
Setembro 2012, EUNIC em Roma, Evento de tradução audiovisual em Roma
Setembro 2012, EUNIC na África do Sul, Conferência de Música Moshito em

Joanesburgo
Setembro – outubro 2012, EUNIC na China, EUNIC Beijing Semana do Design
Setembro – outubro 2012, EUNIC nas Filipinas, Cine Europa 15 Festival de Cinema
Setembro – outubro 2012, EUNIC na Croácia, Bienal Media-Scape em Zagreb
Outubro 2012, EUNIC Berlim, Mythos Olympia – O Documentário!
Outubro 2012, EUNIC em Berlim, Os Ursos Dourados da Europa
Outubro – novembro 2012, EUNIC em Melbourne, Exposição de Fotografia “Recordações de uma Peregrinação” em Melbourne
Novembro 2012, EUNIC no Vietname, Festival de Cinema Internacional em Hanói
Novembro 2012, EUNIC na Etiópia, Festival de Cinema Europeu em Addis Abeba
Novembro – dezembro 2012, EUNIC na Etiópia, Workshop para realizadores de cinema
Novembro – dezembro 2012, EUNIC no Sudão, Festival de Cinema Europeu 2012 em Cartum

Artes Performativas

Setembro 2011, EUNIC na Croácia, DUGAVE Festival de Arte de Rua em Zagreb
Abril 2011, EUNIC na Croácia, EUNIC Atribuição de subsídios culturais a futuros dirigentes culturais da Croácia em Zagreb
Setembro 2011, EUNIC em Nova Iorque, Moving Sounds (Sons em Movimento) – Festival Anual de Música
Setembro 2011, EUNIC no Brasil, AMEO – Andromeda Mega Express Orchestra: Música de outro planeta
Setembro 2011, EUNIC na Venezuela, DJs Europeus em Caracas
Novembro 2011, EUNIC em Washington, Concerto European Jazz Motion
Dezembro 2011, EUNIC no Zimbabwe, A Chama: Celebração do Dia Mundial da Sida
Fevereiro 2012, EUNIC no Zimbabwe, Live Vibe: The Smoke That Thunders
Março 2012, EUNIC na Índia, Festival de Culinária
Abril 2012, EUNIC em Washington, Atividades de Outreach para a Orquestra Juvenil da União Europeia
Abril 2012, EUNIC no Vietname, Hanoi Sound Stuff
Abril 2012, EUNIC no Japão, Festival de Música Barroca Europeia
Maio 2012, EUNIC no Senegal, Festival Inteférences
Maio 2012, EUNIC na Estónia, Tallinn Treff
Festival em Tallinn
Maio 2012, EUNIC na Hungria, Festival do Dia da Europa
Maio 2012, EUNIC no Senegal, Expo-Música Salam
Maio 2012, EUNIC em Washington, Eurovision

Song Contest Party

Maio 2012, EUNIC no Brasil, 8ª Semana Europeia
 Maio 2012, EUNIC na Eslováquia, Concerto para a Europa em Bratislava
 Maio – junho 2012, EUNIC nas Filipinas, Foco na Dança Europeia Contemporânea: Festival de Dança Internacional de Manila
 Junho 2012, EUNIC na Hungria, Dia do solstício de verão escandinavo e báltico
 Junho 2012, EUNIC em Bruxelas, BreXpat - Manneken Speak - Fête de la Musique em Ganshoren
 Junho 2012, EUNIC no Líbano, Festival de Música em Beirute
 Junho 2012, EUNIC no Senegal, Festa2H
 Junho 2012, EUNIC na Turquia, Noite da Cultura Europeia em Istambul
 Agosto 2012, EUNIC na Hungria, Park in Progress
 Agosto - dezembro 2012, EUNIC na Dinamarca, Festival de Arte de Copenhaga
 Setembro 2012, EUNIC no Vietname, Festival de Dança Contemporânea
 Setembro 2012, EUNIC na China, Festival Fringe em Beijing
 Setembro 2012, EUNIC na China, Music and Design aka M.A.D.
 Setembro 2012, EUNIC em Varsóvia, Ópera de Verão
 Setembro 2012, EUNIC em Nova Iorque, Moving Sounds (Sons em Movimento) – Festival Anual de Música
 Outubro 2012, EUNIC em Berlim, XXIII Dias da Música Antiga de Berlim
 Outubro 2012, EUNIC na Noruega, Noites de Jazz Europeu
 Outubro 2012, EUNIC na Turquia, Arte em Movimento
 Novembro 2012, EUNIC em Londres, EUNIC concerto de celebração: “Inspirado em Debussy” em Londres

A Cultura nas Relações Externas

Projeto em curso, EUNIC em Nova Iorque, Iniciativa para o Visto
 Junho – julho 2011, EUNIC em Londres, Seminário de Diplomacia Cultural
 Março 2012 – novembro 2013, EUNIC na África do Sul, Promoção do Diálogo no projeto Artes e Cultura
 Abril 2012, EUNIC na República Checa, Conferência EUNIC Cultura + Cultura e Diplomacia
 Maio 2012 EUNIC na Sérvia, Academia Diplomática – Apresentações sobre política cultural
 Junho 2012, EUNIC em Londres, Conferência de Diplomacia Cultural em Londres
 Outubro 2012, EUNIC em Viena, “Apontar o Caminho” – Workshop Internacional para o Diálogo entre Culturas em Viena

Novembro 2012, EUNIC na Hungria, Conferência Diálogo entre a China e a Europa
 Novembro 2012, EUNIC em Varsóvia, Conferência Mais Europa em Varsóvia

Cultura e Desenvolvimento

Maio e setembro 2011, EUNIC em Bruxelas, workshop de Aprendizagem e Desenvolvimento em Bruxelas
 Setembro 2011, EUNIC em Marrocos, Conferência - Debate sobre Cultura e Desenvolvimento na EUNIC em Marrocos
 Outubro 2011, EUNIC em Bruxelas, Encontro de Rede Cultura e Desenvolvimento
 Julho 2012, EUNIC na Tunísia, “Três vezes quinze?” - Debate sobre o papel dos centros culturais no desenvolvimento local

Indústrias Criativas

Outubro 2011, EUNIC na Eslovénia, Slovenia na moda – A primeira semana da moda na Eslovénia
 Janeiro 2012, EUNIC na Argélia, “Uma ponte entre as duas margens: encontros de jovens criativos da Europa e da Argélia”
 Junho 2012, EUNIC na Roménia, Fashion Road: Diálogo para além das fronteiras – série de eventos na Roménia, Alemanha, Dinamarca e República Checa
 Desde outubro 2012, EUNIC na Jordânia, EUNIC Indústrias Criativas na MENA
 Novembro 2012, EUNIC na Jordânia, Jordânia Criativa - Plataforma para Ideias Visionárias
 Novembro 2012, EUNIC na República Checa, Eventos de Cultura + Indústrias Criativas em Praga
 Novembro 2012, EUNIC no Senegal, Participação na Conferência Internacional sobre Indústrias Criativas em África
 A partir de outubro 2013, EUNIC no território ocupado da Palestina (oPt), Debates Culturais em Ramallah

Fóruns de discussão, palestras, workshops, conferências e projetos

2011 – 2013, EUNIC na Índia, EUNIC - Série de palestras
 Julho 2011, EUNIC no Japão, projeto Abraçando a Solidariedade e a Diversidade na Comunidade
 Julho – agosto 2011, EUNIC na África do Sul, Crossings – 2ª edição de Crossings, um workshop internacional para jovens artistas em Joanesburgo
 Setembro 2011 – outono 2012, EUNIC em Bruxelas, Série de eventos para “Tornar-se mais pequeno” Sobre as vantagens da

contração na Europa
 - Estará a Europa a ficar mais pequena? Sobre o nacionalismo na UE
 - Centro e Periferia – Desenvolvimentos históricos e perspetivas atuais
 - Multiculturalismo em tempos de crise – A sociedade multicultural é uma ideia política falhada na Europa?
 - Memória coletiva, identidades em mudança e transformação cultural nos Estados em contração
 - O que é feito do sonho europeu?
 Outubro 2011, EUNIC em Melbourne, Série de palestras sobre temas europeus
 - A Eurocrise, Causas e Possíveis Soluções
 - ‘Maonomia’ e o Milagre Económico Chinês
 - A Vitória do Comunismo com um Motivo de Lucro
 - As Implicações do Crime Internacional e a Lavagem de Dinheiro
 Novembro 2011, EUNIC na África do Sul, Estúdio de Arquitetura – 4ª edição de um workshop e eventos públicos com arquitetos e estudantes de arquitetura
 Novembro 2011, EUNIC no Vietname, Europa Academia Aberta – workshops e palestras
 2012, EUNIC na Rússia, Programa de Intercâmbio de Curadoria para jovens curadores russos
 2012, EUNIC na Irlanda, Como a Migração Desafia as Noções de Sociedade – série de palestras em Dublin
 Março – junho 2012, EUNIC na Sérvia, Série de debates sobre a política cultural e os centros culturais em Belgrado
 Abril 2012, EUNIC em Varsóvia, Conferência sobre design de livros escolares
 Abril 2012, EUNIC na Holanda, A responsabilidade europeia pela cultura - conferência
 Maio 2012, EUNIC em Bruxelas, Encontro de clusters EUNIC em Leuven, Bélgica
 Maio 2012, EUNIC no Senegal, Início de Encontros da EUNIC ao Pequeno-almoço no Senegal
 Maio 2012, EUNIC em Stuttgart, “Crise como oportunidade? Que valores segue a Europa?” Painel Internacional em Stuttgart
 Junho 2012, EUNIC no Egito, Discussão do grupo de foco sobre indústrias criativas no Egito
 Junho 2012, EUNIC na Roménia, Noite de portas abertas dos institutos culturais
 Outubro 2012, EUNIC no México, Atividades culturais em prisões – Porquê – simpósio e workshop
 Novembro 2012, EUNIC nas Filipinas, Feira da Educação Superior 2012: Melhores Perspetivas

Ficha Técnica

Realização / Edição: EUNIC, Instituto de Relações Internacionais (ifa) e Fundação Robert Bosch, em cooperação com o British Council, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus de França e a Fundação Calouste Gulbenkian

Redação: William Billows, Sebastian Körber, Patrícia Lara
Assistência: Katrin Mader, Kamila Gawronska, Helena Kovarikova
Layout: Eberhard Wolf
Endereço: ifa, Charlottenplatz 17, 70173 Stuttgart
Impressão: ConBrio Verlag Regensburg
Traduções: LIRA

Cada artigo expressa a opinião do respetivo autor.

O Relatório Cultural no idioma português respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Imagens:

Ensaio fotográfico: Frankie Quinn
Fotos dos autores: pp. 77 Jens Schulze

ISBN: 978-3-921970-86-7



ifa



Robert Bosch Stiftung



RELATÓRIO CULTURAL

ANUÁRIO DA EUNIC 2012/2013

A cultura é porta-voz e sismógrafo do estado da sociedade. Quando uma sociedade se encontra dividida pelo conflito político, a cultura pode criar um espaço para o encontro, o diálogo e o entendimento. A situação geopolítica no século XXI exige uma revitalização da diplomacia cultural. A comunidade internacional está a ser confrontada com uma série de conflitos violentos que surgem no seio das comunidades. A Europa tem muito a oferecer – democracia, multilateralismo e décadas de experiência de coexistência pacífica – e devia investir mais nas relações culturais em todo o mundo, para partilhar com outros essas experiências específicas, ajudando a mitigar algumas destas situações de crise. Como podemos usar da melhor forma o papel positivo da cultura? Que iniciativas políticas culturais externas deve a Europa desenvolver nas regiões em crise? E qual é a melhor maneira de a EUNIC – a rede europeia de institutos culturais – se envolver?